



Relatório ^e Contas Consolidadas 2003

Portugal Telecom

Adaptação para Internet

Edição: Direcção de Comunicação Corporativa

Design: Atelier B2

Pré-impressão: Textype

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Sociedade Aberta

Pessoa Colectiva n.º 503215058

Capital social 1 254 285 000 euros

Mat. n.º 3602/940706, 4.ª Secção CRCL

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40

1069-300 LISBOA

Tel.: + (351) 21 500 2000

www.telecom.pt

4	▶ Síntese dos Indicadores
5	▶ Principais Indicadores por Negócio
6	▶ Mensagem do Presidente do Conselho de Administração
8	▶ Mensagem do Presidente da Comissão Executiva
10	▶ Principais Acontecimentos
12	▶ Enquadramento Macroeconómico
15	▶ Governo da Sociedade
20	▶ Mercado de Capitais
28	▶ Informação-Chave
32	▶ Recursos
39	▶ Compromissos com a Comunidade
47	▶ Análise Económica e Financeira
65	▶ Negócios do Grupo
74	▶ Eventos Subsequentes
75	▶ Perspectivas Futuras
77	▶ Demonstrações Financeiras Consolidadas
149	▶ Documentos de Certificação de Contas

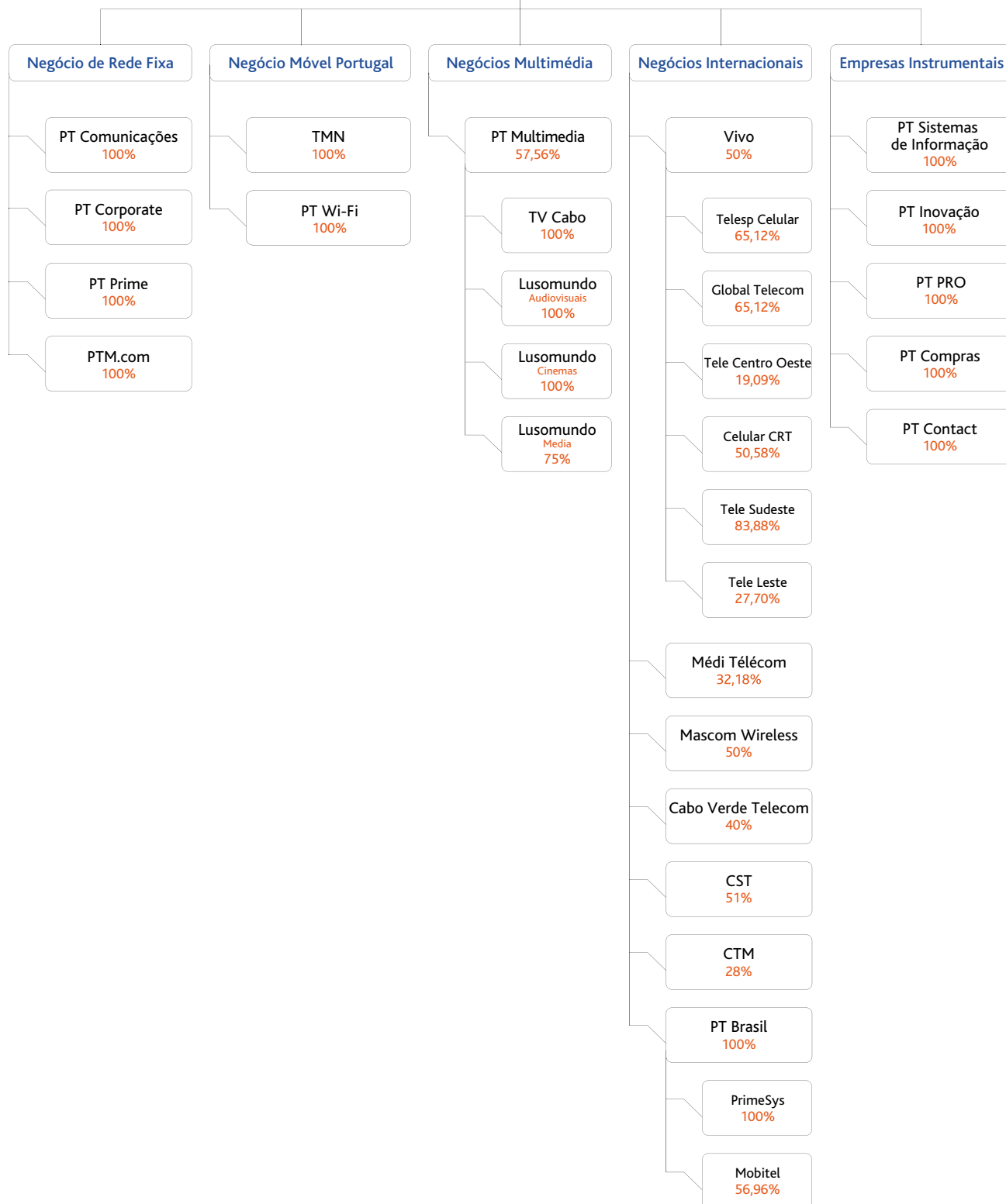
Anexos

155	▶ Relatório de Governo da Sociedade
191	▶ Outras Informações
192	Dados Operacionais por Negócio
194	Gestão da PT
196	Informação aos Accionistas

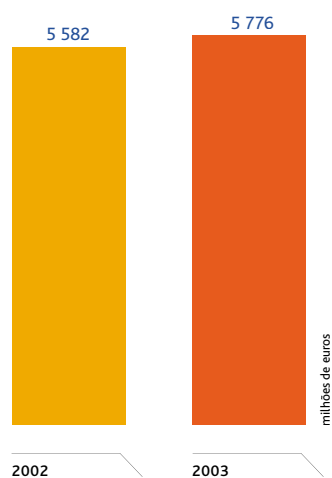




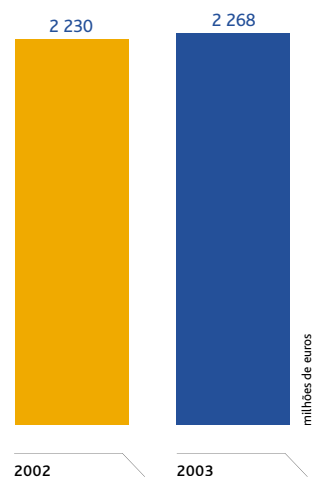
Portugal Telecom



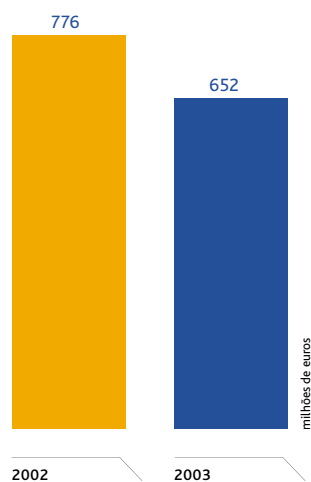
PROVEITOS OPERACIONAIS **+3,5%**



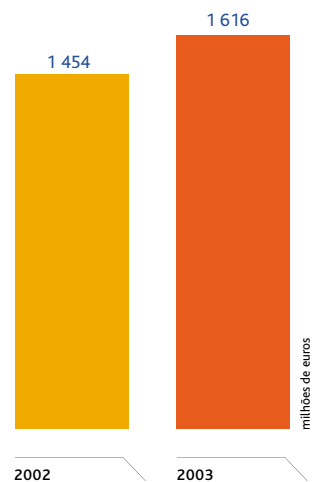
EBITDA **+1,7%**



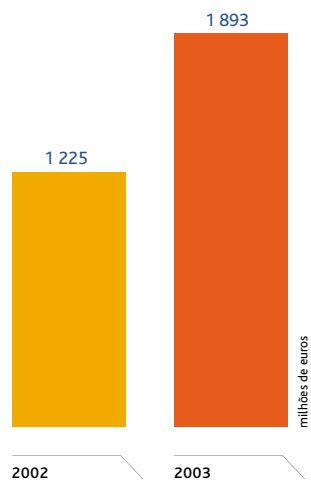
CAPEX* **-16%**



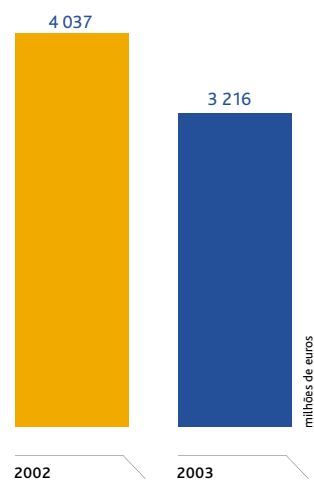
EBITDA menos CAPEX* **+11,2%**



CASH FLOW OPERACIONAL **+54,5%**



DÍVIDA LÍQUIDA **-20,3%**



* Excluindo a aquisição em 2002 da propriedade da rede básica de telecomunicações.

SÍNTESE DOS INDICADORES

RESULTADOS CONSOLIDADOS

em milhões de euros

	2003	2002	Δ %
Proveitos Operacionais	5 776	5 582	3,5
EBITDA ⁽¹⁾	2 268	2 230	1,7
Resultados Operacionais	1 314	1 267	3,7
Resultado antes de Impostos e Interesses Minoritários	697	654	6,7
Resultado Líquido	240	391	(38,6)
Resultado Líquido por Acção (em euros)	0,19	0,31	(38,6)

MARGENS E INDICADORES

em milhões de euros

	2003	2002	Δ %
Margem EBITDA (%)	39,3	39,9	(0,6 p.p.)
EBITDA/Juros Líquidos (n.º vezes)	11,2	11,3	(0,1x)
Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Capital Próprio) (%)	52,2	56,5	(4,3 p.p.)
Investimento Total ⁽²⁾	1 116	1 105	1,0
Investimento Corpóreo e Incorpóreo (Capex) ^{(2) (3)}	652	776	(16,0)
EBITDA menos Capex	1 616	1 454	11,2

SITUAÇÃO FINANCEIRA

em milhões de euros

	2003	2002	Δ %
Total do Activo	13 558	13 726	(1,2)
Dívida Líquida	3 216	4 037	(20,3)
Capitais Próprios	2 941	3 111	(5,5)
Capital Social	1 254	1 254	0,0

CLIENTES/ACESSOS

em milhões

	2003	2002	Δ %
Total de Clientes PT	33,5	28,4	18,2
Portugal	12,4	11,1	11,3
Mercado Internacional ⁽⁴⁾	21,1	17,2	22,7

PESSOAL

em unidades

	2003	2002	Δ %
Pessoal ao Serviço no Grupo	24 872	23 109	7,6
Portugal	14 427	16 893	(14,6)
Mercado Internacional ⁽⁴⁾	10 445	6 216	68,0
Acessos Telefónicos Principais por Trabalhador • Portugal	478	403	18,6
Acessos móveis por Trabalhador • TMN	4 406	3 713	18,7

Informação apresentada em 2003 com consolidação proporcional de 50% da Vivo (incluindo os resultados da Tele Centro Oeste Participações desde Maio de 2003) e em 2002 com consolidação integral da Telesp Celular Participações.

(1) EBITDA = Resultados Operacionais + Amortizações.

(2) Não inclui em 2002 o impacto do investimento na aquisição da propriedade da rede básica de telecomunicações, no montante de 348 milhões de euros.

(3) Não inclui goodwill.

(4) Empresas consolidadas integral ou proporcionalmente.

PRINCIPAIS INDICADORES POR NEGÓCIO

REDE FIXA

em milhões de euros

	2003	2002	Δ %
Proveitos Operacionais	2 288	2 441	(6,3)
EBITDA ⁽¹⁾	907	985	(7,9)
Margem EBITDA (%)	39,7	40,4	(0,7 p.p.)
Capex ⁽²⁾	165	256	(35,5)
EBITDA menos Capex	742	729	1,8
Capex/Proveitos Operacionais (%)	7,2	10,5	(3,3 p.p.)

TMN

em milhões de euros

	2003	2002	Δ %
Proveitos Operacionais	1 523	1 475	3,2
EBITDA ⁽¹⁾	690	623	10,7
Margem EBITDA (%)	45,3	42,3	3,0 p.p.
Capex	168	283	(40,4)
EBITDA menos Capex	521	341	53,1
Capex/Proveitos Operacionais (%)	11,1	19,2	(8,1 p.p.)

VIVO⁽³⁾

em milhões de euros

	2003	2002 ⁽⁴⁾	Δ %
Proveitos Operacionais	2 723	2 920	(6,7)
EBITDA ⁽¹⁾	1 017	1 091	(6,8)
Margem EBITDA (%)	37,4	37,4	(0,0 p.p.)
Capex	329	432	(23,8)
EBITDA menos Capex	688	660	4,3
Capex/Proveitos Operacionais (%)	12,1	14,8	(2,7 p.p.)

PT MULTIMEDIA

em milhões de euros

	2003	2002	Δ %
Proveitos Operacionais	684	623	9,9
EBITDA ⁽¹⁾	135	79	70,1
Margem EBITDA (%)	19,7	12,7	7,0 p.p.
Capex	57	79	(27,2)
EBITDA menos Capex	77	0	n.s.
Capex/Proveitos Operacionais (%)	8,4	12,7	(4,3 p.p.)

Os valores acima apresentados incluem transacções intragrupo.

(1) EBITDA = Resultados Operacionais + Amortizações.

(2) Não inclui em 2002 o impacto do investimento na aquisição da propriedade da rede básica de telecomunicações, no montante de 348 milhões de euros.

(3) Os valores apresentados neste segmento correspondem a 100% da Vivo (incluindo os resultados da Tele Centro Oeste Participações desde Maio de 2003), cujas demonstrações financeiras são consolidadas pela PT em 50% pela aplicação do método proporcional.

(4) Em 2002, os valores apresentados neste segmento correspondem a um pró-forma da Vivo, incluindo adicionalmente numa base pró-forma a consolidação dos resultados da Tele Centro Oeste Participações de Maio a Dezembro de 2002.

Mensagem aos Accionistas

Ernâni Rodrigues Lopes PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O exercício de 2003 foi marcado por uma conjuntura económica bastante adversa, com a economia nacional a registar uma forte redução do consumo e do investimento e, inclusivamente, um decréscimo ao nível do PIB. Ainda assim, o Grupo Portugal Telecom conseguiu ultrapassar esta fase menos positiva da economia com uma boa performance (absoluta e relativa ao sector) ao nível operacional e financeiro.

O desempenho conseguido só foi possível mediante uma visão de futuro clara e um nível de ambição subjacente elevado – para além de continuar a ser líder claro das telecomunicações em Portugal, o Grupo aspira a posicionar-se, de forma sustentada, entre os melhores operadores de telecomunicações da Europa.

Assim, a estratégia e acção do Grupo derivam de um fio condutor comum que é a sua visão de futuro, a qual incorpora quatro vertentes:

- ▶ Performance – para além de líder do sector em Portugal, ser também dos melhores da Europa em termos de eficiência, rentabilidade e criação de valor para os Accionistas.
- ▶ Papel em Portugal – actor relevante na sociedade portuguesa, com sucesso económico e com reconhecimento social e político, indutor de desenvolvimento e de inovação.
- ▶ Vocação Internacional – operador com peso crescente e capacidade de gestão reforçada no Brasil e apostando na densificação da posição em mercados com geopolítica favorável e maiores afinidades culturais.
- ▶ Recursos Humanos – empregador favorito, que atrai, desenvolve e motiva os melhores profissionais com base no “Projecto” que o Grupo transmite, numa cultura mobilizadora e em valores ético-profissionais irrepreensíveis.

Em relação à **PERFORMANCE**, devo destacar o continuado esforço de redução de custos e de crescente articulação entre negócios, tendo em vista o aumento da capacidade de geração de cash flow e a captura de sinergias.

Este esforço permitiu que os principais negócios nacionais tenham obtido excelentes resultados operacionais (o cash flow operacional do Grupo atingiu os 1 893 milhões de euros, o que representa um aumento de 54,5% face a 2002), o que deu origem ao lançamento de um programa de remuneração (distribuição de dividendos e share buyback) aos Accionistas com valor superior a 1 000 milhões de euros e que é referência no sector.

Será de salientar que a execução deste programa de remuneração aos Accionistas não coloca em causa, em momento algum, a solidez da estrutura financeira do Grupo PT, o que pode ser atestado pelo facto de o Grupo ter encerrado o exercício de 2003 com uma dívida líquida de cerca de 3,2 mil milhões de euros, o que representa uma redução superior a 800 milhões de euros face ao ano passado e pela manutenção dos níveis de risco atribuídos pelas principais agências internacionais de rating.

Ao nível do papel do **GRUPO PT EM PORTUGAL**, quero sublinhar o significado macroeconómico e empresarial da actuação do Grupo e o empenhamento e esforço adicionais que, decidida e lucidamente, continuaremos a desenvolver, em termos da responsabilidade social e institucional e da promoção da inovação e da Sociedade do Conhecimento.

Em **TERMOS INTERNACIONAIS**, são de destacar os progressos na constituição e integração daquele que, com mais de 20 milhões de clientes, é hoje em dia o maior operador de telecomunicações móveis da América do Sul – a Vivo.

Em 2003, através da aquisição da Tele Centro Oeste, a Vivo expandiu a sua influência aos estados do Centro e Norte do Brasil, atingindo actualmente uma cobertura superior a 80% da riqueza brasileira. Esta aquisição permitiu à Vivo reforçar uma liderança inequívoca no mercado brasileiro, confirmada por uma quota de mercado superior a 50% e uma dimensão muito superior à do principal concorrente.

No domínio dos **RECURSOS HUMANOS**, para além do necessário investimento contínuo no reforço de competências dos Colaboradores do Grupo, considero de destacar a necessidade (que é, de facto, uma exigência) de um crescente investimento no modelo de preparação e formação de quadros na perspectiva da actividade internacional do Grupo o que, estando em pleno curso, deverá ser intensificado ao longo de 2004 e anos seguintes.

O ano de 2003 representou a consolidação do actual **MODELO DE ARTICULAÇÃO** entre o Presidente do Conselho de Administração (PCA) e a Comissão Executiva (CE). Em particular, o PCA e a CE mantiveram, ao longo de 2003, uma relação permanente de trabalho em equipa, desenvolvido no quadro geral do Conselho de Administração e atendendo cuidadosamente às principais questões e desafios que se colocam ao Grupo.

Ainda no que respeita ao modelo de governança, o ano de 2003 foi marcado pelo desenvolvimento dos esforços necessários para que, em 1 de Janeiro de 2004, fosse lançada uma efectiva Comissão de Auditoria, no seio do Conselho de Administração.

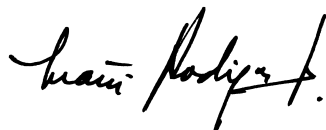
A entrada em funções desta Comissão de Auditoria não é apenas um progresso efectivo no padrão de governança do Grupo ou o mero cumprimento de exigências por parte das autoridades e dos mercados financeiros, nomeadamente do enquadramento legal imposto pelo Sarbanes-Oxley Act.

É, sobretudo, um passo importante no reforço, no Grupo PT, de valores, atitudes e padrões de comportamento, convictamente assumidos em todos os escalões e assentes no cumprimento de critérios ético-profissionais exigentes, deste modo criando uma base sólida de seriedade e confiança na relação com o exterior.

O Grupo trabalhou, durante 2003, no reforço dos valores que potenciam a **IDENTIDADE E AUTOCONSCIÊNCIA DO GRUPO**, assegurando a existência dos fundamentos de uma cultura de conjunto, que absorva, integre e ultrapasse o mero somatório das múltiplas culturas parciais que, historicamente, existem no seio do Grupo.

Não considero que tal se trate de uma trivial justaposição, mais ou menos coerente, mais ou menos consistente, de um simples denominador comum; mas sim que estamos a progredir para um novo patamar qualitativo que deverá abrir novas possibilidades, novas vias, novas configurações de autoconsciência e de afirmação do Grupo para o futuro.

Em síntese, estou confiante que, perante uma visão de futuro clara, com um modelo de governança ajustado e a funcionar adequadamente e com um conjunto de recursos humanos de excelência, seremos capazes de prosseguir os objectivos de valorização, não só do Grupo, em si, mas também dos capitais investidos pelos Accionistas e do trabalho de todos os seus Colaboradores. E que aquele trinómio (visão, modelo de governança, recursos humanos) constitui o factor crítico de sucesso para a consolidação do posicionamento deste Grupo a que me orgulho de presidir.



Ernâni Rodrigues Lopes
Presidente do Conselho de Administração
2 de Março de 2004

Mensagem aos Accionistas

Miguel Horta e Costa PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

O ano de 2003 foi um ano que nos deixou um enorme sentido de realização na Portugal Telecom. Apesar de um contexto difícil, tanto a nível nacional como internacional, a PT atingiu todas as metas traçadas para 2003, tendo em muitos dos casos excedido os nossos próprios objectivos ambiciosos.

Contudo, tal concretização não teria sido possível sem o nosso enorme enfoque nas necessidades dos nossos clientes. Com efeito, registámos um forte aumento da base de clientes do Grupo em todas as áreas de negócios, reforçando a liderança nos mercados onde operamos. No final de 2003, a base total de clientes do Grupo situava-se em 33,5 milhões, representando um acréscimo de cerca de 5,2 milhões de novos clientes. A PT reforçou claramente o seu perfil de crescimento em 2003, beneficiando do seu posicionamento enquanto operador integrado de telecomunicações e multimédia. De salientar também a nossa prioridade no desenvolvimento dos serviços de banda larga em Portugal, tendo o respectivo número de clientes, através das nossas duas plataformas (ADSL e cabo), mais do que duplicado, atingindo no final de 2003 um total de 391 mil.

Alcançámos excelentes resultados em 2003, com um forte crescimento das receitas e EBITDA, devido essencialmente à performance dos negócios móveis (TMN e Vivo) e do negócio multimédia. Excluindo a desvalorização do real, os proveitos operacionais e o EBITDA registaram crescimentos de 10% e 7,7%, respectivamente. O resultado líquido do exercício situou-se em 240 milhões de euros, o que excluindo os custos relativos ao programa de redução de efectivos e o ajustamento contabilístico, não recorrente, nos impostos diferidos relacionado com a redução da taxa de imposto em Portugal, teria sido de 593 milhões de euros, representando um aumento de quase 40% face ao ano anterior.

Todas as áreas de negócio do Grupo registaram um desempenho muito forte:

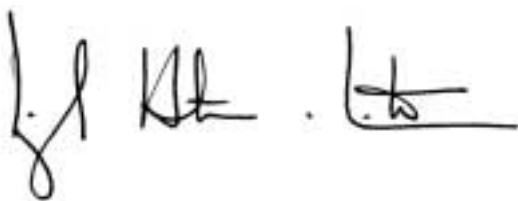
- ▶ O negócio de rede fixa, apesar de continuar sob pressão em resultado dos efeitos de substituição fixo-móvel e de uma conjuntura macroeconómica desfavorável especialmente no primeiro semestre, continuou a ser o principal gerador de cash flow do Grupo. O EBITDA menos Capex ascendeu a 742 milhões de euros, representando um aumento de 2% face ao ano anterior.
- ▶ No negócio móvel em Portugal, o crescimento da base de clientes continuou forte, tendo registado um acréscimo superior a 10%, e a margem EBITDA atingiu cerca de 45% em 2003.
- ▶ O negócio multimédia registou igualmente uma performance muito positiva em 2003. A margem EBITDA da TV Cabo situou-se em cerca de 34% no quarto trimestre de 2003, valor claramente superior ao objectivo estabelecido de 30%.
- ▶ O negócio móvel no Brasil, através da Vivo, a nossa joint venture com a Telefónica Móviles, apresentou um forte crescimento em 2003. A Vivo acrescentou 3,8 milhões de novos clientes, aumentando a sua base total de clientes para 20,7 milhões no final do ano. De salientar que, apesar de uma intensa actividade comercial, a margem EBITDA situou-se em 37% em 2003. A aquisição da TCO no início do ano foi fundamental para reforçar a posição de liderança da Vivo no mercado móvel brasileiro. No final de 2003, a Vivo detinha uma quota de mercado de 56% nas regiões onde opera e de 45% na totalidade do território brasileiro.

Relativamente aos objectivos estabelecidos no nosso Investor Day, gostaria de destacar o nosso objectivo de reduzir a dívida líquida para cerca de 3 250 milhões de euros no final do ano. Com efeito, foi possível diminuir o endividamento líquido em cerca de 821 milhões de euros para 3 216 milhões de euros, suportado na elevada geração de free cash flow, que ascendeu a 1 214 milhões de euros. Contudo, o nosso objectivo não incluía o programa de share buyback. Ajustando para o investimento de 196 milhões de euros na aquisição de acções próprias até ao final do ano, o valor comparável de dívida líquida teria sido 3 020 milhões de euros, o que representaria uma redução superior a 1 000 milhões de euros em 2003.

Esta sólida performance financeira não teria sido possível sem um esforço contínuo para gerir as diversas unidades de negócio de uma forma cada vez mais eficiente. Em 2003 implementámos um programa de redução de pessoal que envolveu cerca de 1 500 trabalhadores, na sua maioria afectos ao negócio de rede fixa, pelo que o indicador, número de acessos principais por trabalhador, aumentou para 478, posicionando a PT como um dos operadores de telecomunicações mais eficientes da Europa. Não obstante o enfoque na redução de pessoal, a PT continuou a atrair e a reter alguns dos melhores recursos humanos disponíveis no mercado. A implementação da plataforma de serviços partilhados tem sido um enorme sucesso e tem permitido a cristalização da maioria dos ganhos obtidos com a racionalização de custos. Estamos pois confiantes que com as várias iniciativas que estão a ser implementadas, a PT está bem posicionada para se tornar num dos três operadores de telecomunicações mais eficientes da Europa nos próximos três anos.

A remuneração aos accionistas continua a ser uma prioridade. A sólida estrutura financeira da PT tem permitido o aumento sistemático dos dividendos. Em 2002, a PT distribuiu um dividendo de 10 cêntimos por acção, seguido de um aumento de 60% em 2003 para 16 cêntimos por acção. Em 2004, o Conselho de Administração irá propor a distribuição de um dividendo de 22 cêntimos por acção, representando um crescimento de cerca de 38% face ao ano anterior. Adicionalmente, foi anunciado em Setembro um programa de share buyback, envolvendo a aquisição de acções próprias de até 10% do capital, posicionando a PT como um dos melhores operadores em termos de remuneração aos accionistas. Em 2004, a PT deverá remunerar os seus accionistas em mais de mil milhões de euros, divididos entre o pagamento de dividendos e o share buyback.

Na base do nosso forte desempenho esteve o profissionalismo e empenho dos nossos colaboradores, a confiança dos nossos clientes, e o apoio dos nossos accionistas. Em nome da Comissão Executiva gostaria de expressar a todos o nosso profundo agradecimento.



Miguel Horta e Costa
Presidente da Comissão Executiva
2 de Março de 2004

Principais Acontecimentos

16 DE JANEIRO

Assinatura pela Telesp Celular Participações (TCP) de um acordo com a empresa brasileira Fixel para a aquisição da Tele Centro Oeste Participações (TCO), operador líder nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, com uma base de clientes de cerca de 3 milhões. Nessa altura foi estabelecido que a aquisição da totalidade do capital da TCO seria executada em três fases: (1) aquisição das acções ordinárias detidas pela Fixel, representando 61,1% dos direitos de voto da TCO, por aproximadamente 1 506 milhões de reais, a qual foi completada em 25 de Abril de 2003; (2) Oferta Pública de Compra sobre as restantes acções ordinárias da TCO, a qual foi concluída em 18 de Novembro de 2003; e (3) a integração da TCO na TCP através da incorporação das restantes acções da TCO. Esta última fase não chegou a ser completada, tendo a operação sido cancelada em Janeiro de 2004. Com esta aquisição do controlo da TCO, a Vivo reforçou a sua liderança e competitividade no mercado brasileiro, alcançando mais de 20 milhões de clientes e uma quota do mercado brasileiro superior a 50%. A operação foi integralmente financiada em reais pela TCP.

14 DE FEVEREIRO

Constituição de uma empresa instrumental, a PT PRO, que constitui a plataforma de serviços partilhados do Grupo PT. Esta empresa é responsável pela agregação e optimização de diversos processos de back office do Grupo, potenciando a harmonização de processos e permitindo a uniformização dos procedimentos contabilísticos no Grupo. Deste modo, a PT PRO irá melhorar o nível de controlo interno no Grupo e permitir igualmente a redução de custos através da obtenção de significativas economias de escala.

21 DE FEVEREIRO

Actualização dos preços do serviço fixo de telefone, com um aumento da assinatura de 3,8% e decréscimos de 10,7% e de 15,2% nas comunicações regionais e nacionais, respectivamente. A redução média anual do total do cabaz de preços daí resultante foi de 0,25%, cumprindo com o price cap de 2003 que assume uma taxa de inflação de 2,5%, conforme previsto no Orçamento de Estado de 2003. As novas tarifas representam um rebalanceamento adicional dos preços do serviço fixo de telefone, reforçando assim a posição competitiva da PT no mercado doméstico.

24 DE MARÇO

Assinatura pela TCP do contrato definitivo de compra e venda de acções relativo à aquisição do controlo accionista da TCO, conforme previsto no acordo celebrado em 16 de Janeiro de 2003.

4 DE ABRIL

Aprovação em Assembleia Geral do pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2002 no montante de 201 milhões de euros, equivalente a um dividendo de 0,16 euros por acção e a um pay-out ratio de 51,3%. Aprovação na mesma Assembleia Geral da composição do novo Conselho de Administração da PT para o triénio 2003/2005, tendo sido nomeado como Presidente Ernâni Rodrigues Lopes. Escolha pelo Conselho de Administração dos seus membros que passam a integrar a Comissão Executiva: Presidente: Miguel Horta e Costa Vogais: Zeinal Bava Carlos Vasconcellos Cruz Iriarte Esteves Paulo Fernandes.

8 DE ABRIL

Lançamento da marca “Vivo” para a Brasilcel, a joint venture entre a PT e a Telefónica para os negócios móveis no Brasil. A Vivo é uma marca única em vinte Estados e no Distrito Federal de Brasília, que cobre 85% do território brasileiro e 74% da população do país, representando 86% do PIB brasileiro.

25 DE ABRIL

Conclusão da operação de aquisição pela TCP do controlo da TCO. O custo de aquisição das acções de controlo foi de 1 506 milhões de reais, correspondente a 19,49 reais por cada lote de mil acções ordinárias adquirido. Nessa data, a TCP pagou à Fixel um montante de 308 milhões de reais, sendo o remanescente pago parceladamente nos termos e condições estabelecidos no contrato definitivo de aquisição do controlo accionista da TCO.

2 DE MAIO

Pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2002, no montante de 0,16 euros por acção, equivalente a um montante global de 201 milhões de euros.

23 DE JUNHO

Constituição de uma empresa instrumental, a PT Corporate, para prestar serviços personalizados aos grandes clientes empresariais do Grupo. A PT Corporate, integralmente detida pela PT, constitui o interface do Grupo junto dos seus 48 grandes clientes corporate. A PT Corporate agrega, de uma forma integrada, soluções de telecomunicações fixas, de telecomunicações móveis e de tecnologias e sistemas de informação, apesar de a facturação de serviços continuar a ser directamente efectuada pelas diferentes empresas operacionais do Grupo.

24 DE JUNHO

Realização do Investor Day da PT, onde a Comissão Executiva se reuniu com investidores institucionais e analistas financeiros para a apresentação dos vários negócios do Grupo e da estratégia empresarial. Foi igualmente anunciada a intenção da Comissão Executiva de propor ao Conselho de Administração que seja submetida à Assembleia Geral Anual de Accionistas do próximo ano a aprovação de uma distribuição de dividendos referente ao exercício de 2003 num montante entre 0,20 euros e 0,22 euros por acção, caso a situação económica e financeira da empresa e as condições de mercado o permitam.

25 DE JUNHO

Lançamento do portal multimédia móvel i9 – Inove. O i9 é um produto móvel inovador com um interface fácil para o utilizador, que permite optimizar as capacidades actuais da rede GSM-GPRS de modo a dar ao cliente um acesso mais rápido, mais barato e mais simples a uma vasta gama de serviços, nomeadamente jogos Java, conteúdos das três estações de TV nacionais, serviços de messaging, golos em vídeo em exclusivo, guia de programação TV Cabo e o primeiro serviço de m-commerce em Portugal (a bilheteira Lusomundo).

7 DE JULHO

Assinatura pela PT de um acordo com a Citizens para a venda da participação de 50,01% que o Grupo detém na Mascom Wireless, por um total de 250 milhões de pulas do Botswana, equivalente a 46 milhões de euros. A PT já recebeu um pagamento inicial no montante de 200 milhões de pulas do Botswana, equivalente a 41 milhões de euros, que se encontra contabilizado como um adiantamento até à conclusão desta transacção, a qual está sujeita à aprovação do regulador local. A PT espera continuar a fornecer serviços de consultoria ao management da Mascom Wireless ao abrigo do actual Management Agreement.

8 DE JULHO

Constituição de um novo órgão consultivo do Conselho de Administração, o Conselho Consultivo, que tem como missão reflectir sobre as grandes questões estratégicas que se colocam ao Grupo PT. Em sintonia com as melhores práticas de gestão internacionais, o Conselho Consultivo irá contribuir para a melhoria do Modelo de Governo do Grupo PT.

20 DE JULHO

Assinatura pela PT de um acordo com a SIBS para a aquisição da participação de 12,5% que aquela empresa detinha na PT Prime, pelo montante de 39 milhões de euros. Esta operação enquadrou-se no âmbito do processo de reestruturação da rede fixa, permitindo ao Grupo deter a totalidade do capital da PT Prime. Desta forma, esta aquisição irá promover uma maior eficiência na rede fixa através de uma maior integração e coordenação nas actividades da rede fixa, com o objectivo de captação de sinergias e redução de custos. A transferência das acções da PT Prime ocorreu em 6 de Outubro de 2003.

22 DE JULHO

Rescisão pelo Governo da Guiné-Bissau do contrato de concessão com a Guiné Telecom para a exploração do serviço público de telecomunicações no país. A Guiné Telecom, detida em 51% pelo Grupo Portugal Telecom e em 49% pelo Estado da Guiné-Bissau, detinha o contrato de concessão desde 1989 por um período de 20 anos. A PT tomou iniciativas legais para a resolução desta situação, apesar de a mesma não ter qualquer impacto na actual situação financeira da PT.

16 DE SETEMBRO

Confirmação pela Comissão Executiva da PT de que o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral Anual de Accionistas a aprovação de um dividendo de 0,22 euros por acção, o valor máximo do intervalo anunciado no Investor Day, caso a situação económica e financeira da empresa e as condições de mercado o permitam. Foi ainda anunciada pela Comissão Executiva a intenção de proceder a uma operação de share buyback, compreendendo a aquisição de acções próprias representativas de 10% do capital social da PT, a completar até ao final de 2004, caso as condições financeiras da empresa e de mercado o permitam.

9 DE OUTUBRO

Lançamento pela TCP de uma Oferta Pública de Compra das 43 385 533 827 acções ordinárias da TCO detidas por accionistas minoritários. O preço da oferta foi fixado em 16,58 reais por cada lote de mil acções e representa 80% do preço pago ao anterior accionista controlador da TCO, actualizado até ao dia 23 de Setembro de 2003.

17 DE OUTUBRO

Notificação à PT Comunicações da decisão do Supremo Tribunal de Justiça, no âmbito do recurso interposto da decisão do Tribunal da Relação de Lisboa que considerou ilegal o impulso de activação introduzido pela Portugal Telecom, S.A. no tarifário para o serviço fixo de telefone em Fevereiro de 1998 aprovado pelas autoridades competentes e subsequentemente ratificado pelo Governo, em condenar esta empresa (que sucedeu à Portugal Telecom, S.A. como ré nesta acção) a restituir aos assinantes os valores cobrados em 1999 a título de impulso de activação.

30 DE OUTUBRO

Atribuição à PT de quatro prémios dos Investor Relations Awards 2003 organizados pelo Semanário Económico e pela Deloitte, reforçando deste modo a notoriedade e atractividade do Grupo PT na comunidade financeira nacional e internacional. Os quatro prémios foram os seguintes:

- ▶ Melhor CEO na área de Investor Relations.
- ▶ Melhor Programa Global de Investor Relations – PSI 20.
- ▶ Melhor Utilização de Tecnologia em Investor Relations.
- ▶ Menção Honrosa – Relatório e Contas, sector não financeiro.

18 DE NOVEMBRO

Conclusão da Oferta Pública de Compra de acções ordinárias da TCO detidas pelos accionistas minoritários, tendo sido adquiridas 32 205 831 707 acções ordinárias, representativas de 74,2% do total das acções ordinárias em circulação, pelo montante global de 538,8 milhões de reais. Com esta operação, a TCP passou a deter 90,7% dos direitos de voto e 29,3% do total do capital da TCO excluindo as acções próprias detidas por esta empresa.

20 DE NOVEMBRO

Assinatura pela PT e pela PT Comunicações de um acordo com a RTP relativo à liquidação da dívida desta sociedade para com a PT Comunicações. O acordo celebrado teve por objecto os créditos resultantes dos serviços facturados à RTP pela PT Comunicações até 31 de Dezembro de 2002 e ainda não liquidados, acrescidos dos respectivos juros. Em resultado das negociações, a RTP irá pagar à PT um montante total de 83 milhões de euros, sendo que até 31 de Dezembro de 2003 já havia sido liquidado um total de 67 milhões de euros, devendo o remanescente ser liquidado no primeiro semestre de 2004.

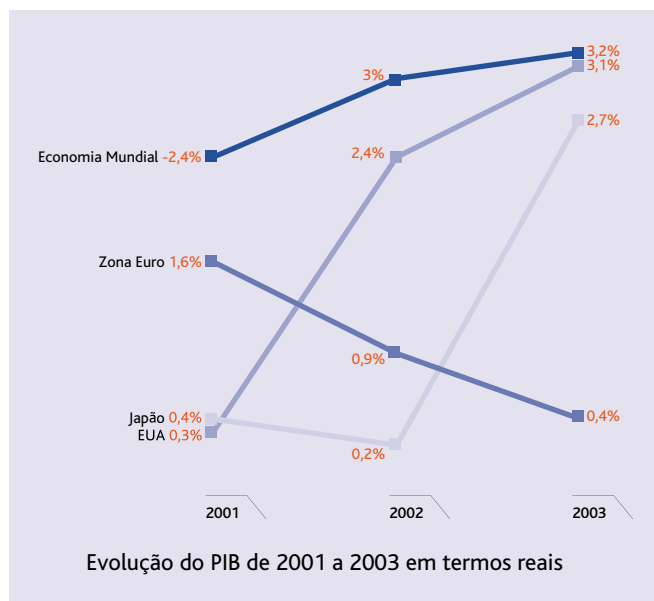
10 DE DEZEMBRO

Ultrapassagem pela Vivo do marco de 20 milhões de clientes, que corresponde a 46% dos clientes activos do Brasil e a uma quota de mercado de 57% nas áreas de concessão onde a Vivo opera, o que confirma inequivocamente a sua liderança no mercado de telecomunicações móveis no Brasil.

► Enquadramento Macroeconómico

Internacional

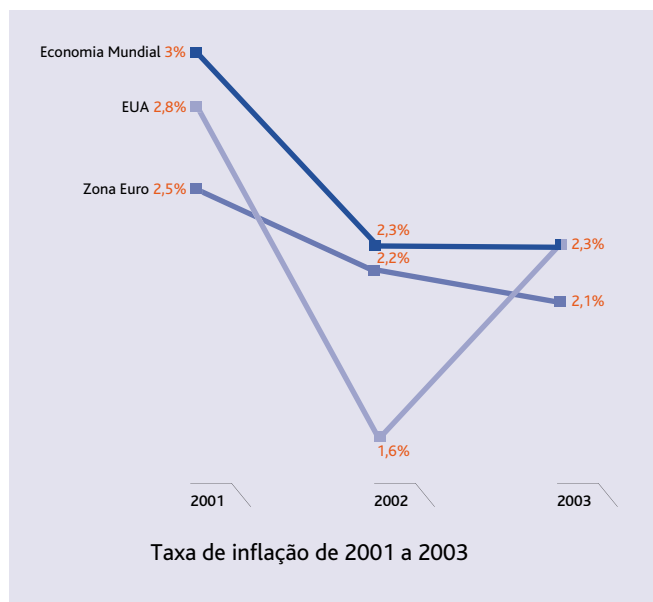
Em 2003 assistiu-se a uma recuperação moderada do ambiente macroeconómico internacional. Contrariamente ao que se verificou no ano anterior, esta recuperação foi extensível a todas as principais regiões económicas. Em particular, é de registar a inversão do ciclo de desaceleração no conjunto da Zona Euro observada a partir do segundo semestre, a qual acompanhou a consolidação da retoma nos Estados Unidos e o regresso da economia do Japão a taxas de crescimento positivas. O ano de 2003 caracterizou-se por uma subida generalizada dos níveis de confiança dos agentes económicos, que se traduziu numa recuperação dos mercados accionistas.



Apesar do progressivo fortalecimento da actividade ao longo do ano, manteve-se, a nível global, uma situação de excesso de capacidade produtiva, a qual determinou a persistência de um ambiente de inflação baixa nas principais áreas económicas. A evolução da economia mundial foi ainda marcada pelos riscos associados a alguns desequilíbrios macroeconómicos importantes, incluindo a evolução em alta dos défices orçamental e externo dos Estados Unidos, que contribuiu para uma forte depreciação do dólar americano em 2003.

A economia dos Estados Unidos deverá ter crescido cerca de 3,1% em 2003 face aos 2,4% registados em 2002. Para este crescimento muito contribuiu a procura interna privada norte-americana que continuou a beneficiar de fortes estímulos da política monetária e orçamental, traduzindo-se num aumento

do rendimento disponível das famílias e numa melhoria da situação financeira das empresas. A Reserva Federal procedeu a um novo corte dos juros de referência em 2003, diminuindo a target rate dos fed funds de 1,25% para 1%. O acréscimo de confiança dos agentes económicos reflectiu-se, na segunda metade do ano, numa aceleração significativa do investimento produtivo das empresas, associada a uma recuperação apenas moderada da criação de emprego, em virtude da estratégia de redução de custos, conjugada com o forte crescimento da produtividade do trabalho, o que permitiu que a economia dos Estados Unidos continuasse a crescer sem pressões inflacionistas relevantes.



Fonte: Bloomberg/FMI.

Na Zona Euro, o PIB deverá ter crescido 0,4% em 2003, valor que compara com 0,9% no ano anterior. Apesar de no primeiro semestre se ter assistido a uma estagnação do PIB, no terceiro e quarto trimestres assistiu-se a uma aceleração, com base no crescimento da procura externa (em resultado da melhoria do ambiente económico nos Estados Unidos e na Ásia), e numa evolução positiva dos principais índices de confiança empresarial. A procura interna privada manteve-se restringida dados os níveis de endividamento das famílias e das empresas, bem como por uma taxa de desemprego crescente (de 8,6% em Janeiro para um valor em torno de 8,8% em Dezembro). Por outro lado, ao contrário dos Estados Unidos, a política orçamental não assumiu uma natureza expansionista, dadas as condicionantes impostas pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Em 2003, a taxa de inflação média da Zona Euro deverá ter-se situado em 2,1%. A descida da inflação para um valor próximo do nível de referência do Banco Central Europeu e as condições monetárias mais restritivas impostas pela tendência de apreciação do euro levaram a autoridade monetária da Zona Euro a prolongar, em 2003, o ciclo de descida dos juros de referência iniciado em 2001, baixando a taxa principal de refinanciamento em 75 pontos base, atingindo os 2% no final do ano.

A crescente percepção dos desequilíbrios macroeconómicos associados aos défices externo e orçamental nos Estados Unidos resultou num período conturbado nos mercados cambiais, com o dólar americano a cair 16,4% face ao euro, em termos médios, e 18,4% face ao real brasileiro ao longo de 2003.

Em 2003, após um período marcado por incertezas internas e externas, o cumprimento de uma agenda macroeconómica de continuidade contribuiu para que se eliminasse quase totalmente dos activos brasileiros o prémio de risco que havia sido incorporado em 2002. O real brasileiro recuperou parte do seu valor, com a taxa de câmbio a descer de USD/BRL 3,54 para USD/BRL 2,89, mantendo-se, no entanto, a um nível que estimulou ainda a expansão do sector exportador. A inflação, apesar de agravada pela depreciação cambial, voltou a níveis geríveis, com taxas abaixo dos dois dígitos, tendo o índice IPCA registado uma subida de 9,3%, comparada com 12,5% em 2002.

Assistiu-se durante 2003 a um processo acentuado de cortes nos juros de referência por parte do Banco Central, com a taxa Selic a cair de 26,5% em Fevereiro, para 16,5% em Dezembro. No segundo semestre, houve uma retoma dos indicadores de produção, mas sem uma contrapartida no consumo interno, dada a perda acumulada de 15% no rendimento médio real das famílias brasileiras e um desemprego de 12,4%. Deste modo, o PIB deverá ter registado um crescimento entre 0% e 0,5% em 2003.

Após o cumprimento do acordo firmado em 2002 com o FMI, o Governo brasileiro acordou uma extensão do programa financeiro por um período adicional de 15 meses, a vencer em Março de 2005. No seguimento da extensão deste acordo, e tendo em conta também os avanços nas reformas da Segurança Social e tributária e a aprovação de uma nova lei de falências, duas agências de rating reavaliaram a sua análise sobre a economia do Brasil, reflectindo a redução dos factores de risco sobre a solvência financeira do país e uma melhoria dos fundamentos macroeconómicos.

Nacional

Em Portugal, o PIB deverá ter registado uma variação real negativa de -1,2%. Apesar de alguns sinais de estabilização no final do ano, o consumo privado ter-se-á contraído cerca de 0,8%, depois de uma subida real de 0,4% em 2002. Com o consumo privado a registar um crescimento inferior ao rendimento disponível, observou-se em 2003 uma ligeira subida da taxa de poupança dos particulares para um valor em torno de 12,5% do rendimento disponível.

A formação bruta de capital fixo, deverá ter-se contraído pelo menos 8% (-5,7% em 2002). A evolução negativa do investimento resultou também da quebra dos índices de confiança dos empresários, em função não apenas da quebra da procura interna, mas também do abrandamento da procura externa, assumindo especial relevância a estagnação das economias alemã e francesa, dois dos três maiores destinos de exportação da economia portuguesa. O investimento do sector público ter-se-á mantido estável no conjunto do ano, reflectindo o esforço de contenção da despesa pública levado a cabo pelo Governo.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

	taxas de variação real (%)		
	2001	2002	2003
PIB	1,7	0,4	(1,2)
Consumo privado	1,3	0,6	(0,8)
Consumo público	3,5	2,4	(0,4)
Investimento	0,1	(5,5)	(8,5)
Exportações	1,8	2,4	3,0
Importações	0,9	(0,6)	(1,5)
Inflação (IPC)	4,4	3,6	3,3
Saldo orçamental (% do PIB)	(4,1)	(2,7)	(2,8)
Dívida pública (% do PIB)	55,6	58,1	59,5
Desemprego (% da população activa)	4,1	5,1	6,5
Saldo da balança corrente (% do PIB)	(8,4)	(5,7)	(3,0)

Fonte: INE, Ministério das Finanças, Banco de Portugal, ES Research para os valores de 2003.

O consumo público teve uma variação negativa, ainda que próxima de zero, depois de um crescimento de 2,4% em 2002. Esta evolução inseriu-se no objectivo do Governo de cumprimento com o estipulado no Pacto de Estabilidade e Crescimento, mantendo o défice das administrações públicas abaixo dos 3% do PIB.

A quebra da actividade económica repercutiu-se negativamente no mercado de trabalho, tendo-se verificado uma variação negativa no emprego total, com a taxa de desemprego a subir de 5,1% para um valor em torno de 6,4% da população activa.

A inflação em 2003 atingiu os 3,3%, face a 3,6% no ano anterior. Para a desaceleração dos preços contribuíram a moderação salarial, o aumento da taxa de desemprego e os efeitos favoráveis da descida dos preços das importações.

► Governo da Sociedade

Face à crescente importância e complexidade dos assuntos relativos à divulgação de informação sobre o Governo Societário, o Grupo PT apresenta em anexo a este relatório, mas como sua parte integrante, o Relatório sobre o Governo da Sociedade, o qual explica de forma desenvolvida as matérias associadas a esta questão, cumprindo integralmente o regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 7/2001.

A estrutura de Governo da Sociedade especifica a distribuição de direitos e responsabilidades entre a Administração, a Gestão Operacional, os Accionistas e os restantes Stakeholders. Uma das prioridades do Grupo PT é a definição clara e transparente destas regras, bem como a sua optimização e melhoria, uma vez que as mesmas permitem aumentar e manter a confiança dos investidores e o desempenho financeiro a longo prazo.

Estrutura organizativa do Grupo

O Grupo PT encontra-se organizado em cinco unidades organizacionais: Negócio Fixo em Portugal, Negócio Móvel em Portugal, Negócios Multimédia, Negócios Internacionais (que incluem a Vivo, a joint venture com a Telefónica Móviles para negócios móveis no Brasil) e finalmente as Empresas Instrumentais. As Unidades de Negócio são coordenadas pela holding do Grupo, liderada pela sua Comissão Executiva, com o apoio do centro corporativo. O reporte das empresas participadas é funcional e não hierárquico, sendo possível desta forma assegurar uma articulação efectiva.



As Empresas Instrumentais estão orientadas para os processos transversais do Grupo, sendo por isso Empresas do Grupo e que trabalham para o Grupo.

A Portugal Telecom, enquanto holding do Grupo PT, é responsável pela definição de políticas e pela normalização e harmonização de processos que permitam garantir as orientações estratégicas definidas pelo Conselho de Administração.

Assim, cada área de negócio funciona segundo princípios de autonomia de gestão, orientados por uma política comum sob a coordenação de um Sistema de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo.

O Centro Corporativo está orientado para a coordenação dos diversos negócios, reportando à Comissão Executiva da Portugal Telecom, e sendo composto pelas seguintes Direcções, apresentadas por ordem de reporte:

Miguel Horta e Costa | CEO

- Direcção de Regulação e Concorrência
- Direcção de Comunicação
- Direcção de Auditoria Interna
- Direcção de Relações Institucionais
- Direcção de Análise de Qualidade e Satisfação do Cliente
- Direcção de Segurança

Zeinal Bava | Administrador Executivo

- Direcção de Reporte e Consolidação
 - Direcção de Finanças
 - Direcção de Relação com Investidores
- ### Carlos Vasconcellos Cruz | Administrador Executivo
- Direcção de Activos Humanos
 - Direcção de Gestão de Formação e do Conhecimento

Paulo Fernandes | Administrador Executivo

- Direcção de Planeamento
 - Direcção de Controlo de Gestão
 - Direcção de Desenvolvimento de Negócios
- ### Luís Sousa de Macedo | Secretário-Geral
- Direcção Jurídica

As competências presentes no Centro Corporativo pretendem representar as necessidades funcionais do Grupo PT e das suas empresas participadas.

Comissões do Conselho de Administração

De modo a desempenhar mais eficazmente as suas funções, o Conselho de Administração constituiu diversas comissões responsáveis pelo desempenho de determinadas funções específicas do Conselho de Administração, sendo de destacar a Comissão de Estratégia e a Comissão de Auditoria.

A Comissão de Estratégia tem como principais funções: (1) debater, analisar e apresentar recomendações sobre o Plano Estratégico do Grupo; (2) pronunciar-se sobre o impacto e a eficácia do Plano Estratégico e das grandes decisões estratégicas tomadas, propondo eventuais ajustes; (3) estudar e preparar, com vista a futuro debate em reunião de Conselho de Administração, matérias sugeridas pelo Presidente do Conselho de Administração e/ou Presidente da Comissão Executiva, relativas a questões estratégicas que surjam ao longo do ano.

A Comissão de Auditoria foi constituída em linha com as exigências da legislação dos mercados dos Estados Unidos da América onde a PT se encontra cotada. A referida Comissão de Auditoria tem como principais funções assistir o Conselho de Administração e a sua Comissão Executiva (1) na supervisão da qualidade e integridade da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas da sociedade, (2) na análise da habilitação e independência dos auditores externos, (3) na avaliação da qualidade, integridade, e eficácia do sistema de controlo interno, e (4) na supervisão dos trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos e pela Auditoria Interna Corporativa. Adicionalmente, a Comissão de Auditoria deverá assegurar o cumprimento pela PT das disposições legais e regulamentares e das recomendações e orientações emitidas pelas entidades competentes, assegurando a definição e ou implementação de políticas que visem o cumprimento das leis e regulamentos nacionais e internacionais a que a PT se encontra obrigada. A criação da Comissão de Auditoria constituiu um passo importante para o reforço dos valores, atitudes e padrões de comportamento assentes no cumprimento de critérios éticos exigentes, criando uma base sólida de seriedade e confiança na relação com o exterior, os quais foram também consignados e dados a conhecer a toda a organização através do Código de Ética do Grupo PT.

Sistema de Controlo Interno

De modo a dar resposta às exigências regulatórias a que se encontra sujeita, quer em termos nacionais quer internacionais, a PT está a implementar um projecto de Controlo Interno que visa essencialmente garantir a conformidade com os objectivos, políticas e procedimentos estabelecidos, garantir a fiabilidade da informação financeira, garantir a eficácia e a eficiência das operações e minimizar a ocorrência de fraude. Este projecto, alinhado com as melhores práticas internacionais e alinhado com os requisitos da lei Sarbanes-Oxley Act, tem vindo a ser implementado nas principais empresas participadas, estando prevista a sua implementação em todas as empresas do Grupo PT. O programa prevê não só a implementação de procedimentos de Controlo Interno como também a sua revisão, verificação e melhoria contínua. Trimestralmente, são avaliados os procedimentos e controlos de divulgação de informação (Disclosure Controls and Procedures) no que respeita à sua adequação, eficiência e operacionalidade. Em 2003, o Grupo PT implementou um modelo de certificações em cascata. O modelo tem como objectivo garantir uma responsabilização dos principais intervenientes no processo de Reporting Financeiro e assenta em Certificações Anuais, Management Questionnaires e Declarações de Responsabilidade, preparadas com base em templates corporativos e com periodicidades anuais, mensais e trimestrais, respectivamente. As referidas certificações visam responsabilizar os principais participantes no processo de divulgação de informação, incluindo CEOs e CFOs das empresas participadas, de que toda a informação financeira e não financeira relevante foi reportada ao Centro Corporativo e que a mesma está correcta.

Gestão de riscos

A gestão de riscos é assegurada pelas diversas unidades do Centro Corporativo, unidades de negócio e unidades de serviço, as quais com base numa identificação e priorização prévia dos riscos críticos, desenvolvem estratégias de gestão de risco com vista a implementar os controlos adequados e que garantem a redução do risco para um nível aceitável.

As estratégias de gestão de riscos adoptadas visam garantir que:

- ▶ Os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas permitem responder às expectativas dos órgãos de gestão, accionistas e público em geral.
- ▶ Os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas estão de acordo com todas as leis e regulamentos aplicáveis.
- ▶ A informação financeira e operacional é completa, fiável e segura e reportada periódica e atempadamente.
- ▶ Os recursos do Grupo PT são usados de forma eficiente e racional.
- ▶ O valor accionista é maximizado.
- ▶ A gestão operacional tomou as medidas necessárias para corrigir aspectos reportados anteriormente.

Política de dividendos

No que se refere à política de distribuição de dividendos, a mesma tem em consideração as oportunidades de negócio do Grupo, as expectativas dos investidores e as necessidades de financiamento por capitais próprios atendendo ao custo de oportunidade do capital.

A proposta de distribuição de dividendos é da exclusiva responsabilidade do Conselho de Administração da PT, subordinada à observância da legislação portuguesa e aos estatutos da sociedade. De acordo com os Estatutos, pelo menos 40% dos resultados distribuíveis da PT* deverão ser distribuídos aos accionistas sobre a forma de dividendos, sem prejuízo de a Assembleia Geral, por maioria qualificada de dois terços dos votos expressos, poder deliberar no sentido da redução dos dividendos ou mesmo da sua não distribuição. A maioria dos votos respeitantes às acções de categoria A poderão vetar a distribuição de dividendos que excedam 40% dos resultados distribuíveis.

* Calculados de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites em Portugal, após dedução dos prejuízos transitados e eventual dotação de 5% para reserva legal, caso o saldo desta reserva seja inferior a 20% do capital social.

Relação com investidores

Em Março de 1995 foi criada a Direcção de Relação com Investidores, com o objectivo de assegurar o adequado relacionamento com os accionistas, investidores e analistas, e com os mercados financeiros em geral, em particular no que se refere ao relacionamento com as Bolsas de Valores onde as acções da PT estão cotadas e respectivas entidades reguladoras: a CMVM e a SEC. O representante da PT para as Relações com o Mercado é o Director de Relação com Investidores Nuno Prego.

Exercício de direito de voto e representação de accionistas

Os accionistas com direito a voto poderão exercê-lo em Assembleia Geral, presencialmente ou por correspondência, sendo que a cada 500 euros de capital, isto é, a cada 500 acções, corresponde um voto, não existindo qualquer limitação ao voto por correspondência.

Regras societárias

A PT tem um Código de Ética aprovado em 18 de Dezembro de 2001 pelo Conselho de Administração e aplicável a todas as empresas do Grupo.

De acordo com o artigo 13.º dos Estatutos da Sociedade, não serão contados os votos emitidos por um accionista titular de acções ordinárias, por si ou através de representante, em nome próprio ou como representante de outro accionista, que excedam 10% da totalidade do capital. Por outro lado, para além das acções ordinárias, o capital social da PT está também representado por 500 acções de categoria A, as quais são detidas pelo Estado e conferem direitos especiais, resultantes do estabelecido no artigo 14.º, n.º 2, e no artigo 19.º, n.º 2, dos Estatutos da Empresa.

Órgão de Administração

O Conselho de Administração do Grupo PT eleito em Assembleia Geral de 4 de Abril de 2003, é composto por vinte e três Administradores na sua maioria independentes, de acordo com os critérios estabelecidos pela CMVM.

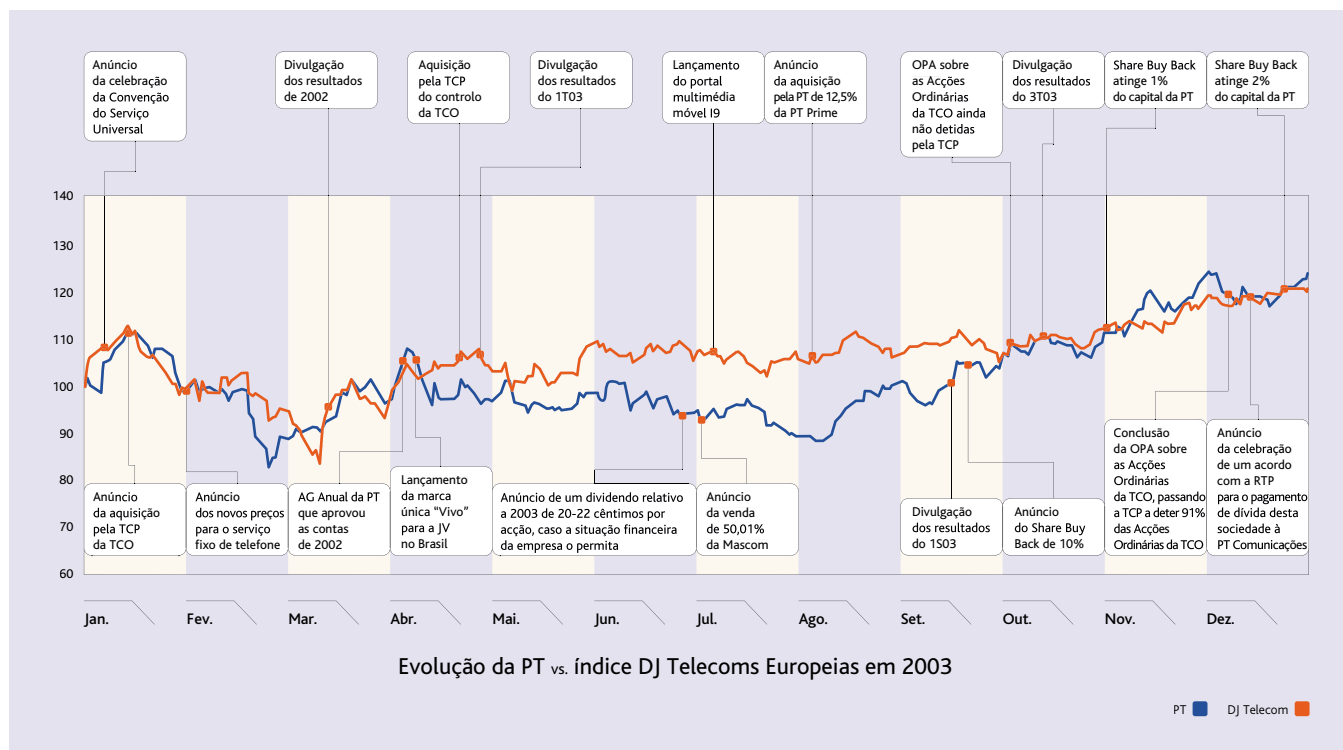
Atendendo ao necessário enquadramento do Governo Societário para empresas com títulos cotados, o Grupo PT tem assumido um modelo de gestão assente numa clara separação de poderes entre Conselho de Administração e Comissão Executiva. Esta separação de poderes visa três objectivos: eficácia, simplicidade e transparência, de modo a tornar a Comissão Executiva da PT mais operacional. Neste quadro, as funções de supervisão e controlo e as tarefas de gestão corrente estão separadas, existindo um reflexo directo nos órgãos de gestão do Grupo, sendo o Conselho de Administração responsável pelo acompanhamento de questões de natureza estratégica e regulatória, bem como pela análise do desempenho dos órgãos de gestão da PT.

De acordo com os Estatutos da PT, a gestão corrente da empresa cabe a uma Comissão Executiva, composta por cinco ou sete Administradores. É necessária a maioria dos votos dos membros da Comissão Executiva para a aprovação das suas decisões, possuindo todos os membros iguais direitos de voto, e cabendo ao Presidente voto de qualidade, em caso de empate. A Comissão Executiva reúne semanalmente e tem a seguinte composição e respectivas atribuições:

Miguel Horta e Costa [CEO]					
Secretaria-Geral			Estratégia		
Assessoria Jurídica			Auditoria Interna		
Imobiliário e Planeamento de Espaços			Regulação e Concorrência		
Conselho Corporativo de Comunicação			Relações Internacionais		
			Comunicação, Imagem, Patrocínios e Marca do Grupo PT		
			Responsabilidade Social		
			Segurança		
			Análise de Qualidade e Satisfação do Cliente		
		Zeinal Bava [CFO]	Carlos Vasconcellos Cruz	Iriarte Esteves	Paulo Fernandes
Funções Corporativas	▶	▶ Relação com o Mercado Financeiro e de Capitais	▶ Activos Humanos	▶ Desenvolvimento de Tecnologia e Redes	▶ Planeamento e Controlo de Gestão
		▶ Contabilidade, Consolidação e Reporting Financeiro	▶ Formação	▶ Inovação	▶ Sistemas de Informação
		▶ Tesouraria			▶ Desenvolvimento de Negócios
		▶ Corporate Finance			▶ Imobiliário
Funções Executivas	▶	▶ PT Comunicações	▶ PT Investimentos Internacionais	▶ PT Comunicações	▶ PT Sistemas de Informação
		▶ PT Multimedia	▶ Vivo	▶ Lusomundo Media	▶ PT Compras
		▶ TV Cabo	▶ PT Móveis	▶ Fundação Portugal Telecom	▶ PT ACS
		▶ PT PRO	▶ PrimeSys		▶ Simarc
		▶ Previsão	▶ CTM		
			▶ PT Ásia	▶ TMN	
			▶ Unitel	▶ PT Wi-Fi	
			▶ Mascom Wireless	▶ PT Comunicações	
			▶ Cabo Verde Telecom	▶ PT Corporate	
			▶ CST	▶ PT Inovação	
			▶ Guiné Telecom		
			▶ Timor Telecom		
			▶ Directel		
			▶ Outros negócios internacionais		

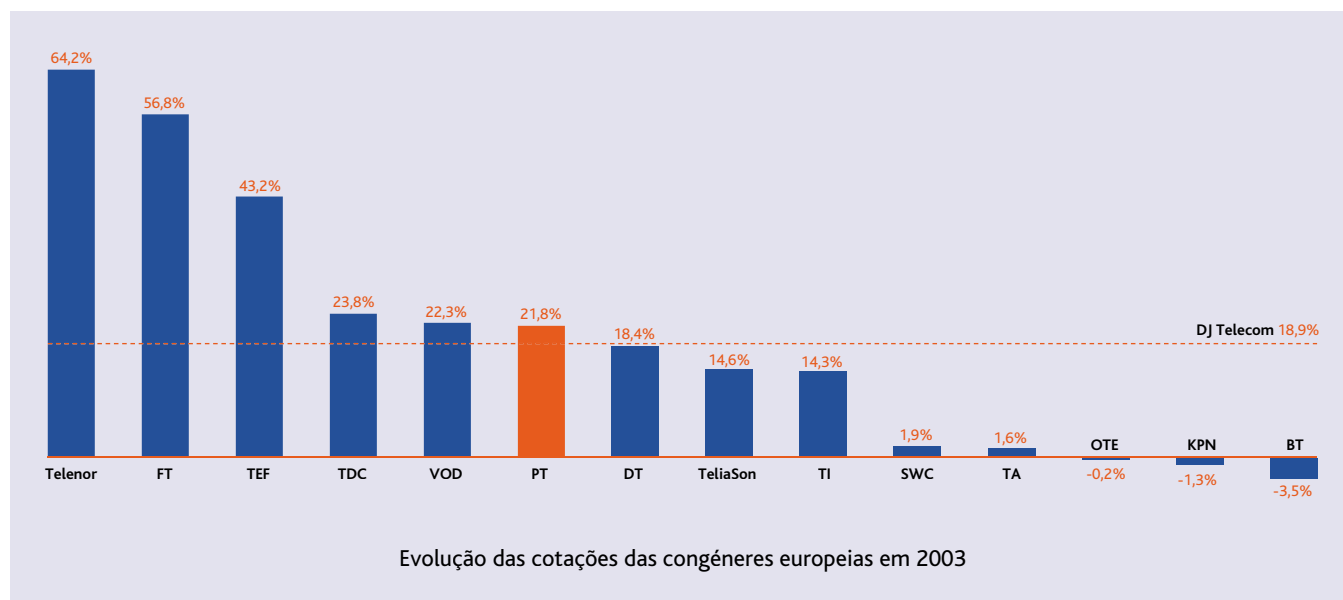
Performance bolsista • Acções

O ano de 2003 constituiu o ano de viragem do mercado accionista face à queda iniciada em 2000. No primeiro trimestre, os mercados financeiros foram influenciados negativamente pela indefinição relativamente à recuperação da economia norte-americana e da Zona Euro e ao conflito no Iraque, tendo registado uma recuperação no segundo trimestre, após a conclusão da guerra no Iraque, para o que também contribuiu a descida das taxas de juro norte-americanas e da Zona Euro para os níveis mais baixos das últimas décadas. No entanto, foi no segundo semestre que se observou uma performance mais positiva com a retoma da economia norte-americana e a recuperação gradual do Japão.



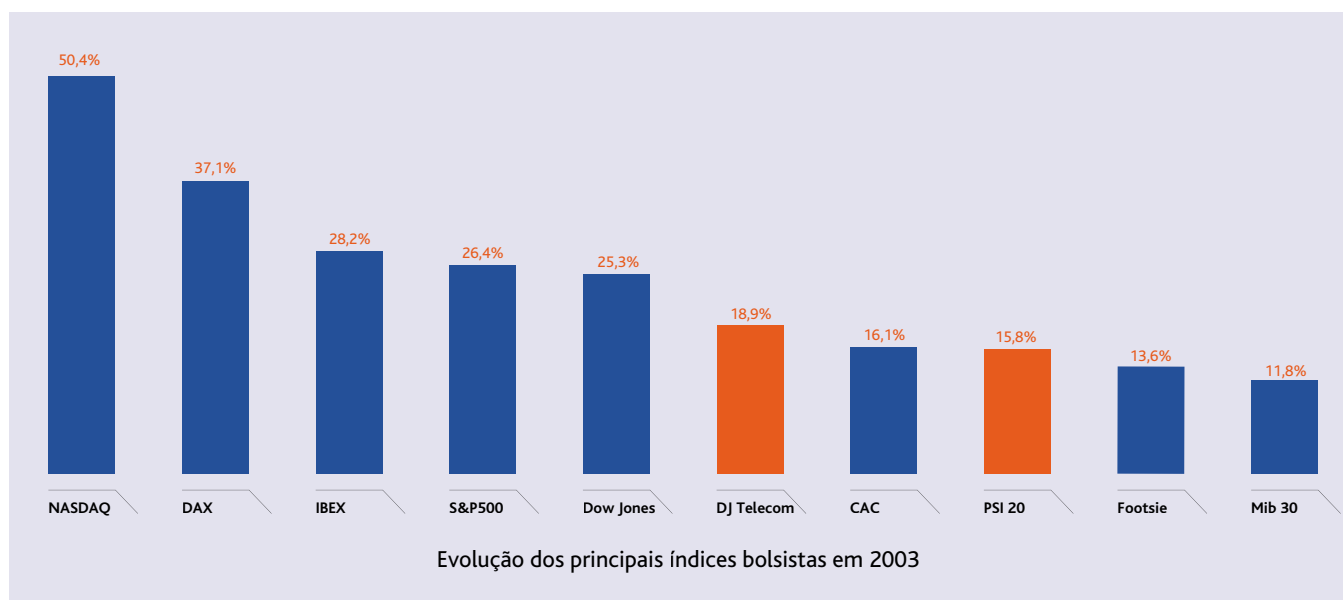
O sector das telecomunicações, apesar de também ter sido afectado negativamente no primeiro trimestre pelos factores referidos, apresentou uma performance favorável no ano de 2003 tendo registado uma subida de 18,9%. Na Euronext, os índices PSI Geral, PSI 20 e Euronext 100 observaram em 2003 acréscimos de 17,4%, 15,8% e 12,7%, respectivamente, e as acções da PT registaram uma subida de 21,8%, tendo fechado o ano a 7,98 euros. De referir que em 7 de Novembro os mercados de Lisboa, Paris, Bruxelas e Amesterdão passaram a transaccionar numa plataforma de negociação única.

Entre as congéneres, será de destacar, por um lado, as subidas da France Telecom (+56,8%), da Telefónica (+43,2%), da TDC (+23,8%), da Vodafone (+22,3%) e da Deutsche Telecom (+18,4%) e, por outro, as descidas da British Telecom (-3,5%) e da KPN (-1,3%).

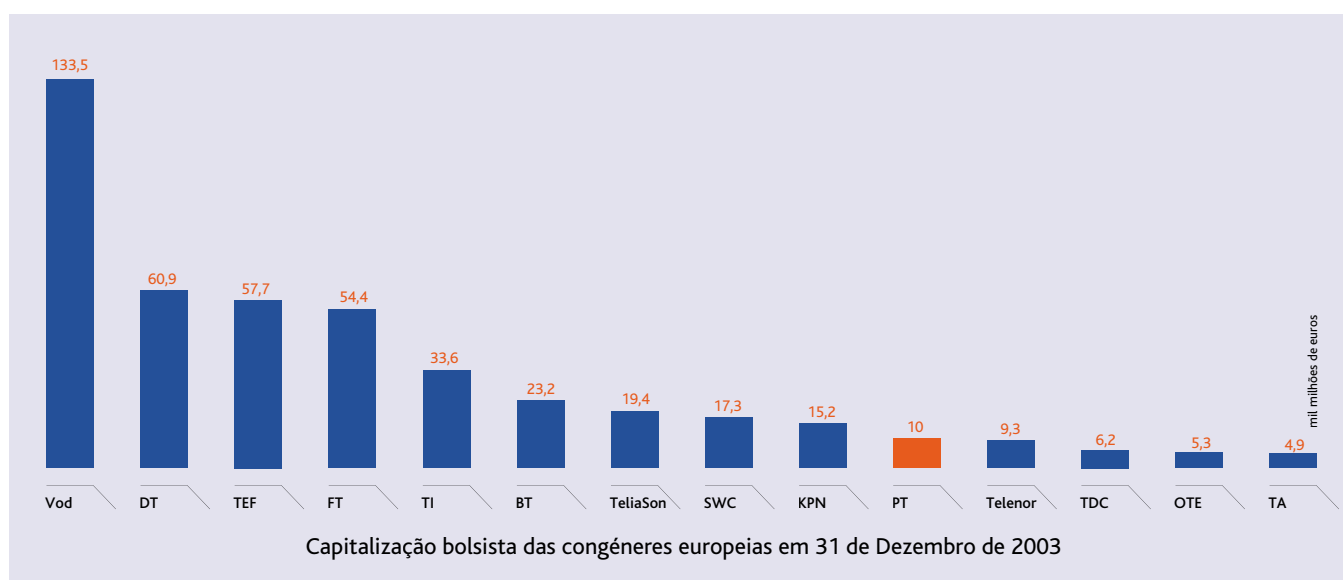


A PT negociou ao longo de 2003 cerca de 1 250 milhões de acções, equivalente a uma média diária de 4,8 milhões de acções, tendo o seu volume de transacções representado 43% do valor global negociado na Euronext, o que permitiu manter a sua posição de liderança no mercado doméstico em termos de liquidez. A PT continua assim a ser a empresa nacional com maior peso nos índices bolsistas portugueses: 21,7% do PSI Geral e 20,7% do PSI 20, no final de 2003. No índice Euronext 100 a PT ocupa a 35.^a posição, sendo, entre as sete empresas portuguesas, a que ocupa a primeira posição.

Entre as principais praças financeiras, destaque para a subida de 50,4% do Nasdaq, tendo os restantes mercados registado igualmente performances positivas.

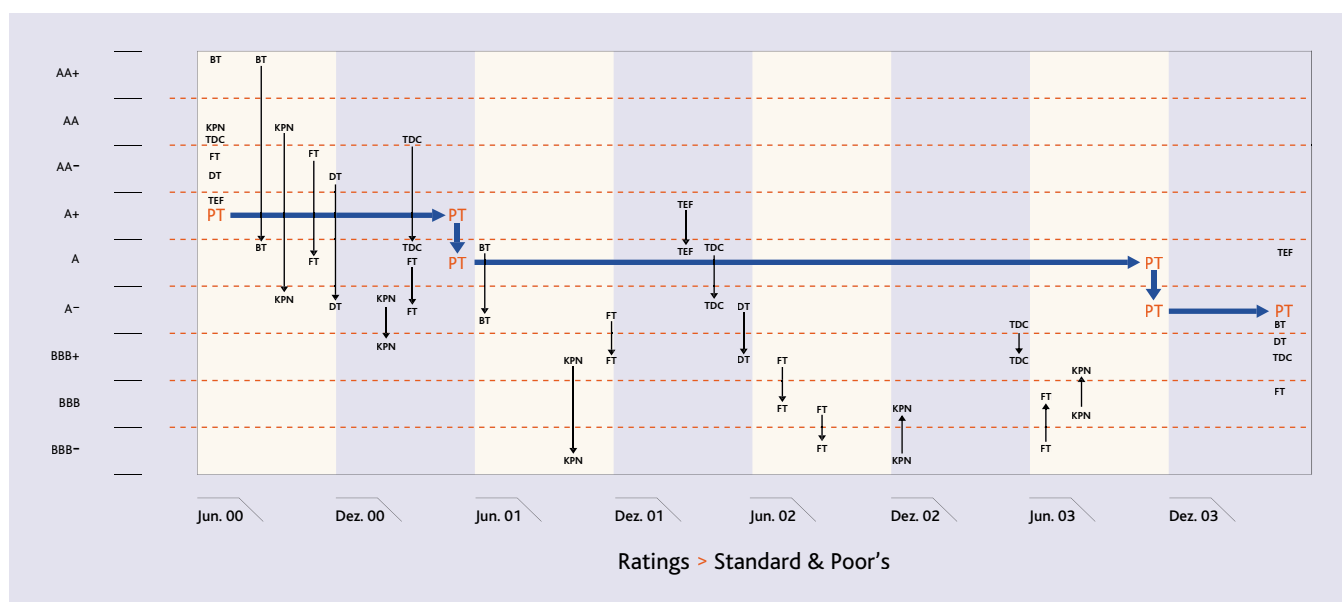
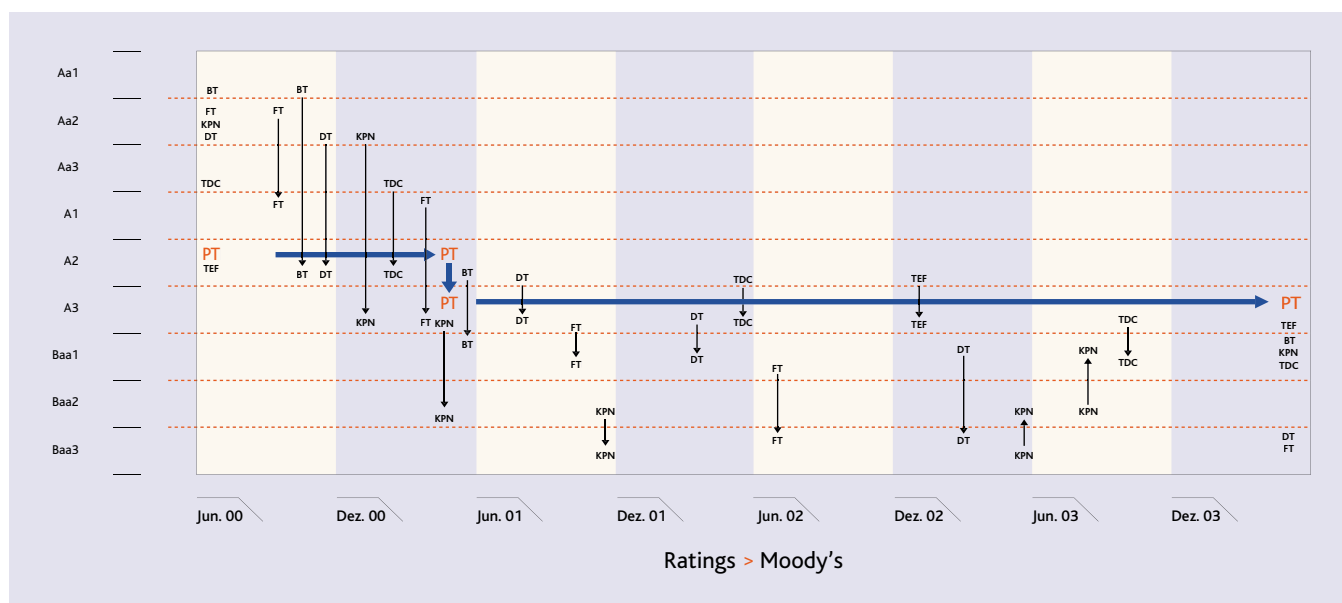


Na Bolsa de Nova Iorque, os ADR da PT registaram em 2003 uma subida de 46,7%, tendo fechado o ano a 10,02 dólares americanos. Em termos de liquidez, negociaram-se em média ao longo do ano cerca de 94 mil ADR por dia, ascendendo o número de ADR outstanding a 58 milhões.



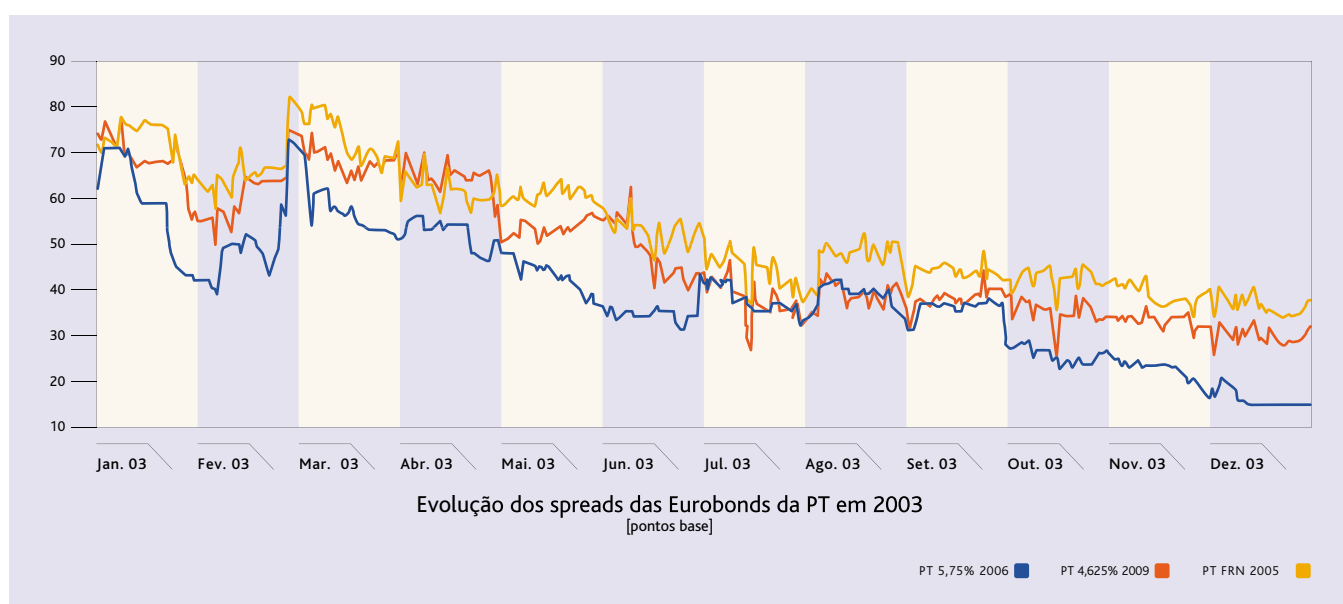
Performance bolsista • Eurobonds e Exchangeable Bonds

Após um período relativamente prolongado de degradação do rating de diversos operadores europeus de telecomunicações, o ano de 2003 ficou marcado por uma estabilização generalizada da qualidade do crédito, tendo-se verificado apenas pequenos acertos no rating das empresas do sector. Este comportamento advém do esforço evidenciado pelas empresas na consolidação da sua situação financeira, designadamente com a aplicação do cash flow gerado na redução de dívida. Este facto, aliado à diminuição do valor total de emissões relativamente aos anos anteriores e ao início da recuperação económica, levou à redução generalizada dos spreads de crédito no sector.



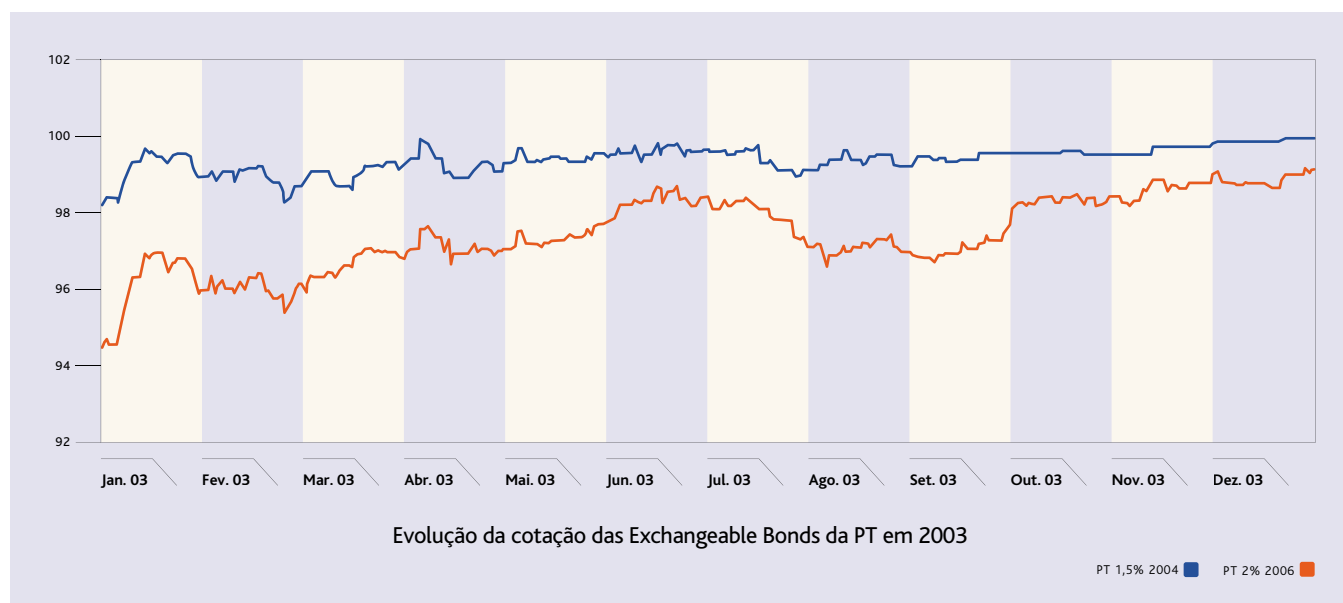
Apesar da alteração de A para A- na notação da Standard & Poor's, anunciada no início de Maio de 2003, a PT mantém um dos mais fortes ratings do sector, em resultado da forte capacidade de geração de cash flow, da elevada liquidez do seu balanço e do perfil da sua dívida. A descida da notação da PT junto da Standard & Poor's foi justificada por esta agência de rating com o nível actual da cobertura das responsabilidades do Grupo PT com pensões e cuidados de saúde. No entanto, imediatamente após a alteração do rating, os spreads de crédito da PT permaneceram praticamente inalterados.

Posteriormente, após o anúncio do programa de share buyback envolvendo a aquisição de acções próprias representativas de 10% do capital da PT, a Moody's e a Standard & Poor's reafirmaram o rating da PT, facto que é revelador do reconhecimento da qualidade do crédito do Grupo. A estabilização da situação política e económica no Brasil contribuiu também para a redução da percepção do risco associado à PT. Reflectindo todos estes factores, verificou-se, durante o ano de 2003, uma redução dos spreads a que as Eurobonds da PT foram transaccionadas em mercado secundário.



As taxas de juro mantiveram a tendência descendente até meados de Junho, contribuindo, conjuntamente com a evolução favorável dos spreads da PT, para o aumento (ligeiro) das cotações das Eurobonds. A partir daquele momento, verificou-se uma subida dos níveis das taxas de juro na Europa, nomeadamente para prazos mais longos, em resultado da gradual aceleração da actividade económica. Em todo o caso, a continuação da redução dos spreads da PT permitiu compensar a subida das taxas de juro e, assim, estabilizar as cotações dos títulos de dívida no mercado.

As cotações das Exchangeable Bonds da PT mantiveram, durante o primeiro semestre de 2003, a tendência de recuperação já observada ao longo dos últimos meses de 2002, reflectindo a descida das taxas de juro e dos spreads da PT para os prazos relevantes (2004 e 2006). O segundo semestre caracterizou-se por uma evolução positiva das cotações das Exchangeable Bonds, o que reflecte, por um lado, um contexto de taxas de juro mais elevadas e, por outro, a continuação da redução do spread de crédito da PT e a subida da cotação das acções da PT.



Durante o primeiro semestre de 2003, a PT procedeu ao cancelamento de 58,6 milhões de euros das Exchangeable Bonds com maturidade em 2004, adquiridas em mercado secundário durante o ano de 2002 por 56,5 milhões de euros. Após este cancelamento, a PT adquiriu, no mesmo mercado, a desconto, mais 50,2 milhões de euros de Exchangeable Bonds com vencimento em 2006. No final de 2003, a PT procedeu ao cancelamento da totalidade destas Exchangeable Bonds detidas em carteira, num valor total de 109,7 milhões de euros.

Actividades de relação com investidores

A comunicação entre as empresas e a comunidade financeira tem-se tornado cada vez mais importante, sendo fundamental uma comunicação clara e efectiva da actividade do Grupo PT e da sua estratégia de criação e distribuição de valor.

Neste contexto, teve lugar no dia 24 de Junho de 2003 o Investor Day, onde a Comissão Executiva da PT se reuniu com investidores e analistas, representantes das mais prestigiadas casas de research nacionais e internacionais. Do programa constava a apresentação pela equipa de gestão dos vários negócios do Grupo e da estratégia empresarial.

De salientar o reforço da notoriedade e atractividade do Grupo PT na comunidade financeira nacional e internacional, processo que culminou em 30 de Outubro de 2003 com a atribuição de quatro prémios dos Investor Relations Awards 2003 organizados pelo Semanário Económico e pela Deloitte, como segue:

- ▶ Melhor CEO na área de Investor Relations.
- ▶ Melhor Programa Global de Investor Relations – PSI 20.
- ▶ Melhor Utilização de Tecnologia em Investor Relations.
- ▶ Menção Honrosa – Relatório e Contas, sector não financeiro.

Em Junho de 2003, a PT foi ainda distinguida pelo Institutional Investor Research Group como tendo o segundo melhor Departamento de Investor Relations (IR) da Europa e o primeiro de Portugal. Também em Junho de 2003, a Thompson Financial publicou um sector ranking of individual IR professionals, em que o IR da PT ocupou o quarto lugar.

De destacar a realização ao longo do ano de quatro roadshows na Europa e nos Estados Unidos, dos quais se salienta o roadshow realizado após a divulgação dos resultados do primeiro semestre de 2003, de 16 de Setembro a 3 de Outubro, com 11 bancos em 13 países e 17 cidades, com cerca de 200 contactos com investidores e 5 Sales Force Presentations. Em termos globais, no âmbito dos roadshows, realizaram-se cerca de 280 one-on-ones no ano de 2003.

Refira-se a participação da PT em catorze importantes conferências nacionais e internacionais, no âmbito das quais se realizaram cerca de 120 one-on-ones. Para além dos contactos diários, a PT realizou ainda neste período mais de 150 one-on-ones e conference-calls com analistas e investidores.

O grau e a qualidade do nível de divulgação da informação levou a que a PT continue a ser considerada pela comunidade financeira internacional como sendo uma das best practices do sector nesta matéria.

Estrutura accionista

Em 31 de Dezembro de 2003, as participações qualificadas no capital da PT eram as seguintes:

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Instituição	N.º de acções	Capital
Grupo Banco Espírito Santo	122 274 074	9,7%
Brandes Investment Partners	67 279 052	5,4%
Capital Group Companies	63 193 870	5,0%
Telefónica	60 264 787	4,8%
Grupo Caixa Geral de Depósitos	58 654 731	4,7%
Grupo Banco Português de Investimento	35 742 724	2,8%
Cinveste	28 662 500	2,3%
Telexpress*	23 000 000	1,8%

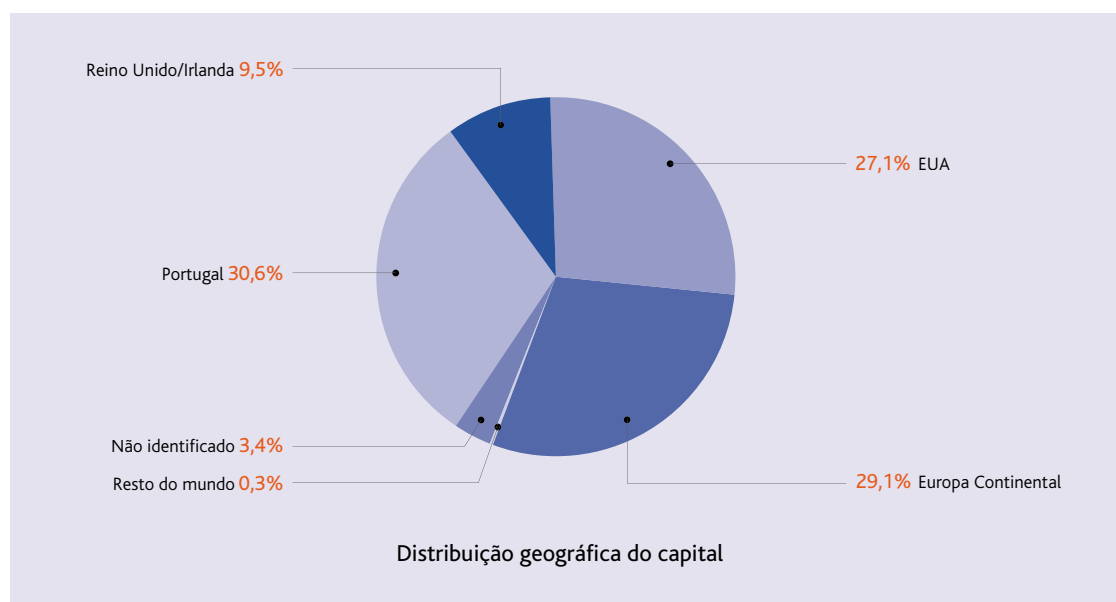
* Participação ao abrigo do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais.

Acções próprias

A Assembleia Geral da PT de 4 de Abril de 2003 autorizou a aquisição de acções próprias, até ao limite correspondente a 10% do seu capital social. Em linha com esta autorização, a PT procedeu durante o primeiro semestre do ano de 2003 à aquisição de 5 322 122 acções próprias a um preço médio unitário de 6,75 euros, as quais foram integralmente alienadas até 30 de Junho de 2003, por um preço médio unitário de 6,70 euros. Estas alienações de acções próprias geraram uma perda patrimonial de 277 mil euros, a qual foi registada como uma dedução de reservas livres, conforme estabelecido nas normas contabilísticas portuguesas.

Programa de compra de acções próprias

Em 16 de Setembro de 2003, a Comissão Executiva da PT anunciou um programa de compra de acções próprias até 10% do capital social. Neste contexto, a PT adquiriu a partir dessa data e até ao final de 2003 um total de 28 644 509 acções próprias a um preço médio unitário de 7,33 euros. Desde o início de 2004, a PT adquiriu um total de 10 365 599 acções próprias a um preço médio unitário de 8,52 euros, sendo que à data deste relatório a PT já detém em carteira um total de 39 010 108 acções próprias (ao preço médio unitário de 7,65 euros), equivalentes a 3,11% do capital social.



► Informação Chave

Factos relevantes

Aquisição da TCO

Em 16 de Janeiro de 2003, a TCP celebrou um acordo com a empresa brasileira Fixcel para a aquisição da TCO, operador líder nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, com uma base de clientes de cerca de 3 milhões.

Nessa data foi estabelecido que a aquisição da totalidade do capital da TCO seria executada em três fases: (1) aquisição das acções ordinárias detidas pela Fixcel, representando 61,1% dos direitos de voto da TCO, por aproximadamente 1 506 milhões de reais, correspondente a 19,49 reais por lote de mil acções ordinárias adquiridas; (2) uma posterior Oferta Pública de Compra sobre as restantes acções ordinárias da TCO, a qual foi concluída em 18 de Novembro de 2003; e (3) a integração da TCO na TCP através de uma operação de incorporação das restantes acções da TCO.

Em 25 de Abril de 2003, a TCP concluiu a primeira fase desta operação, tendo pago à Fixcel um montante de 308 milhões de reais, sendo o remanescente pago parceladamente nos termos e condições estabelecidos no contrato definitivo de aquisição do controlo accionista da TCO.

Em 9 de Outubro de 2003, a TCP iniciou a segunda fase desta aquisição, tendo procedido ao lançamento de uma Oferta Pública de Compra das 43 385 533 827 acções ordinárias da TCO detidas por accionistas minoritários. O preço da oferta foi fixado em 16,58 reais por cada lote de mil acções e representa 80% do preço pago ao anterior accionista controlador da TCO, actualizado até ao dia 23 de Setembro de 2003. Esta operação foi concluída em 18 de Novembro de 2003, tendo sido adquiridas 32 205 831 707 acções ordinárias representativas de 74,2% do total das acções ordinárias em circulação, pelo montante global de 538,8 milhões de reais. Com esta operação, a TCP passou a deter 90,7% dos direitos de voto e 29,3% do total do capital da TCO excluindo as acções próprias detidas pela empresa.

Em 31 de Outubro de 2003, a TCP iniciou a terceira fase desta aquisição, tendo lançado uma operação de incorporação de acções para conversão da TCO numa subsidiária integralmente detida pela TCP. A relação de troca foi fixada em 1,27 acções ordinárias da TCP por cada acção ordinária da TCO e 1,27 acções preferenciais da TCP por cada acção preferencial da TCO. Conforme referido em maior detalhe no capítulo referente aos eventos subsequentes, esta operação foi cancelada em 12 de Janeiro de 2004, na sequência da emissão de uma opinião da Comissão de Valores Mobiliários Brasileira de que esta operação não estava totalmente de acordo com a legislação em vigor no Brasil.

Em consequência, a TCP detém apenas 29,3% do total do capital da TCO, apesar de controlar a empresa dado deter 90,7% dos direitos de voto. Esta aquisição permitiu à Vivo reforçar a sua liderança e competitividade no mercado brasileiro, alcançando mais de 20 milhões de clientes e uma quota de mercado superior a 50%.

A operação de aquisição da TCO foi integralmente financiada em reais pela TCP, não aumentando assim a exposição da PT ao Brasil.

Investor Day da PT

Em 24 de Junho de 2003, a PT realizou o seu Investor Day anual, data em que a Comissão Executiva se reuniu com investidores institucionais e analistas financeiros para a apresentação dos vários negócios do Grupo e da estratégia empresarial.

Nessa data foi igualmente anunciada a intenção da Comissão Executiva de propor ao Conselho de Administração que seja submetida à Assembleia Geral Anual de Accionistas do próximo ano a aprovação de uma distribuição de dividendos referente ao exercício de 2003 num montante entre 0,20 euros e 0,22 euros por acção, caso a situação económica e financeira da empresa e as condições de mercado o permitam.

Acordo para a alienação da Mascom Wireless

Em 7 de Julho de 2003, a PT celebrou um acordo com a Citizens para a venda da participação de 50,01% que o Grupo detém na Mascom Wireless por um total de 250 milhões de pulas do Botswana, equivalente a 46 milhões de euros. A PT já recebeu um pagamento inicial no montante de 200 milhões de pulas do Botswana, equivalente a 41 milhões de euros, que se encontra contabilizado como um adiantamento até à conclusão desta transacção, a qual está sujeita à aprovação do regulador.

Acordo para a aquisição de 12,5% da PT Prime

Em 20 de Julho de 2003, a PT celebrou um acordo com a SIBS para a aquisição da participação de 12,5% que aquela empresa detinha na PT Prime, pelo montante de 39 milhões de euros. Esta operação enquadrou-se no âmbito do processo de reestruturação da rede fixa, permitindo ao Grupo deter a totalidade do capital da PT Prime. Desta forma, esta operação irá promover uma maior eficiência nesta área de negócio através de uma maior integração e coordenação nas actividades da rede fixa, com o objectivo de captação de sinergias e redução de custos. A transferência das acções da PT Prime ocorreu em 6 de Outubro de 2003.

Confirmação do dividendo e programa de compra de acções próprias

Em 16 de Setembro de 2003, a Comissão Executiva da PT confirmou que o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral Anual de Accionistas a aprovação de um dividendo de 0,22 euros por acção, que corresponde ao valor máximo do intervalo anunciado no Investor Day, caso a situação económica e financeira da Empresa e as condições de mercado o permitam.

Adicionalmente, a Comissão Executiva anunciou nessa data a sua intenção de proceder a uma operação de share buyback, compreendendo a aquisição de acções próprias representativas de 10% do capital social da PT, a completar até ao final de 2004, caso as condições financeiras da empresa e de mercado o permitam.

Notificação à PT Comunicações da decisão do Supremo Tribunal de Justiça

Em 17 de Outubro de 2003, a PT Comunicações foi notificada da decisão do Supremo Tribunal de Justiça, no âmbito do recurso interposto da decisão do Tribunal da Relação de Lisboa que considerou ilegal o impulso de activação introduzido pela Portugal Telecom, S.A. no tarifário para o serviço fixo de telefone em Fevereiro de 1998 aprovado pelas autoridades competentes e subsequentemente ratificado pelo Governo, em condenar esta empresa (que sucedeu à Portugal Telecom, S.A. como ré nesta acção) a restituir aos assinantes os valores cobrados em 1999 a título de impulso de activação. Ver análise desta situação na Nota 63 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Acordo com a RTP para o pagamento de dívida à PT Comunicações

Em 20 de Novembro de 2003, foi assinado pela PT e pela PT Comunicações um acordo com a RTP relativo à liquidação da dívida desta sociedade para com a PT Comunicações. O acordo celebrado teve por objecto os créditos resultantes dos serviços facturados à RTP pela PT Comunicações até 31 de Dezembro de 2002 e ainda não liquidados, acrescidos dos respectivos juros. Em resultado das negociações, a RTP irá pagar à PT um montante total de 83 milhões de euros, sendo que até 31 de Dezembro de 2003 já havia sido liquidado um total de 67 milhões de euros, devendo o remanescente ser liquidado no primeiro semestre de 2004.

Demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003, 2002 e 2001

[Formato Internacional]

valores expressos em euros

	2003	2002	2001
Prestações de serviços	5 056 469 413	4 950 845 832	4 976 310 428
Vendas de mercadorias e produtos	583 532 339	492 030 480	613 477 704
Publicidade em listas	136 109 823	139 156 808	136 786 165
Total de proveitos operacionais	5 776 111 575	5 582 033 120	5 726 574 297
Custos operacionais			
Custos com remunerações e outros encargos com o pessoal	705 902 478	694 775 367	668 638 240
Custos com benefícios de reforma	222 942 179	183 213 062	140 677 528
Custos de telecomunicações	587 145 058	622 938 664	715 099 148
Subsídios	(20 627 776)	(31 519 859)	(36 781 131)
Conservação e reparação	126 536 660	129 248 379	120 110 278
Trabalhos para a própria empresa	(74 499 765)	(114 033 783)	(179 349 158)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	73 999 927	97 182 987	139 078 586
Custo das mercadorias vendidas	550 154 948	462 664 452	619 849 449
Custos com publicidade em listas	90 419 679	92 049 002	89 182 839
Publicidade e propaganda	141 945 303	108 812 870	141 990 448
Renda da concessão	–	16 278 750	12 706 488
Outros fornecimentos e serviços externos	966 525 817	925 561 923	998 959 689
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa, existências e outros riscos	130 806 217	132 763 318	130 713 769
Outros custos e proveitos operacionais	(89 988 262)	(45 258 357)	(45 323 661)
Impostos	97 143 507	77 840 569	87 032 366
Total de custos operacionais	3 508 405 970	3 352 517 344	3 602 584 878
Resultado operacional antes de amortizações	2 267 705 605	2 229 515 776	2 123 989 419
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	953 978 392	962 824 885	956 208 793
Resultado operacional	1 313 727 213	1 266 690 891	1 167 780 626
Outros custos/(Proveitos) não operacionais			
Juros suportados	513 618 157	453 227 338	503 333 942
Juros obtidos	(311 779 856)	(256 166 495)	(203 390 860)
Amortização de goodwill	110 612 770	142 909 438	154 551 382
Outros custos/(Proveitos) financeiros	(53 466 276)	23 959 839	262 827 512
Perdas/(Ganhos) na alienação de imobilizações corpóreas	(28 630 291)	(3 966 594)	(12 692 979)
Perdas/(Ganhos) em empresas do Grupo e associadas	19 156 675	160 873 350	381 339 934
Custos extraordinários com o programa de redução de efectivos	314 084 702	53 701 919	183 877 898
Outros custos/(Proveitos) não operacionais	(9 166 382)	23 002 337	(22 486 449)
Itens extraordinários	61 950 854	15 620 288	(218 916 195)
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	697 346 860	653 529 471	139 336 441
Imposto sobre o rendimento	(377 886 629)	(337 094 337)	(174 595 736)
Resultado consolidado antes de interesses minoritários	319 460 231	316 435 134	(35 259 295)
Interesses minoritários	(79 224 930)	74 620 664	342 649 754
Resultado consolidado líquido	240 235 301	391 055 798	307 390 459
Resultado líquido por acção	0,19	0,31	0,25

BALANÇOS CONSOLIDADOS

em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

[Formato Internacional]

valores expressos em euros

	2003	2002
Activo circulante		
Depósitos bancários e caixa	258 903 507	353 403 303
Títulos negociáveis	2 272 188 060	1 923 104 592
Dívidas de terceiros:		
Clientes	1 118 013 145	1 011 342 161
Outras dívidas de terceiros:		
Outros devedores	365 374 895	426 708 657
Empresas associadas	33 910 549	32 227 918
Existências	102 884 982	149 783 875
Impostos diferidos de curto prazo	748 141 425	819 956 480
Custos diferidos	140 241 889	134 391 528
Total do activo circulante	5 039 658 452	4 850 918 514
Investimentos financeiros, líquidos	448 079 192	376 352 728
Imobilizações corpóreas, líquidos	4 267 958 038	4 575 816 650
Imobilizações incorpóreas, líquidos	3 150 122 385	2 968 745 919
Impostos diferidos de médio e longo prazo	583 471 389	877 309 675
Outros activos de médio e longo prazo	68 525 804	76 983 094
Total do activo	13 557 815 260	13 726 126 580
Passivo circulante		
Empréstimos de curto prazo	1 191 078 724	1 094 355 815
Dívidas a terceiros:		
Fornecedores	672 392 961	658 789 960
Empresas associadas	11 470 569	1 402 427
Outras dívidas a terceiros:		
Outros credores	535 007 267	450 620 085
Empresas associadas	7 007 560	2 288 607
Acréscimos de custos	589 394 613	460 165 628
Estado e outros entes públicos	102 925 601	71 074 053
Impostos diferidos de curto prazo	32 793 924	44 220 045
Proveitos diferidos	212 413 495	175 080 091
Total do passivo circulante	3 354 484 714	2 957 996 711
Empréstimos de médio e longo prazo	4 555 614 003	5 219 107 668
Provisões para benefícios de reforma	1 256 038 995	1 061 457 264
Proveitos diferidos – subsídios	38 744 052	51 067 354
Impostos diferidos de médio e longo prazo	300 731 656	359 050 453
Outros passivos de médio e longo prazo	467 406 947	518 941 416
Total do passivo	9 973 020 367	10 167 620 866
Interesses minoritários	643 967 968	447 181 484
Capital próprio		
Capital	1 254 285 000	1 254 285 000
Prémios de emissão de acções	91 704 891	2 149 565 000
Acções próprias	(210 040 062)	–
Reserva legal	144 184 287	144 184 287
Outras reservas e resultados transitados	3 682 035 130	1 438 650 337
Ajustamentos de conversão cambial	(2 261 577 622)	(2 266 416 192)
Resultado consolidado líquido do exercício	240 235 301	391 055 798
Total do capital próprio	2 940 826 925	3 111 324 230
Total do capital próprio, dos interesses minoritários e do passivo	13 557 815 260	13 726 126 580

► Recursos

Pessoal

A política de pessoal da PT tem-se alicerçado na contínua valorização e racionalização dos seus activos humanos. Neste sentido, o modelo de “Gestão Estratégica de Activos Humanos”, transversal a todas as empresas do Grupo, dá corpo a uma visão: o reconhecimento das pessoas como o activo mais valioso do Grupo.

A aplicação do modelo desenvolve a cultura de mérito e de criação de valor accionista, focando-se na constituição das melhores equipas e no desenvolvimento pessoal e profissional, fomentando a formação e as estratégias de rotação que permitem enriquecer, motivar e desenvolver os activos humanos por forma a tornar o Grupo mais justo e competitivo. Tendo-se já afirmado como empregador de referência junto dos melhores alunos das mais conceituadas escolas, estão a ser criadas condições para que a PT seja capaz de rivalizar com as melhores empresas e grupos internacionais em termos de capacidade de atracção, desenvolvimento e retenção dos melhores talentos.

Integrado na “Gestão Estratégica de Activos Humanos”, a implementação do “Modelo de Análise de Performance Individual”, nas suas componentes fundamentais de análise de competências de gestão e liderança posicionou-se ao nível das melhores práticas do mercado internacional.

Em termos de modelo de formação, muito embora a maior parte da formação desenvolvida se tenha baseado ainda em modo presencial tradicional dando assim continuidade aos planos de formação das várias empresas, foram em simultâneo lançadas as bases para a criação e operacionalização de um novo conceito de Formação Transversal Corporativa, o “Campus PT”.

Ao nível dos conteúdos de formação, foram estabelecidos acordos e parcerias para a formação em micro-informática com a ECDL (European Computer Driving Licence) estando em funcionamento um centro de certificação para o efeito. Também em formato blended learning foram criadas condições para o início do programa SKIPER, destinado à formação generalizada dos quadros das empresas do Grupo, de acordo com a matriz de competências do modelo de “Gestão Estratégica de Activos Humanos”. Foram ainda consolidadas as parcerias com as Universidades e Institutos que têm contribuído para o percurso formativo dos activos humanos do Grupo.

Em termos de alinhamento com os objectivos de criação de valor accionista para o Grupo, efectuou-se a atribuição de acções da PT aos seus colaboradores, tendo sido atribuídas 50 acções a cada trabalhador na distribuição de resultados aprovada em 2003, tendo o custo dessa operação ascendido a 5 milhões de euros.

No âmbito da indispensável racionalização dos activos humanos imposta por um mercado cada vez mais competitivo, teve início o “Programa de Reestruturação dos Activos Humanos”, conducente a uma redução progressiva dos mesmos e à sua adequação às exigências e desafios do negócio.

Este programa, que colocou especial ênfase em medidas incentivadoras à pré-reforma e à antecipação da aposentação, privilegiou sempre soluções orientadas para o consenso e para a serenidade laboral, objectivos plenamente conseguidos. Em 2003 aderiram a programas de antecipação de aposentação ou de pré-reformas um total de 1 530 trabalhadores.

Paralelamente, o Grupo tem privilegiado a mobilidade interna por forma a dar resposta às alterações da estrutura relativa do portfolio de negócios e das suas tendências de crescimento, a favor dos negócios mais dinâmicos, menos sujeitos à obsolescência tecnológica e à pressão da concorrência, tendo em vista maximizar a sua competitividade e os seus cash flows.

TRABALHADORES AO SERVIÇO POR NEGÓCIO

	2003	2002	Variação	
			N.º	%
Rede Fixa	9 075	11 183	(2 108)	(18,9)
TMN	1 109	1 192	(83)	(7,0)
Vivo	3 500	2 063	1 437	69,7
PT Multimedia	2 588	2 903	(315)	(10,9)
Outros Negócios	8 600	5 768	2 832	49,1
TOTAL	24 872	23 109	1 763	7,6
Portugal	14 427	16 893	(2 466)	(14,6)
Internacional	10 445	6 216	4 229	68,0

No final de 2003, o número de trabalhadores ao serviço do Grupo situava-se em 24 872, o que representa um acréscimo de 1 763 trabalhadores face ao final de 2002. Este comportamento foi determinado essencialmente pelo acréscimo do número de trabalhadores nos negócios no Brasil, que reflecte, por um lado, o aumento de trabalhadores a prazo em serviços de call center na Mobitel (incluída na linha referente a Outros Negócios), anteriormente em outsourcing a entidades externas ao Grupo, e, por outro, o aumento de trabalhadores da Vivo na sequência da aquisição da TCO que mais que compensou a diminuição no número de trabalhadores das restantes subsidiárias da Vivo durante o ano de 2003.

No final de 2003, o número de trabalhadores do Grupo em Portugal situava-se em 14 427, o que representa um decréscimo de 2 466 trabalhadores. Os programas de redução de efectivos envolveram 1 530 trabalhadores em 2003, sendo que 1 450 ocorreram na rede fixa.

No negócio de rede fixa registou-se uma redução de 2 108 trabalhadores face ao final de 2002, que se deveu essencialmente à saída de 1 450 trabalhadores no âmbito do programa de redução de efectivos e à transferência de cerca de 600 trabalhadores para as empresas instrumentais do Grupo, nomeadamente para a PT PRO, PT Corporate e PT Compras (incluídas na linha referente a Outros Negócios). O número de acessos principais por trabalhador do serviço fixo de telefone aumentou 18,6%, para 478, rácio que se situa ao nível das melhores práticas europeias.

A TMN e a PT Multimedia reduziram o seu quadro de pessoal em 83 e 315 trabalhadores, respectivamente, devido essencialmente à transferência de trabalhadores para a PT Pro. No caso da TMN, o indicador de produtividade “cartões por trabalhador” aumentou para 4 406, o que representa um acréscimo de 18,7% face ao ano anterior.

Infra-estruturas de telecomunicações

A evolução da base de clientes, o aumento da qualidade e disponibilidade dos serviços prestados e a necessidade de se implementarem novas funcionalidades associadas a novos serviços, determinaram a realização em 2003 de um conjunto de actividades e de acções, ao nível de cada uma das redes que suportam os diferentes negócios do Grupo, tendo em vista a adequação da sua capacidade de resposta e a sua modernização.

A actividade desenvolvida na componente de redes ao longo do ano de 2003, caracterizou-se pela manutenção de uma elevada capacidade funcional de resposta, com destaque para a qualidade de transmissão da fibra óptica, tendo sido instalados cerca de 6 389 Km.par, correspondentes a 1 663 Km.cabo, para a expansão e ampliação da rede de transmissão SDH, traduzindo-se num acréscimo de 39 236 novos circuitos equivalentes de 2 Mbit/s, e para o aumento de quatro novos comprimentos de onda (λ) em serviço, embora não tenha havido instalação em 2003 de novos sistemas DWDM na rede.

Na rede de acesso deram entrada ao serviço novos sistemas FITL (“Fiber in the Loop”), a que correspondeu um total de cerca de 3 710 novas terminações equivalentes. Verificou-se uma forte expansão da oferta ADSL na rede, cuja taxa de cobertura do serviço relativamente ao serviço fixo telefónico evoluiu de 56% no final de 2002 para 83,4% no final de 2003.

Quanto às plataformas de serviços e novos serviços são de salientar as seguintes intervenções: (i) o aumento de capacidade de recebimento da plataforma NGIN (“Next Generation Intelligent Network”) que passou para 80 chamadas e a capacidade de processamento que passou para 4 000 chamadas em simultâneo; (ii) a difusão de mensagens por voz informativas para uma lista extensa de contactos (serviços de audiodifusão); (iii) a introdução no Portal Voz do reconhecimento de voz e de novas opções no serviço; (iv) o início comercial da plataforma SMS, que ocorreu no dia 24 de Abril de 2003, já com interligação com a TMN; e (v) o aumento para 300 canais do acesso ao sistema de atendimento telefónico, para atendimento automático do serviço informativo.

Verificou-se também a ampliação de banda na rede ATM, com vista a melhorar a robustez da rede e da ampliação da rede Frame Relay e X.25, tendo sido instalados quatro novos equipamentos Passport 15 000 da Nortel Networks. Concluiu-se a rede de voz empresarial, e a sua migração para VoIP, estando a totalidade dos clientes com acesso directo a ser servida por esta tecnologia.

De salientar o lançamento do serviço wholesale “Rede Ethernet PT”, oferecendo ligações nível 2 Ethernet, ponto-a-ponto e ponto-multiponto, com interfaces Ethernet, Fast Ethernet e Gigabit Ethernet, bem como o desenvolvimento dos pilotos tecnológicos para a implementação de serviços, nomeadamente VoIP, xDSL, Wireless Lans, e de video streaming sobre ADSL.

O aumento do número de clientes da TMN, associado à preocupação permanente em lhes prestar serviços de qualidade, obrigam a uma readaptação sistemática da rede, quer do ponto de vista da sua expansão – maior e melhor cobertura da rede – quer da sua modernização. Neste contexto procedeu-se à instalação de mais 70 estações de base (BTs), face a 3 799 no final de 2002. Por outro lado, o serviço de roaming passou a abranger 262 operadores de 159 países/regiões, sendo a TMN o primeiro operador, a nível mundial, a assegurar o serviço de roaming em Angola e em Timor.

Procedeu-se também ao ajustamento da capacidade da rede GSM perante as crescentes necessidades originadas pelos novos serviços, dos quais se destaca o i9 (Inove), suportado em GPRS, o que se reflectiu na instalação de um número significativo de novos canais rádio.

O ano de 2003 constituiu ainda um enorme desafio para a infra-estrutura da rede de suporte ao UMTS. Após o adiamento no lançamento dos respectivos serviços, em grande medida motivado pela indisponibilidade de equipamentos terminais, a TMN iniciou, em 23 de Dezembro de 2003, a sua exploração, ainda que em regime experimental, para um grupo seleccionado de utilizadores.

No Brasil, as intervenções mais significativas, em termos da ampliação de infra-estruturas de rede em 2003, fizeram-se nas regiões da Bahia, Brasília, Goiás e Rio Grande do Sul, com a entrada da rede CDMA 1XRTT, compreendendo 68 novos municípios, num total de 103 municípios cobertos por esta tecnologia em toda a área de concessão da Vivo. Com a implantação da rede CDMA 1XRTT nas referidas regiões, entraram ao serviço 466 estações rádio base, 4 centrais e 5 controladores BTs (“BSCs”).

Houve ainda a necessidade de ampliar as redes já existentes do Rio de Janeiro/Espírito Santo, São Paulo e Paraná/Santa Catarina. A cobertura digital abrangeu mais 85 municípios, num total de 1 400 em toda a área de concessão da Vivo. No final de 2003 foram instaladas 603 novas estações rádio base, mais 7,8% do que em 2002.

Em Julho de 2003 concluiu-se a migração de todas as operadoras regionais da Vivo para o SMP, o que envolveu fortes modificações na rede, como, por exemplo, a alteração da topologia de interligação de longa distância, a implementação do identificador de cliente pré-pago e a reprogramação das centrais e plataformas instaladas.

A actividade desenvolvida pela TV Cabo ao nível das infra-estruturas de rede centrou-se essencialmente na criação de novas células, na ligação de novas casas (mais 77 mil) e na implementação de novas casas passadas com retorno (mais 161 mil).

Para satisfazer a procura de clientes e proporcionar-lhes uma maior taxa de cobertura, a Médi Télécom procedeu, em 2003, a uma significativa expansão das infra-estruturas de rede, destacando-se a instalação e colocação ao serviço de mais 188 novas estações base (1 616 no final de 2003), 56% das quais destinadas ao reforço da cobertura e expansão da capacidade nas zonas urbanas, 20% para cobertura de vias de acesso e 31% para reforço da cobertura nas zonas rurais. A rede de comutação teve também uma evolução significativa, com a entrada ao serviço de dois novos comutadores. De referir que a taxa de cobertura da população passou de 86,3% no final de 2002 para 88,96% no final de 2003.

Ao nível do tráfego internacional, verificou-se uma evolução extremamente importante com a constituição do backbone SDH. Esta extensão, em serviço a partir de Julho de 2003, com uma capacidade global de 189 Ei's, permite uma independência total para o tráfego internacional através da ligação directa a Espanha.

Sistemas de informação

A operação e desenvolvimento das tecnologias de informação do Grupo são assegurados pela PT Sistemas de Informação, empresa que está vocacionada para operar nos domínios da convergência das tecnologias de informação com as comunicações, prestando fundamentalmente serviços ao Grupo.

A PT Sistemas de Informação é hoje uma plataforma para oportunidades futuras, que tem tido cada vez mais um papel fundamental na estratégia do Grupo, sendo uma das maiores e mais completas empresas portuguesas no sector da consultoria de sistemas de informação.

Das actividades desenvolvidas em 2003, destaca-se a PT Sistemas de Informação como Prime Contractor do projecto “SAP Corporativo” do Grupo, projecto estruturante que tem como cliente a PT PRO e com o qual se pretende obter um maior controlo contabilístico e financeiro ao nível do Grupo, otimizar a redução de custos decorrentes de uma harmonização de processos nas empresas do Grupo e coordenar a gestão da plataforma SAP com o objectivo de obter poupanças de exploração face à situação actual.

A PT Sistemas de Informação foi também o Prime Contractor do novo programa global de sistemas de informação da TV Cabo, que inclui o desenvolvimento de raiz ou a adaptação das soluções nas áreas de billing, CRM, provisioning, integração, SAP logística e de suporte técnico e operações, constituindo a plataforma que permitirá à TV Cabo melhorar a qualidade de serviço ao seu crescente número de clientes.

A PT Sistemas de Informação foi responsável pela elaboração do plano de sistemas de informação da Vivo, que servirá de suporte ao novo modelo de negócio integrado, resultante da junção das operações e actividades das empresas operadoras de telecomunicações móveis controladas pela Vivo no Brasil.

De salientar também o desenvolvimento integrado de portais do Grupo, nomeadamente o InSapo, a Intranet do Grupo, o site de relações com os investidores e o Zoom da PT Comunicações, bem como o desenvolvimento do sistema de gestão de avaliação de desempenho dos trabalhadores do Grupo, de forma integrada com a estrutura e objectivos da PT.

No que se refere a projectos para empresas exteriores ao Grupo PT, de referir que a empresa “Benfica Estádio” adjudicou à PT Sistemas de Informação a solução global de gestão do seu estádio, ficando a PT Sistemas de Informação responsável pela gestão global do projecto e pela componente de integração.

A PT Sistemas de Informação foi o integrador do projecto “Casa do Futuro/Domótica”, uma solução de automação doméstica em exposição no Museu das Comunicações, cujo objectivo é dar a conhecer ao público as melhores tecnologias actualmente disponíveis para a automação doméstica. A concretização do projecto da “Casa do Futuro” veio dar uma imagem de inovação à PT Sistemas de Informação, que se afirmou no projecto como o integrador tecnológico, tendo à sua responsabilidade a gestão e coordenação de cerca de trinta parceiros que contribuíram com as soluções da Casa do Futuro.

Por outro lado, a PT Sistemas de Informação estabeleceu vários acordos com a Microsoft, dos quais se destaca o Enterprise Software Advisor (ESA) para suporte na gestão de licenças para grandes empresas, a certificação como Certified Partner da Microsoft Business Solutions, tendo em vista soluções ERP e Navision, e a certificação como Microsoft Solution Provider para o desenvolvimento de soluções sobre plataformas Microsoft.

Por último, refira-se ainda a concretização da fusão com a Mega Média, reconhecida pela sua liderança no mercado de desenvolvimento de soluções multimédia interactivas e de e-business para o mercado empresarial sobre múltiplos canais. Com esta operação a PT Sistemas de Informação adquiriu um maior know-how, possibilitando a cobertura de uma mais vasta gama de ofertas.

Investigação e desenvolvimento

A actividade de Investigação e Desenvolvimento (“I&D”) no Grupo PT é desenvolvida pela PT Inovação, cuja actividade está direccionada para o desenvolvimento dos negócios do Grupo, tanto ao nível da investigação aplicada como da prestação de serviços de engenharia e de desenvolvimento de soluções e serviços, quer no mercado doméstico, quer no internacional.

No âmbito da investigação aplicada, a PT Inovação concentrou a sua actividade no Plano de Inovação, que engloba projectos do Contrato de Inovação, projectos comunitários, projectos de IST (“Information Society Technologies”), EURESCOM e programas nacionais de incentivo à inovação. O Contrato de Inovação de 2003 incluiu nove projectos em áreas como: redes de acesso Ethernet, qualidade de serviço extremo a extremo, Internet Protocol V6, segurança em redes IP, gestão de Redes de Próxima Geração (“RPG”), billing and accounting em RPG, serviços RPG, espectros RF (“Rádio Frequência”) e serviços multimédia interactivos.

Deu-se continuidade aos trabalhos em curso no âmbito dos projectos IST (“Information Society Technologies”), tendo-se concluído com sucesso a participação no projecto do IST – Harmonics (introdução de sistemas ópticos baseados na comutação de pacotes na rede de acesso, para transporte de serviços IP com qualidade de serviço) e formulado as novas propostas ao sexto programa-quadro, nomeadamente em áreas como a gestão de recursos em redes heterogéneas, o broadcast/multicast no UMTS e redes de acesso.

No âmbito do EURESCOM, a PT Inovação participou em vários projectos e estudos cobrindo as áreas de localização, evolução do MPLS, serviços móveis multiterminal, visão dos operadores para além do 3G e instant messaging.

Das realizações ocorridas neste período destaca-se, no âmbito do desenvolvimento de soluções de rede, a consolidação da linha de soluções da família xDSL, com o desenvolvimento do agente uDSLAM (“Micro Digital Subscriber Line Access Multiplex”) e do respectivo terminal inteligente, e a realização do trial na Telesp Celular da solução ArQoS, que permite adaptar o sistema de chamadas de prova para recolha e análise de indicadores de QoS nas redes móveis. Ainda neste domínio, salienta-se a instalação de soluções de telemática rodoviária para a EuroScut Algarve, a AENOR (Auto-estradas do Norte) e a AEBI (Auto-estradas da Beira Interior), a instalação da solução de rede para o Banco Internacional de Moçambique e a instalação de soluções de telecomunicações de tecnologia PT Inovação que permitiram a entrada em exploração de diferentes serviços de telecomunicações na Timor Telecom.

Na área das soluções e serviços de rede inteligente é de realçar, para além de diversos serviços desenvolvidos para as operadoras de serviço fixo e móvel do Grupo, o trabalho desenvolvido para a entrada em exploração comercial do serviço móvel pré-pago na Timor Telecom.

Foi também realizada com sucesso a adaptação dos serviços móveis pré-pagos da Vivo ao regulamento SMP da ANATEL, envolvendo uma vasta equipa da PT Inovação e da sua filial brasileira PT Inovação Brasil no desenvolvimento e na operacionalização deste projecto. De salientar também a introdução da primeira solução de tarifação de dados em tempo real, a solução NGIN Pack, em exploração na Telesp Celular e a sua extensão à Global Telecom, permitindo o controlo de sessões de dados 1xRTT e cujo sucesso é atestado com os dois milhões de clientes alcançados pela Vivo no final do ano.

A PT Inovação foi seleccionada no concurso de fornecimento à TMN de uma solução NGIN para suporte aos serviços pré-pagos e pós-pagos de voz e dados para redes GPRS/UMTS. Facto relevante no âmbito das comunicações móveis foi o trabalho intenso que suportou o desenvolvimento do i9 (Inove) – o novo portal multimédia da TMN, lançado em Junho, e o continuado desenvolvimento de novas aplicações para aumentar a sua oferta de serviços e conteúdos, quer no Portal i9, quer no Portal MyTMN. No âmbito do MMS, e após o desenvolvimento em 2002 da Plataforma MMBox para a TMN, 2003 foi o ano de desenvolvimento das funcionalidades de Vídeo MMS.

Os serviços de SMS foram também enriquecidos com contributos da PT Inovação, nomeadamente na interligação sobre a Plataforma RelaySMS entre a rede da TMN e a rede da Vivo e o desenvolvimento de novos serviços para a rede móvel e fixa, dos quais se destaca o “Kolmi” para a rede fixa. Nas plataformas de rede, será ainda de realçar o fornecimento do SMS Center que suporta o serviço SMS na rede da Timor Telecom.

Por fim, será de destacar o desenvolvimento e exploração da solução NGIN Pack WiFi que efectua o controlo de autorização de acesso e a tarifação dos serviços WiFi e que permitiu ao Grupo PT, através da sua nova empresa, a PT WiFi, o lançamento de um serviço inovador com visível notoriedade.

Os custos de I&D do Grupo ascenderam a 14,3 milhões de euros em 2003, face a 17,4 milhões de euros no ano anterior.

► Compromissos com a Comunidade

O grau de confiança dos clientes fica naturalmente fortalecido quando verificam que as organizações prestam uma atenção particular àqueles que mais precisam ou que desenvolvem iniciativas de interesse público, mesmo que não directamente associadas à sua actividade principal.

Por seu lado, os investidores identificam, cada vez mais, como factor-chave de competitividade, o modo como as empresas se envolvem com a sociedade.

Foi precisamente com o objectivo de tornar claro os compromissos da PT com as comunidades onde opera, e com elas poder partilhar os seus valores, que se publicou, pela primeira vez, no final de 2003, um relatório, disponível online, com o título “Comunicamos Sorrisos”, ciente de como a comunicação pode ser um dos melhores meios para aproximar as pessoas.

Clientes, accionistas, investidores e outros stakeholders podem, assim, reconhecer e avaliar melhor as acções em que a PT está envolvida.

O ano de 2003 constitui também um marco para os colaboradores do Grupo porque mostraram, pelo entusiasmo na participação em múltiplos programas – por exemplo, de voluntariado social – que o talento na satisfação dos clientes pode ser exercido de muitas e inovadoras maneiras.

Os compromissos da Portugal Telecom assumem várias formas de intervenção, com particular ênfase na área social, mas também no apoio à cultura e à preservação do meio ambiente, sendo muitas dessas acções baseadas em parcerias com outras organizações, comunidades locais ou governos.

Criação de valor para a sociedade

Para um grupo empresarial com o peso, visibilidade e posicionamento como é o da PT, a par dos compromissos de criação de valor accionista e dos de qualidade e valor oferecido aos clientes, a assunção em paralelo de compromissos com a comunidade, materializados em projectos sem fins lucrativos, tem vindo a constituir uma afirmação complementar de modernidade empresarial que se tem revelado extremamente oportuna.

Líder do negócio de telecomunicações em Portugal e noutros países, a PT tem vindo a assegurar, com efeito, intervenções diversas nos planos social e cultural, quer directamente, quer através de múltiplas associações, fundações e outras instituições em que participa.

Desde acções diversas orientadas para a criação de acesso às comunicações por cidadãos com necessidades especiais, até à prática de preços não comerciais na prestação a grupos específicos, é extenso e de valor significativo o envolvimento do Grupo em intervenções de carácter acentuadamente social, a par de outros projectos, nomeadamente no âmbito do desenvolvimento da sociedade de informação e da promoção da cultura.

As contribuições têm revestido formas diversas, mas são sobretudo materializadas em espécie, em linha com as capacidades e disponibilidades do Grupo em termos de know-how, equipamentos, serviços e soluções.

Dada a dimensão e diversidade destas acções, e para melhor permitir potenciar os efeitos positivos esperáveis, nomeadamente em termos de reforço e projecção de imagem do Grupo, foi criada, em 2003, a Fundação Portugal Telecom.

A Fundação Portugal Telecom assumirá o estatuto de plataforma central do Grupo para a acção social e cultural, assegurando a concretização das respectivas políticas neste domínio, centralizando também as várias participações da PT noutras fundações, instituições e iniciativas de índole diversa e inseridas neste âmbito geral.

Valores principais da Fundação Portugal Telecom

- ▶ A sociedade de Informação, como terreno central de intervenção, o combate à info-exclusão – económica, geográfica ou por deficiência física – o trabalho em parceria, e o estímulo ao talento, à criação e ao desenvolvimento nestes domínios, serão os “traços de carácter” predominantes.
- ▶ Pelo potencial de estímulo do desenvolvimento e da qualidade de vida das pessoas e da sociedade em geral, a promoção da aplicação destas tecnologias em áreas como a saúde, a educação e a modernização da vida de relação das pequenas comunidades, serão zonas de aposta fundamental.
- ▶ A Fundação Portugal Telecom assegurará a execução dos seus projectos e programas através de parcerias com as empresas do Grupo, complementadas com o envolvimento de parceiros externos.

Criação de um instrumento de eficácia e modernidade empresarial, que cristaliza uma visão e uma prática de intervenção, responsabilidade social, e de criação de valor para o Grupo e para a sociedade.

► PT empresa socialmente responsável

A PT foi reconhecida em 2003, pela Comissão Organizadora do Ano Europeu da Pessoa com Deficiência, como uma empresa socialmente responsável, pelos seus 12 anos de envolvimento social.

Gabinete para clientes com necessidades especiais alarga soluções para melhorar a vida de quem mais precisa.

► O programa de envolvimento na comunidade encoraja espírito de cidadania dos colaboradores.

► Vozes que guiam

"PT Voz Activa": ouvir a Internet.

Trata-se de um software que permite que pessoas com deficiência visual possam aceder à Internet através da integração de um mecanismo de conversão de texto num de leitura de ecrã, nomeadamente a conteúdos de páginas Web, correio electrónico do Outlook Express, bem como trabalhar directamente em WordPad.

► Formação em Língua Gestual Portuguesa

Programa de formação desenvolvido em parceria com a Associação Portuguesa de Surdos, com vista a cumprir os objectivos no âmbito do atendimento comercial da PT, enquanto operador de telecomunicações, tendo-se tornado com estas acções a primeira empresa, em Portugal, a poder fazer atendimento em LGP.

► GestualCafé

Projecto de criação do primeiro cybercafé para surdos, para o qual a PT forneceu os meios necessários à sua implementação e arranque.

► Comunicação alternativa para vencer a solidão

Falar a língua gestual portuguesa ao computador.

Envolvimento social

Apesar da diversidade das iniciativas, até pelo carácter transversal das tecnologias e serviços que desenvolve, todas elas mostram como a PT está cada vez mais atenta aos mundos que a rodeiam.

Sejam dos mais velhos ou dos mais jovens, dos mais dependentes ou dos mais activos, sejam em Portugal ou no Brasil, nas grandes cidades ou no interior, os projectos desenvolvidos visam uma melhor inclusão social, escolar e profissional.

Para as pessoas com necessidades especiais, sendo por isso clientes muito especiais, o Grupo desenvolve aplicações e serviços específicos de comunicações que podem fazer toda a diferença na vida de pessoas com deficiência e doenças severas, idosos ou crianças, conforme tem sido demonstrado pelas experiências que têm decorrido no âmbito de projectos-piloto de I&D, estabelecidos com Organizações não-Governamentais e órgãos do Estado.

Saliente-se que são sempre estes os cidadãos que mais sofrem de info-exclusão, mesmo que consideremos aqueles que habitam lugares recônditos, longe dos grandes centros de decisão, de conhecimento e de informação.

A responsabilidade social da PT exerce-se não só na inovação e desenvolvimento de novas soluções, mas também no tempo e no carinho que são dedicados às pessoas com necessidades especiais. Quinze dias na praia, para as crianças com deficiência motora, que frequentam o Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, ou a descoberta do Oceanário de Lisboa para jovens de Évora, podem tornar-se experiências inesquecíveis.

▶ **Aprender à distância**

O projecto “TeleAula”.

▶ **Falar escrevendo**

“PT Minha Voz”.

▶ **Trabalhar à distância**

“Porcide”: sociedade de informação derruba barreiras.

▶ **Estar acompanhado**

Idosos em segurança “Serviço TeleAlarme”.

▶ **Tecnologias de informação ao serviço da saúde**

Telemedicina.

▶ **Melhorar a educação, promover o sucesso escolar**

“Instituto Brasil Digital”.

▶ **Transformar o potencial dos mais jovens em conhecimentos, capacidades e atitudes.**

▶ **O voluntariado empresarial para viver em comunidade.**

Projecto “Aurora” Programa de Voluntariado do Grupo PT. Foram várias as actividades desenvolvidas no âmbito do banco de horas da PT, realçando-se a iniciativa levada a cabo sob o lema “Se não sabe o que fazer à roupa que já não usa. Ela sabe.” Assim, foi dada continuidade à recolha e triagem de roupa destinada aos sem-abrigo junto dos colaboradores da PT, para posteriormente se proceder à sua distribuição pelas instituições dispersas pelo País e identificadas pela CAIS.

“Mão-na-Mão”

Este projecto, que foi promovido e é coordenado pela PT, passou a contar com a participação de mais duas empresas convidadas, tendo decorrido diversas acções, das quais se destacam “Um Dia de Sonho na Cidade” para cem crianças de bairros desfavorecidos de Évora, a webização da AFID – Associação de Famílias para a Integração da pessoa com Deficiência e a formação para formadores dada aos quadros da ACAPO, alguns dos quais com deficiência visual.

Viver em comunidade

Em harmonia com a política de responsabilidade social do Grupo, tem sido dada continuidade ao desenvolvimento e apoio de projectos que contribuem para o desenvolvimento social sustentável.

Em 2003, para além do lançamento comercial de novas soluções, em condições excepcionais de aquisição, das quais se destaca o PT Voz Activa – serviço que permite ouvir a Internet –, é de salientar, também, o apoio na abertura do primeiro cybercafé para surdos e o desenvolvimento de acções de formação em língua gestual portuguesa para equipas das lojas PT.

Estes projectos, de base tecnológica, vêm reforçar a já longa actividade desenvolvida, tornando a PT uma referência nacional no que diz respeito à disponibilização de soluções de telecomunicações para cidadãos com necessidades especiais, nomeadamente pessoas com deficiência ou com doenças severas.

Este é o principal motor da actividade no que diz respeito ao desenvolvimento de soluções de telecomunicações, concretizadas em produtos e serviços comercialmente disponíveis em condições especiais, para cegos e amblíopes, surdos e limitados da voz, para cidadãos com deficiência auditiva – cuja incidência é também grande nos idosos –, bem como para pessoas que sofrem de doenças mentais ou motoras, e mesmo doenças severas.

Esta vertente de boa cidadania empresarial, levada a cabo pelo Grupo, e que assenta no desenvolvimento de soluções comerciais com condições especiais para clientes com deficiência é, reconhecidamente, pioneira e relevante em Portugal. Veja-se o facto de a PT ser convidada a integrar comités consultivos de entidades ligadas à deficiência, sendo igualmente membro do Júri do Programa CITE 2003 do Secretariado Nacional de Reabilitação, para além de se fazer representar em diversos encontros sob a temática da reabilitação, formação e desenvolvimento social.

Foi dada, naturalmente, continuidade à criação de projectos de TeleAula, de TeleTrabalho e de apoio domiciliário, suportados nomeadamente em serviços de banda larga.

A PT tem-se também desmultiplicado no apoio aos mais desfavorecidos economicamente, promovendo um conjunto de programas de voluntariado empresarial como o “Aurora” e o “Mão-na-Mão”, para os quais convida outras empresas a associarem-se, destacando-se a adesão entusiasta de muitos colaboradores e até de clientes do Grupo às iniciativas desenvolvidas.

Envolvimento cultural

A PT tem continuado, ao longo de 2003, a promover uma política de mecenato que abrange as mais variadas e prestigiadas actividades culturais e artísticas.

As artes ligadas à expressão da língua, sobretudo da língua portuguesa, seja em palco, seja na literatura, têm merecido uma atenção especial. É essa afinidade, o interesse pela língua portuguesa, que nos liga ao principal palco de Portugal, o Teatro Nacional D. Maria II, a quem renovámos, em 2003, o nosso apoio, e que nos levou também a lançar, no Brasil, um prémio de literatura brasileira, cuja primeira edição nos emocionou a todos. Para lá destes dois apoios marcantes, o incentivo à música, à dança, à pintura, bem como à moda e às formas de expressão alternativas tem também lugar na nossa estratégia de intervenção.

► Teatro Nacional D. Maria II • PT mecenas exclusivo

Serve a cultura, em Portugal, há mais de 150 anos e por ele passaram dos mais importantes actores de sempre do teatro português. Para além da qualidade da sua programação, que visa chegar a todos os públicos amantes de teatro e cultura em Portugal, o Teatro D. Maria é, por si só, uma referência histórica, política e cultural do nosso país.

► Fundação Serralves

Ocupa um lugar único no panorama da cultura portuguesa e é um lugar muito especial para os habitantes da cidade do Porto. É no quadro de um encontro de vontades entre as duas instituições que aconteceu, em 2003, a celebração do apoio à Fundação Serralves, mais concretamente às actividades promovidas pelo Auditório do Museu de Arte Contemporânea, importante ponto de encontro de artes performativas, filmes, concertos e conferências.

► Teatro da Luz

Nasceu há exactamente 100 anos com o patrocínio do Rei D. Carlos. Em 2003, o Teatro da Luz renasceu, completamente renovado, graças à PT, apostada em apoiar novos talentos. O objectivo foi a sua transformação num espaço cultural com uma programação muito completa e direccionada a um público bastante heterogéneo.

► Prémio Portugal Telecom de Literatura Brasileira

Como criar um prémio que conseguisse abraçar toda a produção literária, num país com as dimensões geográficas e a riqueza cultural do Brasil? O objectivo foi definido e o prémio teria que incentivar os escritores brasileiros e promover o interesse pela leitura, destacando a importância da língua portuguesa. Estava aberto o desafio aos que escrevem, prosa, conto e poesia em português falado no Brasil. A 4 de Novembro de 2003, a Estação Júlio Prestes, em São Paulo, foi o palco escolhido para a entrega do Prémio Portugal Telecom de Literatura Brasileira.

► Mundo Portugal Mix

É um conceito que nasceu há sete anos no Brasil e é importado, em 2003, para Portugal, graças ao apoio da PT. Reúne no mesmo espaço um concentrado de novos talentos e tendências, desde a moda, ao design, passando pela música, espectáculos, arte e joalharia, tudo se pode encontrar no mesmo espaço.

► Estação Luz da Nossa Língua em São Paulo

Será transformada num centro de referência mundial da língua portuguesa com o apoio da PT, entre outras entidades. Depois de passar por uma revitalização, agregará uma série de actividades, acções e espaços que vão permitir o acesso à história, à evolução e à diversidade da língua, a realização de eventos culturais, a formação permanente de professores e o estímulo e distinção pelo uso da língua no dia-a-dia, na literatura, no jornalismo, no teatro, no cinema e na televisão.

Envolvimento ambiental

A conservação dos recursos naturais e a minimização dos impactos negativos no meio ambiente têm sido uma preocupação constante do Grupo PT.

O Grupo continuará a manter no futuro uma grande preocupação em relação aos equipamentos poluentes, nomeadamente:

- ▶ Recolher baterias dos telefones sem fios e pára-raios, para que no fim da sua vida útil sejam enviados aos órgãos competentes ou aos respectivos fornecedores para serem devidamente tratados.
- ▶ Considerar todas as lojas como ponto de recolha de baterias de telemóveis.
- ▶ Utilizar um sistema digital de fotografia nas publicações, de forma a eliminar os efeitos nefastos dos sistemas clássicos de revelação de imagem.
- ▶ Manter a política de recolha selectiva de resíduos, com a implementação de recipientes para papel e toners junto de todos os equipamentos.
- ▶ Consumir papel reciclado para toda a documentação interna das empresas e a não utilização de impressão a cores.

Preservar o ambiente

- ▶ A prática de instalação de estações de base camufladas em locais de especial sensibilidade estética e de torres em “árvore” pintadas com as cores dominantes do meio ambiente, também tem sido seguida pela Médi Télécom, em Marrocos.
- ▶ O desenvolvimento de diversas acções internas e externas à PT no sentido da sensibilização e esclarecimento dos diversos agentes e movimentos de opinião sensíveis às questões do ambiente.

Melhoria da gestão ambiental na rede fixa

Em 1996, a PT subscreve a carta ambiental dos principais operadores europeus de redes de telecomunicações e que enquadra os seguintes princípios de actuação:

- ▶ Gestão eficaz dos resíduos.
- ▶ Controlo dos impactos negativos.
- ▶ Prevenção e redução da poluição.
- ▶ Fomento da formação e comunicação.
- ▶ Desenvolvimento da responsabilidade ambiental.
- ▶ Melhoria contínua do desempenho.

Em 2003, a rede fixa desenvolveu e implementou um Sistema de Gestão Ambiental, referenciado à Norma Internacional ISO 14001, em cujo Programa Ambiental se define um conjunto alargado de objectivos internos, envolvendo um controlo eficaz que conduza à redução e/ou racionalização:

- ▶ dos resíduos produzidos, pelo seu encaminhamento para valorização;
- ▶ dos consumos de combustíveis da sua frota automóvel;
- ▶ das emissões de CO₂;
- ▶ dos consumos de energia eléctrica;
- ▶ dos consumos de água.

Estão em curso as mais variadas acções dentro da política ambiental assumida pela empresa:

- ▶ Gestão de resíduos, através de ecopontos.
- ▶ Poupança de energia na electricidade, água e combustíveis.
- ▶ Controlo dos impactos produzidos.
- ▶ Formação contínua.

Em termos ambientais, o início de 2003 foi de extrema importância para a rede fixa, no sentido em que se consagrou como objectivo a obtenção da Certificação Ambiental, ou seja, o reconhecimento por parte de uma entidade externa devidamente credenciada para o efeito, de que o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) implementado se enquadra e respeita as orientações preconizadas na Norma Internacional ISO 14001.

Sistema de gestão ambiental da TMN reconhecido pela Associação Portuguesa de Certificação

Na sequência do Projecto de Implementação e Certificação do Sistema de Gestão Ambiental a política ambiental da TMN incide essencialmente nos seguintes vectores:

Impactos das antenas de transmissão: radiações electromagnéticas

- ▶ A TMN assegura o processo de medição de radiações electromagnéticas originadas nas estações de base de acordo com as disposições legais estabelecidas.
- ▶ Está em curso a medição de estações em centros urbanos, com localizações mais sensíveis e de maior impacto junto das populações, a fim de obter medidas de todas as estações.
- ▶ Assegura-se simultaneamente uma informação adequada, e por todos os meios, aos diversos públicos e entidades com responsabilidade neste âmbito.
- ▶ Baseada no princípio da precaução, estão-se a tomar medidas para que todas as radiações estejam significativamente abaixo dos limites estabelecidos.

Impactos das antenas de transmissão: aspectos paisagísticos

- ▶ Pretende-se continuar a melhorar a qualidade das comunicações, minimizando também de forma continuada os impactos ambientais associados às antenas de transmissão.
- ▶ A crescente promoção da utilização de torres e antenas mais integradas na paisagem, assim como a partilha de locais com outros operadores móveis nacionais.

Gestão de resíduos

A TMN assume o compromisso de que a recolha e a identificação selectiva de um destino final adequado fazem parte do processo de gestão dos resíduos gerados pela empresa, para os quais serão seleccionadas apenas entidades autorizadas para proceder ao seu tratamento.

Eficiência energética

- ▶ A TMN propõe-se promover a redução dos consumos energéticos como parte do compromisso ambiental da empresa, apostando em tecnologias de maior eficiência energética com o objectivo de minimizar a contribuição para a poluição a montante da sua actividade.
- ▶ Assim, a TMN pretende promover e manter um Sistema de Gestão Ambiental e fomentar nos seus colaboradores, parceiros de negócio e fornecedores em geral uma cultura de respeito e proactividade ambientais, para além dos limites impostos pela legislação aplicável à sua actividade.
- ▶ O Manual do Ambiente da TMN, disponível para todos os colaboradores da empresa, vem sistematizar e sintetizar todas as actividades que contribuem para a concretização da Política Ambiental da empresa.

Sociedade de Informação

A aposta na inclusão digital

No âmbito dos compromissos que temos vindo a desenvolver com a comunidade assumem especial significado as acções, concretizadas a vários títulos, para a generalização do uso das tecnologias de informação e comunicação.

Esse esforço ganhou em 2003 um novo fôlego, nomeadamente no âmbito da nossa oferta comercial de soluções de banda larga, quer as suportadas em televisão por cabo, netcabo, quer as desenvolvidas a partir da rede telefónica, ADSL, que conheceu um aumento significativo de adesões – o número de clientes mais que duplicou – e um alargamento significativo da cobertura territorial de acesso.

Mas se as tecnologias de informação e comunicação constituem uma ferramenta cada vez mais importante na qualidade de vida, no acesso à informação e ao conhecimento de qualquer cidadão, quando se trata de pessoas que vivem isoladas ou pessoas com deficiência essas tecnologias assumem ainda uma maior dimensão – muitas vezes são a comunicação alternativa à não comunicação –, sobretudo no caso de deficiências sensoriais ou neuromotoras.

As soluções pioneiras que desde há muito a PT vem desenvolvendo para as pessoas com deficiência – recorde-se que os primeiros utilizadores RDIS, em Portugal, foram jovens com deficiência cognitiva, solução desenvolvida para o projecto “TeleAula”, no âmbito do programa comunitário “Telecommunity” – e as cerca de 500 instituições que trabalham na área da deficiência e que beneficiaram em 2003 de soluções especiais, nomeadamente de banda larga, são o melhor exemplo de que a promoção da Sociedade de Informação e o combate à info-exclusão constituem já uma forte aposta do Grupo, no âmbito dos seus compromissos com a comunidade, porque é seguramente aquele em que melhor combinamos capacidades, eficácia, visibilidade e responsabilidade sócio-políticas.

Neste contexto, e considerando o forte empenho do Governo de Portugal em matéria de Sociedade de Informação, Governo Electrónico e Inovação, através das iniciativas em curso programadas pela Unidade de Missão, Inovação e Conhecimento (UMIC) o Grupo PT:

- ▶ Propõe-se contribuir para os desígnios da Sociedade de Informação, colaborando na criação de condições de oferta e no desenho de incentivos à procura que assegurem o desenvolvimento sustentável dos produtos, serviços, aplicações e conteúdos a disponibilizar à Administração Pública, aos serviços de interesse público, nomeadamente nas áreas da Educação, Saúde e Justiça, às empresas e aos cidadãos.
- ▶ Está apostado também em mobilizar nesse sentido a capacidade de I&D, as infra-estruturas de rede, o portfolio de soluções, o conhecimento e presença abrangente em todos os segmentos de mercado, para encontrar a resposta mais adequada ao desenvolvimento da Sociedade de Informação.
- ▶ Criou, em 2003, o programa “Sociedade de Informação” para coordenar transversalmente a sua actuação, decorrente, nomeadamente, da sua participação nas acções nacionais no âmbito da Sociedade de Informação.

Articulada com a “Estratégia de Lisboa”, corporizada a nível da União Europeia no plano de acção eEurope 2005 – que tem como objectivo tornar a UE, em 2010, o bloco económico mais competitivo do mundo – o Conselho de Ministros de Portugal, em Junho de 2003, aprovou:

- ▶ O Plano de Acção para a Sociedade de Informação
- ▶ O Plano de Acção para o Governo Electrónico
- ▶ A Iniciativa Nacional para a Banda Larga
- ▶ O Programa Nacional para a participação dos cidadãos com necessidades especiais na Sociedade de Informação
- ▶ Programa Nacional de Compras Electrónicas

► Análise Económica e Financeira

A análise efectuada em seguida deverá ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e as correspondentes notas anexas. As demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom são apresentadas em euros, e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Em 27 de Dezembro de 2002, a Portugal Telecom e a Telefónica Móveis transferiram para a Vivo a totalidade dos seus investimentos em operadores de telecomunicações móveis no Brasil, passando cada uma das empresas a deter uma participação de 50% na nova empresa. Em resultado desta operação, as demonstrações financeiras da Portugal Telecom passaram a incluir a consolidação proporcional de 50% das demonstrações financeiras consolidadas da Vivo (que incluem os resultados da TCO de Maio a Dezembro de 2003).

A análise económica e financeira apresentada neste capítulo baseia-se nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o formato internacional adoptado pelo Grupo, as quais divergem das demonstrações financeiras oficiais preparadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC), por incluírem determinadas reclassificações em termos de activos, passivos, custos e proveitos, apesar de apresentarem os mesmos valores totais de activos, passivos, capitais próprios e resultados do exercício.

No sentido de facilitar a comparabilidade entre as demonstrações financeiras em formato internacional e em formato POC, estas últimas incluem na Nota 23 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas uma reconciliação das principais rubricas da demonstração de resultados, a saber:

- proveitos operacionais;
- resultado operacional; e
- resultado antes de impostos e de interesses minoritários.

Durante o exercício de 2003, os resultados por segmentos de negócio consideram determinadas alterações aos segmentos de negócio que reflectem a actual visão da Portugal Telecom sobre os seus diferentes negócios. Assim, são de destacar:

- Definição do segmento Negócios da Rede Fixa, incluindo a PT Comunicações e a PT Prime, as quais em 2002 eram consideradas separadamente, bem como a PTM.com, que até 30 de Setembro de 2002 se encontrava incluída no segmento Multimédia.
- No segmento Negócios Móveis Brasil, a substituição da consolidação de 100% dos resultados da TCP pela consolidação proporcional de 50% dos resultados da Vivo, na sequência da constituição da joint venture com a Telefónica Móveis no final do exercício de 2002.
- No segmento PT Multimedia, a exclusão dos resultados da PTM.com (que passam a integrar o segmento Negócios da Rede Fixa, conforme acima referido); e a inclusão da TV Cabo Audiovisuais no subsegmento Televisão por Subscrição e Internet por Cabo, previamente incluídos nas Outras Operações Multimédia.

Em 31 de Dezembro de 2003, os segmentos de negócio têm a seguinte composição:

► Rede Fixa	► PT Comunicações
	► PT Prime
	► PTM.com
► Móvel Portugal	► TMN
► Móvel Brasil	► Vivo
► PT Multimedia	► Televisão por Subscrição e Internet por Cabo [TV Cabo e TV Cabo Audiovisuais]
	► Audiovisuais [Lusomundo Audiovisuais e Lusomundo Cinemas]
	► Media [Lusomundo Media]
	► Outras Operações Multimédia [PTM e holdings da Lusomundo]
► Outros	► Outros Negócios
	► Holdings
	► Empresas Instrumentais

Para efeitos comparativos, os valores de 31 de Dezembro de 2002 foram ajustados de forma a reflectir a nova composição dos segmentos, com excepção dos Negócios Móveis Brasil, em que se apresenta 100% dos resultados da TCP.

Resultados de 2003

Em 2003 os proveitos operacionais consolidados da Portugal Telecom ascenderam a 5 776 milhões de euros. O EBITDA consolidado para o mesmo período, ascendeu a 2 268 milhões de euros e os resultados operacionais consolidados atingiram 1 314 milhões de euros. O resultado líquido ascendeu a 240 milhões de euros, equivalente a um decréscimo de 38,6% relativamente ao ano anterior, traduzindo-se num resultado líquido por acção de cerca de 0,19 euros em 2003. Excluindo os custos associados ao programa de redução de efectivos (314 milhões de euros) e o correspondente efeito fiscal, o resultado líquido consolidado seria de 451 milhões de euros, o que representaria um aumento de 5,5% em relação ao ano anterior. Adicionalmente, o resultado líquido do exercício de 2003 foi igualmente afectado pelo ajustamento contabilístico dos impostos diferidos, resultante da redução da taxa de imposto sobre o rendimento de 33% para 27,5%, que originou uma redução do resultado de 142 milhões de euros (líquido do efeito em interesses minoritários).

Proveitos operacionais consolidados

Em 2003 os proveitos operacionais consolidados ascenderam a 5 776 milhões de euros, equivalente a um acréscimo de 3,5% face ao ano anterior. Excluindo o efeito da desvalorização cambial ocorrida face ao câmbio médio do real no ano de 2002, os proveitos operacionais consolidados seriam de 6 139 milhões de euros, o que implicaria um acréscimo de 10% face ao ano anterior.

Os proveitos operacionais consolidados apresentam a seguinte composição por segmento de negócio:

valores expressos em milhões de euros

	2003 ⁽¹⁾	2002 ⁽²⁾	Δ
Rede Fixa	2 138,1	2 273,6	(6,0%)
Prestação de serviços	2 101,3	2 238,8	(6,1%)
Vendas de equipamentos	36,8	34,8	5,7%
TMN	1 346,7	1 266,7	6,3%
Prestação de serviços	1 213,2	1 132,8	7,1%
Vendas de equipamentos	133,5	133,9	(0,3%)
Vivo	1 361,5	1 217,6	11,8%
Prestação de serviços	1 093,8	1 048,6	4,3%
Vendas de equipamentos	267,7	169,0	58,4%
PT Multimedia	683,5	621,9	9,9%
Prestação de serviços	544,1	475,8	14,4%
Vendas de equipamentos	139,4	146,1	(4,6%)
Outros Negócios	246,3	202,2	21,8%
Prestação de serviços	240,2	194,0	23,8%
Vendas de equipamentos	6,1	8,2	(25,6%)
TOTAL	5 776,1	5 582,0	3,5%

(1) Considerando a consolidação proporcional de 50% da Vivo.
(2) Considerando a consolidação integral de 100% da TCP.

Rede Fixa

Os proveitos operacionais consolidados do segmento Rede Fixa situaram-se em 2 138 milhões de euros, diminuindo 6% face ao ano anterior, devido essencialmente à desaceleração do crescimento económico e à substituição do tráfego de fixo para móvel, que se traduziu num decréscimo de 2,6% no número de linhas de acesso ao serviço e de 4,7% no volume total de tráfego de voz face ao ano anterior.

TMN

Os proveitos operacionais consolidados do segmento TMN aumentaram 6,3%, tendo ascendido a 1 347 milhões de euros, resultado do crescimento do número de clientes (10,4%) que mais do que compensou a descida verificada no ARPU (6,9%). Os proveitos de serviço aumentaram 7,1% em 2003, enquanto que a venda de equipamentos diminuiu 0,3%. Os proveitos dos serviços de dados corresponderam a 8,6% do total dos proveitos de serviço, uma melhoria considerável face à contribuição de 7,4% registada em 2002.

Vivo

A contribuição da Vivo para os proveitos operacionais consolidados da PT aumentou 11,8%, tendo ascendido a 1 362 milhões de euros. Excluindo a desvalorização cambial ocorrida face ao câmbio médio do real no ano de 2002, a contribuição da Vivo seria de 1 705 milhões de euros, o equivalente a um crescimento de 40% face ao ano anterior. Este crescimento reflecte a forte posição da Vivo no mercado brasileiro, uma focalização contínua nos segmentos de maior rentabilidade e o desenvolvimento de novos serviços.

PT Multimedia

Os proveitos operacionais consolidados do segmento PT Multimedia situaram-se em 684 milhões de euros, equivalente a um aumento de 9,9% face ao ano anterior, o que reflecte o aumento de 17,8% nos proveitos operacionais da TV Cabo em 2003.

Custos operacionais consolidados

Os custos operacionais consolidados ascenderam a 4 462 milhões de euros, o que representa um aumento de 3,4% face ao ano anterior. Excluindo a desvalorização cambial ocorrida face ao câmbio médio do real no ano de 2002, os custos operacionais consolidados teriam aumentado 10,3% face ao ano anterior. Os custos operacionais consolidados apresentam a seguinte composição, de acordo com a sua natureza:

valores expressos em milhões de euros

	2003 ⁽¹⁾	2002 ⁽²⁾	Δ
Remunerações e outros encargos com o pessoal	705,9	694,8	1,6%
Custos com benefícios de reforma	222,9	183,2	21,7%
Custos com telecomunicações	587,1	622,9	(5,7%)
Custo das mercadorias vendidas	550,2	462,7	18,9%
Marketing e publicidade	141,9	108,8	30,4%
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa, existências e outros riscos	130,8	132,8	(1,5%)
Outros fornecimentos e serviços externos	966,5	925,6	4,4%
Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo	954,0	962,8	(0,9%)
Outros custos operacionais	203,0	221,8	(8,5%)
Total	4 462,3	4 315,4	3,4%

(1) Considerando a consolidação proporcional de 50% da Vivo.
(2) Considerando a consolidação integral de 100% da TCP.

Remunerações e outros encargos com o pessoal

Os custos com pessoal ascenderam a 706 milhões de euros face a 695 milhões de euros em 2002. Esta rubrica de custos foi influenciada pela inclusão na Vivo dos trabalhadores de lojas em regime de franchising e pelo efeito da consolidação da PrimeSys apenas no segundo semestre de 2002. No caso do segmento Rede Fixa, os custos com pessoal, que correspondem a 44,4% do total dos custos com pessoal do Grupo, registaram uma redução de 10,4% que reflecte o impacto da redução de efectivos levada a cabo essencialmente no primeiro semestre de 2003. Os custos com pessoal representaram 12,2% dos proveitos operacionais consolidados.

Custos com benefícios de reforma

Os custos com benefícios de reforma aumentaram 40 milhões de euros, ou 21,7%, face ao ano anterior, situando-se em 223 milhões de euros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003. Este aumento deveu-se essencialmente a um incremento da componente de custos financeiros, que reflecte o aumento das responsabilidades não fundeadas, e ao incremento da amortização de custos actuariais diferidos de anos anteriores. Os custos com benefícios de reforma representaram 3,9% dos proveitos operacionais consolidados.

Custos com telecomunicações

Os custos com telecomunicações situaram-se em 587 milhões de euros, face a 623 milhões de euros no ano anterior, um decréscimo de 5,7%, que resultou essencialmente da redução do tráfego fixo-móvel e móvel-móvel, bem como da redução das tarifas de interligação móvel-móvel que foram reduzidas no segundo semestre de 2003. Os custos com telecomunicações representaram 10,2% dos proveitos operacionais consolidados.

Custo das mercadorias vendidas

Os custos das mercadorias vendidas aumentaram 18,9% face ao ano anterior, devido essencialmente ao aumento nas vendas de equipamentos terminais, que cresceram cerca de 40% em 2003. Esta rubrica de custos representou 9,5% dos proveitos operacionais consolidados.

Marketing e publicidade

Os custos de marketing e publicidade ascenderam a 142 milhões de euros, o que representou um aumento de 30,4% face ao ano anterior. O acréscimo desta rubrica reflecte o aumento destes custos na TMN (6 milhões de euros), em particular em campanhas publicitárias para o lançamento de novos serviços, com particular destaque para o i9, e na Vivo (22 milhões de euros), essencialmente pelos custos com o lançamento da nova marca Vivo. Estes custos representaram 2,5% dos proveitos operacionais consolidados.

Provisões para dívidas de cobrança duvidosa, existências e outros riscos

As provisões para dívidas de cobrança duvidosa, existências e outros riscos diminuíram 1,5% face ao ano anterior. A diminuição desta rubrica reflecte essencialmente um maior esforço de cobrança empreendido pelas diversas empresas do Grupo, que permitiu recuperar alguns valores provisionados em exercícios anteriores, bem como o efeito da desvalorização do real nas provisões registadas pela Vivo. Esta rubrica de custos representou 2,3% dos proveitos operacionais consolidados.

Outros fornecimentos e serviços externos

Os outros fornecimentos e serviços externos aumentaram para 967 milhões de euros, o que representou um crescimento de 4,4% face ao ano anterior. Esta rubrica de custos representou 16,7% dos proveitos operacionais consolidados.

Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo

As amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo diminuíram em 9 milhões de euros, para 954 milhões de euros em 2003, o que representa uma redução de 0,9% face ao ano anterior, reflexo do efeito da desvalorização do real. Excluindo o efeito desta desvalorização, as amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo aumentariam 6% em relação ao ano anterior, em resultado do incremento percentual dos investimentos em equipamentos com menores vidas úteis. As amortizações foram superiores ao Capex, que se situou em 652 milhões de euros, em resultado de uma política mais selectiva de investimento adoptada pelo Grupo nos últimos anos. Esta rubrica de custos representou 16,5% dos proveitos operacionais consolidados.

EBITDA

O EBITDA consolidado aumentou 1,7% face ao ano anterior apesar da desvalorização de 20% da taxa de câmbio média do real e da diminuição da contribuição do segmento de Rede Fixa para o EBITDA do Grupo PT. Excluindo o efeito da desvalorização do real, o EBITDA consolidado teria ascendido a 2 401 milhões de euros, o que teria representado um crescimento de 7,7% face ao ano anterior. Esta evolução favorável do EBITDA consolidado do Grupo resulta fundamentalmente dos aumentos verificados na TMN (+67 milhões de euros) e na PTM (+56 milhões de euros).

A contribuição de cada área de negócio para o EBITDA consolidado do Grupo é apresentada no quadro seguinte:

valores expressos em milhões de euros

	2003 ⁽¹⁾	2002 ⁽²⁾	Δ	2003 Margem
Rede Fixa	907,3	985,4	(7,9%)	39,7%
Excluindo PRB ⁽³⁾	1 127,2	1 163,3	(3,1%)	49,3%
TMN	689,9	623,2	10,7%	45,3%
Vivo	508,7	512,7	(0,8%)	37,4%
PT Multimedia	134,7	79,2	70,1%	19,7%
Outros Negócios	27,1	29,0	(6,6%)	n.m.
EBITDA	2 267,7	2 229,5	1,7%	—
Margem de EBITDA	39,3%	39,9%	(0,7 p.p.)	—

(1) Considerando a consolidação proporcional de 50% da Vivo.
(2) Considerando a consolidação integral de 100% da TCP.
(3) Excluindo custos com benefícios de reforma.

O EBITDA do segmento rede fixa ascendeu a 907 milhões de euros em 2003, um decréscimo de 7,9% face a 2002, que resultou essencialmente da desaceleração do volume de tráfego (ver análise detalhada no capítulo seguinte). Apesar desta evolução desfavorável das operações no ano de 2003, a Rede Fixa conseguiu obter uma margem EBITDA de 39,7%. Os custos operacionais, excluindo amortizações, diminuíram 5,2%, apesar do aumento em 21,6% dos custos relacionados com benefícios de reforma. Não considerando os custos relacionados com benefícios de reforma, o segmento Rede Fixa teria uma diminuição dos custos operacionais excluindo amortizações de 9%, o que implicaria que a redução de EBITDA (excluindo custos com benefícios de reforma) fosse de apenas 3,1%.

O EBITDA da TMN aumentou 10,7% em 2003, para 690 milhões de euros, em resultado do crescimento da base de clientes e de uma maior contribuição dos serviços de dados. A margem EBITDA no período foi de 45,3%, uma melhoria de 3,0 p.p. face a 2002, devido essencialmente à redução dos SACs e às iniciativas de redução de custos que originaram uma redução do CCPU de 10,7% face ao ano anterior (ver análise mais detalhada no capítulo seguinte).

A contribuição da Vivo para o EBITDA do Grupo ascendeu a 509 milhões de euros, um decréscimo de 0,8% face ao ano anterior, em resultado do efeito da desvalorização do real. Excluindo o efeito desta desvalorização, a contribuição da Vivo para o EBITDA do Grupo teria aumentado em 24,2%. A margem EBITDA situou-se em 37,4%, mantendo-se constante face a 2002.

O EBITDA da PT Multimedia foi de 135 milhões de euros, um aumento de 70,1% face ao ano anterior, e a margem EBITDA situou-se em 19,7%, uma melhoria de 7,0 p.p. face a 2002. Esta evolução muito favorável na PT Multimedia resultou essencialmente do negócio de televisão por subscrição e Internet por cabo, que teve um crescimento do EBITDA de 79,6% face ao ano anterior, equivalente a uma margem EBITDA de 29,6%, um acréscimo de 10,2 p.p. face a 2002.

Resultado consolidado líquido

O resultado líquido de 2003 ascendeu a 240 milhões de euros, o que compara com 391 milhões de euros de 2002. Excluindo os custos relacionados com o programa de redução de pessoal (210 milhões de euros, líquido do correspondente efeito fiscal), o resultado líquido de 2003 seria de 451 milhões de euros, o que representaria um aumento de 5,5% face ao ano anterior. Adicionalmente, o resultado líquido do exercício de 2003 foi igualmente afectado pelo ajustamento contabilístico dos impostos diferidos resultante da redução da taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal de 33% para 27,5%, que originou uma redução do resultado de 142 milhões de euros.

A reconciliação entre o EBITDA e o resultado consolidado líquido do exercício é apresentada no quadro seguinte:

valores expressos em milhões de euros

	2003 ⁽¹⁾	2002 ⁽²⁾	Δ
EBITDA	2 267,7	2 229,5	1,7%
D&A	(954,0)	(962,8)	(0,9%)
Resultados operacionais consolidados	1 313,7	1 266,7	3,7%
Outros (custos)/proveitos não operacionais	(616,3)	(613,2)	0,5%
Resultado consolidado antes de impostos	697,4	653,5	6,7%
Imposto sobre o rendimento	(377,9)	(337,1)	12,1%
Resultado consolidado antes de interesses minoritários	319,5	316,4	1,0%
Perdas/(ganhos) aplicáveis a interesses minoritários	(79,3)	74,6	n.m.
Resultado consolidado líquido	240,2	391,0	(38,6%)
Resultado líquido por acção (euro)	0,19	0,31	(38,6%)

(1) Considerando a consolidação proporcional de 50% da Vivo.
(2) Considerando a consolidação integral de 100% da TCP.

Outros custos não operacionais

Os outros custos e proveitos não operacionais incluem essencialmente os encargos financeiros líquidos, a amortização do goodwill, os resultados da aplicação do método de equivalência patrimonial em empresas associadas, outros proveitos financeiros líquidos, ganhos líquidos com a venda e a alienação de imobilizado corpóreo, os custos extraordinários com o programa de redução de efectivos e outros itens extraordinários.

Os encargos financeiros líquidos atingiram os 202 milhões de euros, face aos 197 milhões de euros registados em 2002. O custo médio da dívida em 2003 foi de 5,45%. Excluindo o custo dos financiamentos no Brasil, o custo médio da dívida seria de 3,74%.

Os outros proveitos financeiros líquidos ascenderam a 95 milhões de euros, em comparação com os 112 milhões de euros negativos registados em 2002. Esta rubrica inclui essencialmente: (i) ganhos referentes ao cancelamento de certos instrumentos financeiros derivados; (ii) ganhos referentes à valorização de certos derivados cambiais, que foram anteriormente utilizados para operações de hedging, mas que actualmente são considerados para efeitos contabilísticos como free-standing derivatives; e (iii) redução no valor da provisão constituída para cobertura de eventuais perdas relacionadas com equity swaps sobre acções da PTM e sobre acções próprias, resultado da valorização dessas acções durante o ano 2003.

A amortização do goodwill situou-se em 111 milhões de euros, uma diminuição de 22,6% face a 2002. Esta redução reflecte essencialmente os impairments registados em 2002 em relação aos investimentos na TCP e GT, que actualmente são detidos e geridos pela Vivo, bem como em relação aos investimentos na Lusomundo, Primesys e outros investimentos de menor dimensão no Brasil. Esta rubrica inclui essencialmente as amortizações do goodwill relacionadas com os investimentos na Vivo (53 milhões de euros), na Lusomundo (14 milhões de euros), na PTM (10 milhões de euros) e na PTM.com (9 milhões de euros).

As perdas relativas a empresas associadas diminuíram para 19 milhões de euros face a 161 milhões de euros em 2002. Esta rubrica inclui essencialmente a proporção da PT nas perdas da Médi Télécom (25 milhões de euros) e nos ganhos da CTM (13 milhões de euros). A melhoria significativa nesta rubrica em relação a 2002 (142 milhões de euros) resultou essencialmente do facto de a Global Telecom, que em 2002 era contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, ter passado a ser consolidada integralmente na Vivo e proporcionalmente pela PT.

Os ganhos líquidos relativos à venda e alienação de imobilizado corpóreo aumentaram para 29 milhões de euros em 2003, face a 4 milhões de euros em 2002. Esta rubrica inclui essencialmente ganhos, no montante de 38 milhões, obtidos com a venda de um edifício em Lisboa a um fundo de pensões, com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões da PTC. Esta operação gerou um ganho total de 65 milhões de euros, sendo que 27 milhões de euros foram diferidos durante o período do contrato.

Os custos associados ao programa de redução de efectivos, que incluiu 1 530 trabalhadores, ascenderam a 314 milhões de euros, que compara com 54 milhões de euros em 2002.

Os itens extraordinários ascenderam a 62 milhões de euros em 2003, estando essencialmente relacionados com a constituição de uma provisão para outros riscos e encargos na PT Multimedia. O propósito desta provisão é reconhecer no balanço a estimativa de perda de valor dos activos fixos relacionados com a reestruturação do negócio IDTV e com a aceleração do processo de digitalização da rede de televisão por cabo. Adicionalmente, esta provisão destina-se a cobrir certas responsabilidades com terceiros e perdas em investimentos financeiros.

Imposto sobre o rendimento

O custo referente ao imposto sobre o rendimento totalizou 378 milhões de euros, que incorpora o registo da estimativa de imposto do ano, no montante de 229 milhões de euros, acrescida do ajustamento aos impostos diferidos no montante de 149 milhões de euros, resultante da alteração da taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal de 33% para 27,5%.

Não considerando o efeito da alteração da taxa de IRC, a taxa efectiva de imposto teria sido de 33% (ver reconciliação do Resultado antes de Impostos com o custo referente a imposto sobre o rendimento na Nota 57 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas).

Interesses minoritários

No exercício de 2003, os ganhos líquidos aplicáveis a interesses minoritários ascenderam a 79 milhões de euros e respeitam essencialmente a 50% da parcela dos minoritários nos resultados líquidos consolidados da Vivo (52 milhões de euros) e à parcela dos minoritários nos resultados consolidados da PT Multimedia (13 milhões de euros). No ano anterior, as perdas líquidas imputáveis a interesses minoritários ascenderam a 75 milhões de euros e incluíam essencialmente a proporção dos minoritários nas perdas da TCP e da PT Multimedia.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Balanço consolidado

Os balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 são como segue:

valores expressos em milhões de euros

	31.12.03	31.12.02	Δ
Activos			
Activo circulante	5 039,7	4 850,9	188,8
Investimentos financeiros	448,1	376,4	71,7
Imobilizações corpóreas	4 268,0	4 575,8	(307,8)
Imobilizações incorpóreas	3 150,1	2 968,7	181,4
Impostos diferidos de médio e longo prazo	583,5	877,3	(293,8)
Outros activos de médio e longo prazo	68,5	77,0	(8,5)
Total do activo consolidado	13 557,8	13 726,1	(168,3)
Passivo	9 973,0	10 167,6	(194,6)
Passivo circulante	3 354,5	2 958,0	396,5
Empréstimos de médio e longo prazo	4 555,6	5 219,1	(663,5)
Provisões para benefícios de reforma	1 256,0	1 061,5	194,5
Impostos diferidos de médio e longo prazo	300,7	359,0	(58,3)
Provisões para outros riscos e encargos	140,7	439,2	(298,5)
Outros passivos de médio e longo prazo	365,5	130,8	234,7
Capital próprio	2 940,8	3 111,3	(170,5)
Interesses minoritários	644,0	447,2	196,8
Total do capital próprio, dos interesses minoritários e do passivo	13 557,8	13 726,1	(168,3)

O activo consolidado atingiu um montante de 13 558 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2003, registando um decréscimo de 168 milhões de euros em relação ao final de 2002. Este decréscimo resultou essencialmente da diminuição de imobilizações corpóreas em 308 milhões de euros, que reflecte fundamentalmente o menor nível de investimento realizado pelo Grupo, e dos impostos diferidos activos de médio e longo prazo em 294 milhões de euros, resultante essencialmente da alteração da taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal de 33% para 27,5% (117 milhões de euros) e da utilização do imposto diferido activo relativo aos prejuízos fiscais reportáveis no corrente ano (250 milhões de euros). Estas diminuições foram parcialmente compensadas pelo aumento do activo circulante em 189 milhões de euros (ver análise desta situação no ponto referente ao Investimento em Fundo de Maneio) e pelo aumento das imobilizações incorpóreas em 181 milhões de euros resultante essencialmente do goodwill gerado na aquisição do controle accionista da TCO (225 milhões de euros).

O passivo consolidado atingiu um montante de 9 973 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2003, o que representa uma diminuição de 195 milhões de euros em relação ao final de 2002. Esta redução resultou essencialmente da diminuição na dívida remunerada de médio e longo prazo em 664 milhões de euros, a qual foi parcialmente compensada pelo aumento do passivo circulante em 397 milhões de euros (ver análise desta situação no ponto referente ao Investimento em Fundo de Maneio) e pelo aumento das provisões para benefícios de reforma em 195 milhões de euros, que resultou essencialmente das seguintes situações: (i) registo de custos de curtailment de 314 milhões de euros relacionados com a redução de 1 530 trabalhadores; (ii) registo dos custos com benefícios de reforma do exercício de 223 milhões de euros; e (iii) registo dos pagamentos aos fundos de pensões, aos pré-reformados e à PT ACS que totalizaram 342 milhões de euros (dos quais 96 milhões de euros correspondem à contribuição de um edifício para os fundos de pensões) e originaram uma redução de igual montante nesta provisão.

A exposição (activos menos passivos) do Grupo ao Brasil totaliza 7 253 milhões de reais (1 979 milhões de euros ao câmbio real/euro do final do ano). Os activos denominados em reais incluídos no balanço consolidado da PT em 31 de Dezembro de 2003 ascendem a 3 871 milhões de euros, equivalente a 28,1% do total do activo consolidado.

Em 31 de Dezembro de 2003, o capital próprio ascendia a 2 941 milhões de euros, uma diminuição de 170 milhões de euros em relação ao final do ano de 2002. O quadro seguinte apresenta a reconciliação da redução do capital próprio em 2003:

valores expressos em milhões de euros

Capital próprio em 31 de Dezembro de 2002	3 111,3
Resultado líquido do exercício	240,2
Distribuição de dividendos	(200,7)
Aquisição/Alienação de acções próprias*	(210,0)
Atribuição de lucros aos empregados	(4,8)
Ajustamentos de conversão cambial	4,8
Capital próprio em 31 de Dezembro de 2003	2 940,8
Δ Capital próprio	(5,5)%
Redução do capital próprio em 2003	(170,5)

* Das aquisições de acções próprias efectuadas em 2003, uma parcela de 14 milhões de euros encontra-se por liquidar em 31 de Dezembro de 2003.

Investimento em activos financeiros e Capex

O investimento consolidado do Grupo no exercício de 2003 teve a seguinte composição:

valores expressos em milhões de euros

	2003	2002	Δ
Investimentos em activos financeiros	464,3	329,2	135,1
Capex	651,6	776,0	(124,4)
Total	1 115,9	1 105,2	10,7

Investimento em activos financeiros

O investimento em activos financeiros (incluindo goodwill) situou-se em 464 milhões de euros e está relacionado fundamentalmente com a aquisição pela Vivo, através da TCP, do controle accionista da TCO (308 milhões de euros), com aumentos de capital e empréstimos concedidos à Médi Télécom (45 milhões de euros), com a aquisição à SIBS de 12,5% do capital da PT Prime (39 milhões de euros), com a aquisição de 5,94% do capital da Lusomundo Media (9 milhões de euros) e com aquisições de acções da PTM ao longo do ano (19 milhões de euros).

Capex

O Capex tem vindo a diminuir consistentemente no Grupo, em linha com a anunciada estratégia de maximização do cash flow. No exercício de 2003, o Capex situou-se em 652 milhões de euros, correspondendo a 11,3% dos proveitos operacionais consolidados (13,9% em 2002).

A distribuição do Capex por segmento de negócio apresenta-se no quadro seguinte:

valores expressos em milhões de euros

	2003	2002 ⁽¹⁾	Δ
Rede Fixa	165,3	256,2	(35,5%)
TMN	168,5	282,7	(40,4%)
Vivo	164,6	88,2	86,7%
PT Multimedia	57,4	78,9	(27,2%)
Outros Negócios	95,8	69,9	37,1%
TOTAL	651,6	776,0	(16,0%)

(1) Exclui a aquisição da Rede Fixa.

O Capex do segmento Rede Fixa situou-se em 165 milhões de euros, o que traduz um decréscimo de 35,5% em relação ao ano anterior e um rácio de Capex sobre as receitas de 7,2%.

A TMN e a Vivo desenvolveram a sua actividade com um rácio de Capex sobre as receitas de 11,1% e 12,1%, respectivamente. O Capex da TMN incluiu 33 milhões de euros pagos no âmbito do contrato celebrado em 2002 entre a Oniway e os restantes três operadores de telecomunicações móveis com licenças de UMTS em Portugal. Excluindo este investimento o rácio de Capex sobre as receitas na TMN teria sido de apenas 8,9% em 2003.

O Capex do segmento PT Multimedia situou-se em 57 milhões de euros, o que traduz um decréscimo de 27,2% em relação ao ano anterior e um rácio de Capex sobre as receitas de 8,4%. A redução do Capex na PT Multimedia reflecte o facto de que a maioria dos investimentos no desenvolvimento da rede de televisão por cabo se encontram praticamente concluídos. Mais de um terço do Capex da PT Multimedia está relacionado com equipamento terminal, incluindo set-top boxes e cable modems.

Investimento em fundo de maneo

No exercício de 2003, o Investimento em Fundo de Maneio da PT apresentou a seguinte composição:

valores expressos em milhões de euros

	Rede Fixa	TMN	PTM	Vivo	Outras	Total
Valores a receber – Clientes	2 178,1	5 505,3	(6 334,3)	79 300,0	2 943,1	83 592,2
Valores a receber – Outros	47 365,5	(3 077,1)	7 083,2	9 737,1	31 598,7	92 707,4
Existências	(1 980,2)	(22 176,1)	(2 476,5)	(1 311,9)	(5 459,3)	(33 404,0)
Custos diferidos e outros activos correntes	(3 897,7)	(5 876,7)	650,6	11 202,0	7 546,7	9 624,9
	43 665,7	(25 624,6)	(1 077,0)	98 927,2	36 629,2	152 520,5
Valores a pagar – fornecedores	9 653,4	(70 145,0)	(21 799,0)	92 092,2	16 179,7	25 981,3
Valores a pagar – outros	23 101,2	8 595,5	(7 804,2)	6 602,7	(3 658,7)	26 836,5
Acréscimo de custos	45 622,9	4 144,6	27 963,2	(6 429,8)	21 891,4	93 192,3
Impostos a pagar	14 436,8	12 645,8	3 628,9	0,0	223,6	30 935,1
Proveitos diferidos	(5 162,5)	6 844,3	(1 308,8)	6 646,5	864,7	7 884,2
	87 651,8	(37 914,8)	680,1	98 911,6	35 500,7	184 829,4
Investimento em fundo de maneo	(43 986,1)	12 290,2	(1 757,1)	15,6	1 128,5	(32 308,9)

EBITDA menos Capex e cash flow operacional

A distribuição do EBITDA menos Capex por segmento de negócio apresenta-se no quadro seguinte:

valores expressos em milhões de euros

	2003	2002	Δ %
Rede Fixa	742,0	729,2	1,8%
TMN	521,4	340,5	53,1%
Vivo	344,1	424,5	(19,0%)
PT Multimedia	77,2	0,2	n.m.
Outros Negócios	(68,6)	(40,9)	n.m.
TOTAL	1 616,1	1 453,5	11,2%

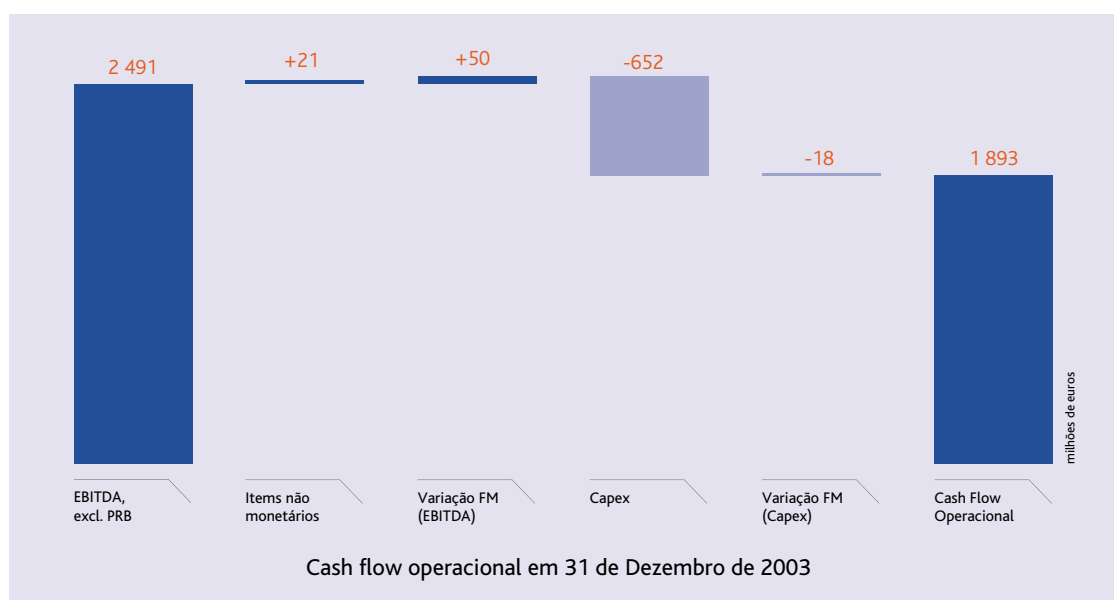
Os negócios no mercado doméstico representaram mais de 82,9% do EBITDA menos Capex do Grupo.

O aumento do EBITDA menos Capex em 2003 implicou que, em linha com a estratégia definida, a PT tenha tido um acréscimo do cash flow operacional gerado no exercício de 2003, conforme se apresenta no quadro seguinte:

valores expressos em milhões de euros

	2003	2002	Δ
EBITDA, excluindo custos com benefícios de reforma	2 490,6	2 412,7	77,9
Itens não monetários	21,2	22,0	(0,8)
Variação no fundo de maneo, excluindo fornecedores de imobilizado	50,1	20,7	29,4
Cash flow gerado nas operações	2 561,9	2 455,4	106,5
Capex	(651,6)	(776,0)	124,4
Aquisição da rede	—	(365,0)	365,0
Descontos dos reformados	—	60,4	(60,4)
Variação no fundo de maneo (Capex)	(17,7)	(149,8)	132,0
Pagamentos aos fornecedores de imobilizado	(669,3)	(1 230,4)	561,0
Cash flow operacional	1 892,6	1 225,0	667,5

Em linha com a estratégia definida, a PT gerou um acréscimo de 54,5% no cash flow operacional que em 2003 totalizou 1 893 milhões de euros. Este incremento resultou (i) do aumento do cash flow gerado nas operações do Grupo, que incluiu uma melhoria significativa no Fundo de Maneio ao longo do ano, (ii) da redução dos pagamentos aos fornecedores de imobilizado decorrente da redução do Capex, e (iii) do facto de em 2002 o cash flow operacional incluir o valor pago pela aquisição da rede fixa deduzido do recebimento do saldo em dívida relativo aos descontos concedidos a reformados.



Dívida líquida consolidada

Em 31 de Dezembro de 2003, a Dívida Líquida Consolidada ascende a 3 216 milhões de euros e o passivo remunerado a 5 747 milhões de euros, tal como se apresenta no quadro seguinte:

valores expressos em milhões de euros

	31.12.03	%	31.12.02	%
Dívida de curto prazo	1 191,1	20,7	1 094,4	17,3
Empréstimos por obrigações convertíveis	450,5	7,8	—	—
Empréstimos obrigacionistas	124,7	2,2	285,1	4,5
Empréstimos bancários	293,8	5,1	257,3	4,1
Outros empréstimos obtidos	322,1	5,6	551,9	8,7
Dívida de médio e longo prazo	4 555,6	79,3	5 219,0	82,7
Empréstimos por obrigações convertíveis	440,3	7,7	1 059,0	16,8
Outros empréstimos obrigacionistas	2 669,1	46,4	2 724,7	43,2
Empréstimos bancários	1 363,6	23,7	1 289,8	20,4
Outros empréstimos obtidos	82,5	1,4	145,5	2,3
Passivo remunerado	5 746,7	100,0	6 313,5	100,0
Disponibilidades	2 531,1	44,0	2 276,5	36,1
Dívida líquida	3 215,6	56,0	4 037,0	63,9

A redução da dívida líquida em 2003 ascendeu a 821 milhões de euros, como se apresenta no quadro seguinte:

valores expressos em milhões de euros

Dívida líquida em 31 de Dezembro de 2002	4 037,0
Cash flow operacional	1 892,6
Aquisição de investimentos financeiros ⁽¹⁾	(343,0)
Juros pagos em 2003	(285,9)
Contribuições para os fundos de pensões, pagamentos a pré-reformados e pagamentos à PT ACS	(225,1)
Impostos sobre lucros pagos por certas empresas participadas ⁽²⁾	(53,7)
Reembolsos de pagamentos por conta de IRC efectuados em 2002	201,2
Alienação de investimentos financeiros ⁽³⁾	40,5
Outros movimentos de caixa	(12,2)
Cash flow liberto	1 214,4
Ganhos decorrentes da valorização de certos derivados no Brasil	54,9
Impacto da consolidação da TCO	(52,9)
Efeito da conversão cambial da dívida em reais e dólares americanos	1,6
Dividendos pagos em 2003	(200,7)
Aquisição de acções próprias	(195,9)
Redução da dívida líquida	(821,4)
Dívida líquida em 31 de Dezembro de 2003	3 215,6
Δ Dívida líquida	(20,3%)

(1) Esta rubrica inclui essencialmente o pagamento inicial relativo à aquisição do controlo accionista da TCO (178 milhões de euros), aumentos de capital e empréstimos concedidos à Médi Télécom (45 milhões de euros), aquisição à SIBS de 12,5% da PT Prime (39 milhões de euros), aquisição de 5,94% da Lusomundo Media (9 milhões de euros) e pagamentos efectuados em 2003 relativos a aquisições de acções da PTM efectuados em 2002 e 2003.
(2) Inclui os impostos pagos por empresas sediadas no estrangeiro e por empresas não incluídas no perímetro de consolidação.
(3) Inclui o pagamento inicial de 200 milhões de pulas do Botswana referentes à alienação da Mascom Wireless.

Evolução da dívida líquida



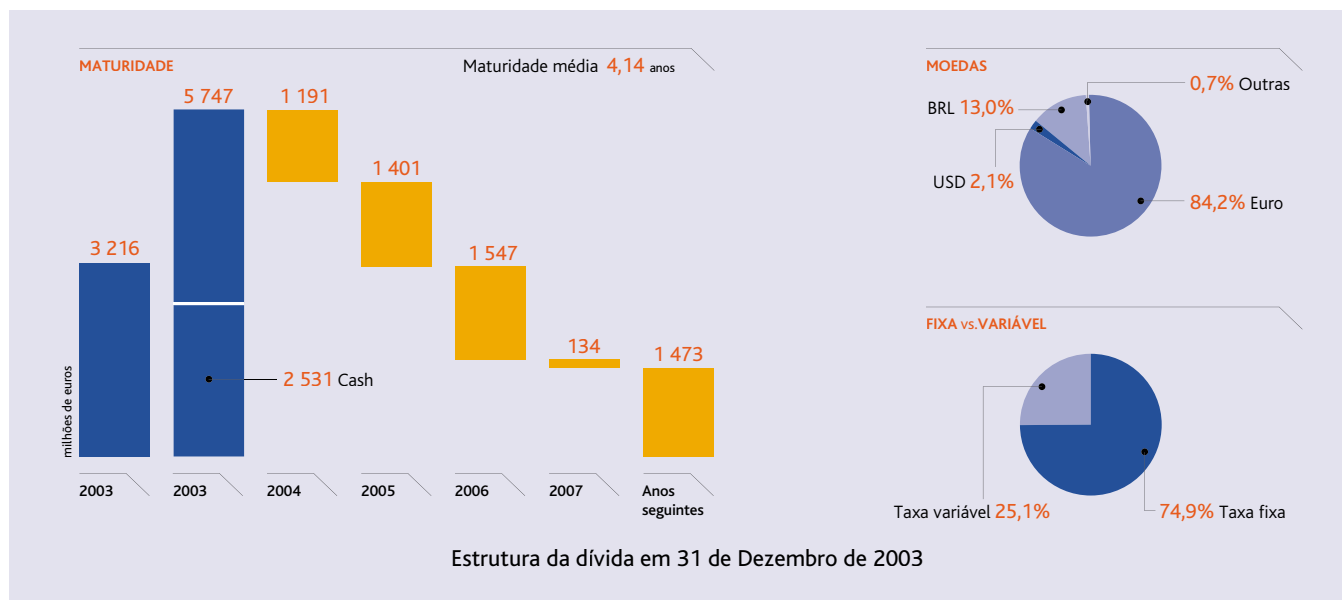
Em 31 de Dezembro de 2003, 79,3% da dívida do Grupo era de médio e longo prazo, na sequência do processo de refinanciamento levado a cabo em anos anteriores. Nessa data, 99,8% da dívida líquida era a taxa fixa, sendo que 87,9% estava denominada em euros e 13,7% em reais. A quase totalidade da dívida das subsidiárias no Brasil está actualmente denominada em reais ou convertida para reais através de contratos de swap. O custo médio da dívida da PT em 2003, tendo em consideração os empréstimos em reais, foi de 5,4%. A maturidade média da carteira de empréstimos da PT é de 4,14 anos. À data, os únicos empréstimos da PT com cláusulas automáticas de indexação de spread relacionadas com rating (no caso do rating da PT ser igual ou inferior a BBB+/Baa1) eram dois empréstimos do BEI totalizando 150 milhões de euros. Adicionalmente, a PT detém linhas de papel comercial tomadas firmes e disponíveis no montante global de 875 milhões de euros, utilizadas em apenas 285 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2003.

O quadro seguinte apresenta o perfil da dívida líquida do Grupo em 31 de Dezembro de 2003:

valores em milhões de euros

Maturidade	Dívida líquida	Notas
2004	(1 104,0)	Inclui Obrigações Convertíveis emitidas em Junho de 1999, no montante de 450 milhões de euros, e Obrigações PT emitidas em Novembro de 1997, no montante de 125 milhões de euros.
2005	1 385,7	Inclui Eurobonds ⁽¹⁾ emitidas em Novembro de 2001, no montante de 585 milhões de euros.
2006	1 446,9	Inclui Obrigações Convertíveis emitidas em Dezembro de 2001, no montante de 440 milhões de euros, e Eurobonds ⁽¹⁾ emitidas em Fevereiro de 2001, no montante de 900 milhões de euros.
2007	134,2	
2008	184,6	
2009	956,9	Inclui Eurobonds ⁽¹⁾ emitidas em Abril de 1999, no montante de 880 milhões de euros.
2010	74,9	
2011	65,0	
2012	43,9	
2013	27,5	
Total	3 215,6	

(1) Estes montantes estão líquidos das Eurobonds detidas pela PT e registadas como títulos negociáveis.



Com base nas actuais condições de mercado e atendendo às actuais perspectivas em termos de negócios, a PT não estima ter necessidades de refinanciamento para 2004.

A PT mantém registado em títulos negociáveis alguns dos seus empréstimos obrigacionistas não convertíveis. Assim, em 31 de Dezembro de 2003 a PT detém 2,51% do empréstimo obrigacionista que termina em 2005, 10,05% do que termina em 2006 e 12,05% do que termina em 2009. Estes títulos encontram-se contabilizados como títulos negociáveis no balanço da PT em 31 de Dezembro de 2003, com um valor nominal de 236 milhões de euros, tendo sido adquiridos por 230 milhões de euros.

O gearing (Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Capital Próprio)) diminuiu para 52,2% face a 56,5% em 2002. O indicador Dívida Líquida/EBITDA no final de 2003 era de 1,4 vezes e o rácio de cobertura dos encargos financeiros líquidos pelo EBITDA era de 11,2 vezes.

Benefícios de reforma

Em 31 de Dezembro de 2003, as responsabilidades projectadas com benefícios de reforma (PBO), incluindo pensões, cuidados de saúde e salários de pré-reformados e suspensos, ascendiam a 4 047 milhões de euros (2 517 milhões de euros para pensões, 689 milhões de euros para cuidados de saúde e 841 milhões de euros para salários de pré-reformados e suspensos). O PBO foi actualizado com base numa taxa de desconto de 6% para as responsabilidades com pensões e cuidados de saúde e de 4% para as responsabilidades com salários de pré-reformados e suspensos. Em 2003, o PBO aumentou em 393 milhões de euros face ao ano anterior, em resultado essencialmente dos custos suportados com o programa de redução de efectivos, que envolvem 1 530 trabalhadores. Os planos de benefícios de reforma (pensões e cuidados de saúde), que já se encontram fechados a novas entradas de trabalhadores, abrangiam aproximadamente 34 500 trabalhadores, dos quais 32% são trabalhadores ainda ao serviço.

De acordo com as regras do Instituto de Seguros de Portugal, as responsabilidades com pensões de reforma relativas a reformados deverão estar integralmente fundeadas, sendo este o caso dos fundos de pensões da PT. No que diz respeito às responsabilidades relativas a trabalhadores pré-reformados e a trabalhadores ainda ao serviço, estas podem ser fundeadas até à idade das respectivas reformas. Estima-se que o período médio que decorre até à reforma dos trabalhadores actualmente ao serviço seja de 16 anos.

Em Portugal não existe legislação referente à constituição de fundos relativos a responsabilidades com cuidados de saúde e salários de pré-reformados e suspensos. A PT só tem que contribuir para esses benefícios quando, respectivamente, os cuidados de saúde são prestados aos trabalhadores e a correspondente despesa cobrada à PT, ou quando os salários são pagos pela PT aos pré-reformados e suspensos. Assim, não existe a necessidade de fundear agora esses benefícios (1 530 milhões de euros).

Em 31 de Dezembro de 2003, o valor de mercado dos fundos de pensões ascendia a 1 828 milhões de euros, correspondendo a um incremento de 164 milhões de euros face ao ano anterior, decorrente essencialmente da excelente performance dos fundos. Os custos diferidos relacionados com benefícios de reforma ascendiam a 958 milhões de euros, pelo que o valor das responsabilidades não financiadas líquidas em 31 de Dezembro de 2003 ascendia a 1 261 milhões de euros, conforme registado no Balanço da PT nessa data, de acordo com o estabelecido na Norma Internacional de Contabilidade n.º 19.

Os custos diferidos relacionados com benefícios de reforma respeitam essencialmente a: (i) responsabilidades à data de transição (data do reconhecimento inicial das responsabilidades com benefícios de reforma pela PT – ano de 1993), as quais estão a ser amortizadas pelo período médio estimado de vida laboral dos trabalhadores a essa data (18 anos); e (ii) ganhos e perdas actuariais, que respeitam essencialmente às diferenças entre os pressupostos actuariais e os valores reais considerados nos estudos actuariais no final de cada ano, nomeadamente no que se refere à rentabilidade dos fundos, aos aumentos salariais e aos custos com a prestação de cuidados de saúde.

O custo financeiro do exercício associado ao PBO é registado na demonstração de resultados na rubrica “Custos com pessoal – benefícios de reforma”, tendo ascendido a 220 milhões de euros em 2003. A rentabilidade esperada dos activos dos fundos de pensões, calculada com base numa taxa de rentabilidade de 6% (pressuposto considerado no estudo actuarial), é registada a deduzir ao custo financeiro do exercício associado ao PBO, tendo ascendido a 98 milhões de euros em 2003. O custo com serviços do ano relativo ao pessoal ao serviço ascendeu a 26 milhões de euros e a amortização das perdas actuariais e das responsabilidades à data da transição ascendeu a 72 milhões de euros. Deste modo, o custo líquido com benefícios de reforma de 2003, que inclui os custos financeiros das responsabilidades não fundeadas e amortização dos custos diferidos, ascendeu a 220 milhões de euros.

No exercício de 2003, os benefícios de reforma geraram os seguintes cash out flows: (i) salários pagos a pré-reformados e suspensos no montante de 141 milhões de euros; (ii) despesas incorridas com cuidados de saúde prestados a reformados no montante de 28 milhões de euros; e (iii) contribuições para o fundo de pensões efectuadas pela PT em 2003 no montante de 153 milhões de euros, dos quais 97 milhões de euros relativos à entrega de um edifício.

Rede Fixa

Várias iniciativas foram tomadas no âmbito de um esforço contínuo de reforço da performance do negócio de rede fixa, através da retenção e fidelização dos clientes, o reforço da competitividade no mercado e o aumento da percepção do valor dos serviços prestados aos clientes. Estas iniciativas, que têm vindo a ser desenvolvidas no âmbito do programa “Reinvenção do Negócio Fixo”, incluem novos planos de preços e tráfego, equipamento terminal com novas funcionalidades, incluindo o SMS, e a forte promoção do ADSL. No final de 2003 havia 377 mil clientes do serviço fixo de telefone com planos de preços, representando 9,3% do total de acessos PSTN/RDIS. Estes planos de preços tiveram um impacto positivo, nomeadamente ao nível da retenção e fidelização dos clientes, da utilização da rede fixa e da receita média por cliente (ARPU).

Em 2003, os proveitos operacionais do negócio de rede fixa situaram-se em 2 288 milhões de euros, uma redução de 6,3% face ao ano anterior, em resultado do decréscimo do número de acessos PSTN/RDIS e de um menor volume de tráfego.

O EBITDA situou-se em 907 milhões de euros, o que representa uma redução de 7,9% face a 2002, equivalente a uma margem EBITDA de 39,7%. Excluindo os custos com os benefícios de reforma, o EBITDA do negócio de rede fixa seria de 1 127 milhões de euros, um decréscimo de 3,4% (ou 39 milhões de euros) face a 2002, e a margem EBITDA seria de 49,3%, representando uma melhoria de 1,5 p.p. face ao ano anterior. Esta performance da margem EBITDA resulta da implementação de uma política de contenção de custos, bem como da redução dos custos de telecomunicações devido ao decréscimo dos volumes de tráfego e dos custos de terminação.

A PT lançou uma nova vaga de racionalização de custos nesta área de negócios, que incluiu nomeadamente um Programa de Redução de Efectivos que abrangeu um total de 1 450 trabalhadores. No final de Dezembro de 2003 o número de trabalhadores era de 9 075, correspondendo a um rácio de 478 acessos principais por trabalhador do serviço fixo de telefone.

O Capex reduziu-se em 35,5% para 165 milhões de euros em 2003, equivalente a 7,2% das receitas, permitindo continuar a assegurar o desenvolvimento das infra-estruturas de rede fixa com as soluções tecnológicas mais avançadas. Os níveis de qualidade de serviço mantiveram-se, tendo os indicadores “percentagem de chamadas completadas” e “avarias por 100 acessos” atingido 99,9% e 10,1%, respectivamente. O EBITDA menos Capex atingiu 742 milhões de euros, um aumento de 1,8% face ao exercício anterior.

No final de 2003, a PT mantinha a posição de liderança em termos do total de minutos de tráfego originado, do parque de acessos e do serviço ADSL. Esta performance foi conseguida através de uma estratégia de retenção de clientes assente na diferenciação e competitividade da oferta, em termos de preços, inovação, serviço ao cliente, CRM e qualidade de serviço.

O processo de liberalização das telecomunicações encontra-se estabilizado, tendo-se iniciado o processo de implementação do Novo Quadro Regulamentar (“NQR”). O NQR sucedeu ao quadro Oferta de Rede Aberta, então dirigido à liberalização do serviço fixo telefónico e das redes telefónicas fixas, cujos principais elementos liberalizadores eram a oferta de interligação, a oferta de circuitos alugados, a pré-selecção de operador, a portabilidade do número e, numa última fase, a desagregação do lacete local. Estes elementos integram igualmente o NQR.

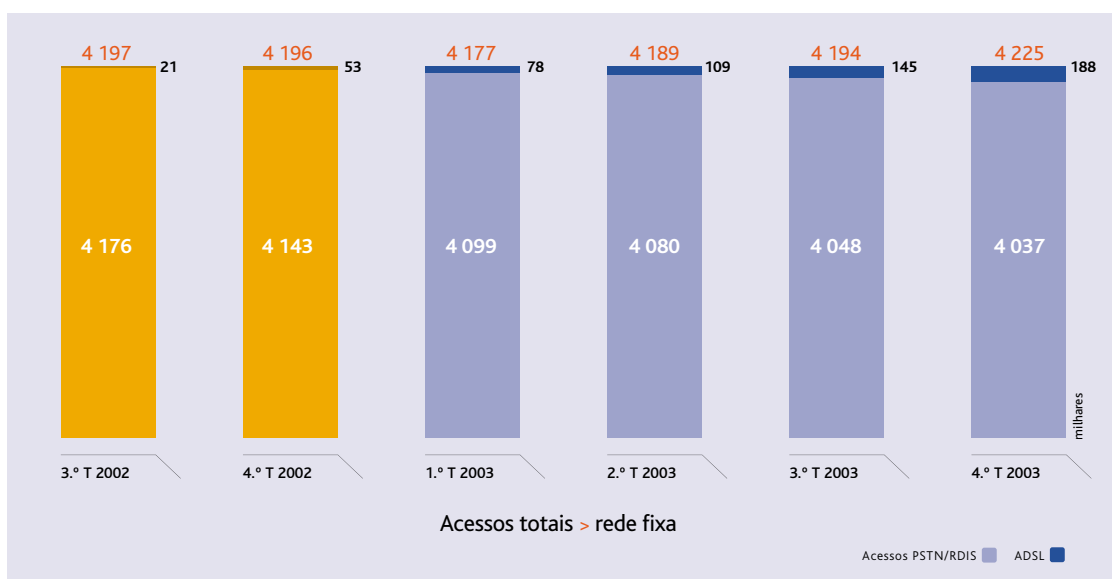
O NQR apresenta características de convergência, neutralidade tecnológica e o pressuposto de uma aproximação às regras da concorrência, mantendo, no entanto, uma intervenção regulatória ex-ante na definição das obrigações aplicáveis às entidades com posição dominante nos vários mercados relevantes. A PT tem um historial de cumprimento de todas as determinações do regulador.

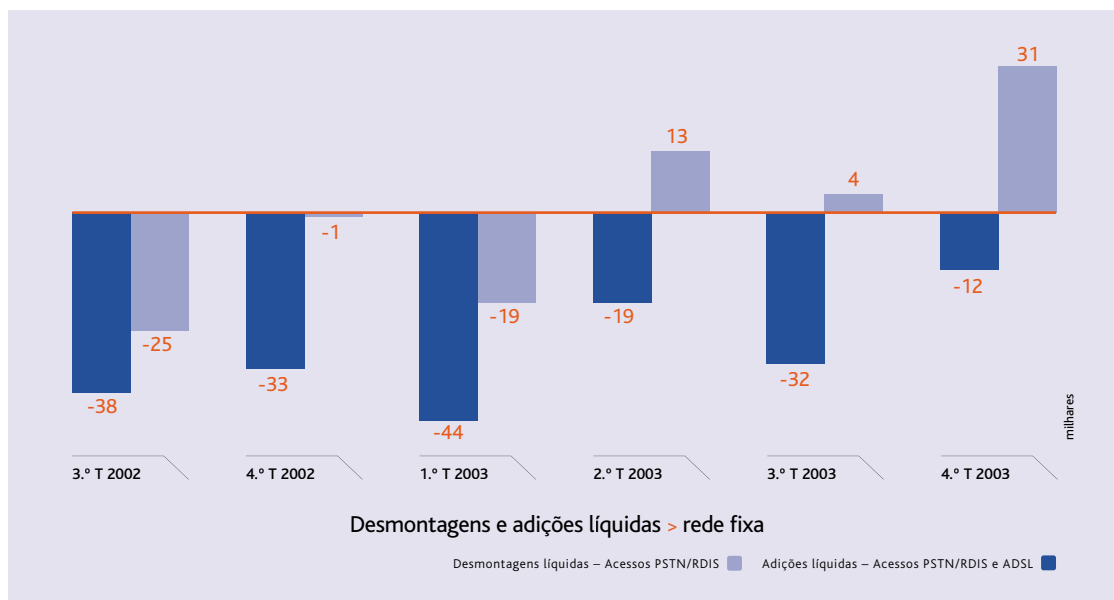
O número de acessos em pré-selecção aumentou para 356 mil no final de 2003, face a 275 mil no ano anterior, resultando em parte de uma forte campanha promocional de um concorrente.

Em 21 de Fevereiro de 2003, a PT actualizou os preços do serviço fixo de telefone, com um aumento da assinatura em 3,8% e decréscimos de 10,7% e de 15,2% nas comunicações regionais e nacionais, respectivamente. A redução média anual do cabaz de preços daí resultante foi de 0,25%, cumprindo com o price cap de 2003 de 2,75%, que considerou uma taxa de inflação de 2,5% conforme estabelecido no Orçamento de Estado de 2003. Este price cap foi definido no contexto da actual Convenção de Preços – Convenção de Serviço Universal. Os novos preços representam um rebalanceamento adicional dos preços do serviço fixo de telefone, permitindo assim melhorar a posição competitiva da PT no mercado doméstico.

Em 1 de Março de 2003 entraram em vigor novos preços de interligação nas comunicações fixas. Face ao ano 2002, os preços de interligação diminuíram em média 19,2% na terminação de comunicações, 21,5% na originação e 5,7% no trânsito, passando a situar-se em níveis muito próximos da média europeia. Os preços de wholesale para os circuitos alugados também foram actualizados, com uma redução média do cabaz de preços dos circuitos alugados de 36,8% face a 2002.

O total de acessos da rede fixa registou em 2003 um aumento líquido de 29 mil, o que inclui o aumento de 135 mil clientes ADSL que mais do que compensou a redução de 2,6% dos acessos PSTN/RDIS. No final de 2003, o número total de acessos da rede fixa situou-se em 4 225 mil, sendo 4 037 mil acessos PSTN/RDIS e 188 mil acessos ADSL (wholesale). As empresas do Grupo PT detinham 161 mil acessos ADSL no final de 2003.





No final de 2003, o número de acessos PSTN/RDIS residenciais/SoHo representava 79,2% do total de acessos PSTN/RDIS, enquanto que os acessos PSTN/RDIS empresariais representavam 15,2% do total. Os remanescentes 5,6% correspondem essencialmente aos postos públicos e aos acessos wholesale.

A utilização total da rede fixa em minutos registou uma diminuição de 9% face a 2002, reflectindo essencialmente o efeito de substituição fixo-móvel, uma conjuntura macroeconómica mais desfavorável, a maior difusão dos serviços de banda larga e a crescente utilização de infra-estruturas alternativas pelos operadores fixos concorrentes e pelos operadores móveis.

Em 2003 o tráfego total de voz registou uma diminuição de 4,7% face ao ano anterior. O tráfego de retalho diminuiu 3,5% em termos homólogos e o tráfego fixo-fixo nacional desceu 9,8%. Em termos de minutos por acesso por dia, o tráfego fixo-fixo nacional diminuiu 6,8% para 3,9 minutos por acesso por dia. A utilização da rede em termos de tráfego originado por acesso por dia, que inclui o tráfego de Internet dial-up, diminuiu 7,9% para 9,8 minutos.

O tráfego de wholesale registou um decréscimo de 12,9% em 2003, determinado pela queda de 23,7% no tráfego Internet em grande parte devida à migração dos grandes utilizadores de Internet para os serviços de banda larga.

O ARPU total (voz e dados) foi de 34,1 euros em 2003, o que representou uma redução de 3% face aos 35,1 euros registados em 2002. O ARPU de voz (PSTN/RDIS excluindo Internet dial-up) diminuiu 5% para 31,6 euros, enquanto que o ARPU de dados (ADSL e Internet dial-up) aumentou 38,9% para 2,5 euros em 2003.

A PT continua a ser o operador líder no mercado português de dados e de soluções integradas. No segmento empresarial, a venda de capacidade Internet a clientes empresariais aumentou 190,4% face a igual período do ano anterior, sobretudo devido à expansão da oferta ADSL. O número de acessos em banda larga suportados na rede ATM aumentou 196,2%, enquanto a capacidade da rede de comunicação de dados aumentou 6% e o número de acessos em frame relay aumentou 18%. A capacidade dos circuitos alugados a clientes finais aumentou 11,6% e a capacidade digital atingiu 92,7% da total, um aumento de 1,6 p.p. face a 2002.

TMN

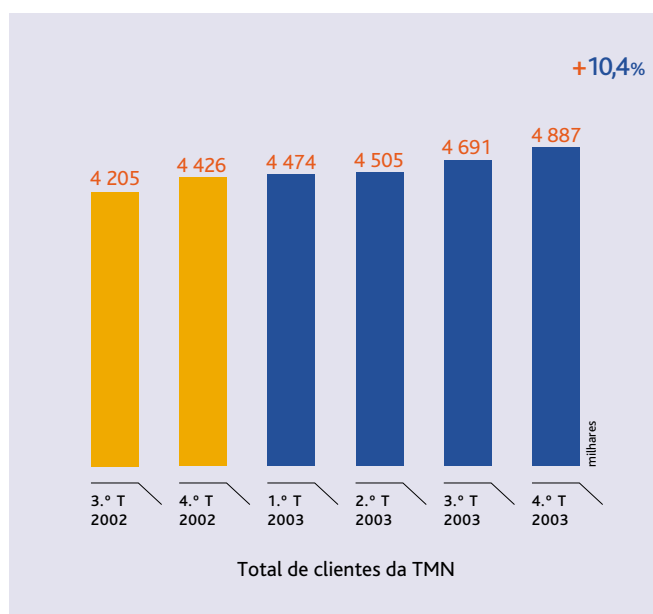
A TMN tinha 4,9 milhões de clientes activos no final de 2003, um aumento de 10,4% face ao ano anterior, tendo adicionado cerca de 461 mil novos clientes durante o ano de 2003. O maior enfoque da TMN nos programas de fidelização e retenção de clientes levou a um aumento de 6,7% no número de clientes com assinatura, que totalizaram 775 mil no final de 2003. Os clientes pré-pagos representam assim cerca de 84% da base total de clientes da TMN.

A taxa de churn diminuiu de 25,3% em 2002 para 23,5% em 2003. Excluindo as migrações internas, o churn foi de aproximadamente 7% em 2003.

Em Junho, a TMN lançou o portal multimédia i9 – Inove. Trata-se de um produto inovador e de simples utilização que optimiza as capacidades disponíveis nas redes GSM-GPRS. O i9 permite um acesso fácil, barato e mais rápido a um conjunto de serviços e conteúdos, nomeadamente jogos em Java, conteúdos dos três canais abertos de televisão em Portugal, serviços de mensagens e, em exclusivo, golos em vídeo. Os conteúdos também incluem o guia da programação da TV Cabo e o primeiro serviço de m-commerce em Portugal: a compra de bilhetes para os cinemas Lusomundo. O i9 tem registado um bom desenvolvimento, alcançando cerca de 25 mil utilizadores. Os jogos, toques e sons, desporto, destaques e vídeo constituem os conteúdos e serviços mais utilizados.

A TMN também continuou a renovar o seu portfolio de serviços com o lançamento de serviços inovadores, como o “Kolmi”, que permite através de uma mensagem pré-definida pedir ao destinatário uma ligação de volta, e o “Karga”, que permite transferir carregamentos entre cartões. O número de terminais activos MMS ascendia a 94 mil no final de 2003. O número de terminais GPRS situou-se em 609 mil, dos quais 28,3% eram utilizadores activos.

A utilização média mensal (“MOU”) diminuiu 5,7% em 2003 para 123,1 minutos por cliente, face a 130,5 minutos no ano anterior, comportamento essencialmente determinado pela conjuntura macroeconómica desfavorável. O número de mensagens (“SMS”) em 2003 aumentou 13,5%, para 1 384 milhões, representando cerca de 52 mensagens por mês por utilizador activo de SMS. O número total de clientes que utilizam o serviço SMS representou 53% da base total de clientes.



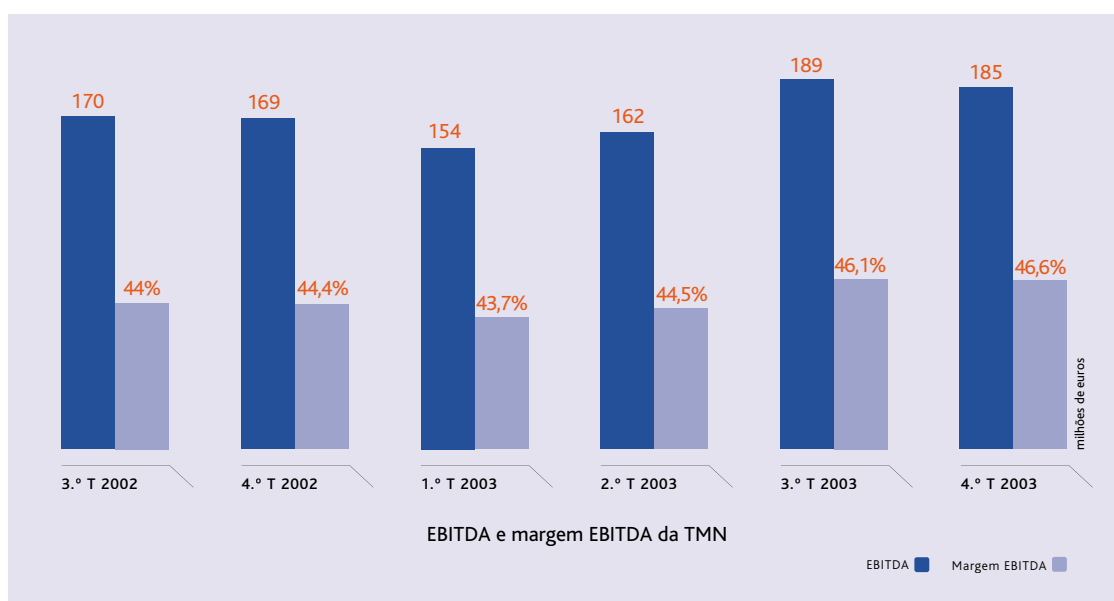
Em 2003, o ARPU situou-se em 25,2 euros, face a 27,1 euros no ano anterior, o que representa uma diminuição de 6,9%. O interconnect bill registou uma diminuição de 16,2%, em resultado da redução em termos médios dos preços de interligação de 17,3% nas comunicações fixo-móvel e de 5,1% nas comunicações móvel-móvel.

A TMN aumentou os preços da generalidade dos seus serviços em aproximadamente 3% em 1 de Maio de 2003. Os preços do SMS sofreram aumentos entre 2,4% e 3%, mas os restantes serviços de dados, nomeadamente os preços dos serviços WAP, GPRS e MMS, não registaram qualquer alteração. Em 31 de Julho de 2003 a TMN aumentou os preços do SMS no plano tarifário “Spot” de 0,104 euros para 0,16 euros por SMS, bem como nos planos “Smile” e “Super Smile”, em 1 de Novembro de 2003, de 0,104 euros para 0,14 euros por SMS.

Os proveitos operacionais da TMN subiram 3,2% para 1 523 milhões de euros, em resultado do aumento da base de clientes, da maior contribuição dos serviços de dados e do aumento de preços dos serviços de voz e de dados. As receitas de serviço registaram um aumento de 3,9%, enquanto que as receitas de vendas de equipamentos diminuíram 2,5%. As receitas de dados, nomeadamente SMS e WAP, foram de 8,6% das receitas de serviço em 2003, representando uma melhoria de 1,2 p.p. face ao ano anterior.

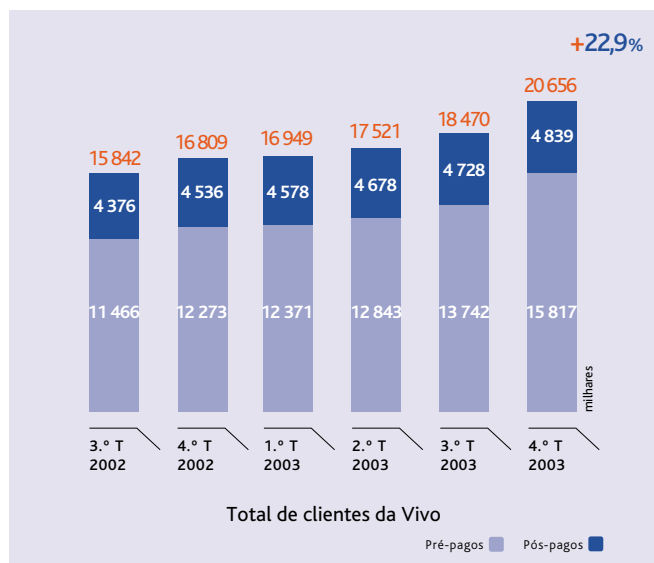
Os custos de aquisição e retenção dos clientes (SARC) situaram-se em 57,3 euros em 2003, face a 65 euros no ano anterior, representando uma redução de 11,8%. O CCPU diminuiu 10,7% para 12,1 euros, devido essencialmente à redução do SARC e às iniciativas de redução de custos concretizadas em 2003. O ARPU menos CCPU situou-se em 13,1 euros.

O EBITDA atingiu 690 milhões de euros, um aumento de 10,7% face a 2002, equivalente a uma margem EBITDA de 45,3%, o que representa uma melhoria de 3,0 p.p. face ao ano anterior, resultante da redução do CCPU acima referida.



Em 2003, o Capex ascendeu a 168 milhões de euros (-40,4% face a 2002), incluindo uma parcela de 39 milhões de euros referente à aquisição de um conjunto de activos da OniWay na sequência do acordo assinado em 2002 entre esta empresa e os outros três operadores móveis a operar em Portugal, incluindo a TMN. Excluindo este investimento, o rácio Capex/proveitos operacionais da TMN em 2003 teria sido de 8,5%, o que representa um decréscimo de 10,7 p.p. face ao ano anterior. O Capex foi essencialmente direccionado para a expansão da capacidade e da cobertura da rede e para a melhoria da qualidade de serviço e do customer care.

O EBITDA menos Capex atingiu 521 milhões de euros, um aumento de 53,1% face a 2002, assente no crescimento de 10,7% do EBITDA e na redução do Capex em 40,4%, conforme acima referido. A TMN tinha 1 109 trabalhadores no final de 2003 e 4 406 clientes por trabalhador, o que representa uma melhoria de 18,7% face a 2002.

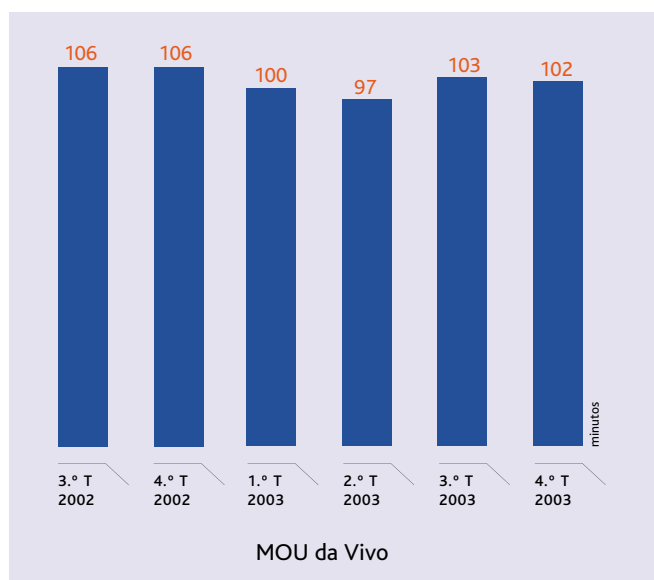


Vivo

No final de 2003, e na sequência da aquisição e consolidação da TCO (após 1 de Maio de 2003), a Vivo detinha 20,7 milhões de clientes, um aumento de 22,9% face ao final de 2002, tendo acrescentado em 2003 um total de 3 847 mil novos clientes, dos quais 2 186 mil clientes no quarto trimestre. Os clientes com assinatura ascendiam a 4 839 mil, representando 23,4% da base de clientes da Vivo. Apesar da concorrência agressiva protagonizada pela TIM e pela Oi, a quota de mercado média nas regiões onde a Vivo opera situou-se em 56,2%. A Vivo continua a ser o operador móvel líder no Brasil, com uma quota de mercado global de 45%, cerca de três vezes superior à do segundo operador.

A Vivo está a aumentar a sua focalização nos clientes com assinatura através de novas ofertas para o segmento empresarial, como a “Vivo Empresas”, de modo a capturar todo o potencial de crescimento deste segmento. O número de clientes empresariais no final de 2003 situava-se em 1,2 milhões, representando um aumento de 32,1% face a 2002.

Em 2003, o MOU registou uma redução de 4% face a 2002, situando-se em 101,6 minutos. O número de mensagens por utilizador aumentou 14,1% e os clientes activos que utilizavam o serviço SMS correspondiam a 33,1% da base total de clientes da Vivo. A utilização do WAP e do WAP 2,5G aumentou 42,2%, com 8,7% de clientes activos. Esta melhoria foi essencialmente conseguida pelo lançamento de novos produtos e serviços, como o WAP Chat, o WAP



News e o WAP Push, baseados na plataforma 2,5G (1XRTT) da Vivo.

Em 2003, o ARPU da Vivo ascendeu a 39,4 reais, uma redução de 3,8% face a 2002. A evolução do ARPU foi afectada negativamente pelas novas regras de interconexão móvel-móvel implementadas no terceiro trimestre do ano. Contudo, o CCPU diminuiu 3,7% para 20,6 reais, em resultado das iniciativas de controlo de custos implementadas pela Vivo em 2003. O ARPU menos CCPU situou-se em 18,8 reais, afectado pelos custos do lançamento da marca “Vivo” (43 milhões de reais) no primeiro semestre e pelo registo de uma provisão não recorrente para as contribuições PIS/COFINS (78 milhões de reais) no quarto trimestre de 2003.

Os proveitos operacionais, reportados em reais, ascenderam a 9 490 milhões de reais, representando um aumento de 16,8% face ao ano anterior, em resultado do acréscimo da base de clientes e do aumento de preços. O EBITDA registou um acréscimo 16,7%, situando-se em 3 546 milhões de reais, equivalente a uma margem EBITDA de 37,4%, o mesmo nível registado no ano anterior.

O Capex reduziu-se em 4,6% para 1 147 milhões de reais, equivalente a 12,1% dos proveitos operacionais. O EBITDA menos Capex atingiu 2 398 milhões de reais, representando um aumento de 30,6%.

Em termos de contribuição da Vivo para os resultados do Grupo PT em euros, os proveitos operacionais ascenderam a 1 362 milhões de euros, um aumento de 11,8% face a 2002. Em 2003, o EBITDA diminuiu 0,8% para 509 milhões de euros, tendo no entanto o EBITDA menos Capex diminuído 19% para 344 milhões de euros, em resultado do aumento do Capex em 86,7%. A Vivo representou, em 2003, 23,6% dos proveitos operacionais da PT, 22,4% do EBITDA e 21,3% do EBITDA menos Capex.

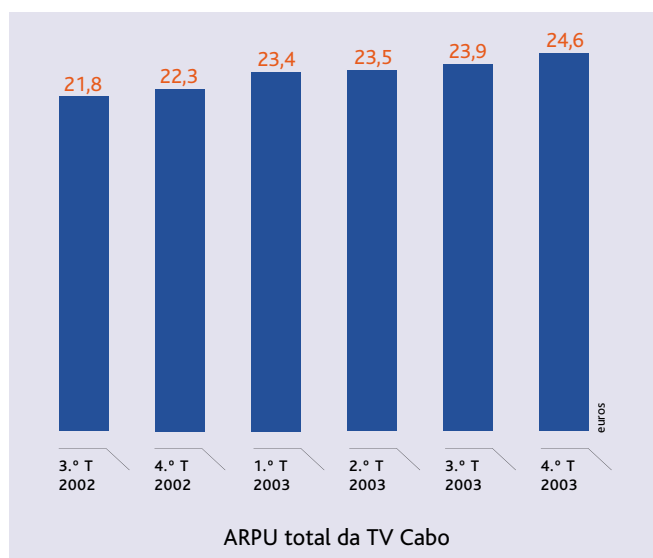
PT Multimedia

Os proveitos operacionais da PT Multimedia ascenderam a 684 milhões de euros, um aumento de 9,9% em relação ao ano anterior. O EBITDA aumentou 70,1% para 135 milhões de euros, equivalente a uma margem de 19,7%, a que corresponde uma melhoria de 7,0 p.p. face ao ano anterior, em resultado do forte crescimento dos clientes de TV por subscrição e de banda larga, de um aumento do ARPU e da racionalização dos custos de programação.

Em 2003, o Capex da PT Multimedia reduziu-se em 27,2% para 57 milhões de euros, equivalente a 8,4% dos proveitos operacionais. O EBITDA menos Capex passou de 0,2 milhões de euros em 2002 para 77 milhões de euros em 2003, em resultado do aumento de 70,1% do EBITDA e da redução de 27,2% do Capex. A TV Cabo contribuiu com 128 milhões de euros para o EBITDA e com 84 milhões de euros para o EBITDA menos Capex da PT Multimedia.

Televisão por subscrição e Internet por cabo • TV Cabo

A TV Cabo já ultrapassou as 2 472 mil casas passadas, das quais cerca de 90% dispõem de capacidade interactiva. A TV Cabo angariou 134 mil novos clientes em 2003, registando 1 442 mil clientes de televisão por subscrição (1 094 mil por cabo e 348 mil por satélite) no final de 2003, um aumento de 10,3% face ao ano anterior. O número de assinantes dos serviços premium aumentou 20%, para 1 099 mil, equivalente a um rácio pay-to-basic de 76,2%, face a 70,1% em 2002. O ARPU dos negócios de televisão por subscrição atingiu 20 euros, que corresponde a um aumento de 5,3% face a 2002.



O acesso à Internet em banda larga via cabo (Netcabo) tem tido um êxito assinalável, contando com 230 mil clientes no final de 2003. A TV Cabo adicionou cerca de 90 mil novos clientes Netcabo ao longo de 2003. A taxa de penetração do serviço Internet entre os clientes de televisão por subscrição situou-se em 21% no final de 2003, face a 13,8% no final de 2002. O ARPU da Internet de banda larga registou uma redução de 8,9% para 28,5 euros.

Os proveitos operacionais ascenderam a 433 milhões de euros e o EBITDA a 128 milhões de euros, o que corresponde a aumentos de 17,7% e de 77,2%, respectivamente, face ao ano anterior. Em resultado de um efectivo controlo de custos, com particular ênfase na renegociação dos contratos de conteúdos e na redução de pessoal, a margem EBITDA em 2003 foi de 29,6% (33,9% no quarto trimestre), equivalente a uma melhoria de 10,1 p.p. face a 2002.

O ARPU total da TV Cabo em 2003 foi de 23,8 euros, o que representa um aumento de 10,6% face a 2002.

O Capex em 2003 foi reduzido em 29,3% para 44 milhões de euros, equivalente a 10,3% dos proveitos operacionais. A diminuição do Capex foi conseguida através de um significativo corte nos investimentos do projecto de televisão interactiva, bem como pelo aumento da preferência dos clientes pela compra de equipamentos terminais em alternativa ao seu aluguer. O EBITDA menos Capex em 2003 ascendeu a 84 milhões de euros, face a 10 milhões de euros em 2002.

Audiovisuais • Lusomundo Audiovisuais

Os proveitos operacionais da Lusomundo Audiovisuais (incluindo a Lusomundo Cinemas) situaram-se em 116 milhões de euros em 2003, representando uma redução de 1,7% face a 2002, devido essencialmente a uma descida de 11,6% nas vendas de jogos de vídeo. O EBITDA foi de 11 milhões de euros, uma quebra de 15,5% em relação ao ano anterior e equivalente a uma margem de 9,4%. O Capex ascendeu a 7 milhões de euros, correspondente a 6,4% dos proveitos operacionais.

Media • Lusomundo Media

O Jornal de Notícias é o líder de audiência entre os jornais diários portugueses, com uma circulação diária de 103 mil exemplares em 2003. O Diário de Notícias, outro jornal diário detido pela Lusomundo, reformulou recentemente a sua imagem gráfica e design, bem como os seus conteúdos editoriais, visando reforçar a sua posição no mercado.

A Lusomundo Media apresentou em 2003 proveitos operacionais de 144 milhões de euros, um aumento de 10,5% face a 2002. As receitas de publicidade diminuíram 5,1% face ao ano anterior, sendo que, ao nível dos proveitos operacionais, este facto foi compensado pelo aumento de circulação dos jornais e pelas promoções realizadas.

O EBITDA da Lusomundo Media aumentou 68% para 5 milhões de euros em 2003, em resultado do sucesso das acções de contenção de custos concretizados no período. O Capex ascendeu a 5 milhões de euros equivalente a 3,1% dos proveitos operacionais.

Outras operações

Médi Télécom

A PT detém uma participação de 32,18% na Médi Télécom, em Marrocos. No final de 2003 esta empresa atingiu 2 060 mil clientes, equivalente a uma quota de mercado de 43,4%. Os clientes pré-pagos representavam 93,7% da base total de clientes. A Médi Télécom adicionou em 2003 cerca de 459 mil novos clientes. O ARPU da Médi Télécom em 2003 foi de 13 euros, enquanto que o CCPU se situou em 8,8 euros. Os proveitos operacionais atingiram 277 milhões de euros, um aumento de 27,1% face a 2002. O EBITDA situou-se em 85 milhões de euros, face a 36 milhões de euros no ano anterior, e equivalente a uma margem de 30,8%. O Capex ascendeu a 61 milhões de euros, representando uma redução de 54% face a 2002.

Em termos de contribuição para os resultados do Grupo PT, o investimento na Médi Télécom é registado pelo método de equivalência patrimonial, tendo a sua contribuição em 2003 (perda de 25 milhões de euros) sido registada em resultados financeiros na rubrica “Perdas Relativas a Empresas Associadas”.

Mascom Wireless

No final de 2003, a PT detinha uma participação de controlo de 50% mais uma acção na Mascom Wireless, no Botswana. Essa empresa tinha a essa data 330 mil clientes, o que representa um aumento de 18,6% face a 2002. A quota de mercado da Mascom Wireless era de aproximadamente 71% e os clientes pré-pagos representavam 96,7% da base total de clientes. O ARPU da Mascom Wireless situou-se em 17,2 euros, tendo os proveitos operacionais atingido 65 milhões de euros, um aumento de 12,3% face a igual período do ano anterior. O EBITDA ascendeu a 27 milhões de euros, representando um aumento de 29,5% face a 2002, e sendo equivalente a uma margem de 41,8%, uma melhoria de 5,6 p.p. face ao ano anterior. O Capex foi de 10 milhões de euros. Em 2003, a participação na Mascom Wireless foi consolidada integralmente nas demonstrações financeiras da PT. Em termos de informação financeira por segmentos, a Mascom Wireless foi incluída em Outros Negócios.

Em 7 de Julho de 2003, a PT acordou com a empresa Citizens a venda da sua participação na Mascom Wireless por um total de 250 milhões de pulas do Botswana, equivalente a 46 milhões de euros. Os accionistas minoritários, a Deci Investments e a TSM Private Limited, exerceram os seus direitos de preferência para a aquisição da participação da PT na Mascom Wireless nas mesmas condições acordadas com a Citizens. A PT já recebeu um pagamento inicial no montante de 200 milhões de pulas do Botswana, equivalente a 41 milhões de euros, sendo o montante remanescente liquidado com a conclusão desta transacção, a qual está sujeita à aprovação do regulador. A Mascom Wireless, que tem uma dívida líquida de 237 mil euros no final de Dezembro de 2003, irá ser excluída da consolidação da PT após a conclusão desta transacção. A PT espera continuar a fornecer serviços de consultoria ao management da Mascom Wireless, nos termos do actual Management Agreement.

▶ Eventos Subsequentes

Cancelamento da incorporação de acções da TCO na TCP

12 de Janeiro de 2004

Foi cancelada a operação de incorporação de acções da TCO pela TCP, na sequência da emissão de uma opinião da Comissão de Valores Mobiliários Brasileira (“CVM”) de que esta operação não estava totalmente de acordo com a legislação em vigor. Embora as administrações da TCP e da TCO discordem dos argumentos e da conclusão constantes na decisão da CVM, consideram que a decisão da CVM torna, na prática, incerta a implementação da operação de incorporação de acções, conforme proposta originalmente, pelos potenciais entraves que possam vir a ser causados por terceiros, pelo que, tendo em conta o melhor interesse dos seus accionistas, cancelaram esta operação.

Alteração de pelouros da Comissão Executiva

22 de Janeiro de 2004

Foi realizada uma alteração de alguns pelouros da Comissão Executiva da PT. Neste contexto, Miguel Horta e Costa, em acumulação com as suas actuais funções de CEO do Grupo, assumiu directamente a responsabilidade do negócio de rede fixa da PT. Zeinal Bava e Iriarte Esteves, em acumulação com as suas actuais funções executivas no Grupo, foram também nomeados como Vice-Presidentes Executivos do Conselho de Administração da PT Comunicações, com a responsabilidade, respectivamente, pelos segmentos residencial/SoHo e empresarial/wholesale da rede fixa. Carlos Vasconcellos Cruz passou a supervisionar todos os negócios internacionais do Grupo, com especial enfoque na Vivo no Brasil.

Proposta de redução de capital a submeter à Assembleia Geral

11 de Fevereiro de 2004

Foi anunciado pela PT que o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral Anual de Accionistas, convocada para o dia 2 de Abril de 2004, a redução do capital social da PT em até 125 428 500 euros. Tal redução, inserida no âmbito do programa de share buyback, deverá ser efectuada pela extinção de até 125 428 500 acções próprias, representativas de 10% do capital social.

► Perspectivas Futuras

Os sinais de recuperação que se começam a manifestar nas economias portuguesa e europeia, conjugados com os resultados obtidos em 2003 e a informação operacional mais recente, permitem-nos encarar as perspectivas para 2004 com algum optimismo.

A PT tem uma estrutura financeira extremamente sólida, uma posição de forte liderança no mercado doméstico e no mercado móvel brasileiro, um bom desempenho operacional na generalidade dos negócios, e uma forte geração de cash flow. A PT alia a uma carteira diversificada e completa de serviços no mercado doméstico as potencialidades de crescimento futuro do mercado brasileiro.

A PT deverá prosseguir uma estratégia de maximização de cash flow e fortalecimento da sua estrutura financeira, através de uma sólida execução em todas as áreas de negócio, promovendo a produtividade e eficiência a todos os níveis, melhorando a rentabilidade, e de uma forma progressiva e sustentada aumentar a remuneração dos accionistas como objectivo prioritário.

No negócio de rede fixa, em resultado das alterações na envolvente macroeconómica, as acções de estímulo ao consumo que vão sendo desenvolvidas, e o forte crescimento esperado do acesso à Internet em banda larga através do ADSL, perspectiva-se uma menor redução das receitas. O enfoque na racionalização de custos de exploração e investimento, e o impacto da redução de trabalhadores verificada em 2003, irão permitir a continuação de uma forte geração de cash flow nesta área de negócio.

Na TMN, a recuperação económica deverá resultar numa melhoria nos níveis de utilização e de receita por cliente, compensando a forte pressão sentida em termos da descida dos preços de interligação fixo-móvel. A focalização da PT nesta área de negócio continuará a ser no sentido de manter a liderança destacada no mercado, através da fidelização dos clientes com o lançamento de novos serviços e produtos inovadores. O lançamento progressivo dos serviços de terceira

geração em meados do ano abrirá novas perspectivas de crescimento do negócio móvel a médio prazo. O prosseguimento de uma gestão rigorosa dos custos permitirá uma melhoria progressiva das margens.

No Brasil, a rentabilização dos investimentos realizados passará pela melhoria da eficiência operacional e financeira da Vivo, tirando partido das economias de escala e sinergias decorrentes da dimensão e liderança destacada no mercado. O contributo da Vivo para o potencial de crescimento futuro da PT é muito significativo.

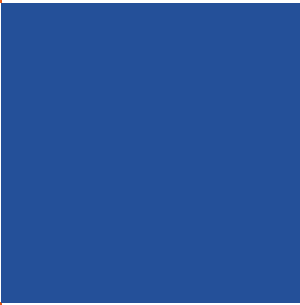
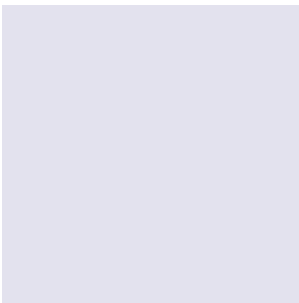
Na PT Multimedia estão em curso iniciativas para aumentar as margens dos diferentes segmentos de negócio, nomeadamente tirando partido da infra-estrutura instalada e da forte posição na televisão por subscrição. Pretende-se aumentar a penetração e a oferta de produtos premium, o acesso à Internet em banda larga, reduzir os custos de programação e simplificar todas as estruturas operacionais, acções que já se reflectiram na performance do ano, mas que se irão aprofundar ao longo de 2004.

Em termos de endividamento e estrutura financeira, a estratégia da PT vai pautar-se pela manutenção dos sólidos indicadores financeiros actuais. A solidez financeira da PT é uma clara vantagem competitiva no contexto do sector.

A criação e distribuição de mais valor pelos accionistas será a nossa prioridade pelo que iremos propor à próxima Assembleia Geral Anual a distribuição de um dividendo de 22 cêntimos por acção, corporizando assim os nossos objectivos de aumento progressivo e sustentado da remuneração aos accionistas. Neste contexto, destacamos o programa de recompra de acções próprias, anunciado em Setembro de 2003, como forma de aumentar a remuneração aos accionistas, e que irá resultar na compra de até 10% do capital até ao final de 2004.

Lisboa, 2 de Março de 2004.

O Conselho de Administração



Demonstrações Financeiras Consolidadas

78	Balanços Consolidados
80	Demonstrações Consolidadas dos Resultados por Naturezas
81	Demonstrações de Resultados por Funções
82	Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa



BALANÇOS CONSOLIDADOS

Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias

em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

[valores expressos em euros]

		2003		2002	
ACTIVO		Activo	Amortizações	Activo	Activo
	Notas	bruto	e provisões	líquido	líquido
IMOBILIZADO					
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de instalação	27	86 048 875	(76 341 814)	9 707 061	5 659 818
Despesas de investigação e desenvolvimento	27	66 706 649	(39 633 780)	27 072 869	29 662 082
Propriedade industrial e outros direitos	27	1 910 209 538	(241 833 618)	1 668 375 920	472 164 566
Outras imobilizações incorpóreas	27	12 139 734	(3 689 400)	8 450 334	128 265 348
Imobilizações em curso	27	152 356 963	–	152 356 963	118 196 299
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	27	–	–	–	3 447 779
Diferenças de consolidação	10 e 27	1 466 990 764	(182 831 526)	1 284 159 238	2 211 350 027
		3 694 452 523	(544 330 138)	3 150 122 385	2 968 745 919
Imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	27 e 42	95 394 159	(13 203 045)	82 191 114	95 793 828
Edifícios e outras construções	27 e 42	892 553 549	(484 404 549)	408 149 000	460 005 008
Equipamento básico	27 e 42	9 874 609 132	(6 541 452 098)	3 333 157 034	3 605 916 381
Equipamento de transporte	27 e 42	54 479 713	(36 602 246)	17 877 467	17 275 652
Ferramentas e utensílios	27 e 42	18 563 005	(16 390 291)	2 172 714	5 392 713
Equipamento administrativo	27 e 42	862 152 069	(661 311 307)	200 840 762	215 341 578
Outras imobilizações corpóreas	27 e 42	64 489 260	(51 464 199)	13 025 061	16 701 471
Imobilizações em curso	27 e 42	209 991 608	–	209 991 608	158 454 687
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27 e 42	553 278	–	553 278	935 332
		12 072 785 773	(7 804 827 735)	4 267 958 038	4 575 816 650
Investimentos financeiros					
Partes de capital em empresas do Grupo	27 e 46	53 106 296	(3 716 555)	49 389 741	2 811 621
Partes de capital em empresas associadas	27 e 46	104 882 012	(16 610 268)	88 271 744	94 977 807
Empréstimos a empresas associadas	27 e 46	245 914 990	(41 916 278)	203 998 712	104 362 294
Partes de capital em outras empresas	27 e 46	89 151 129	(4 538 265)	84 612 864	138 170 608
Empréstimos a outras empresas	27 e 46	4 380 266	(3 292 066)	1 088 200	12 821 899
Títulos e outras aplicações financeiras	27	31 280 679	(12 251 068)	19 029 611	19 740 800
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	27	1 688 320	–	1 688 320	3 467 699
		530 403 692	(82 324 500)	448 079 192	376 352 728
REALIZÁVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO					
Dívidas de terceiros a médio e longo prazo					
Clientes, conta corrente		827 046	–	827 046	30 986 354
Clientes de cobrança duvidosa		–	–	–	2 141 976
Outros devedores	51	46 870 332	(2 000 060)	44 870 272	12 878 860
	46	47 697 378	(2 000 060)	45 697 318	46 007 190
CIRCULANTE					
Existências					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		15 700 420	(1 125 345)	14 575 075	20 222 785
Produtos e trabalhos em curso		5 951 195	–	5 951 195	8 406 786
Mercadorias		108 321 329	(26 318 705)	82 002 624	121 136 689
Adiantamentos por conta de compras		356 088	–	356 088	17 615
	46	130 329 032	(27 444 050)	102 884 982	149 783 875
Dívidas de terceiros – curto prazo					
Clientes, conta corrente		1 051 761 281	(98 153 235)	953 608 046	850 993 676
Clientes, títulos a receber		211 130	–	211 130	218 562
Clientes de cobrança duvidosa		297 345 299	(291 128 162)	6 217 137	17 874 071
Empresas associadas		33 901 752	–	33 901 752	32 484 390
Empresas participantes e participadas		8 797	–	8 797	9 799
Outros accionistas		–	–	–	28 969
Adiantamentos a fornecedores		19 141 681	–	19 141 681	21 219 272
Estado e outros entes públicos	50	72 499 347	–	72 499 347	260 157 818
Outros devedores	51	215 073 274	(18 448 447)	196 624 827	105 884 993
	46	1 689 942 561	(407 729 844)	1 282 212 717	1 288 871 550
Títulos negociáveis					
Outros títulos negociáveis		734 545 904	(19 066)	734 526 838	683 462 041
Outras aplicações de tesouraria		1 537 661 222	–	1 537 661 222	1 239 642 551
	46 e 52	2 272 207 126	(19 066)	2 272 188 060	1 923 104 592
Depósitos bancários e caixa					
Depósitos bancários		230 853 653	–	230 853 653	345 862 930
Caixa		28 049 854	–	28 049 854	7 540 373
		258 903 507	–	258 903 507	353 403 303
Acréscimos e diferimentos					
Acréscimos de proveitos	53	235 196 009	–	235 196 009	186 134 754
Custos diferidos	53	162 960 238	–	162 960 238	160 639 864
Impostos diferidos	57	1 331 612 814	–	1 331 612 814	1 697 266 155
		1 729 769 061	–	1 729 769 061	2 044 040 773
Total de amortizações			(8 361 353 679)		
Total de provisões			(507 321 714)		
Total do activo		22 426 490 653	(8 868 675 393)	13 557 815 260	13 726 126 580

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003.

em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

valores expressos em euros

CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO	Notas	2003	2002
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	54	1 254 285 000	1 254 285 000
Ações próprias – valor nominal	54	(28 644 509)	–
Ações próprias – descontos e prémios	54	(181 395 553)	–
Prémios de emissão de ações	54	91 704 891	2 149 565 000
Reservas:			
Reserva legal	54	144 184 287	144 184 287
Outras reservas	54	1 853 869 232	2 019 997 177
Ajustamentos de conversão cambial	54	(2 261 577 622)	(2 266 416 192)
Resultados transitados	54	1 828 165 898	(581 346 840)
		2 700 591 624	2 720 268 432
Resultado consolidado líquido do exercício	54	240 235 301	391 055 798
		2 940 826 925	3 111 324 230
INTERESSES MINORITÁRIOS	55	643 967 968	447 181 484
PASSIVO			
Provisões para outros riscos e encargos			
Provisões para benefícios de reforma	46	1 256 038 995	1 061 457 264
Provisões para impostos	46	43 451 561	26 144 615
Outras provisões para riscos e encargos	46	317 928 105	413 058 740
		1 617 418 661	1 500 660 619
Dívidas a terceiros – médio e longo prazo			
Empréstimos por obrigações:			
Convertíveis	34	440 335 000	1 059 035 000
Não convertíveis	34	2 669 141 209	2 724 699 474
Dívidas a instituições de crédito	34	1 363 593 871	1 289 838 767
Outros empréstimos obtidos	34	82 543 923	145 534 426
Empresas associadas		1 664 103	1 215 763
Fornecedores de imobilizado	47	19 154 800	19 555 481
Fornecedores conta corrente		–	–
Outros credores	51	43 932 581	12 021 020
		4 620 365 487	5 251 899 931
Dívidas a terceiros – curto prazo			
Empréstimos por obrigações:			
Convertíveis	34	450 485 000	–
Não convertíveis	34	124 699 474	285 118 370
Dívidas a instituições de crédito	34	293 830 302	257 338 082
Outros empréstimos obtidos	34	322 063 948	551 899 363
Fornecedores, conta corrente		483 329 420	500 998 409
Fornecedores – facturas em recepção e conferência		290 993 015	303 021 449
Fornecedores de imobilizado, conta corrente		134 737 534	97 393 728
Fornecedores, títulos a pagar		726 021	110 908
Empresas associadas		11 470 569	1 402 427
Adiantamentos de clientes		2 746 751	2 770 021
Outros accionistas		7 007 560	4 543 594
Estado e outros entes públicos	50	102 925 601	71 074 052
Adiantamentos por conta de vendas		1 665 610	2 565 073
Outros credores	51	293 201 876	201 677 620
		2 519 882 681	2 279 913 096
Acréscimos e diferimentos			
Acréscimos de custos	53	598 479 747	469 817 401
Proveitos diferidos	53	283 348 211	262 059 321
Impostos diferidos	57	333 525 580	403 270 498
		1 215 353 538	1 135 147 220
Total do passivo		9 973 020 367	10 167 620 866
Total do capital próprio, dos interesses minoritários e do passivo		13 557 815 260	13 726 126 580

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003, 2002 e 2001

valores expressos em euros

	Notas	2003	2002	2001
CUSTOS E PERDAS				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
Mercadorias		550 154 948	462 664 452	619 849 449
Matérias		<u>68 853 327</u>	<u>94 548 484</u>	<u>140 514 290</u>
Fornecimentos e serviços externos		1 911 229 033	1 878 916 823	2 064 250 886
Custos com o pessoal				
Remunerações		586 697 416	581 537 670	551 584 681
Encargos sociais:				
Benefícios de reforma	58 e 59	222 942 179	183 213 061	140 677 528
Outros		<u>120 454 268</u>	<u>114 236 695</u>	<u>117 130 845</u>
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	958 218 925	972 543 435	957 428 773
Provisões	46	<u>122 250 712</u>	<u>122 955 108</u>	<u>143 113 294</u>
Impostos		109 516 069	88 514 116	80 693 489
Outros custos e perdas operacionais		<u>13 818 181</u>	<u>114 021 238</u>	<u>26 293 175</u>
(A)		4 664 135 058	4 524 636 966	4 841 536 410
Custos e perdas financeiros				
Perdas relativas a empresas associadas	44	44 655 064	186 196 155	403 426 446
Amortizações e provisões de investimentos financeiros	44	111 793 486	143 323 963	155 025 213
Juros e custos similares	44	<u>704 625 266</u>	<u>731 803 037</u>	<u>927 689 388</u>
(C)		5 525 208 874	5 585 960 121	6 327 677 457
Custos e perdas extraordinários	45	<u>498 774 705</u>	<u>246 363 335</u>	<u>426 319 556</u>
(E)		6 023 983 579	5 832 323 456	6 753 997 013
Imposto sobre o rendimento	57	377 268 779	343 871 552	190 554 170
Interesses minoritários	55	<u>79 224 930</u>	<u>(74 620 664)</u>	<u>(342 649 754)</u>
(G)		6 480 477 288	6 101 574 344	6 601 901 429
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>240 235 301</u>	<u>391 055 798</u>	<u>307 390 459</u>
		6 720 712 589	6 492 630 142	6 909 291 888
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas de mercadorias e produtos	36	583 509 114	492 293 535	613 317 867
Prestações de serviços	36	<u>5 180 843 956</u>	<u>5 091 202 537</u>	<u>5 112 597 253</u>
Variação da produção		234 212	1 588 174	2 691 766
Trabalhos para a própria empresa	56	74 499 765	114 033 783	179 349 158
Proveitos suplementares		99 824 364	52 138 788	51 664 300
Subsídios à exploração		2 701 708	3 089 412	3 039 066
Outros proveitos e ganhos operacionais		<u>640 979</u>	<u>54 976 132</u>	<u>3 076 989</u>
(B)		5 942 254 098	5 754 094 161	5 965 736 399
Proveitos e ganhos financeiros				
Ganhos de participações de capital				
Relativos a empresas associadas	44	25 498 389	25 322 786	21 852 287
Relativos a outras empresas	44	1 292 259	1 143 322	4 999 581
Outros juros e proveitos similares	44	<u>560 084 540</u>	<u>536 393 800</u>	<u>362 257 225</u>
(D)		6 529 129 286	6 290 487 961	6 354 845 492
Proveitos e ganhos extraordinários	45	<u>191 583 303</u>	<u>202 142 181</u>	<u>554 446 396</u>
(F)		6 720 712 589	6 492 630 142	6 909 291 888
Resultados operacionais	(B)-(A)	1 278 119 040	1 229 457 195	1 124 199 989
Resultados financeiros	(D-B)-(C-A)	(274 198 628)	(524 929 355)	(1 097 031 954)
Resultados correntes	(D)-(C)	1 003 920 412	704 527 840	27 168 035
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	(F)-(E)	696 729 010	660 306 686	155 294 875
Resultado consolidado líquido do exercício	(F)-(G)	240 235 301	391 055 798	307 390 459

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003, 2002 e 2001

valores expressos em euros

	Notas	2003	2002	2001
Vendas e prestações de serviços	64.a)	5 776 169 146	5 583 937 981	5 726 778 440
Custos das vendas e das prestações de serviços		(3 499 884 046)	(3 359 101 301)	(3 624 654 254)
Resultados brutos		2 276 285 100	2 224 836 680	2 102 124 186
Outros proveitos e ganhos operacionais	64.b)	151 036 448	77 190 034	113 219 850
Custos de distribuição		(302 322 246)	(197 768 269)	(177 500 271)
Custos administrativos		(491 921 732)	(492 574 996)	(451 803 400)
Outros custos e perdas operacionais	64.c)	(342 606 296)	(408 487 272)	(526 834 794)
Resultados operacionais		1 290 471 274	1 203 196 177	1 059 205 571
Custo líquido de financiamento	64.e)	(148 831 544)	(219 880 498)	(563 329 483)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	64.f)	(128 456 239)	(267 344 439)	(175 894 745)
Ganhos (perdas) em outros investimentos		(394 698)	(359 322)	(432 415)
Resultados não usuais ou não frequentes	64.g)	(315 441 933)	(62 082 447)	(180 212 487)
Resultados correntes		697 346 860	653 529 471	139 336 441
Impostos sobre os resultados correntes	64.h)	(377 886 629)	(337 094 337)	(174 595 736)
Interesses minoritários		(79 224 930)	74 620 664	342 649 754
Resultado líquido do exercício		240 235 301	391 055 798	307 390 459

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003, 2002 e 2001

valores expressos em euros

	Notas	2003	2002	2001
ACTIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de clientes		6 508 513 684	6 521 776 690	6 192 127 487
Pagamentos a fornecedores		(2 796 599 245)	(2 940 476 605)	(3 166 127 437)
Pagamentos ao pessoal		(822 506 844)	(763 798 144)	(714 043 254)
Fluxos gerados pelas operações		2 889 407 595	2 817 501 941	2 311 956 796
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento	65.a)	144 366 627	(289 131 732)	(290 713 747)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(566 274 305)	(384 970 914)	(507 491 566)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		2 467 499 917	2 143 399 295	1 513 751 483
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		7 157 682	43 098 416	33 417 607
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	65.b)	(140 647 691)	(94 174 202)	(71 725 604)
Fluxos das actividades operacionais (1)		2 334 009 908	2 092 323 509	1 475 443 486
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de				
Investimentos financeiros		3 625 011	1 311 634 564	432 174 704
Imobilizações corpóreas	65.c)	116 621 650	29 038 119	95 702 446
Imobilizações incorpóreas		32 686	—	17 652
Subsídios de investimento		—	196 288	2 770 745
Juros e proveitos similares		283 952 038	245 909 913	158 241 121
Dividendos	65.d)	26 225 115	20 734 668	19 114 831
Outros recebimentos de actividades de investimento	65.e)	193 841 327	17 622 306	21 537 893
		624 297 827	1 625 135 858	729 559 392
Pagamentos respeitantes a				
Investimentos financeiros	65.f)	(403 988 292)	(321 342 491)	(1 690 145 409)
Imobilizações corpóreas		(560 712 772)	(855 984 006)	(1 211 442 106)
Imobilizações incorpóreas		(55 036 318)	(358 641 234)	(24 597 468)
Adiantamentos a empresas participadas		(42 648 612)	(947 451 821)	(331 923 416)
Outros pagamentos de actividades de investimento		(21 429 108)	(151 343 088)	—
		(1 083 815 102)	(2 634 762 640)	(3 258 108 399)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(459 517 275)	(1 009 626 782)	(2 528 549 007)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de				
Empréstimos obtidos	65.g)	6 777 581 209	13 457 226 263	14 005 233 673
Aumentos de capital e prémios de emissão		—	176 434 867	129 696 665
Venda de acções próprias		39 159 546	34 299 931	60 697 659
Subsídios		526 023	699 631	324 479
Outros recebimentos provenientes de actividades de financiamento		3 517 130	48 484	1 404 737
		6 820 783 908	13 668 709 176	14 197 357 213
Pagamentos respeitantes a				
Empréstimos obtidos	65.h)	(7 397 524 940)	(13 472 717 994)	(11 775 883 397)
Amortizações de contratos de locação financeira		(9 037 369)	(4 136 597)	(3 650 245)
Juros e custos similares		(603 550 509)	(506 569 415)	(464 132 421)
Dividendos/distribuição de resultados		(227 516 018)	(129 035 959)	(37 825 479)
Aquisição de acções próprias		(234 988 926)	(42 197 733)	(61 256 697)
Outros pagamentos provenientes de actividades de financiamento		(2 292 094)	(126 683)	(14 755 367)
		(8 474 909 856)	(14 154 784 381)	(12 357 503 606)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(1 654 125 948)	(486 075 205)	1 839 853 607
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		220 366 685	596 621 522	786 748 086
Efeito das diferenças de câmbio		10 378 990	(45 211 595)	(34 402 524)
Consolidação Brasilcel		—	485 410 651	—
Caixa e seus equivalentes no início do período	65.i)	2 297 800 295	1 231 222 245	472 704 669
Caixa e seus equivalentes no fim do período	65.i)	2 528 545 970	2 268 042 823	1 225 050 231

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

NOTA INTRODUTÓRIA

A Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Portugal Telecom”, empresa anteriormente denominada Portugal Telecom, S.A.) e as suas empresas subsidiárias e associadas (indicadas nas Notas 1 a 6) que integram o seu universo empresarial (“Grupo” ou “Grupo Portugal Telecom”), operam essencialmente no sector das telecomunicações e multimédia em Portugal e no estrangeiro.

A empresa-mãe do Grupo é a Portugal Telecom, uma empresa constituída em 23 de Junho de 1994 nos termos do Decreto-Lei n.º 122/94, de 14 de Maio, por fusão das empresas Telecom Portugal, S.A. (“Telecom Portugal”), Telefones de Lisboa e Porto, S.A. (“TLP”) e Teledifusora de Portugal, S.A. (“TDP”). Por escritura pública realizada em 12 de Dezembro de 2000, a Portugal Telecom, S.A. alterou a sua denominação social para Portugal Telecom, SGPS, S.A., tendo modificado o seu objecto social para sociedade gestora de participações sociais.

Em resultado das cinco operações de privatização iniciadas em 1 de Junho de 1995 e terminadas em 4 de Dezembro de 2000, o capital da Portugal Telecom é detido maioritariamente por accionistas privados; em 31 de Dezembro de 2003 o Estado Português e as entidades por si controladas detêm 6,42% do capital e 500 acções da Categoria A, que lhes conferem direitos especiais, conforme descrito na Nota 54. As acções da Portugal Telecom encontram-se cotadas na Euronext Lisbon e na NYSE – New York Stock Exchange.

a) Actividade

O Grupo opera essencialmente no sector das telecomunicações e multimédia em Portugal e em outros países, nomeadamente no Brasil.

Em Portugal, a prestação do serviço fixo de telefone é efectuada pela PT Comunicações, S.A. (“PT Comunicações”), no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações de 20 de Março de 1995, o qual foi modificado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros de 11 de Dezembro de 2002, que incorpora o Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, decorrente do facto da PT Comunicações ter celebrado com o Estado Português um contrato de compra e venda da Rede Básica de Telecomunicações e Telex (“Rede Básica”).

A prestação do serviço de transmissão de dados, em Portugal, é assegurada pela PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. (“PT Prime”), que desenvolve igualmente a prestação do serviço de Internet Service Provider (“ISP”) a grandes clientes.

O serviço de ISP para clientes residenciais e pequenas e médias empresas é prestado pela Telepac II – Comunicações Interactivas, S.A. (“Telepac”), empresa detida pela PT Multimedia.com – Serviços de Acesso à Internet, SGPS, S.A. (“PTM.com”). A PTM.com concentra igualmente, através das suas participadas, serviços de concepção e de disponibilização de espaços publicitários e informação em portais de Internet.

A prestação do serviço móvel terrestre de telecomunicações, em Portugal, é efectuada pela TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. (“TMN”), que obteve em 16 de Março de 1992 uma licença para operar no sistema GSM e em 19 de Dezembro de 2000 uma licença para operar no sistema UMTS.

A PT Multimedia – Serviços de Telecomunicações e Multimedia, SGPS, S.A. (“PT Multimedia”) é a sub-holding do Grupo para os negócios multimédia. Através da TV Cabo Portugal, S.A. (“TV Cabo”), a PT Multimedia presta o serviço de televisão por cabo e satélite em Portugal Continental, Madeira e Açores.

A PT Multimedia desenvolve igualmente actividades nas áreas de audiovisuais, imprensa e rádio, sendo as áreas mais significativas a edição e venda de DVDs e jogos de vídeo, a exploração de cinemas, a distribuição de filmes e a edição e distribuição de jornais de grande circulação.

No Brasil, o Grupo presta o serviço móvel terrestre de telecomunicações através da sua participação na Brasilcel N.V. (“Brasilcel” ou “Vivo”), a joint venture constituída no final de 2002 entre o Grupo Portugal Telecom (através da PT Móveis, SGPS, S.A. – “PT Móveis”) e o Grupo Telefónica (através da Telefónica Móveis, S.A.) para agregar as operações de telecomunicações móveis dos dois grupos no Brasil. A Brasilcel desenvolve a sua actividade nos Estados brasileiros de São Paulo (por intermédio da Telesp Celular, S.A. (“Telesp Celular”)), Paraná e Santa Catarina (por intermédio da Global Telecom, S.A. (“Global Telecom”)), Rio de Janeiro (por intermédio da Telerj Celular, S.A.), Espírito Santo (por intermédio da Telest Celular, S.A.), Bahia (por intermédio da Telebahia Celular, S.A.), Sergipe (por intermédio da Telegirpe Celular, S.A.), Rio Grande do Sul (por intermédio da Celular CRT, S.A. (“Celular CRT”)), e outros onze Estados nas regiões Norte e Centro Oeste (por intermédio da Tele Centro Oeste Celular Participações, S.A. e suas subsidiárias – “TCO”). Após a aquisição da TCO, iniciada durante o primeiro trimestre de 2003, a Vivo abrange cerca de 20 milhões de clientes, tendo reforçado a sua posição de líder como operador de telefonia móvel da América do Sul.

b) Internacionalização

Em 16 de Janeiro de 2003, a Vivo, através da Telesp Celular Participações, S.A. (“TCP”), celebrou um acordo para a aquisição faseada da totalidade do capital da TCO, estando em 31 de Dezembro de 2003 concluídas as seguintes fases: (i) aquisição de 61,1% do capital votante pelo montante de 1 529 milhões de reais (incluindo um montante de 24 milhões de reais pela aquisição de uma obrigação futura da TCO de emitir acções em favor do seu anterior accionista), dos quais 163 milhões de reais se encontram por liquidar em 31 de Dezembro de 2003 (incluindo juros); e (ii) oferta pública de aquisição de acções ordinárias da TCO, na qual foram adquiridos mais 25,5% do capital votante da TCO pelo montante de 539 milhões de reais. A última fase do processo de aquisição da totalidade do capital da TCO, que compreendia a incorporação e conversão das acções remanescentes da TCO na TCP, foi cancelada em 12 de Janeiro de 2004 por mútuo acordo das administrações da TCO e TCP, em resultado das conclusões da Comissão de Valores Mobiliários Brasileira (“CVM”) sobre esta operação indicarem potenciais obstáculos a ser levantados pelos accionistas minoritários.

c) Reorganização

No exercício de 2003, a PT Multimedia realizou um processo de reestruturação dos negócios anteriormente desenvolvidos pela Lusomundo – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS, S.A. (“Lusomundo SGPS”) através das suas empresas participadas. Como parte desse processo, a PT Multimedia adquiriu à Lusomundo a totalidade do capital que esta detinha na Lusomundo Serviços, SGPS, S.A. (“Lusomundo Serviços”), na Lusomundo Audiovisuais, S.A. (“Lusomundo Audiovisuais”) e na Lusomundo Cinemas, S.A. (“Lusomundo Cinemas”), tendo ainda procedido à fusão por incorporação da Lusomundo SGPS na PT Multimedia. A Lusomundo Serviços detém diversas participações em negócios de media e relacionados, nomeadamente uma participação de 74,9% na Lusomundo Media, SGPS, S.A. (“Lusomundo Media”), que desenvolve negócios de media, incluindo a edição e distribuição de jornais e revistas de grande circulação. A Lusomundo Audiovisuais e a Lusomundo Cinemas, bem como as suas empresas participadas, desenvolvem a sua actividade na área dos audiovisuais, que integra a edição e venda de DVDs e jogos de vídeo, a exploração de cinemas e a distribuição de filmes. Estas empresas são líderes nos mercados de audiovisual e de imprensa escrita em Portugal.

1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Portugal Telecom e todas as suas filiais constantes do mapa I em anexo [p. 136].

2. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

As empresas excluídas da consolidação em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, bem como os motivos da sua exclusão, são referidas no mapa II em anexo [p. 140].

3. EMPRESAS ASSOCIADAS

As empresas associadas em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 encontram-se referidas no mapa III em anexo [p. 142].

4. PARTICIPAÇÕES MATERIALMENTE IRRELEVANTES EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Os investimentos financeiros em empresas associadas cujas participações em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 são materialmente irrelevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto de empresas compreendidas na consolidação constam do mapa IV em anexo [p. 144].

5. EMPRESAS CONSOLIDADAS PROPORCIONALMENTE

As empresas que em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 foram incluídas na consolidação pelo método proporcional são as constantes do mapa V em anexo [p. 145].

6. PARTICIPAÇÕES NÃO INFERIORES A 10% EM EMPRESAS NÃO REFERIDAS NAS NOTAS ANTERIORES

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, para além das participações referidas nas notas anteriores, o Grupo detinha directa e indirectamente participações financeiras em outras empresas, as quais constam do mapa VI em anexo [p. 146].

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício de 2003, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi de aproximadamente 23 700 empregados.

10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

O saldo desta rubrica corresponde aos valores de goodwill decorrentes de aquisições de investimentos financeiros em empresas do Grupo e associadas, respeitantes à diferença, quando positiva, entre o custo de aquisição e o valor proporcional dos capitais próprios dessas empresas na data da sua aquisição. Em 31 de Dezembro de 2003, o saldo desta rubrica e das correspondentes amortizações acumuladas (Nota 27), tem a seguinte composição:

valores expressos em euros			
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Brasilcel (Nota Introdutória) (a)	487 507 167	24 363 622	463 143 545
Negócios de Rede Fixa			
PTM.com	173 465 618	10 841 601	162 624 017
PT Comunicações (negócio de telecomunicações internacionais)	133 542 589	57 908 200	75 634 389
PT Prime	33 817 393	1 690 870	32 126 523
Outras empresas	3 181 051	2 178 037	1 003 014
	344 006 651	72 618 708	271 387 943
PT Multimedia			
Negócio de Televisão por Subscrição	199 585 520	22 937 570	176 647 950
Negócio de Audiovisuais e Cinemas:			
Lusomundo Audiovisuais (b)	69 472 042	2 894 668	66 577 374
Lusomundo Cinemas (b)	40 056 072	1 305 066	38 751 006
Negócio de Media			
Lusomundo Serviços (b)	94 478 489	3 936 604	90 541 885
Global Notícias, S.A. ("Global Notícias")	32 583 167	17 888 915	14 694 252
Lusomundo Media	8 465 045	423 252	8 041 793
Rádio Press – Comunicação e Radiodifusão, S.A. ("Rádio Press")	4 020 740	2 090 495	1 930 245
Vasp – Sociedade de Transporte e Distribuição, S.A. ("Vasp")	2 452 949	735 885	1 717 064
Outras empresas	2 334 559	1 280 504	1 054 055
	453 448 583	53 492 959	399 955 624
Outros negócios			
Páginas Amarelas, S.A. ("Páginas Amarelas")	89 338 064	5 583 630	83 754 434
Unitel, S.A. ("Unitel")	39 327 032	13 109 341	26 217 691
PrimeSys, S.A. ("PrimeSys")	26 701 057	3 337 632	23 363 425
PT Sistemas de Informação, S.A. ("PT SI") (c)	14 816 593	5 884 908	8 931 685
Cabo Verde Telecom, S.A. ("Cabo Verde Telecom")	11 845 617	4 440 726	7 404 891
	182 028 363	32 356 237	149 672 126
	1 466 990 764	182 831 526	1 284 159 238

(a) Na sequência da constituição da Brasilcel (Nota Introdutória), o Grupo procedeu em 2003 à transferência de uma parte das diferenças de consolidação referentes aos investimentos nesta empresa, no montante aproximado de 884 milhões de euros, correspondente ao valor líquido atribuído em 1 de Janeiro de 2003 pela Portugal Telecom às licenças de Banda A detidas pelas várias empresas operadoras controladas pela Brasilcel, para a rubrica "Propriedade industrial e outros direitos". Estas licenças foram concedidas pelo Estado Brasileiro às empresas operadoras de telefonia móvel, aquando da privatização do sector das telecomunicações, por um período de quinze anos renováveis automaticamente por mais um período de quinze anos. Durante o exercício de 2003 ocorreram diversas alterações ao quadro regulamentar destas licenças, as quais assumem actualmente a figura de autorizações concedidas pela ANATEL, renováveis ao fim de um período de quinze anos.

Em resultado do procedimento acima descrito e de acordo com as práticas internacionais, a parcela das diferenças de consolidação relativas às licenças é amortizada em função das receitas projectadas pelo período inicialmente estimado de 30 anos e a parcela relativa ao goodwill é amortizada linearmente pelo período estimado de recuperação do investimento (20 anos). Esta alteração não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em 31 de Dezembro de 2003.

(b) No âmbito do processo de reestruturação dos negócios desenvolvidos pela Lusomundo SGPS (Nota Introdutória), o goodwill referente a esses negócios foi repartido pelas suas empresas participadas que prosseguem distintos negócios: Lusomundo Audiovisuais (negócio de audiovisuais, que inclui a distribuição de filmes e a venda de cassetes e jogos de vídeo); Lusomundo Cinemas (negócio de exibição cinematográfica); e Lusomundo Serviços (negócio de media e outros negócios relacionados).

(c) O goodwill referente à PT Sistemas de Informação inclui 6 735 331 euros relativo ao goodwill gerado na aquisição da Megamedia, empresa que no primeiro semestre de 2003 foi fundida por incorporação na PT Sistemas de Informação.

Quando uma empresa subsidiária é alienada, os valores de goodwill e respectivas amortizações acumuladas são anulados por contrapartida de resultados extraordinários.

Amortização do goodwill

O goodwill decorrente da aquisição de investimentos financeiros em outras empresas é amortizado no período de recuperação esperada do investimento. São os seguintes os métodos e prazos de amortização do goodwill adoptados:

Empresa	Método de amortização	Prazo de amortização
Empresas participadas da Vivo – parcela alocada ao goodwill	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
PTM.com	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
PT Comunicações (negócio de telecomunicações internacionais)	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
PT Prime	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
PT Multimedia e empresas participadas	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
Páginas Amarelas	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
Unitel	Quotas constantes	Período de concessão (9 anos, à data de aquisição do investimento)
PrimeSys	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (10 anos)
Cabo Verde Telecom	Quotas constantes	Período de concessão (19 anos, à data de aquisição do investimento)
Outras empresas participadas	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (no máximo em 20 anos)

Recuperabilidade dos investimentos financeiros

A Portugal Telecom, suportada nos planos de negócio das empresas participadas e nos resultados previsionais aí considerados, entende que, em 31 de Dezembro de 2003, o valor contabilístico dos seus investimentos financeiros em empresas do Grupo e associadas (incluindo o valor do goodwill, líquido de amortizações acumuladas) não é superior ao respectivo valor estimado de realização (Fair Value).

14. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO GRUPO

Durante o exercício de 2003, verificaram-se alterações na composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação, sendo as mais relevantes as descritas no ponto VII em anexo [p. 147].

18. CRITÉRIOS DE CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS

As empresas do Grupo que detêm investimentos financeiros em empresas associadas e em outras empresas participadas adoptam a seguinte política contabilística para registar, nas suas demonstrações financeiras individuais, esses investimentos financeiros:

- ▶ Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como estabelecido na Directriz Contabilística n.º 9. Segundo este método, os investimentos financeiros são inicialmente contabilizados pelo seu custo de aquisição, que é posteriormente ajustado pela diferença entre esse custo e o valor proporcional dos capitais próprios da empresa participada à data da aquisição. Por sua vez, essa diferença é registada em imobilizado incorpóreo, na rubrica “Diferenças de consolidação” (goodwill) (Nota 10).
- ▶ De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período, e em outras variações no capital próprio dessas empresas, por contrapartida da rubrica “Outras reservas”. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros. No que se refere às empresas associadas com capitais próprios negativos, é registada uma provisão para perdas em investimentos financeiros que corresponde à proporção do Grupo nos capitais próprios negativos dessas empresas.
- ▶ As diferenças de consolidação apuradas nas aquisições de empresas participadas são amortizadas durante o período médio estimado de recuperação desses investimentos, ou caso essas empresas detenham licenças ou concessões, são amortizadas pelos períodos de recuperação das mesmas (Nota 10).
- ▶ Os investimentos financeiros noutras empresas (participações inferiores a 20%) encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor nominal, para o caso dos empréstimos concedidos, diminuídos por provisões para perdas estimadas, quando se antecipa a existência de perdas de valor desses investimentos financeiros.
- ▶ Os empréstimos concedidos a empresas associadas são registados pelo seu valor nominal na rubrica “Empréstimos de financiamento”.

21. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS

Em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo, para além das obrigações financeiras constantes do balanço, assumiu os seguintes compromissos financeiros:

(a) Em Outubro de 2000, a Médi Télécom, S.A. (“Médi Télécom”) celebrou contratos de financiamento de médio e longo prazo com um consórcio liderado pela International Finance Corporation e pelos bancos ABN Amro e Société Générale, num total de 1 000 000 000 de euros. Estes empréstimos, que têm uma duração média de 8 anos, destinaram-se a refinar a dívida de curto prazo contraída em Agosto de 1999 para atribuição da licença de operador de telecomunicações móveis em Marrocos e à cobertura do investimento ligado à instalação e desenvolvimento da rede GSM.

Nos termos destes contratos, a Médi Télécom obriga-se perante o sindicato bancário a atingir determinadas metas de performance financeira. No âmbito desta operação de financiamento, os accionistas de referência da Médi Télécom (PT Móveis (32,18% do capital), Telefónica Intercontinental, S.A. (32,18% do capital) e Grupo Banque Marocaine du Commerce Exterior (18,06% do capital)), assinaram um Shareholders Support Deed, segundo o qual estes accionistas se comprometem a realizar futuras contribuições de capital na Médi Télécom (sob a forma de capital ou de empréstimos de accionistas), se tal for necessário para cobrir eventuais deficiências nas metas financeiras acordadas. Este compromisso dos accionistas de referência está limitado, durante a vigência dos empréstimos, a um máximo acumulado de 210 000 000 de euros e cessa logo que a Médi Télécom atinja um rácio de Endividamento/EBITDA inferior a 3,0 em quatro trimestres consecutivos.

(b) O Grupo e os restantes accionistas da Sportinveste Multimedia, SGPS, S.A. (“Sportinveste”) celebraram um Acordo Parassocial, pelo qual a Portugal Telecom se comprometeu a conceder prestações acessórias até ao montante máximo de 40 000 000 de euros. Em 31 de Dezembro de 2003, a Portugal Telecom tinha concedido prestações acessórias no montante de 24 023 168 euros.

(c) Em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo tinha assumido compromissos de compra perante fornecedores, essencialmente relativos a equipamentos, no montante de aproximadamente 38 191 606 euros.

(d) No exercício de 2003, a PT Multimedia celebrou um contrato de promessa de compra e venda, relativo à aquisição de 16,6% do capital social da Sport TV detido actualmente pela RTP, por um montante de aproximadamente 16,3 milhões de euros. Após a conclusão desta transacção, que se encontra pendente de aprovação pela Autoridade da Concorrência, a Sport TV passará a ser detida em partes iguais pela PT Multimedia e pela PPTV – Publicidade de Portugal e Televisão, S.A. (“PPTV”).

22. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo tinha apresentado avais, garantias e cartas conforto a favor de terceiros correspondentes às seguintes situações:

	valores expressos em euros
Avais	36 373 190
Garantias bancárias a favor de tribunais	9 091 149
Garantias bancárias a favor de terceiros solicitadas pela:	
PT Comunicações	10 061 766
TMN	2 493 989
PT Multimedia	3 011 424
Outras	3 270 298
	18 837 477
Cartas conforto a favor de terceiros	
Carta conforto relativa a financiamento prestado à TV Cabo Macau	7 917 656
PT Multimedia	26 074 111
	33 991 767

Os avais foram concedidos pela PT Multimedia e referem-se a garantias de financiamentos bancários de empresas associadas.

As garantias bancárias a favor de terceiros solicitadas pela PT Comunicações e pela PT Multimedia são essencialmente a favor da administração fiscal e da Alta Autoridade para a Comunicação Social, respectivamente, sendo as da PT Comunicações referentes a contingências de natureza fiscal que foram impugnadas (Nota 57) e as da PT Multimedia referentes à obtenção de licenças de transmissão de sinal de televisão. As garantias bancárias solicitadas pela TMN foram apresentadas à ANACOM.

A TCP prestou um aval a favor da Global Telecom relativo ao empréstimo obtido por esta empresa junto do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) no Brasil, que em 31 de Dezembro de 2003 ascendia a aproximadamente 263,3 milhões de reais brasileiros. Nesta mesma data, algumas metas financeiras (“covenants”) estabelecidas neste contrato de financiamento, não foram atingidas pela Global Telecom, tendo, no entanto, sido concedida uma dilatação temporal (“Waiver”) para o cumprimento de tais obrigações.

Adicionalmente, a PT tem um depósito numa instituição financeira de 75 milhões de euros como caução para a aquisição futura de conteúdos multimédia por parte de uma empresa associada.

23. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas encontram-se elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal e as normas de consolidação estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS” ou “NIC”). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), de acordo com a convenção dos custos históricos (modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas), em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, da continuidade das operações, da especialização dos exercícios, da consistência, da materialidade e da substância sobre a forma e consideram igualmente determinados ajustamentos e reclassificações contabilísticos, decorrentes da uniformização com as políticas contabilísticas seguidas pela empresa-mãe.

As notas deste anexo seguem a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Grupo, ou a sua apresentação não se considera relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

É ainda de referir que a Portugal Telecom preparou igualmente demonstrações financeiras consolidadas em formato internacional, incluídas em anexo, com a finalidade de serem apresentadas junto da Securities and Exchange Commission of the United States of America (“US SEC”) e da New York Stock Exchange (Bolsa de Valores de Nova Iorque). Aquelas demonstrações financeiras consolidadas apresentam os mesmos valores de activo, capital próprio e resultado líquido que as presentes, mas diferem destas na sua apresentação, por incluírem determinadas reclassificações para as tornar mais próximas de demonstrações financeiras elaboradas nos Estados Unidos da América. No sentido de facilitar a comparabilidade entre as demonstrações de resultados na versão preparada de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (“versão POC”) e na versão internacional, apresenta-se de seguida uma reconciliação para os itens relevantes: proveitos operacionais, resultado operacional e resultado antes de impostos e de interesses minoritários.

	valores expressos em euros
Proveitos operacionais (versão POC)	5 942 254 098
Proveitos e custos extraordinários, acrescidos ou deduzidos aos proveitos operacionais ^(a)	11 758 506
Trabalhos para a própria empresa ^(b)	(74 499 765)
Proveitos suplementares ^(b)	(99 824 364)
Subsídios à exploração ^(b)	(2 701 708)
Variação da produção	(234 214)
Outros proveitos e ganhos operacionais ^(b)	(640 979)
Proveitos operacionais (versão internacional)	5 776 111 574
Resultado operacional (versão POC)	1 278 119 040
Proveitos e custos extraordinários, acrescidos ou deduzidos aos proveitos operacionais ^(a)	11 758 506
Custos ou proveitos extraordinários, acrescidos ou deduzidos aos custos operacionais ^(c)	23 849 667
Resultado operacional (versão internacional)	1 313 727 213
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários (versão POC)	696 729 010
Insuficiência líquida de estimativa de imposto (Nota 45) ^(d)	617 850
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários (versão internacional)	697 346 860

(a) Este montante respeita essencialmente a ajustamentos a proveitos registados em exercícios anteriores, que para efeitos da versão internacional são acrescidos aos proveitos operacionais.

(b) Na versão internacional estes proveitos são deduzidos aos custos operacionais.

(c) Estes valores respeitam a custos e proveitos extraordinários, essencialmente relativos a subsídios ao investimento e formação profissional e à constituição/reversão de provisões extraordinárias, que na versão internacional são acrescidos ou deduzidos aos custos operacionais.

(d) Este valor constitui um custo extraordinário na versão POC, enquanto na versão internacional é incluído na rubrica de imposto sobre o rendimento do período.

Princípios de consolidação

As empresas referidas na Nota 1 foram consolidadas pelo método de integração global, pelo que as transacções, saldos e fluxos de caixa significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação e o valor correspondente à participação de terceiros nessas empresas é apresentado no balanço consolidado e na demonstração consolidada de resultados na rubrica “Interesses minoritários” (Nota 55).

As empresas referidas na Nota 5 foram consolidadas pelo método proporcional, pelo que os seus activos e passivos, proveitos e custos e fluxos de caixa foram integrados nas demonstrações financeiras pela percentagem de capital detido nessas empresas pela Portugal Telecom, directa e indirectamente; igual procedimento foi adoptado para o processo de eliminação das transacções e dos saldos e fluxos de caixa intragrupo.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas (Nota 3) encontram-se valorizados no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial (Nota 18).

As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do Grupo, são diferidas ou anuladas até ao momento da sua alienação a terceiros.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas basicamente por diferenças de consolidação, despesas de instalação, propriedade industrial e outros direitos e despesas de investigação e desenvolvimento. As diferenças de consolidação são amortizadas de acordo com os critérios explicados na Nota 10. As restantes imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do início do mês da sua aquisição ou início de utilização, num período que varia entre três e seis anos, com excepção: (i) do valor das licenças de operador de telefonia móvel detidas pelas participadas da Vivo, que está a ser amortizado no período de vida útil estimado, de acordo com taxas determinadas em função das receitas projectadas (Nota 27); e (ii) do valor referente à aquisição da propriedade da Rede Básica que está a ser amortizado pelo método das quotas constantes, no período remanescente até final da concessão (2025).

O valor da licença UMTS e todos os custos inerentes à entrada em exploração da rede UMTS estão registados na rubrica “Imobilizações incorpóreas em curso” e serão amortizados linearmente durante o período remanescente da licença, a iniciar a partir do momento em que o sistema UMTS entre em operação (Nota 27).

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição (adicionado das despesas imputáveis à compra), de produção ou reavaliado com base em coeficientes oficiais de correcção monetária, de acordo com as disposições legais (Nota 41). A amortização destes activos é realizada de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês de início de utilização dos bens ou da sua entrada em funcionamento.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10-50
Equipamento básico:	
Instalações e equipamento de rede – interior e exterior	5-25
Equipamento de comutação	5-10
Equipamento terminal	5-10
Cabos submarinos	15-20
Estações, equipamento e instalações de satélites	15
Outros equipamentos de telecomunicações	3-10
Outro equipamento básico	4-20
Equipamento de transporte	4-8
Ferramentas e utensílios	4-10
Equipamento administrativo	3-10
Outras imobilizações corpóreas	3-10

Na sequência da aprovação do Acordo Modificativo do Contrato de Concessão relacionado com a compra da Rede Básica (Nota Introdutória), que aboliu a disposição constante do Contrato de Concessão relativa à reversão para o Estado Português dos bens afectos à concessão, alterou-se o período de amortização daqueles bens nas situações em que o mesmo estava indexado ao término da concessão, passando os mesmos a ser amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são provisionadas por contrapartida de resultados do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. Os custos significativos incorridos com renovações ou melhorias do imobilizado corpóreo são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos.

c) **Locação financeira**

Os activos imobilizados adquiridos segundo contratos de locação financeira são registados como leasing financeiro, caso cumpram com os critérios para tal. Os activos são registados ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do fair value do activo na data do contrato, por contrapartida da correspondente responsabilidade. Os activos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades e os juros reconhecidos no período em que são devidos.

d) **Existências**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição. A provisão para depreciação de existências inclui o valor dos materiais sem utilização prevista, por motivo de obsolescência tecnológica, bem como a diferença de preços para os materiais cujo valor de realização é inferior ao custo médio de aquisição.

e) **Provisão para dívidas de cobrança duvidosa**

A provisão para dívidas de cobrança duvidosa é constituída/reforçada tendo em consideração a avaliação dos riscos estimados pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

f) **Especialização dos exercícios**

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas ou incorridas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas (Nota 53).

g) **Subsídios para financiamento de imobilizações corpóreas**

Os subsídios recebidos para financiamento de aquisição de imobilizações corpóreas são registados no passivo, como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e são reconhecidos em resultados extraordinários proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

h) Registo de receitas

As receitas da actividade de telecomunicações fixas são registadas pelo seu valor bruto no momento da prestação do serviço, sendo os valores não facturados a clientes ou não facturados por outros operadores, mas vencidos ou incorridos à data das demonstrações financeiras consolidadas, registados com base em estimativas. As diferenças entre estes valores estimados e os reais, que por norma não são significativas, são registadas no período subsequente.

As receitas de circuitos alugados são registadas no período a que respeitam.

As receitas provenientes do serviço ISP resultam fundamentalmente de assinaturas mensais pela disponibilização do acesso à Internet e do tráfego telefónico gerado pelos clientes quando utilizam o serviço. Estas receitas são reconhecidas no período em que o serviço é prestado.

As receitas de publicidade relativas a listas telefónicas e outras, bem como os respectivos custos, são registados durante o período de vigência das listas.

Os proveitos decorrentes da actividade de telecomunicações móveis resultam, essencialmente, dos valores facturados a título de assinatura mensal pela utilização da rede, ao que acresce a facturação das chamadas telefónicas efectivamente efectuadas, bem como outros serviços complementares de telecomunicações. O momento do reconhecimento das receitas geradas no âmbito da actividade de telecomunicações móveis, bem como as rubricas onde se encontram reconhecidas, podem ser resumidos da seguinte forma:

Origem do proveito	Classificação	Reconhecimento
Utilização da rede	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Tráfego de interligação	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Roaming	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Cartões pré-pagos	Prestações de serviços	No momento da prestação do serviço
Telemóveis e acessórios	Vendas de mercadorias	No momento da venda

As receitas decorrentes do serviço de televisão por cabo e satélite resultam essencialmente de: (i) valores facturados a título de assinatura mensal pela utilização do serviço; (ii) publicidade colocada nos canais de televisão por cabo; e (iii) aluguer de equipamento. As receitas provenientes da assinatura mensal são reconhecidas no período em que o serviço é prestado ao cliente. As receitas de publicidade são reconhecidas no período em que a mesma é inserida. As receitas de aluguer de equipamento são reconhecidas no período do aluguer.

Os custos incorridos com a programação dos canais de televisão por cabo são apurados em função do número de subscritores e são reconhecidos no período em que o serviço é prestado.

As receitas relativas à exibição cinematográfica decorrem da venda de bilhetes de cinema e as receitas relativas à distribuição cinematográfica provêm da venda a outros operadores cinematográficos de direitos de distribuição adquiridos pela Lusomundo Audiovisuais a distribuidores e produtores de filmes. Estas receitas são reconhecidas no período de exibição ou de venda dos direitos.

As receitas de publicidade relativas à publicação de revistas e jornais são reconhecidas no período da sua inserção.

As receitas relativas à venda de publicações são reconhecidas no momento da venda, à excepção das assinaturas, que são reconhecidas no período da duração das mesmas.

i) Repartição de receitas dos serviços de telecomunicações internacionais

A repartição de receitas dos serviços de telecomunicações internacionais é efectuada com base nos registos de tráfego do país de origem e nas taxas de repartição fixadas mediante acordos celebrados com os vários operadores de telecomunicações. Compete ao operador de origem do tráfego a apresentação do crédito ao operador do país de destino e, se aplicável, aos operadores dos países de trânsito.

j) Pensões de reforma

(i) Nos termos do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 219/00, de 9 de Setembro, os regimes jurídicos aplicáveis em virtude das disposições do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 122/94, de 14 de Maio (diploma regulamentador da criação da Portugal Telecom, S.A.) continuarão a produzir efeitos relativamente aos empregados que foram transferidos da Portugal Telecom para a PT Comunicações e aos pensionistas e reformados abrangidos por esses regimes. Assim sendo, a PT Comunicações tem o compromisso de conceder:

▶ A reformados e empregados oriundos e admitidos pelos CTT até 14 de Maio de 1992.

▶ Pensão de reforma.

▶ A reformados e empregados oriundos dos TLP e da TDP.

▶ Complemento de pensão de reforma ou sobrevivência.

Os empregados oriundos da Telecom Portugal, que tenham sido admitidos directamente por esta empresa, ou pelos CTT após 14 de Maio de 1992, assim como os empregados admitidos directamente pela Portugal Telecom e pela PT Comunicações, encontram-se excluídos do âmbito dos benefícios acima referidos, estando abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

As responsabilidades por serviços passados respeitantes aos empregados no activo, pré-reformados e reformados são determinadas com base em estudos actuariais, elaborados por uma empresa independente de actuários internacionais. Para a cobertura destas responsabilidades existem três fundos de pensões autónomos, um para cada uma das empresas fundidas na Portugal Telecom, e provisões específicas. Os fundos de pensões são geridos autonomamente por uma sociedade gestora de fundos de pensões.

Adicionalmente, para os empregados oriundos da Marconi (empresa fundida com a PT Comunicações no exercício de 2002), a PT Comunicações tem um regime especial de Segurança Social através da Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia Portuguesa Rádio Marconi (“Caixa”), entidade independente, tutelada pela Secretaria de Estado da Segurança Social do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, aplicável a todos os empregados admitidos até 1 de Fevereiro de 1998. Os empregados admitidos após esta data encontram-se integrados no Regime Geral da Segurança Social. Para cobertura das responsabilidades com os empregados abrangidos por este regime especial de Segurança Social, a PT Comunicações tem os seguintes fundos:

▶ Fundo de Pensões Regulamentares, cujo objectivo consiste na cobertura das responsabilidades com as pensões de reforma dos empregados.

▶ Fundo de Melhoria, que consiste basicamente na atribuição de um suplemento de 15% às pensões de invalidez e velhice, tendo para isso a PT Comunicações que efectuar uma contribuição adicional de 1,55% sobre a massa salarial.

▶ Fundo de Complementos, que assegura um complemento das pensões de reforma e das pensões de sobrevivência concedidas aos cônjuges sobreviventes dos reformados. Este fundo atribui, igualmente, um complemento de pensão aos empregados abrangidos pela Caixa, desde que tenham anteriormente contribuído para a Caixa Geral de Aposentações mas não estejam abrangidos pelo regime de pensão unificada.

(ii) A Lusomundo, através da sua participada Global Notícias (anteriormente Diário de Notícias e Jornal de Notícias), está obrigada a complementar as pensões de reforma e sobrevivência aos empregados admitidos até 1979, no caso do Diário de Notícias, e até 16 de Novembro de 1994, no caso do Jornal de Notícias, quando estes atingem a idade da reforma.

(iii) A PT Sistemas de Informação tem também responsabilidades em assegurar as pensões de reforma dos empregados transferidos da PT Comunicações.

A PT Comunicações, a Lusomundo e a PT Sistemas de Informação reconhecem os custos com a atribuição de benefícios relacionados com os planos de pensões à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

No final de cada exercício, a PT Comunicações, a Lusomundo e a PT Sistemas de Informação obtêm estudos actuariais elaborados de acordo com a NIC n.º 19 e com métodos e pressupostos actuariais aceites internacionalmente, no sentido de apurar o valor das suas responsabilidades a essa data, o custo com pensões a registar nesse exercício e a previsão dos custos a reconhecer no exercício seguinte. As responsabilidades e custos assim estimados são comparados com os registos entretanto efectuados e com os valores das eventuais contribuições a efectuar para os fundos, bem como com o valor da provisão a registar no passivo para cobertura das responsabilidades. Os ganhos e perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e a informação financeira e demográfica apurada no exercício são registados a deduzir à provisão e são reconhecidos em resultados a partir do exercício subsequente de forma linear e durante o período médio estimado de vida laboral dos participantes que ainda se encontram no activo, conforme permitido pela NIC n.º 19, em detrimento da Directriz Contabilística n.º 19 por se considerar a aplicação deste normativo internacional mais adequada para a realidade do Grupo Portugal Telecom.

(iv) A Telesp Celular, e as empresas controladas pela Tele Leste, pela Tele Sudeste e pela TCO, em conjunto com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, são patrocinadoras de um plano de pensões administrado pela Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL. Até 28 de Dezembro de 1999, todas as patrocinadoras do plano administrado pela SISTEL eram solidárias. Nessa data, essas patrocinadoras negociaram condições para a criação de planos individuais de pensões por patrocinadora e para manutenção da solidariedade apenas para os reformados que se encontravam em tal condição em 31 de Janeiro de 2000, o que foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Estado Brasileiro, em 13 de Janeiro de 2000.

Em resultado deste acordo, em Dezembro de 2000 a Telesp Celular e as empresas controladas pela Tele Leste, pela Tele Sudeste e pela TCO implementaram, através da SISTEL, planos individuais de contribuição definida (“TCP PREV”, “TCO PREV” e “Plano de Benefícios Visão Celular”), respectivamente que abrangem 99% dos empregados da Telesp Celular e TCO, 94% dos empregados da Tele Leste e 83% dos empregados da Tele Sudeste e que são viabilizados através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pelas patrocinadoras, as quais são creditadas em contas individuais dos participantes. As empresas são responsáveis por todas as despesas administrativas e de manutenção destes planos e pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da Telesp Celular e as empresas controladas pela Tele Leste, Tele Sudeste e TCO para os planos individuais de contribuição definida antes referidos são iguais às dos participantes, variando de 1% a 8% do salário de participação, em função de percentagem escolhida pelo participante. Os custos destes planos são registados pela Telesp Celular, Tele Leste, Tele Sudeste e TCO na data em que se vencem as contribuições a efectuar por cada empresa.

Na sequência da quebra de solidariedade do Fundo SISTEL ocorrida em Dezembro de 1999, as empresas patrocinam individualmente um plano de benefícios definidos destinado a atribuir um suplemento de pensão a custo partilhado aos empregados beneficiários que não aceitaram a migração para os planos individuais de contribuição definida antes referidos. A contribuição para os planos de benefícios definidos (“PBS Telesp Celular”, “PBS Tele Leste Celular”, “PBS Tele Sudeste Celular” e “PBS TCO”) é determinada com base num estudo actuarial elaborado por actuários independentes. O regime de determinação do custo é o da capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 12% sobre a remuneração dos empregados participantes do plano.

(v) A Celular CRT, S.A. (“Celular CRT”) patrocina em conjunto com a Companhia Riograndense de Telecomunicações, S.A. planos de previdência privada de benefícios definidos multipatrocinados, os quais são administrados pela Fundação dos Empregados da Companhia Riograndense de Telecomunicações – FCRT. Os benefícios de reforma por tempo de serviço, por idade, por invalidez e especial são calculados pelo regime de capitalização; o benefício de pensão por morte é constituído pelo regime financeiro de repartição de capitais de cobertura; o benefício de auxílio-reclusão é calculado através do regime financeiro de repartição simples, com método de capital de cobertura; e os benefícios de auxílio-doença, natalidade e pecúlio por morte são constituídos pelo regime financeiro de repartição simples. As contribuições para os planos são determinadas com base em estudos actuariais preparados por actuários independentes. O custo mensal é de 25,59% dos salários. Em Dezembro de 2001, a Celular CRT solicitou a desvinculação total entre as patrocinadoras. Em 30 de Dezembro de 2003, foi aprovada a desvinculação, bem como a implementação do Plano de Benefícios Visão CRT de contribuição definida, que deverá ocorrer até 1 de Março de 2004.

(vi) Os empregados admitidos directamente pelas restantes empresas do Grupo não se encontram abrangidos pelos benefícios sociais acima referidos.

1) Responsabilidades com cuidados de saúde

(i) A PT Comunicações (excluindo os empregados oriundos da Marconi e os empregados contratados a partir de 31 de Julho de 2003) mantém um Plano de Saúde aplicável aos seus empregados activos, pré-reformados, reformados e aposentados, bem como aos respectivos familiares elegíveis, o qual é gerido pela associação denominada Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde (“PT ACS”), criada para o efeito em 29 de Setembro de 1995. O referido plano entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1996, ainda no quadro da Portugal Telecom, S.A.

Para o financiamento do Plano de Saúde contribuem:

- ▶ Os beneficiários titulares (beneficiários de algum dos regimes de saúde anteriormente vigentes na Empresa), com 1,5% dos ordenados.
- ▶ O Serviço Nacional de Saúde (“SNS”), com 176 euros por beneficiário do Plano.
- ▶ A Portugal Telecom, com o valor restante necessário à cobertura da totalidade dos custos.

Adicionalmente, a PT Comunicações mantém um Plano de Saúde aplicável aos empregados admitidos pela Marconi até 1 de Fevereiro de 1998, bem como aos respectivos familiares elegíveis, sendo a gestão deste plano de saúde efectuada igualmente pela PT ACS.

Os custos com cuidados de saúde a prestar a partir da idade de reforma foram registados na rubrica “Custos com o pessoal – Encargos sociais”, com base nas estimativas constantes dos estudos actuariais elaborados por uma entidade independente.

As contribuições entregues à PT ACS correspondentes aos cuidados de saúde prestados ao pessoal no activo são registadas como custos à medida que estes são incorridos.

O subsídio do SNS e as quotizações dos empregados são registados como redução de custos do período a que respeitam.

A PT Sistemas de Informação tem também responsabilidades em assegurar aos empregados transferidos da PT Comunicações os cuidados de saúde previstos no Plano de Saúde daquela empresa.

A PT Comunicações e a PT Sistemas de Informação reconhecem os custos com os cuidados de saúde a prestar a partir da idade da reforma aos empregados abrangidos pelos benefícios supra-referidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

No final de cada exercício, a PT Comunicações e a PT Sistemas de Informação obtêm estudos actuariais elaborados de acordo com a NIC n.º 19 e com métodos e pressupostos actuariais aceites internacionalmente, no sentido de conhecer o valor das suas responsabilidades a essa data, os custos com saúde a registar nesse exercício e, ainda, a previsão dos custos a incorrer no exercício seguinte, determinada a partir dos mesmos pressupostos (Nota 59). As responsabilidades e custos assim estimados são comparados com os registos entretanto efectuados, bem como com o valor da provisão a registar no passivo para cobertura das responsabilidades. Os ganhos e perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e a informação financeira e demográfica apurada no exercício são registados a deduzir à provisão e são reconhecidos em resultados a partir do exercício subsequente de forma linear e durante o período médio estimado de vida laboral dos participantes que ainda se encontram no activo, conforme permitido pela NIC n.º 19, em detrimento da Directriz Contabilística n.º 19 por se considerar a aplicação deste normativo internacional mais adequada para a realidade do Grupo Portugal Telecom.

(ii) Os empregados da Telesp Celular e das empresas controladas pela Tele Leste, pela Tele Sudeste e pela TCO encontram-se abrangidos pelo plano de assistência médica aos empregados aposentados (PAMA) gerido pela Fundação SISTEL, sendo o financiamento do fundo assegurado pelas empresas resultantes do processo de cisão da TELEBRÁS e pelos seus empregados participantes. As características do plano de benefícios e do fundo são idênticas às referidas para o fundo de pensões SISTEL existente antes da quebra de solidariedade desse fundo. Sendo este um fundo com características de multiempregador, os custos com cuidados de saúde a prestar a partir da idade de reforma são reconhecidos em resultados à medida que as contribuições vão sendo devidas.

(iii) Os empregados admitidos directamente pelas restantes empresas do Grupo encontram-se fora do âmbito dos benefícios acima referidos.

m) Reformas antecipadas, pré-reformas e suspensões do contrato de trabalho

No momento da passagem dos empregados às situações de pré-reforma, de reforma antecipada ou de suspensão do contrato de trabalho, é registada como custos extraordinários (Nota 45) a totalidade das responsabilidades pelo pagamento de salários até à idade de reforma, bem como com pensões ou complementos de pensões a pagar e com cuidados de saúde a prestar após aquela data, os quais são determinados com base em estudos actuariais elaborados por entidades independentes (Notas 58 e 59).

n) Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo e no passivo a médio e longo prazo.

o) Férias e subsídios de férias

As responsabilidades com férias e subsídios de férias e correspondentes encargos patronais são registados como custo do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento, sendo incluídos no balanço na rubrica “Acréscimos de custos”.

p) Impostos sobre o rendimento

A Portugal Telecom encontra-se abrangida pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (actualmente designado por regime especial de tributação dos grupos de sociedades), o qual abrange todas as empresas em que participa, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, são tributadas individualmente, com base nas respectivas matérias colectáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pela Directriz Contabilística n.º 28. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

Tal como estabelecido na referida directriz, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulta de transacções ou eventos reconhecidos em reservas, foi registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do exercício.

q) Títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria

Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria (constituídas por depósitos e aplicações a prazo) encontram-se registados ao mais baixo do custo de aquisição ou do valor de mercado. Adicionalmente, os empréstimos concedidos a empresas participadas titulados por Floating Rate Notes transaccionáveis no mercado são registados como títulos negociáveis.

r) Saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordos de fixação de câmbio, são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, que resultam da comparação entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados, excepto no que respeita às diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos de empréstimos intragrupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros, as quais são registadas na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”, tal como preconizado na NIC n.º 21.

A conversão de demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- ▶ Taxa de câmbio vigente à data do balanço, para a conversão dos activos e passivos.
- ▶ Taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados.
- ▶ Taxa de câmbio média do período, para a conversão dos fluxos de caixa (nos casos em que essa taxa de câmbio se aproxime da taxa real, sendo que para os restantes fluxos de caixa é utilizada a taxa de câmbio da data das operações).
- ▶ Taxas de câmbio históricas, para a conversão das rubricas do capital próprio.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros de demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio, na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”.

s) Instrumentos financeiros e gestão de risco

Os instrumentos financeiros incluem essencialmente operações de swap de taxa de juro e de taxa de câmbio sobre empréstimos, para reduzir o risco de alterações nas taxas de juro e nas taxas de câmbio, na prossecução da política de cobertura da exposição a evoluções na taxa de juro e de cobertura de passivos em moeda estrangeira. Com este último objectivo, são igualmente contratadas operações de forward e opções cambiais (Nota 6o).

Os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos derivados que estejam a cobrir os riscos acima mencionados de determinados activos ou passivos, são registados em resultados de forma simétrica às perdas e ganhos associados aos activos ou passivos relacionados. Caso os instrumentos derivados não estejam a reduzir os riscos definidos, ou não estejam relacionados com nenhum risco específico, os mesmos são registados ao seu fair value na data do balanço, sendo os ganhos e perdas decorrentes da variação de valor ao longo do tempo registados em resultados.

Os prémios recebidos ou pagos, bem como os encargos com estas operações, são reconhecidos durante o período de vigência das mesmas.

t) Planos de incentivos

As responsabilidades assumidas no âmbito dos planos de incentivos da Portugal Telecom com os Administradores e determinados quadros ao serviço das empresas do Grupo são reconhecidas como custo em cada período, tendo em conta o tempo decorrido para o vencimento do direito de exercício das opções ou de atribuição das acções.

A respectiva provisão é constituída/reforçada atendendo ao faseamento dos direitos atribuídos e dos inerentes encargos, pelo período do plano. Estes encargos correspondem à diferença entre o valor estimado de aquisição das acções pela Empresa e o seu preço de venda aos empregados. Os custos correspondentes são registados na rubrica “Custos com o pessoal”, sendo os custos com as respectivas operações de hedging registados na rubrica “Custos e perdas financeiros”.

u) Trabalhos para a própria empresa

Os custos internos (materiais, mão-de-obra e transportes) incorridos na formação do activo imobilizado são objecto de capitalização, sendo contabilizados na demonstração consolidada de resultados na rubrica “Trabalhos para a própria empresa”.

24. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DE SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2003, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio de tais moedas relativamente ao euro, divulgadas pelo Banco de Portugal:

Designação	Código	Cotação
Direito de Saque Especial	DSE	1,17654
Coroa Dinamarquesa	DKK	7,4450
Coroa Norueguesa	NOK	8,4141
Coroa Sueca	SEK	9,0800
Dirham Marroquino	MAD	11,0614
Dobra São-tomense	STD	11,743.09
Dólar Australiano	AUD	1,6802
Dólar Americano	USD	1,2630
Dólar Canadiano	CAD	1,6340
Dólar de Hong Kong	HKD	9,8049
Escudo Cabo-verdiano	CVE	110,265
Forint Húngaro	HUF	262,50
Franco CFA	XOF	655,957
Franco Suíço	CHF	1,5579
Kuanza Angolano	AOA	98,0131
Libra Esterlina	GBP	0,70480
Metical Moçambicano	MZM	29 179,70
Pataca Macaense	MOP	10,0990
Peso Argentino	ARS	3,7063
Pula do Botswana	BWP	5,5984
Rand Sul-africano	ZAR	8,3276
Real Brasileiro	BRL	3,6646
Xelim Queniano	KES	95,9880
Xelim Ugandês	UGX	2 389,60
Yene Japonês	JPY	135,05

No exercício de 2003, as demonstrações consolidadas dos resultados das empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira foram convertidas com base nas seguintes taxas de câmbio médio de tais moedas relativamente ao euro:

Designação	Código	Cotação
Dobra São-tomense	STD	10 632,64
Dólar Americano	USD	1,1388
Dirham Marroquino	MAD	10,8552
Escudo Cabo Verde	CVE	110,265
Franco CFA	XOF	655,957
Forint Húngaro	HUF	253,93
Franco Suíço	CHF	1,5193
Kuanza Angolano	AOA	86,0874
Metical Moçambicano	MZM	26 243,22
Pataca Macaense	MOP	9,0892
Peso Argentino	ARS	3,3679
Pula do Botswana	BWP	5,5910
Real Brasileiro	BRL	3,4849
Xelim Queniano	KES	86,8022
Xelim Ugandês	UGX	2 241,24

27. ATIVO IMOBILIZADO

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Durante o exercício de 2003, os movimentos ocorridos no valor de custo das imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram como segue:

valores expressos em euros						
Imobilizado bruto						
	Saldo inicial	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	86 310 197	(2 806 644)	1 509 977	1 691	1 033 654	86 048 875
Despesas de investigação e desenvolvimento	72 463 506	(4 753 617)	10 500 830	(1 029)	(11 503 041)	66 706 649
Propriedade industrial e outros direitos	586 280 468	16 265 503	272 399 894	(14 781 599)	1 050 045 272	1 910 209 538
Outras imobilizações incorpóreas	140 613 913	9 411 741	187 352	571 773	(138 645 045)	12 139 734
Imobilizações em curso	118 196 299	–	42 942 138	101 386	(8 882 860)	152 356 963
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	3 447 779	–	(1 555 539)	1 969	(1 894 209)	–
Diferenças de consolidação (Nota 10)	2 463 303 983	5 479 845	65 774 722	5 557 861	(1 073 125 647)	1 466 990 764
	3 470 616 145	23 596 828	391 759 374	(8 547 948)	(182 971 876)	3 694 452 523
Imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	110 479 544	(7 738 282)	153 551	(51 815)	(7 448 839)	95 394 159
Edifícios e outras construções	919 106 467	(26 826 246)	12 432 599	(811 158)	(11 348 113)	892 553 549
Equipamento básico	9 465 614 133	187 515 734	277 109 476	(7 865 374)	(47 764 837)	9 874 609 132
Equipamento de transporte	52 787 325	(1 173)	10 826 568	(227 473)	(8 905 534)	54 479 713
Ferramentas e utensílios	22 390 008	203 478	271 958	43 058	(4 345 497)	18 563 005
Equipamento administrativo	787 031 782	9 984 702	53 827 864	(376 470)	11 684 191	862 152 069
Outras imobilizações corpóreas	65 694 635	(30 576)	2 486 602	(182 992)	(3 478 409)	64 489 260
Imobilizações em curso	158 454 687	7 623 970	215 199 673	(632 980)	(170 653 742)	209 991 608
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	935 332	180 929	(361 640)	(22 252)	(179 091)	553 278
	11 582 493 913	170 912 536	571 946 651	(10 127 456)	(242 439 871)	12 072 785 773

valores expressos em euros						
Amortizações acumuladas						
	Saldo inicial	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	80 650 379	(203 798)	4 869 934	(312 832)	(8 661 869)	76 341 814
Despesas de investigação e desenvolvimento	42 801 424	(2 694 543)	12 266 757	(3 570)	(12 736 288)	39 633 780
Propriedade industrial e outros direitos	114 115 902	(157 801)	105 869 950	(3 573 806)	25 579 373	241 833 618
Outras imobilizações incorpóreas	12 348 565	7 426 654	1 988 847	(841 795)	(17 232 871)	3 689 400
Diferenças de consolidação (Nota 10)	251 953 956	1 826 541	76 144 240	(751 726)	(146 341 485)	182 831 526
	501 870 226	6 197 053	201 139 728	(5 483 729)	(159 393 140)	544 330 138
Imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	14 685 716	–	–	–	(1 482 671)	13 203 045
Edifícios e outras construções	459 101 459	(5 896 163)	42 144 177	(420 605)	(10 524 319)	484 404 549
Equipamento básico	5 859 697 752	89 500 548	721 555 898	(13 680 637)	(115 621 463)	6 541 452 098
Equipamento de transporte	35 511 673	100 848	7 886 517	(187 404)	(6 709 388)	36 602 246
Ferramentas e utensílios	16 997 295	131 423	447 023	(19 851)	(1 165 599)	16 390 291
Equipamento administrativo	571 690 204	3 545 635	92 167 697	(1 090 081)	(5 002 148)	661 311 307
Outras imobilizações corpóreas	48 993 164	(16 658)	3 502 639	(138 611)	(876 335)	51 464 199
	7 006 677 263	87 365 633	867 703 951	(15 537 189)	(141 381 923)	7 804 827 735

Os valores apresentados na coluna “Alteração do perímetro de consolidação” respeitam aos saldos das rubricas de imobilizações e amortizações acumuladas das empresas que foram incluídos pela primeira vez ou excluídas da consolidação em 31 de Dezembro de 2003 (Notas 1 e 2), nomeadamente 50% dos activos da TCO reportados à data em que esta empresa foi adquirida pela Brasilcel e incluída pela primeira vez no perímetro de consolidação pelo método proporcional.

O aumento ocorrido durante o exercício de 2003 na rubrica “Propriedade industrial e outros direitos” respeita essencialmente a 50% do valor alocado às licenças de banda A detidas pelas empresas participadas da TCO (Nota Introdutória).

A rubrica “Propriedade industrial e outros direitos” inclui essencialmente:

(a) 339 964 723 euros relativos à aquisição da propriedade plena da Rede Básica pela PT Comunicações, o qual corresponde ao montante pago em 27 de Dezembro de 2002 (365 milhões de euros), deduzido (i) do valor da renda da concessão de 2002 (16 604 413 euros), que estava contemplado no valor de aquisição mas que foi registado como custo daquele exercício uma vez que a aquisição só ocorreu no final do ano, e (ii) do ganho apurado numa operação de cross border lease (8 430 864 euros) realizada em 2003 sobre diversos equipamentos afectos à Rede Básica, e que tinha sido considerado no valor da avaliação efectuada pela Portugal Telecom no âmbito da aquisição da propriedade da Rede Básica. A amortização do imobilizado incorpóreo referente à aquisição da propriedade da Rede Básica é efectuada de uma forma linear pelo período remanescente da concessão;

(b) 1 129 735 588 euros relativos a 50% do valor atribuído às licenças de banda A detidas pelas empresas participadas da Vivo, que em 2002 estava incluído em “Diferenças de consolidação” (Nota 10). A amortização do imobilizado incorpóreo referente a estas licenças é efectuada no período estimado de recuperação das mesmas em função das receitas projectadas; e

(c) 124 969 514 euros e 8 261 475 euros relativos a 50% do valor de custo das licenças de banda B adquiridas em exercícios anteriores, respectivamente pela Global Telecom (que em 2002 estava incluído em “Outras imobilizações incorpóreas”) e pela TCO (Nota Introdutória a)). A amortização do imobilizado incorpóreo referente a estas licenças é efectuada no período estimado de recuperação das mesmas em função das receitas projectadas.

A rubrica “Imobilizações incorpóreas em curso” inclui 99 759 579 euros referentes ao valor pago pela TMN para obtenção de uma licença UMTS, que termina em Dezembro de 2015, e 33 333 333 euros pagos no âmbito do contrato celebrado em 2002 entre a OniWay e os restantes três operadores de telecomunicações móveis com licenças de UMTS em Portugal. Este imobilizado incorpóreo será amortizado linearmente durante o período remanescente da licença UMTS, a iniciar a partir do momento em que o sistema UMTS entre em operação.

Os aumentos de amortizações no exercício de 2003, de 1 068 450 276 euros, têm a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Amortização do exercício do imobilizado incorpóreo	90 526 958
Amortização do exercício do imobilizado corpóreo	867 691 967
	958 218 925
Amortização das diferenças de consolidação (Nota 44)	76 144 240
Amortização do valor atribuído às licenças de banda A (anteriormente classificadas em goodwill – Nota 44)	34 468 530
Amortizações extraordinárias	11 984
	1 068 843 679

Em 31 de Dezembro de 2003, o detalhe da rubrica de equipamento básico era o seguinte:

valores expressos em euros	
Valor de custo ou reavaliado	
Instalações e equipamentos de rede – interior e exterior	5 212 181 367
Equipamento de comutação	2 283 107 233
Equipamento terminal	847 422 769
Cabos submarinos	264 134 524
Estações, equipamentos e instalações de satélites	61 686 679
Outros equipamentos de telecomunicações	1 079 846 086
Outro equipamento básico	126 230 474
	9 874 609 132
Amortizações acumuladas	
Instalações e equipamentos de rede – interior e exterior	3 335 410 458
Equipamento de comutação	1 734 293 826
Equipamento terminal	493 501 942
Cabos submarinos	106 673 232
Estações, equipamentos e instalações de satélites	60 199 100
Outros equipamentos de telecomunicações	733 751 467
Outro equipamento básico	77 622 073
	6 541 452 098
Valor líquido	
Instalações e equipamentos de rede – interior e exterior	1 876 770 909
Equipamento de comutação	548 813 407
Equipamento terminal	353 920 828
Cabos submarinos	157 461 293
Estações, equipamentos e instalações de satélites	1 487 579
Outros equipamentos de telecomunicações	346 094 619
Outro equipamento básico	48 608 400
	3 333 157 034

Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso são de referir as seguintes situações, expressas pelos respectivos valores líquidos contabilísticos em 31 de Dezembro de 2003:

- ▶ A existência de imobilizações corpóreas instaladas em edifícios e espaços de propriedade alheia, no valor total de 138 174 328 euros. Adicionalmente, existe equipamento básico relativo a redes de clientes e redes de distribuição de televisão por cabo que se encontra implantado em propriedade alheia ou de domínio público, representando um valor de 198 850 022 euros.
- ▶ Das imobilizações afectas ao património da PT Comunicações, ainda não se encontravam registados em seu nome, ou em nome da Portugal Telecom, imóveis no valor de 25 620 010 euros.
- ▶ Os bens que se encontram incluídos no imobilizado corpóreo da PT Comunicações e que, nos termos do artigo 5.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 31/2003, de 17 de Fevereiro, que constitui as Bases da Concessão do Serviço Público de Telecomunicações, se encontram afectos à concessão, ascendem a 1 670 948 852 euros.
- ▶ A PT Comunicações tem localizadas no estrangeiro imobilizações corpóreas no valor de 30 622 708 euros, das quais assumem particular relevo as participações em consórcios de cabos submarinos que não amarram em Portugal. Adicionalmente, a PT Comunicações tem imobilizações corpóreas em poder de terceiros no valor de 2 129 449 euros.

Em Setembro de 2003, a PT Comunicações efectuou uma operação com investidores estrangeiros, pela qual vendeu, com reserva de propriedade, determinados equipamentos da sua rede básica, pelo montante global de 126 108 843 euros. Para a celebração desta operação de cross border lease, a PT Comunicações obteve um ganho de 8 275 366 euros, o qual foi registado como redução do custo de aquisição da Rede Básica.

Em simultâneo, cada um daqueles investidores celebrou um contrato de leasing dos equipamentos adquiridos, com duas sociedades constituídas especialmente para o efeito, por um período de vinte anos, sendo que cada uma destas tem duas opções de compra dos respectivos equipamentos. Por sua vez, cada uma destas empresas celebrou com a PT Comunicações um contrato de venda condicional desses equipamentos (Conditional Sale Agreements), por um valor idêntico ao valor por que a PT Comunicações havia vendido os equipamentos.

A PT Comunicações mantém legalmente a posse desses equipamentos, sem prejuízo das alienações e substituições de equipamentos que possa vir a efectuar.

Estas operações de cross border lease configuram globalmente operações de sale and lease-back, pelo que a PT Comunicações não reconheceu a venda destes equipamentos, tal como previsto nas Directrizes Contabilísticas n.ºs 25 e 26, mantendo-os registados no seu activo.

No âmbito destas operações de cross border lease, a PT Comunicações comprometeu-se a substituir por novos equipamentos de igual valor, todos os equipamentos abrangidos pelas transacções que durante o período dos contratos de leasing venham a encontrar-se não operacionais ou obsoletos, bem como quaisquer equipamentos que a PT Comunicações pretenda alienar a terceiros.

Adicionalmente, a PT Comunicações e a Portugal Telecom celebraram um put option agreement com cada uma daquelas entidades, pelo qual a PT Comunicações e a Portugal Telecom lhes concederam o direito de cada uma poder provocar a aquisição pela PT Comunicações ou pela Portugal Telecom das posições das empresas intervenientes na transacção. A PT Comunicações e a Portugal Telecom venderam ainda àquelas entidades opções de compra, tendo recebido, cada uma, um prémio de 155 498 euros.

Em Setembro e Novembro de 2003, diversas empresas do Grupo efectuaram novas transacções com características similares à acima descrita, por períodos de vinte e de seis anos, respectivamente, as quais envolveram diverso equipamento de telecomunicações não afecto à concessão no montante global de 201 418 804 euros. O ganho apurado pelo Grupo nestas operações ascendeu a cerca de 5 704 000 euros e foi registado como proveito extraordinário do exercício.

b) Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, as partes de capital em empresas do Grupo excluídas da consolidação pelo método integral (Nota 2) tinham a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2003	2002
Simarc – Promoções Imobiliárias, S.A. ("Simarc") ^(a)	30 385 669	–
Lusomundo – Sociedade de Investimentos Imobiliários, SGPS, S.A. ^(a)	16 034 501	–
Guiné Telecom – Companhia de Telecomunicações da Guiné Bissau ("Guiné Telecom") ^(b)	3 716 555	3 716 555
Outras	2 969 571	2 828 606
	53 106 296	6 545 161
Provisão para investimentos financeiros (Nota 46)	(3 716 555)	(3 733 540)
	49 389 741	2 811 621

(a) Empresas excluídas da consolidação em 31 de Dezembro de 2003 por se considerar que a actividade destas empresas é distinta da prosseguida pelo Grupo (Nota 2).

(b) Este investimento financeiro encontra-se totalmente provisionado, conforme referido na Nota 2.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, as partes de capital em empresas associadas (com situação líquida positiva – Nota 3) tinham a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2003	2002
CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, S.A.R.L. ("CTM")	31 509 064	42 587 093
Unitel	14 160 640	4 558 615
BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. ("Banco Best")	10 420 519	9 842 519
Weblab, SGPS, S.A. ("Web-Lab")	8 192 526	8 192 526
Warner Lusomundo Sogecoble Cines de España, S.A. ("Warner Cines de España")	8 054 333	9 047 223
Idealyze, S.A. ("Idealyze")	7 417 741	7 417 741
Lisboa TV – Informação e Multimédia, S.A. ("Lisboa TV")	4 631 845	4 597 851
Banco1.net, S.A. ("Banco1.net")	3 742 997	3 040 117
Páginas Amarelas	3 353 544	5 723 371
Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A. ("Naveprinter")	3 111 239	2 832 722
Hungaro Digitel KFT	1 677 245	1 835 083
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ("Previsão")	1 531 864	1 487 395
Vasp – Sociedade de Transporte e Distribuições, Lda. ("Vasp")	1 414 445	1 242 678
Octal TV, S.A. ("Octal")	1 067 204	731 279
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. ("Lusa")	800 342	1 360 825
Wisdown Tele Vision – Serviços e Produtos de Televisão, Lda. ("WT Vision")	717 282	735 248
SGPICE – Sociedade de Gestão de Portais de Internet e Consultoria de Empresas, S.A. ("SGPICE")	444 119	1 604 681
Empresa Diário de Notícias do Funchal, Lda.	417 796	279 778
Tele Larm Portugal – Transmissão de Sinais, S.A. ("Tele Larm")	366 243	345 856
Teledata de Moçambique, Lda. ("Teledata de Moçambique")	334 979	503 587
Outras	1 516 045	2 731 622
	104 882 012	110 697 810
Provisão para investimentos financeiros (Nota 46)	(16 610 268)	(15 720 003)
	88 271 744	94 977 807

Em 31 de Dezembro de 2003, as partes de capital em empresas associadas com situação líquida negativa e reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial, encontram-se registadas na rubrica "Provisões para perdas em empresas associadas" (Nota 46).

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, as partes de capital em outras empresas tinham a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2003	2002
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES")	55 300 000	55 300 000
Intelsat	13 127 252	13 127 252
New Skies Satellites N.V.	4 674 500	4 674 500
Eutelsat	3 055 710	3 055 710
Spy Glass Entertainment LP	3 046 926	3 016 754
INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores ("INESC")	2 992 787	2 992 787
Telefónica	2 156 034	2 156 034
Tagusparque – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A.	1 296 875	1 296 875
Vortal – Comércio Electrónico, Consultoria e Multimédia, S.A.	687 517	687 517
HARII – Sociedade para o Desenvolvimento de Timor Lorosae, SGPS, S.A.	498 798	498 798
UOL, Inc. ("UOL") ^(a)	–	142 393 202
Inmarsat Holding, Ltd.	–	1 640 663
Outras empresas	2 314 730	1 573 222
	89 151 129	232 413 314
Provisão para investimentos financeiros (Nota 46)	(4 538 265)	(94 242 706)
	84 612 864	138 170 608

(a) Em 31 de Dezembro de 2003, a Portugal Telecom aplicou pela primeira vez o método da equivalência patrimonial a este investimento financeiro, em resultado do aumento da participação financeira do Grupo que ocorreu no segundo semestre de 2003. Em 31 de Dezembro de 2003, este investimento financeiro encontra-se registado na rubrica "Provisões para perdas em empresas associadas" em resultado dos capitais próprios da UOL serem negativos (Nota 46).

Os empréstimos de financiamento concedidos a empresas participadas destinam-se essencialmente a financiar as suas actividades, nomeadamente no desenvolvimento de novos negócios. Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os empréstimos de financiamento a empresas associadas e outras eram como segue:

valores expressos em euros		
	2003	2002
UOL	84 108 607	101 296 053
Médi Télécom	64 699 898	42 160 630
Idealyze	31 728 959	38 212 716
Sportinvest	29 318 668	19 381 155
Sport TV	17 475 958	15 475 958
EJV ^(a)	5 422 112	–
Web-Lab	4 886 562	4 886 562
INESC	3 292 066	3 292 066
Ptelcom Brasil, S.A.	3 238 471	3 900 247
Marconi Suisse	2 502 684	1 775 987
Sportstat ^(a)	1 610 068	–
Voxpop ^(a)	554 777	–
Outras empresas	1 456 426	764 576
	250 295 256	231 145 950
Provisão para investimentos financeiros (Nota 46)	(45 208 344)	(113 961 757)
	205 086 912	117 184 193

(a) Empresas excluídas da consolidação em 31 de Dezembro de 2003 (Nota 2).

O empréstimo concedido à UOL, foi adquirido à PT Multimedia em 28 de Junho de 2002, e consiste em 6 017 141 obrigações convertíveis emitidas por aquela empresa, ao respectivo valor nominal acrescido dos juros acumulados até àquela data. A provisão anteriormente alocada a este empréstimo foi em 31 de Dezembro de 2003 transferida para a rubrica “Provisões para perdas em empresas associadas” em resultado da aplicação, pela primeira vez, do método da equivalência patrimonial a este investimento financeiro.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os títulos e outras aplicações financeiras tinham a seguinte composição:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Investimentos em imóveis (Nota 42)	30 194 199	28 850 145
Instrumentos financeiros derivados ^(a)	–	93 345 831
Outros	1 086 480	983 827
	31 280 679	123 179 803
Provisões para títulos e outras aplicações financeiras (Nota 46)	(55 262)	(91 920 984)
Amortizações acumuladas dos investimentos em imóveis (Nota 42)	(12 195 806)	(11 518 019)
	19 029 611	19 740 800

(a) Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica incluía o fair value de determinados instrumentos financeiros contratados pela TCP que nessa data não estavam associados à cobertura de nenhum risco específico. Em 31 de Dezembro de 2003, a maturidade destes instrumentos financeiros é inferior a um ano, tendo os mesmos sido reclassificados para a rubrica “Títulos negociáveis”.

33. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, as dívidas a terceiros com vencimento a mais de cinco anos tinham a seguinte composição (Nota 34):

valores expressos em euros		
	2003	2002
Dívidas a instituições de crédito	288 728 904	415 162 548
Empréstimos por obrigações	1 000 000 000	1 000 000 000
	1 288 728 904	1 415 162 548

34. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

	2003		2002	
	Curto prazo	Médio e longo prazo (f)	Curto prazo	Médio e longo prazo
Empréstimos bancários (a)				
Empréstimos externos	284 700 985	1 356 219 875	240 785 146	1 280 561 255
Empréstimos internos	6 583 720	7 373 996	8 087 864	9 277 512
Descobertos bancários	2 545 597	–	8 465 072	–
	293 830 302	1 363 593 871	257 338 082	1 289 838 767
Empréstimos por obrigações convertíveis (b)				
Exchangeable Bonds	450 485 000	440 335 000	–	1 059 035 000
Empréstimos por obrigações não convertíveis (c)				
Global Medium Term Notes/Floating Rate Notes	–	2 600 000 000	285 118 370	2 600 000 000
Obrigações PT/97 – 2.ª Emissão	124 699 474	–	–	124 699 474
Debentures	–	69 141 209	–	–
	124 699 474	2 669 141 209	285 118 370	2 724 699 474
Outros empréstimos obtidos				
Papel comercial (d)	285 487 967	10 900 000	524 668 403	62 000 000
Empréstimos externos (e)	36 575 981	71 643 923	27 230 960	83 534 426
	322 063 948	82 543 923	551 899 363	145 534 426
Total	1 191 078 724	4 555 614 003	1 094 355 815	5 219 107 667

(a) Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os empréstimos bancários encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	2003		2002	
	divisas	euros	divisas	euros
Eur	1 219 645 650	1 219 645 650	1 240 167 957	1 240 167 957
USD	41 858 799	33 142 358	121 663 496	116 013 632
BRL	1 367 019 988	373 033 888	568 155 441	153 042 625
Outras		31 602 277		37 952 635
		1 657 424 173		1 547 176 849

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, as garantias prestadas por terceiros relacionadas com estes empréstimos eram as seguintes:

	valores expressos em euros	
	2003	2002
Garantias bancárias a favor do Banco Europeu de Investimento	301 402 179	346 120 447
Aval do Estado a favor do Kreditantsalt Für Wiederaufbau	10 585 276	12 043 505

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os empréstimos bancários contraídos pela Portugal Telecom ou pelas suas empresas participadas venciam juros a taxas anuais que, equiparadas a financiamentos em euros, variavam entre:

	2003	2002
Taxa de juro máxima	4,90%	5,90%
Taxa de juro mínima	2,08%	2,87%

Em 18 de Junho de 2001, a Portugal Telecom e a Portugal Telecom International Finance B.V. (“PTI Finance BV”) contrataram um Multicurrency Revolving Credit Facility (“Facility”) no montante de 560 000 000 de euros, com uma maturidade de três anos, destinada a refinarçar a dívida existente na Global Telecom. Em Janeiro de 2003, esta Facility foi reembolsada antecipadamente e substituída por uma Revolving Credit Facility (“New Facility”) no montante de 500 000 000 de euros, com uma maturidade de dois anos, com possibilidade de renovação. A taxa a vigorar para a New Facility é igual à Euribor do período da contagem de juros, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao início de cada contagem de juros, acrescida de 0,45%.

(b) Em 7 de Junho de 1999, a PTI Finance BV emitiu Exchangeable Bonds no valor de 509 435 000 euros, as quais conferem o direito à subscrição ou aquisição de acções ordinárias ou ADS (American Depositary Shares) da Portugal Telecom, ao preço de conversão de 10,515 euros por acção (em consequência do stock split e dos aumentos de capital ocorridos até 31 de Dezembro de 2001). O reembolso das obrigações convertíveis será efectuado em 7 de Junho de 2004, salvo se tiverem sido previamente reembolsadas, adquiridas e canceladas ou se a conversão houver sido previamente efectuada. A taxa de juro anual do empréstimo é de 1,5%, sendo o pagamento dos juros anual. Em 24 de Abril de 2001, foi pedida a conversão antecipada de 76 obrigações convertíveis no montante de 400 000 euros, e em Junho de 2003 foram canceladas 11 710 obrigações convertíveis, no montante de 58 550 000 euros, pelo que o montante destas obrigações convertíveis em circulação em 31 de Dezembro de 2003 era de 450 485 000 euros.

Em 6 de Dezembro de 2001, a PTI Finance BV procedeu a nova emissão de Exchangeable Bonds no valor de 550 000 000 de euros, as quais conferem o direito à subscrição ou aquisição de acções ordinárias ou ADS (American Depositary Shares) da Portugal Telecom, ao preço de conversão de 12,3985 euros por acção, no termo da emissão. O reembolso das obrigações convertíveis será efectuado em 6 de Dezembro de 2006, salvo se tiverem sido previamente reembolsadas, adquiridas e canceladas ou se a conversão houver sido previamente efectuada. A taxa de juro anual deste empréstimo é de 2%, sendo o pagamento de juros anual. Em Dezembro de 2003, foram canceladas 21 933 obrigações convertíveis, no montante de 109 665 000 euros, pelo que o montante destas obrigações convertíveis em circulação em 31 de Dezembro de 2003 era de 440 335 000 euros.

(c) Em 31 de Dezembro de 2003, existe um empréstimo por obrigações não convertíveis no montante de 124 699 474 euros. A taxa de juro deste empréstimo é variável e indexada à “Euribor 365 a 6 meses” acrescida de 0,25%, sendo a taxa anual de juro em vigor de 2,5284%; os juros vencem-se semestralmente a 17 de Maio e 17 de Novembro. O reembolso das obrigações deverá ser efectuado em 17 de Novembro de 2004, com possibilidade de amortização antecipada, total ou parcial, em 17 de Maio de 2004. Em 19 de Novembro de 1999 procedeu-se à redenominação dos 25 000 000 de obrigações integrantes deste empréstimo, nos seguintes termos:

- ▶ O valor nominal é de um cêntimo.
 - ▶ A quantidade de obrigações redenominadas é de 12 469 947 426.
- Em 7 de Abril de 1999, a PTI Finance BV procedeu à emissão de Global Medium Term Notes no valor de 1 000 000 000 de euros. Estes títulos correspondem a obrigações não convertíveis emitidas por esta empresa, disponíveis no mercado do euro, com uma maturidade de dez anos e uma taxa de juro anual de 4,625%. Em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo mantém em carteira obrigações não convertíveis desta emissão com um valor nominal de 120 500 000 euros (Nota 52).

Em 21 de Fevereiro de 2001, a PTI Finance BV procedeu a uma segunda emissão de Global Medium Term Notes no valor de 1 000 000 000 de euros. Estes títulos correspondem a obrigações não convertíveis emitidas por esta empresa, disponíveis no mercado do euro, com uma maturidade de cinco anos e uma taxa de juro anual de 5,75%. Em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo mantém em carteira obrigações não convertíveis desta emissão com um valor nominal de 100 500 000 euros (Nota 52).

Em 16 de Dezembro de 2001, a PTI Finance BV procedeu à emissão de Floating Rate Notes no valor de 600 000 000 de euros. Estes títulos correspondem a obrigações não convertíveis emitidas por esta empresa, disponíveis no mercado do euro, com uma maturidade de três anos e três meses e uma taxa de juro variável, indexada à Euribor a três meses acrescida de 0,75%. Em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo mantém em carteira obrigações não convertíveis desta emissão com um valor nominal de 15 050 000 euros (Nota 52).

(d) Em 31 de Dezembro de 2003, o saldo de papel comercial respeita basicamente a programas de papel comercial emitidos pelas seguintes empresas do Grupo:

	valores expressos em euros
Portugal Telecom ⁽ⁱ⁾	285 487 967
Lusomundo	10 900 000
	296 387 967

(i) Programa de papel comercial de curto prazo contratado pelo montante total de 875 000 000 de euros, encontrando-se em 31 de Dezembro de 2003 utilizados 285 487 967 euros. Este montante foi subscrito em Dezembro de 2003, com taxa de juro anual entre 2,345% e 2,124%, com liquidação em Janeiro de 2004.

(e) Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica inclui essencialmente 50% dos empréstimos obtidos pelas subsidiárias da Vivo junto do BNDES, no montante total de 97 510 440 euros. Estes empréstimos foram contraídos a taxas de juro correntes no mercado brasileiro.

(f) Em 31 de Dezembro de 2003, os empréstimos classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de reembolso previsto:

	valores expressos em euros
2005	1 400 725 679
2006	1 547 396 626
2007	134 186 037
2008	184 576 757
2009 e seguintes (Nota 33)	1 288 728 904
	4 555 614 003

(g) Em 31 de Dezembro de 2003, existiam os seguintes principais condicionalismos financeiros (“covenants”), os quais àquela data estavam a ser cumpridos:

▶ Notações de rating

Caso o rating atribuído à Portugal Telecom pelas agências de rating seja reduzido para BBB+/Baa1 ou inferior, a Empresa deverá apresentar uma garantia bancária aceitável pelo BEI, estando abrangidos por este condicionalismo empréstimos no montante de 150 milhões de euros obtidos junto do BEI.

▶ Controlo/Alienação das empresas participadas

A Portugal Telecom terá de manter, directa ou indirectamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas Material Subsidiaries (subsidiárias cujo activo bruto seja igual ou superior a 10% do activo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados). Os empréstimos abrangidos por este covenant são a New Facility de 500 milhões de euros e determinados empréstimos do BEI que totalizam 568 milhões de euros.

▶ Rácios financeiros

As actuais condições financeiras (spread aplicável) relativas à New Facility de 500 milhões de euros, serão alteradas se o rácio da dívida líquida consolidada/EBITDA consolidado for superior a 2,5. Em 31 de Dezembro de 2003 este rácio é equivalente a 1,44.

Adicionalmente, o Programa de Global Medium Term Notes e as emissões de obrigações convertíveis estão abrangidas por cláusulas de Negative Pledge, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os activos das empresas englobadas na consolidação do Grupo.

36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços consolidadas dos exercícios de 2003, 2002 e 2001 excluem as transacções intragrupo, pelo que não são directamente comparáveis com os valores constantes da Nota 62, e repartem-se da seguinte forma:

valores expressos em euros			
	2003	2002	2001
Negócios de Rede Fixa (a)	2 137 096 556	2 273 636 384	2 411 417 357
Prestações de serviços	2 100 343 626	2 238 851 506	2 368 448 395
Vendas	36 752 930	34 784 878	42 968 962
Negócios Móveis Portugal • TMN	1 335 914 436	1 267 153 326	1 171 880 094
Prestações de serviços	1 202 395 212	1 132 889 769	1 007 903 832
Vendas	133 519 224	134 263 557	163 976 262
Negócios Móveis Brasil • Vivo (b)	1 361 513 763	1 217 622 274	1 401 174 530
Prestações de serviços	1 093 778 637	1 048 632 419	1 178 724 559
Vendas	267 735 126	168 989 855	222 449 971
PT Multimedia (a)	683 475 831	622 071 932	569 521 228
Prestações de serviços	544 078 099	475 996 704	405 590 327
Vendas	139 397 732	146 075 228	163 930 901
Outros negócios	246 352 484	203 012 156	171 921 911
Prestações de serviços	240 248 382	194 832 139	151 930 140
Vendas	6 104 102	8 180 017	19 991 771
Total das vendas e prestações de serviços	5 764 353 070	5 583 496 072	5 725 915 120

(a) No seguimento das alterações efectuadas à composição dos negócios em 2003 (Nota 62), os montantes relativos aos exercícios de 2002 e 2001 foram ajustados de forma a incluir os proveitos da PTM.com desses exercícios no Negócio da Rede Fixa e a excluí-los do Negócio PT Multimedia.

(b) No exercício de 2003 incluem-se 50% das vendas e prestações de serviços consolidadas da Vivo. Os exercícios de 2002 e 2001 incluem 100% das vendas e prestações de serviços da TCP.

39. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos exercícios de 2003 e 2002, o custo com as remunerações dos membros dos órgãos sociais registado na demonstração dos resultados da Portugal Telecom, é como segue:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Conselho de Administração	6 976 189	12 188 313
Conselho Fiscal	187 483	196 490
Assembleia Geral	5 624	3 235
	7 169 296	12 388 038

A reconciliação das remunerações dos membros do Conselho de Administração registadas em resultados no exercício de 2003 e os montantes efectivamente auferidos pelos respectivos titulares nesse ano, é como segue:

valores expressos em euros	
Valores auferidos pelos membros do Conselho de Administração em 2003	9 078 000
Varição de acréscimos de custos relativos a férias, subsídios de férias e prémios	320 257
	9 398 257
Valores facturados a empresas participadas	(2 422 068)
Valores registados em resultados do exercício	6 976 189

41. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

E AJUSTAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS (LEGISLAÇÃO)

Em anos anteriores, algumas das empresas incluídas na consolidação procederam à reavaliação das suas imobilizações corpóreas, basicamente ao abrigo da legislação aplicável em Portugal, nomeadamente:

- ▶ Decreto-Lei n.º 126/77, de 2 de Abril.
- ▶ Decreto-Lei n.º 430/78, de 27 de Dezembro.
- ▶ Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho.
- ▶ Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro.
- ▶ Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio.
- ▶ Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril.
- ▶ Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro.
- ▶ Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro.

Conforme referido na Nota 18, as participações financeiras em empresas associadas foram ajustadas nas demonstrações financeiras individuais das detentoras pela aplicação do método da equivalência patrimonial, em conformidade com a Directriz Contabilística n.º 9, de 19 de Novembro de 1992, e com o Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho.

42. REAVALIAÇÕES DO ACTIVO IMOBILIZADO

Em 31 de Dezembro de 2003, o detalhe dos custos históricos líquidos do activo imobilizado e correspondente reavaliação é o seguinte:

valores expressos em euros			
	Custos históricos líquidos	Reavaliações líquidas	Valores contabilísticos líquidos reavaliados
Imobilizações corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	42 788 260	39 402 854	82 191 114
Edifícios e outras construções	329 510 046	78 638 954	408 149 000
Equipamento básico	3 264 836 401	68 320 633	3 333 157 034
Equipamento de transporte	17 877 467	–	17 877 467
Ferramentas e utensílios	2 172 714	–	2 172 714
Equipamento administrativo	200 834 314	6 448	200 840 762
Outras imobilizações corpóreas	13 025 061	–	13 025 061
Imobilizado em curso	209 991 608	–	209 991 608
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	553 278	–	553 278
	4 081 589 149	186 368 889	4 267 958 038
Investimentos financeiros (Nota 27.b))			
Terrenos e recursos naturais	3 445 617	2 999 766	6 445 383
Edifícios e outras construções	8 451 777	3 101 233	11 553 010
	11 897 394	6 100 999	17 998 393

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, uma parte (40%) do aumento das amortizações resultante das reavaliações (excepto das reavaliações efectuadas nos termos do Decreto-Lei n.º 126/77, de 2 de Abril) não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de IRC, originando um imposto diferido passivo de 24 567 396 euros (Nota 57).

44. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros consolidados dos exercícios de 2003, 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

valores expressos em euros			
	2003	2002	2001
Custos e perdas			
Juros suportados (a)	513 618 157	453 227 338	503 333 942
Perdas relativas a empresas associadas (b)	44 655 064	186 196 155	403 426 446
Amortizações e provisões de investimentos financeiros (c)	111 793 486	143 323 963	155 025 213
Diferenças de câmbio desfavoráveis (d)	100 510 855	142 899 003	192 974 338
Descontos de pronto pagamento concedidos	5 899 777	5 703 317	5 811 319
Outros custos e perdas financeiros (f)	84 596 477	129 973 379	225 569 789
	861 073 816	1 061 323 155	1 486 141 047
Resultados financeiros	(274 198 628)	(524 929 355)	(1 097 031 954)
	586 875 188	536 393 800	389 109 093
Proveitos e ganhos			
Juros obtidos (a)	311 779 856	256 166 495	203 390 860
Diferenças de câmbio favoráveis (d)	58 604 890	230 675 349	74 121 366
Ganhos relativos a empresas associadas e outras (e)	25 498 389	25 322 786	21 852 287
Ganhos em participações de capital	1 292 259	1 143 322	4 999 581
Descontos de pronto pagamento obtidos	3 435 890	836 881	1 549 181
Outros proveitos e ganhos financeiros (f)	186 263 904	22 248 967	83 195 818
	586 875 188	536 393 800	389 109 093

(a) A rubrica “Juros suportados” inclui encargos financeiros incorridos por empresas instrumentais do Grupo, que no exercício de 2003 ascenderam a aproximadamente 153 970 000 euros. A rubrica “Juros obtidos” inclui juros auferidos por essas empresas, que no exercício de 2003 ascenderam a aproximadamente 180 834 000 euros.

(b) No exercício de 2003, a rubrica “Perdas relativas a empresas associadas” tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
	2003
Médi Télécom	24 923 719
Sport TV	5 053 730
Banco Best	3 502 000
TV Cabo Macau	2 168 055
Tradecom International	1 554 947
EJV	1 465 218
SGPICE	1 160 562
Lusa	1 132 005
Outras	3 694 828
	44 655 064

c) No exercício de 2003, a rubrica “Amortizações e provisões de investimentos financeiros” tem a seguinte composição: Amortização de diferenças de consolidação e valor atribuídas licenças de banda A (Nota 27.a)):

	valores expressos em euros
Vivo	53 076 620
Negócio de Rede Fixa	
PTM.com	8 673 281
PT Comunicações (negócio de telecomunicações internacionais)	6 875 854
PT Prime	1 690 870
Outras empresas	796 233
	18 036 238
PT Multimedia	
Negócio de Televisão por Subscrição	9 979 276
Negócio de Audiovisuais e Cinemas:	
Lusomundo Audiovisuais	2 894 668
Lusomundo Cinemas	1 305 066
Negócio de Media:	
Lusomundo Serviços	3 936 604
Global Notícias	1 625 420
Vasp	490 590
Lusomundo Media	423 252
Rádio Press	200 957
Pressmundo	71 808
Prodiário	65 240
Lusomundo SGPS ⁽ⁱ⁾	2 668 172
Outros	363 543
	24 024 596
Outros negócios	
Páginas Amarelas	4 466 903
Unitel	4 369 670
PrimeSys	3 509 738
Outras empresas	3 129 005
	15 475 316
	110 612 770
Amortização de investimentos em imóveis	442 235
Provisões para investimentos financeiros (Nota 46)	738 481
	111 793 486

(i) Este montante refere-se à amortização até 31 de Março de 2003 do goodwill sobre a Lusomundo SGPS, o qual em resultado da reestruturação societária da Lusomundo, ocorrida no segundo trimestre de 2003, foi distribuído pelos diversos negócios desta participada.

(d) No exercício de 2003, a rubrica de “Diferenças de câmbio desfavoráveis” inclui 33 139 764 euros decorrentes de actualizações cambiais de empréstimos em dólares americanos concedidos pelo Grupo às empresas participadas da Vivo e 17 296 332 euros decorrentes da actualização cambial de instrumentos financeiros derivados. O valor remanescente resulta essencialmente da actualização cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira.

A rubrica de “Diferenças de câmbio favoráveis” inclui um montante de 19 610 017 euros decorrentes da actualização cambial de instrumentos financeiros derivados contratados pelas empresas participadas da Vivo.

(e) No exercício de 2003, a rubrica “Ganhos relativos a empresas associadas e outras” tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
CTM	13 080 811
Unitel	6 457 074
Páginas Amarelas	3 037 003
Banco1.net	697 425
Outras	2 226 076
	25 498 389

(f) No exercício de 2003, a rubrica “Outros custos e perdas financeiros” inclui essencialmente: (i) 17 693 313 euros relativos a encargos financeiros com instrumentos financeiros; (ii) 16 984 458 euros relativos a encargos bancários suportados pelas empresas participadas da Vivo, dos quais 12 877 135 euros suportados pela TCP na aquisição da TCO; e (iii) 24 174 020 euros relativos a taxas e impostos relativos às receitas financeiras obtidas e movimentações de capitais efectuadas pelas empresas participadas da Vivo.

No exercício de 2003, a rubrica “Outros proveitos e ganhos financeiros” inclui 82 498 690 euros relativos à reversão da provisão para perdas em instrumentos financeiros, 59 753 359 euros relativos a ganhos decorrentes da variação ocorrida no valor de mercado de instrumentos derivativos e 26 669 432 euros relativos a ganhos decorrentes do cancelamento de instrumentos financeiros.

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários consolidados dos exercícios de 2003, 2002 e 2001 têm a seguinte composição:

valores expressos em euros			
	2003	2002	2001
Custos e perdas			
Aumentos de provisões (Nota 46)	327 460 111	122 379 249	158 666 573
Dívidas incobráveis	28 782 283	15 775 132	23 415 754
Perdas em imobilizações	18 037 852	36 630 785	11 779 551
Correcções relativas a exercícios anteriores	15 749 974	13 056 568	12 112 635
Donativos	15 613 110	2 518 643	2 856 502
Perdas em existências	5 471 632	4 860 650	2 359 825
Multas e penalidades	1 409 176	639 125	891 202
Outros custos e perdas extraordinários (a)	86 250 566	50 503 183	214 237 514
	498 774 705	246 363 335	426 319 556
Resultados extraordinários	(307 191 402)	(44 221 154)	128 126 840
	191 583 303	202 142 181	554 446 396
Proveitos e ganhos			
Redução de provisões (Nota 46)	84 902 758	52 897 428	40 119 701
Ganhos em imobilizações (b)	47 427 166	55 758 669	379 646 839
Correcções relativas a exercícios anteriores	25 663 589	19 836 072	10 816 772
Recuperação de dívidas	2 375 037	2 471 627	4 702 628
Benefícios de penalidades contratuais	340 294	12 145 960	8 804 377
Outros proveitos e ganhos extraordinários (c)	30 874 459	59 032 425	110 356 079
	191 583 303	202 142 181	554 446 396

(a) A rubrica “Outros custos e perdas extraordinários” é composta como segue:

valores expressos em euros			
	2003	2002	2001
Custo com estimativa de reformas:			
Pensões	58 935 000	18 572 000	48 596 316
Cuidados de saúde	—	974 206	3 317 096
Compensações por rescisões de contratos por mútuo acordo (Nota 58)	13 678 485	7 721 713	5 354 737
Insuficiência de estimativa para impostos sobre o rendimento (Nota 23)	2 159 290	1 005 864	6 071 324
Amortizações extraordinárias	—	—	132 858 629
Outros	11 477 791	22 229 400	18 039 412
	86 250 566	50 503 183	214 237 514

(b) A rubrica de “Ganhos em imobilizações” inclui, essencialmente, mais-valias obtidas pela PT Comunicações na alienação de imobilizado corpóreo, não afecto à concessão.

(c) A rubrica “Outros proveitos e ganhos extraordinários” é composta como segue:

valores expressos em euros			
	2003	2002	2001
Subsídios para investimentos e formação profissional (Nota 23.g))	17 926 068	28 430 447	33 742 064
Excesso de estimativa para impostos sobre o rendimento (Nota 23)	1 541 440	7 783 079	22 033 451
Outros	11 406 951	22 818 899	54 580 564
	30 874 459	59 032 425	110 356 079

46. MOVIMENTOS NAS PROVISÕES

Durante o exercício de 2003 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

valores expressos em euros							
	Saldos iniciais	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Reduções	Utilizações/ /Transferências/ /Regularizações	Ajustamentos cambiais	Saldos finais
Provisões para riscos e encargos:							
Benefícios de reforma:							
Pensões (Nota 58)	590 145 260	—	357 148 694	(1 881 177)	(214 538 728)	(1 805)	730 872 244
Cuidados de saúde (Nota 59)	471 312 004	—	81 812 134	—	(27 949 922)	(7 465)	525 166 751
Impostos	26 144 615	(425 892)	21 750 933	(14 487 093)	10 474 921	(5 923)	43 451 561
Processos judiciais em curso	9 837 168	2 524 862	3 804 458	(910 550)	(17 905)	(310 529)	14 927 504
Imobilizado	32 983 177	—	9 450 532	(814 933)	1 623 021	36 779	43 278 576
Outras provisões para riscos e encargos	370 238 395	20 137 637	114 850 642	(126 943 304)	(116 518 908)	(2 042 437)	259 722 025
Subtotal	1 500 660 619	22 236 607	588 817 393	(145 037 057)	(346 927 521)	(2 331 380)	1 617 418 661
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	369 752 683	1 942 157	91 603 099	(18 794 578)	(33 602 324)	(1 171 133)	409 729 904
Provisões para depreciação de existências	16 949 399	206 761	12 177 343	(3 571 974)	1 647 294	35 227	27 444 050
Provisões para investimentos financeiros (Nota 27b))	319 578 990	—	738 481	(74 270 022)	(166 078 983)	(9 839 772)	70 128 694
Provisões para títulos negociáveis (Nota 52)	19 066	—	—	—	—	—	19 066
Subtotal	706 300 138	2 148 918	104 518 923	(96 636 574)	(198 034 013)	(10 975 678)	507 321 714
Total	2 206 960 757	24 385 525	693 336 316	(241 673 631)	(544 691 534)	(13 307 058)	2 124 740 375

As “Provisões para impostos” destinam-se a fazer face a responsabilidades estimadas com base em informações de advogados e outros consultores, decorrentes de contingências de natureza fiscal que se encontram pendentes em 31 de Dezembro de 2003, respeitantes às seguintes empresas:

	valores expressos em euros
Vivo ⁽¹⁾	27 758 864
PT Comunicações (Nota 57.b))	1 370 773
Outras empresas	14 321 924
	43 451 561

(1) A provisão destina-se, essencialmente, a fazer face a contingências relativas a Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nas operações das empresas integradas na Vivo.

As “Provisões para processos judiciais em curso” destinam-se a fazer face a responsabilidades estimadas com base em informações dos advogados e decorrentes de processos intentados contra as empresas incluídas na consolidação.

As “Provisões para imobilizado” destinam-se essencialmente a cobrir perdas emergentes da substituição de equipamento de redes de telecomunicações e de estações e extensões terrestres, antes do termo da sua vida útil, resultante da evolução tecnológica.

As “Outras provisões para riscos e encargos”, têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Provisões para perdas em empresas associadas (i)	99 657 466
Provisão para impairments (ii)	38 197 485
Provisões para instrumentos financeiros derivados sobre acções próprias (Nota 60)	20 945 205
Outras provisões (iii)	100 921 869
	259 722 025

(i) As “Provisões para perdas em empresas associadas” resultam da aplicação do método da equivalência patrimonial, reflectindo as responsabilidades em empresas associadas com capitais próprios negativos. Em 31 de Dezembro de 2003, esta provisão tem a seguinte composição (Nota 27.b)):

	valores expressos em euros
Médi Télécom	33 240 081
Sport TV	28 546 528
UOL	22 048 099
EJV	5 581 044
Marconi Suisse	2 564 064
Sportstat	1 405 945
TV Cabo Macau	1 205 689
Outras	5 066 016
	99 657 466

(ii) Esta provisão destina-se essencialmente a fazer face a riscos inerentes à actividade das empresas participadas, que podem resultar em perdas no valor de realização dos respectivos investimentos financeiros. A informação disponível à data indica que esta provisão é adequada para cobrir essas eventuais perdas.

(iii) Esta rubrica inclui provisões para desvalorização de activos e registo de responsabilidades de 51 622 526 euros relativas à reestruturação das actividades prosseguidas e a prosseguir pela TV Cabo.

O reforço de provisões foi registado nas seguintes rubricas da demonstração consolidada de resultados:

	valores expressos em euros
Provisões	
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	72 312 563
Provisões para impostos	15 861 181
Provisão para depreciação de existências	11 387 680
Provisões para outros riscos e encargos	10 632 573
Provisões para imobilizado	8 252 257
Provisão para processos judiciais em curso	3 804 458
	122 250 712
Custos com o pessoal	
Provisões para benefícios de reforma:	
Provisão para pensões	140 974 103
Provisão para cuidados de saúde	54 449 134
	195 423 237
Custos e perdas financeiros	
Provisões para outros riscos e encargos (perdas em empresas associadas)	34 509 356
Provisões para impostos	3 782 638
Provisão para planos de incentivos	3 143 106
Provisão para investimentos financeiros (Nota 44)	738 481
	42 173 581
Custos e perdas extraordinários (Nota 45)	
Provisões para benefícios de reforma:	
Provisão para pensões	216 174 591
Provisão para cuidados de saúde	27 363 000
Provisões para outros riscos e encargos	60 536 932
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	19 290 536
Provisões para impostos	2 107 114
Provisão para imobilizado	1 198 275
Provisão para depreciação de existências	789 663
	327 460 111
Outras reservas	
Provisões para outros riscos e encargos	6 028 675
	693 336 316

As reduções de provisões foram registadas nas seguintes rubricas da demonstração consolidada de resultados:

	valores expressos em euros
Proveitos financeiros	156 770 873
Proveitos extraordinários (Nota 45)	84 902 758
	241 673 631

A “Utilização da provisão para pensões” tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Pagamento de prestações de pré-reformas e de suspensões de contrato e afins (Nota 58)	146 007 647
Contribuição extraordinária para os fundos de pensões (Nota 58)	67 789 508
Pagamento de pensões	741 573
	214 538 728

A “Utilização da provisão para cuidados de saúde”, respeita a pagamentos com os cuidados de saúde a reformados, efectuados durante o exercício de 2003, líquidos da comparticipação do Serviço Nacional de Saúde e das quotizações dos reformados, no montante de 27 717 961 euros (Nota 59) e a pagamentos efectuados pelas subsidiárias da Brasilcel, no montante de 231 961 euros.

47. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2003, existia diverso equipamento administrativo e de transporte em regime de locação financeira e de aluguer de longa duração, sendo as responsabilidades relativas a rendas vincendas como segue:

valores expressos em euros			
	Capital	Juros	Total
2004	8 651 869	792 679	9 444 548
2005	6 782 615	509 648	7 292 263
2006	4 881 786	312 909	5 194 695
2007	3 415 634	185 415	3 601 049
2008	1 557 354	111 999	1 669 353
2009 e seguintes	2 356 832	79 126	2 435 958
	27 646 090	1 991 776	29 637 866

49. FUNDOS COMUNITÁRIOS

No âmbito das candidaturas aos fundos comunitários foram recebidos em 2003 subsídios no valor de 1 783 666 euros.

50. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os saldos com o Estado e outros entes públicos eram como segue:

valores expressos em euros			
	2003		2002
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos credores
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (a)	3 232 311	1 621 852	215 842 425
Descontos concedidos a reformados e pensionistas (líquido da renda a pagar ao Estado) (b)	49 657 701	—	27 399 604
Imposto sobre o Valor Acrescentado	17 427 292	78 545 853	16 351 568
Segurança Social	—	11 830 966	—
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	—	9 590 122	—
Tributação das Autarquias Locais	—	1 069 902	—
Processo de Electrotécnicos e Equiparados	111 576	—	111 576
Outros	2 070 467	266 906	452 645
	72 499 347	102 925 601	260 157 818
			71 074 052

(a) No exercício de 2003, os valores referentes aos pagamentos por conta de 2002 e o valor de IRC pago em excesso pela liquidação da Inbrug em anos anteriores, foram reembolsados na íntegra pelo Estado Português.

Em 31 de Dezembro de 2003, o saldo credor do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas tem a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do exercício	4 853 827
Retenções efectuadas a terceiros	267 730
Pagamentos por conta	(2 966 267)
Retenções efectuadas por terceiros	(533 438)
	1 621 852

A estimativa do imposto corrente sobre o rendimento foi registada por contrapartida das seguintes rubricas:

valores expressos em euros	
Imposto sobre o rendimento (Nota 57.c))	286 504 687
Ajustamentos de conversão cambial (Notas 23.p) e 54)	6 108 630
Outras reservas (Nota 54)	1 582 185
Outros credores (imposto sobre o rendimento de empresas do Grupo sediadas no estrangeiro)	(39 551 056)
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis (Nota 57.c))	(250 134 623)
Outros ⁽ⁱ⁾	344 004
	4 853 827

(i) Inclui a estimativa de IRC da Regiforum e da Lusomundo SII, empresas incluídas nos perímetros de consolidação fiscal da Portugal Telecom e da PT Multimedia, respectivamente, mas excluídas da consolidação de contas (Nota 2).

b) Em 31 de Dezembro de 2003, este valor corresponde a descontos concedidos por conta do Estado Português a reformados e pensionistas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 20-C/86, de 13 de Fevereiro. No âmbito das negociações que conduziram à celebração do contrato de compra e venda da propriedade da Rede Básica de Telecomunicações e da Rede de Telex, a totalidade do valor em dívida reportado a 31 de Dezembro de 2001 foi regularizada. Adicionalmente, o Estado Português assumiu o compromisso de passar a incluir nos Orçamentos de Estado a verba necessária à regularização dos descontos que vierem a ser concedidos no futuro, posição esta que foi confirmada pelo Decreto-Lei 18/2003, de 3 de Fevereiro, o qual alterou a redacção do Art.º 4.º do Decreto-Lei 20-C/86 de 13 de Fevereiro.

No exercício de 2003, a PT Comunicações celebrou um contrato de cessão de créditos referente ao valor a receber relativo aos descontos concedidos a reformados por conta do Estado Português reportado a 31 de Dezembro de 2002, no montante de 27 399 604 euros. O valor nominal do crédito foi registado por contrapartida de outros credores como um adiantamento recebido, sendo a venda do crédito reconhecida quando ocorrer o pagamento deste valor (Nota 51). O custo inerente a esta operação, que corresponde à diferença entre o adiantamento recebido e o valor nominal do crédito, já foi integralmente reconhecido em resultados.

51. OUTROS DEVEDORES E CREDORES

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2003	2002
Outros devedores – Médio e longo prazo		
Estados de países estrangeiros (a)	22 922 839	–
Outros	23 947 493	12 878 860
	46 870 332	12 878 860
Menos: Provisão para devedores duvidosos	(2 000 060)	–
	44 870 272	12 878 860
Outros devedores – Curto prazo		
Estados de países estrangeiros (a)	98 392 064	50 860 520
Subsídios Comunitários	10 360 925	10 535 771
Facturação diversa	8 696 276	5 870 803
Pessoal	4 651 516	4 773 885
IEP – Instituto das Estradas de Portugal	–	3 879 398
Fundo de Pensões (b)	–	1 392 110
Outros	92 972 493	46 730 410
	215 073 274	124 042 897
Menos: Provisão para devedores duvidosos	(18 448 447)	(18 157 904)
	196 624 827	105 884 993
Outros credores – Médio e longo prazo		
Estados de países estrangeiros (c)	24 943 234	–
Outros	18 989 347	12 021 020
	43 932 581	12 021 020
Outros credores – Curto prazo		
Estados de países estrangeiros (c)	75 635 262	68 138 114
PT ACS	12 270 401	23 212 392
Pessoal	15 226 926	10 962 916
Contribuições a pagar aos fundos de pensões (b)	2 342 959	–
Caixa Geral de Aposentações	–	7 116 136
Outros (d)	187 726 328	92 248 062
	293 201 876	201 677 620

(a) Em 31 de Dezembro de 2003, estas rubricas incluem 117 606 087 euros referentes a 50% dos impostos a recuperar pelas empresas participadas pela Vivo, dos quais 22 922 839 euros se encontram classificados no médio e longo prazo.

(b) Em 31 de Dezembro de 2002, o montante registado nesta rubrica respeita ao valor dos pagamentos por conta do Fundo de Pensões efectuados pela PT Comunicações, no montante de 7 128 917 euros, líquido das contribuições de 2002 por entregar aos Fundos, de 5 735 807 euros (Nota 58). Em 31 de Dezembro de 2003, o montante registado nesta rubrica respeita essencialmente a contribuições a entregar aos Fundos de Pensões pela PT Comunicações, no montante de 4 672 376 euros (Nota 58), líquido de pagamentos por conta da Caixa da Marconi efectuados no exercício, no montante de 2 329 417 euros.

(c) Em 31 de Dezembro de 2003, estas rubricas incluem 50% do valor a pagar ao Estado Brasileiro pelas empresas participadas pela Vivo, no montante de 80 139 930 euros, dos quais 24 943 234 euros se encontram classificados no médio e longo prazo.

(d) Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica inclui: (i) 27 399 604 euros relativos ao adiantamento recebido de uma instituição financeira decorrente de um contrato de cessão de créditos efectuado pela PT Comunicações sobre os créditos relativos aos descontos concedidos a reformados por conta do Estado Português (Nota 50); (ii) 22 182 876 euros referentes a 50% do valor em dívida relativo à aquisição pela TCP da participação na TCO; (iii) 21 006 776 euros relativos a 50% dos honorários de gestão debitados pela Telefónica a empresas participadas da Vivo que se encontram em dívida àquela data; (iv) 14 237 214 euros relativos à aquisição de acções próprias; e (v) 40 507 705 euros relativos a um adiantamento recebido pela PT Móveis no âmbito do contrato de promessa de compra e venda da Mascom Wireless.

52. TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Títulos negociáveis e outras aplicações (i)	734 545 904	651 236 933
Aplicações de tesouraria expressas em moeda local (ii)	1 354 850 679	1 108 200 855
Aplicações de tesouraria expressas em moedas estrangeiras (iii)	182 810 543	163 685 870
	2 272 207 126	1 923 123 658
Menos: Provisões para títulos negociáveis (Nota 46)	(19 066)	(19 066)
	2 272 188 060	1 923 104 592

(i) Em 31 de Dezembro 2003, a Portugal Telecom detém em carteira obrigações emitidas pela PTI Finance BV, emitidas no âmbito dos programas da Global Medium Term Notes, com a seguinte composição:

valores expressos em euros			
	Valor nominal (Nota 34)	Valor de aquisição	Proveito/(Custo) diferido (Nota 53)
Global Medium Term Notes:			
Vencimento em 7 de Abril de 2009	120 500 000	114 110 109	6 389 891
Vencimento em 21 de Fevereiro de 2006	100 500 000	100 944 917	(444 917)
Vencimento em 16 de Fevereiro de 2005	15 050 000	14 998 937	51 063
	236 050 000	230 053 963	5 996 037

(ii) Em 31 de Dezembro 2003, esta rubrica inclui 208 025 245 euros relativos a empréstimos concedidos à TCP e titulados por Floating Rate Notes transaccionáveis em mercado.

(iii) Em 31 de Dezembro 2003, esta rubrica inclui 83 135 392 euros relativos a empréstimos denominados em dólares americanos concedidos à TCP e titulados por Floating Rate Notes transaccionáveis em mercado e 72 986 139 euros relativos a instrumentos financeiros contratados por empresas participadas da Vivo e que em 31 de Dezembro de 2002 se encontravam classificados na rubrica “Títulos e outras aplicações financeiras” (Nota 27.b)).

53. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Acréscimos de proveitos		
Valores a facturar a clientes	165 160 571	142 581 541
Juros a receber	40 273 623	23 021 841
Comparticipação do SNS (a)	19 051 992	9 525 382
Outros	10 709 823	11 005 990
	235 196 009	186 134 754
Custos diferidos		
Publicação de listas	50 674 110	53 940 510
Despesas com contratos plurianuais	33 345 459	41 665 856
Encargos financeiros (b)	14 930 949	18 250 930
Adiantamentos para a aquisição de direitos de exibição e distribuição de filmes em Portugal	12 756 002	12 975 868
Fornecimentos e serviços	7 699 759	3 505 651
Rendas e alugueres	6 071 809	4 341 165
Conservação plurianual	2 433 275	2 510 249
Subsídios de refeição	2 095 310	1 765 041
Outros	32 953 565	21 684 594
	162 960 238	160 639 864
Acréscimos de custos		
Outros fornecimentos e serviços externos	163 585 775	114 662 492
Encargos financeiros	176 139 490	159 337 152
Encargos com férias e subsídios de férias e outros encargos com o pessoal	109 396 438	93 321 551
Descontos a conceder	58 818 100	27 570 232
Comissões a pagar a agentes	18 770 926	16 193 836
Rappel de vendas	7 741 232	1 562 135
Rendimentos mínimos de garantia	470 943	6 545 477
Encargos com a PT ACS	6 841 810	–
Juros compensatórios (Nota 57.b))	1 157 276	1 123 313
Outros (c)	55 557 757	49 501 213
	598 479 747	469 817 401
Proveitos diferidos		
Facturação antecipada (d)	113 190 687	23 798 458
Subsídios para investimentos em imobilizado	53 281 525	71 059 220
Instrumentos financeiros (e)	22 006 110	93 132 085
Obrigações próprias (Nota 52)	5 996 037	14 223 707
Diferenças de câmbio (f)	2 765 779	11 282 554
Publicação de listas	2 118 787	10 246 226
Outros	83 989 286	38 317 071
	283 348 211	262 059 321

(a) Os acréscimos de proveitos relacionados com a participação do SNS correspondem ao montante a receber relativo à participação nos cuidados de saúde de empregados no activo, reformados e pré-reformados.

(b) Esta rubrica engloba essencialmente encargos suportados com a obtenção de determinados financiamentos externos, os quais serão reconhecidos durante o respectivo período.

(c) Esta rubrica inclui uma especialização de custos financeiros relacionados com instrumentos financeiros, que em 31 de Dezembro de 2003 ascende a aproximadamente 28 milhões de euros.

(d) Esta rubrica inclui 82 252 296 euros de proveitos diferidos referentes essencialmente a minutos de tráfego pré-pago, não consumidos pelos clientes destes serviços móveis na TMN e na Vivo. Em 2002 estes diferimentos encontravam-se registados numa rubrica de provisões para outros riscos e encargos.

(e) Este montante inclui 3 224 591 euros (Nota 6o) relativos a prémios recebidos em contratos de put options sobre acções próprias efectuados em 2003 e 18 781 519 euros (Nota 6o) relativo a prémios recebidos por renegociação de contratos de swaps de taxa de juro e câmbio efectuados em 2002. Estes montantes são reconhecidos em resultados durante o período remanescente dos contratos.

(f) Este montante diz respeito a diferenças de câmbio favoráveis relativas à actualização cambial de contas a receber de clientes considerados de cobrança difícil e como tal reconhecidas como proveitos diferidos.

54. CAPITAL PRÓPRIO

Durante o exercício de 2003, o movimento verificado nas rubricas de capital próprio foi como segue:

valores expressos em euros

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Capital	1 254 285 000	—	—	1 254 285 000
Acções próprias – valor nominal	—	(33 996 451)	5 351 942	(28 644 509)
Acções próprias – descontos e prémios	—	(212 172 888)	30 777 335	(181 395 553)
Prémios de emissão de acções	2 149 565 000	—	(2 057 860 109)	91 704 891
Reserva legal	144 184 287	—	—	144 184 287
Outras reservas	2 019 997 177	43 166 456	(209 294 401)	1 853 869 232
Ajustamentos de conversão cambial	(2 266 416 192)	23 117 719	(18 279 149)	(2 261 577 622)
Resultados transitados	(581 346 840)	2 448 915 907	(39 403 169)	1 828 165 898
Resultado consolidado líquido	391 055 798	240 235 301	(391 055 798)	240 235 301
	3 111 324 230	2 509 266 044	(2 679 763 349)	2 940 826 925

Capital

Em 31 de Dezembro de 2003, o capital da Portugal Telecom ascendia a 1 254 285 000 euros e estava representado por 1 254 285 000 acções nominativas, sob forma escritural, com o valor nominal de 1 euro cada e com a seguinte distribuição:

- ▶ Um milhar de milhão, duzentos e cinquenta e quatro milhões e duzentos e oitenta e quatro mil e quinhentas acções ordinárias;
- ▶ Quinhentas acções de categoria A.

As acções de categoria A são detidas na sua totalidade pelo Estado Português e, nos termos dos Estatutos da Portugal Telecom, conferem direitos especiais, como segue:

- ▶ Eleição de um terço do número total de administradores, incluindo o Presidente do Conselho de Administração.
- ▶ Autorização de distribuição de dividendos superiores a 40% dos lucros anuais distribuíveis.
- ▶ Aumentos de capital e outras alterações aos Estatutos.
- ▶ Emissão de obrigações e outros títulos de crédito.
- ▶ Autorização para que um accionista que exerça, directa ou indirectamente, uma actividade concorrente da Portugal Telecom possa ser titular de Acções Ordinárias representativas de mais de 10% do capital social da Portugal Telecom (Nota Introdutória).
- ▶ Alteração dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas e opções estratégicas da Portugal Telecom, nomeadamente relativas à tecnologia a adoptar, desenvolvimento das redes e prestação de serviço.
- ▶ Definição dos princípios gerais de política de participação em sociedades, incluindo a autorização de aquisições e alienações.

Acções próprias

No exercício de 2003, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

valores expressos em euros

	Número de acções	Variações		
		Valor nominal	Descontos e prémios	Valor
Saldo inicial	—	—	—	—
Compras	33 996 451	33 996 451	212 172 888	246 169 339
Alienações	(5 351 942)	(5 351 942)	(30 777 335)	(36 129 277)
Saldo final	28 644 509	28 644 509	181 395 553	210 040 062

As alienações ocorridas no exercício de 2003, têm a seguinte composição:

valores expressos em euros

	Valor
Valor de venda	35 852 510
Valor de custo ^(a)	36 129 277
Menos-valias ^(b)	(276 767)

(a) O critério valorimétrico adoptado é o LIFO (last in first out).

(b) As menos-valias foram registadas em reservas livres, tal como previsto nas normas de contabilidade portuguesas.

Prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão de acções resultam de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação em vigor aplicável às sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercados regulamentados sujeitos à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para a aquisição de acções próprias.

Conforme deliberado pela Assembleia Geral de 4 de Abril de 2003, a Portugal Telecom procedeu à transferência de reservas de prémio de emissão de acções, no montante de 2 057 860 109 euros, para a rubrica de “Resultados transitados”, para efeitos de cobertura de resultados transitados negativos, conforme dispõe a legislação em vigor.

Reserva legal

A legislação comercial e os estatutos da Portugal Telecom estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível e não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

Outras reservas

As variações verificadas nesta rubrica no exercício de 2003, resultam dos seguintes movimentos:

valores expressos em euros			
	Variações		
	Positivas	Negativas	Total
Resultados atribuídos/resultados distribuídos (a)	39 403 169	–	39 403 169
Distribuição de dividendos (b)	–	(200 685 600)	(200 685 600)
Distribuição de acções a empregados (b)	–	(4 794 502)	(4 794 502)
Menos-valias na alienação de acções próprias	–	(276 767)	(276 767)
Imposto sobre o rendimento (c)	1 582 185	–	1 582 185
Imposto diferido – efeito de alteração de taxa (Nota 57)	2 181 102	–	2 181 102
Outras variações	–	(3 537 532)	(3 537 532)
	43 166 456	(209 294 401)	(166 127 945)

- (a) Transferências efectuadas de resultados transitados, referentes à diferença entre os lucros de 2002 das empresas do Grupo e associadas que foram considerados na aplicação do método da equivalência patrimonial e os resultados que vieram a ser distribuídos por essas empresas em 2003.
- (b) Na Assembleia Geral de 4 de Abril de 2003 foi aprovada a distribuição de reservas livres aos accionistas e aos empregados, no montante de 200 685 600 euros e 4 794 502 euros, respectivamente.
- (c) Este montante respeita ao efeito fiscal no imposto sobre o rendimento decorrente das variações patrimoniais negativas sujeitas a tributação em sede de IRC que incluíram a distribuição de acções a empregados e as menos-valias na alienação de acções próprias (Notas 23.p) e 50).

Ajustamentos de conversão cambial

O saldo desta rubrica inclui o efeito acumulado dos ajustamentos de conversão cambial das demonstrações financeiras de empresas do Grupo e associadas localizadas no estrangeiro, bem como das diferenças cambiais resultantes da conversão cambial de empréstimos que financiam investimentos financeiros denominados em moeda estrangeira. Este saldo inclui igualmente o efeito negativo de 6 108 630 euros relativos ao imposto corrente do exercício de 2003 sobre as diferenças cambiais acima mencionadas (Nota 50).

Resultados transitados

As variações verificadas no exercício de 2003 na rubrica de resultados transitados, resultam dos seguintes movimentos:

valores expressos em euros			
	Variações		
	Positivas	Negativas	Total
Aplicação de resultados de 2002	391 055 798	–	391 055 798
Transferência de prémios de emissão de acções, para cobertura de resultados transitados negativos	2 057 860 109	–	2 057 860 109
Resultados atribuídos/resultados distribuídos	–	(39 403 169)	(39 403 169)
	2 448 915 907	(39 403 169)	2 409 512 738

Resultado líquido

O resultado líquido do exercício de 2002, no montante de 391 055 798 euros, foi integralmente aplicado na cobertura de resultados transitados negativos, conforme deliberado na Assembleia Geral de 4 de Abril de 2003.

55. INTERESSES MINORITÁRIOS

Durante o exercício de 2003 realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de interesses minoritários:

valores expressos em euros								
	Saldo inicial	Aquisições e alienações	Resultados atribuíveis no exercício	Alteração ao perímetro de consolidação	Dividendos atribuídos	Variações cambiais	Outras variações nos capitais próprios	Saldo final
Brasilcel ^(a)	226 107 885	140 832 307	51 527 882	3 876 202	—	(2 713 868)	(429 175)	419 201 233
PT Multimedia ^(b)	156 892 364	(3 877 292)	13 036 880	—	—	—	117 958	166 169 910
Cabo Verde Telecom	25 975 810	—	7 405 816	—	(4 550 668)	—	(58 116)	28 772 842
Mascom Wireless	11 338 439	—	6 484 585	—	(1 315 300)	175 125	—	16 682 849
Cabo TV Madeirense	4 439 994	—	1 072 541	—	(357 120)	—	—	5 155 415
Cabo TV Açoreana	1 617 935	—	368 628	—	(114 263)	—	—	1 872 300
CST	1 591 980	—	220 545	—	(26 607)	(320 461)	(26 607)	1 438 850
LTM – Listas Tel. Moçambique, Lda.	1 727 857	—	629 957	—	(842 976)	(215 479)	—	1 299 359
Kenya Postel Directories	1 670 905	37 105	465 385	—	(873 710)	(172 511)	573	1 127 747
Gráfica Funchalense	918 816	—	161 361	—	—	—	—	1 080 177
Grafilme	440 017	—	185 259	—	(48 039)	—	—	577 237
Lusomundo Media	4 014 029	(529 605)	(2 978 429)	—	—	—	(11 555)	494 440
PT Prime	4 927 105	(5 379 046)	564 580	—	(90 000)	—	(22 639)	—
Warner Lusomundo	4 595 727	(4 442 537)	(153 190)	—	—	—	—	—
Outras	922 621	(758 702)	233 130	(343 992)	(60 326)	(23 374)	126 252	95 609
	447 181 484	125 882 230	79 224 930	3 532 210	(8 279 009)	(3 270 568)	(303 309)	643 967 968

Os lucros/(perdas) atribuíveis a interesses minoritários nos exercícios de 2003, 2002 e 2001, são como segue:

valores expressos em euros			
	2003	2002	2001
Brasilcel ^(a)	51 527 882	—	—
PT Multimedia ^(b)	13 036 880	(61 406 838)	(42 615 025)
Cabo Verde Telecom	7 405 816	7 055 199	5 782 621
Mascom Wireless	6 484 585	4 532 724	1 371 400
Cabo TV Madeirense	1 072 541	890 458	872 711
Telesp Celular Participações ^(c)	—	(23 313 734)	(305 011 853)
Outros	(302 774)	(2 378 473)	(3 049 608)
	79 224 930	(74 620 664)	(342 649 754)

(a) Estes interesses minoritários correspondem a 50% da participação dos accionistas minoritários das empresas participadas pela Brasilcel, nos respectivos capitais próprios e resultados.

(b) Estes interesses minoritários correspondem à participação detida pelos accionistas minoritários nos capitais próprios e resultados da PT Multimedia, considerando a aplicação do método da equivalência patrimonial aos seus investimentos financeiros em empresas participadas.

(c) Em 27 de Dezembro de 2002 esta participação foi transferida para a Brasilcel.

56. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA

Nos exercícios de 2003, 2002 e 2001, a rubrica “Trabalhos para a própria empresa” tem a seguinte composição:

valores expressos em euros			
	2003	2002	2001
Mão-de-obra interna:			
Equipamento básico	20 375 101	25 942 949	40 058 178
Outras imobilizações	2 403 129	8 324 727	10 605 779
	22 778 230	34 267 676	50 663 957
Consumo de materiais:			
Equipamento básico	50 171 181	78 150 605	126 028 523
Outras imobilizações	986 711	701 492	552 238
	51 157 892	78 852 097	126 580 761
Transportes internos:			
Equipamento básico	558 103	908 095	2 076 675
Outras imobilizações	5 540	5 915	27 765
	563 643	914 010	2 104 440
Total	74 499 765	114 033 783	179 349 158

57. IMPOSTOS E TAXAS

(a) A Portugal Telecom e as empresas incluídas na consolidação sediadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 30% (25% a partir de 1 de Janeiro de 2004), acrescida de, aproximadamente, 10% de Derrama. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

A Portugal Telecom é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas em que detém, directa ou indirectamente, pelo menos 90% do seu capital e cumprem os requisitos previstos no artigo 63.º do Código do IRC.

(b) De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as cotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos). O Conselho de Administração da Portugal Telecom, suportado nas informações dos seus serviços de assessoria fiscal, entende que eventuais revisões e correcções dessas declarações fiscais, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2003, considerando as provisões constituídas e as expectativas existentes à presente data quanto à resolução das situações abaixo descritas.

As situações objecto de provisão foram as seguintes:

▶ Imposto relacionado com liquidações adicionais referentes aos exercícios de 1999 e 2000 e com o benefício do Crédito Fiscal ao Investimento (CFI) relativamente ao exercício de 1991 (Nota 46) **1 370 773 euros**

▶ Juros compensatórios relativos a regularizações de imposto dos exercícios de 1997 a 1999 (Nota 53) **1 157 276 euros**

Outras situações que merecem destaque:

▶ Existem processos de reclamação e impugnação judicial em curso relativamente às liquidações adicionais efectuadas pela Administração Fiscal ao IRC de 1990 a 1993 dos ex-TLP, de 1993 da ex-Telecom Portugal, e de 1997 a 1999, da Portugal Telecom, S.A. e da ex-Marconi, no montante de 23 693 184 euros. A Portugal Telecom, baseada na opinião dos seus consultores legais, entende que existe uma expectativa razoável de que a decisão lhe seja favorável.

▶ Estão em curso processos de impugnação/reclamação relativamente à liquidação de taxas de licença de ocupação da via pública, efectuada pelas Câmaras Municipais do Porto e de Lisboa, nos montantes de 1 235 533 euros e 102 553 euros, respectivamente. A Lei de Bases publicada em 1997 veio confirmar a isenção da Portugal Telecom, S.A. e, em virtude do Decreto-Lei n.º 219/00, da PT Comunicações relativamente a taxas e outros encargos municipais a incidir sobre a ocupação e utilização de vias públicas por infra-estruturas de telecomunicações, já consagrada no artigo 29.º do Contrato de Concessão, pelo que a Portugal Telecom considera que aquelas acções são infundadas.

▶ Dada a frequente necessidade de proceder ao abate de equipamento por inutilização, antes do término da respectiva vida útil, a Administração Fiscal concordou com a aceitação como custo fiscal do valor dos abates realizados entre 1992 e 2000, líquido de amortizações e reavaliações. Relativamente aos abates efectuados nos exercícios de 2001 a 2003, foram igualmente efectuados requerimentos à Administração Fiscal, para os quais a PT Comunicações aguarda deferimento e cujo valor global ascende a 9 726 218 euros.

(c) Em consequência da adopção da política contabilística de reconhecimento de impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, estão reconhecidos em 31 de Dezembro de 2003 activos e passivos por impostos diferidos de, respectivamente, 1 331 612 814 euros e 333 525 580 euros, sendo o detalhe dos seus saldos e movimentos ocorridos no exercício, conforme segue:

valores expressos em euros								
	Saldo inicial	Aumento/(redução)		Variação cambial	Regularizações	Efeito de alteração da taxa ⁽ⁱ⁾		Saldo final
		Resultado líquido	Utilização do crédito fiscal ⁽ⁱⁱ⁾ (Nota 50)			Resultado líquido	Capitais próprios (Nota 54)	
Impostos diferidos activos								
Provisões	444 412 262	31 183 865	–	–	(240 764)	(79 225 894)	–	396 129 469
Prejuízos fiscais reportáveis	930 541 166	54 488 022	(250 134 623)	–	(2 284 849)	(122 101 619)	–	610 508 097
Instrumentos Financeiros	2 803 757	10 175 188	–	–	–	(239 204)	(1 923 953)	10 815 788
Contribuição adicional para os fundos de pensões	27 858 882	15 864 786	–	–	–	(7 287 278)	–	36 436 390
Outras diferenças temporárias	291 650 088	(56 971 772)	–	5 248 538	40 079 967	(2 283 751)	–	277 723 070
	1 697 266 155	54 740 089	(250 134 623)	5 248 538	37 554 354	(211 137 746)	(1 923 953)	1 331 612 814
Impostos diferidos passivos								
Reavaliação de imobilizações corpóreas (Nota 42)	33 883 143	(4 395 971)	–	–	(6 298)	(808 423)	(4 105 055)	24 567 396
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	345 231 190	(1 481 693)	–	–	–	(57 291 583)	–	286 457 914
Lucros não atribuídos	13 743 749	2 279 964	–	–	–	(2 670 619)	–	13 353 094
Outras diferenças temporárias	10 412 416	564 195	–	–	–	(1 829 435)	–	9 147 176
	403 270 498	(3 033 505)	–	–	(6 298)	(62 600 060)	(4 105 055)	333 525 580
		57 773 594	(250 134 623)	5 248 538	37 560 652	(148 537 686)	2 181 102	

(i) O Governo Português aprovou em Dezembro de 2003 uma redução da taxa de IRC para o exercício de 2004 de 30% para 25%, o que origina uma redução na taxa nominal de imposto sobre o rendimento, acrescida de Derrama, de 33% para 27,5%. Tal como determinado pela Directriz Contabilística n.º 28, os impostos diferidos registados em 31 de Dezembro de 2003 foram ajustados de forma a reflectir a taxa esperada de realização.

(ii) Este montante refere-se à utilização dos prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores, para os quais tinha sido constituído o respectivo imposto diferido.

No exercício de 2003, a reconciliação entre as taxas nominal e efectiva de imposto, é como segue:

valores expressos em euros	
Resultado consolidado antes de impostos	696 729 010
Taxa nominal de imposto	33,00%
Imposto esperado	229 920 573
Diferenças permanentes (a)	31 935 635
Efeito da alteração da taxa de imposto	148 537 686
Diferenças na taxa de imposto (b)	(4 519 611)
Prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores	(73 356 225)
Prejuízos fiscais não recuperáveis	49 377 472
Outros	(4 626 751)
	377 268 779
Taxa efectiva de imposto	54,15%
O imposto sobre o rendimento do período tem a seguinte composição:	
Imposto corrente (Nota 50.a))	286 504 687
Imposto diferido	90 764 092
	377 268 779

(a) Este valor respeita essencialmente a:

valores expressos em euros	
Amortização de goodwill (Nota 44)	110 612 770
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 44)	19 156 675
Reversão e constituição de provisões não fiscais	(9 856 691)
Mais-valias na alienação de imóveis	(26 270 006)
Outras	3 131 903
	96 774 651
Impacto fiscal (33%)	31 935 635

(b) Este valor engloba o efeito da diferença na derrama em algumas empresas do Grupo, bem como o impacto de empresas sujeitas a taxas de imposto sobre o rendimento diferenciadas.

58. BENEFÍCIOS DE REFORMA – PENSÕES

(a) Conforme referido na Nota 23.j), a PT Comunicações, a PT Sistemas de Informação e a Global Notícias (anteriormente Diário de Notícias e Jornal de Notícias) são responsáveis pelo pagamento de pensões de reforma e de complementos de pensões a empregados já reformados ou ainda no activo. Estas responsabilidades são estimadas com base em estudos actuariais elaborados por actuários independentes, o último dos quais reportado a 31 de Dezembro de 2003 e realizado com base nos seguintes principais pressupostos e bases técnicas actuariais:

Taxa anual de rendimento dos fundos a longo prazo	6,0%
Taxa anual de actualização das responsabilidades com pensões	6,0%
Taxa anual de actualização das responsabilidades com salários de pré-reformados	4,0%
Taxa anual de crescimento salarial	3,0%
Taxa de crescimento de pensões ^(*)	2,0%
Taxa de inflação	2,0%

(*) Excepto para o Diário de Notícias e para o Fundo Melhoria da Marconi, onde não se considera crescimento de pensões.

Método actuarial – Projected Unit Credit

Adicionalmente, os pressupostos demográficos considerados foram os seguintes:

Tábuas de mortalidade

Activos e pré-reformados:	
Homens	AM (92)
Mulheres	AF (92)
Pensionistas:	
Homens	PA (90)m – deduzido de dois anos
Mulheres	PA (90)f – deduzido de dois anos

Tábua de invalidez Swiss Reinsurance Company

Rotação de empregados Nula

De acordo com os citados estudos actuariais, as responsabilidades projectadas e o valor de mercado dos fundos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, eram como segue:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Valor actual das responsabilidades projectadas:		
Pensionistas, sobreviventes e pensões a pré-reformados e suspensos	1 846 468 000	1 661 208 000
Salários e prémios a pré-reformados e suspensos	841 232 000	649 904 000
Activos	670 020 000	703 995 000
	3 357 720 000	3 015 107 000
Valor de mercado dos fundos	(1 828 066 000)	(1 664 249 000)
Valor actual das responsabilidades não financiadas	1 529 654 000	1 350 858 000

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a composição dos fundos de pensões por natureza dos investimentos era como segue:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Ações	615 829 914	361 366 000
Obrigações	649 868 442	740 892 000
Fundos de investimento imobiliário	75 160 719	190 266 000
Imobiliário	259 371 373	159 307 000
Disponibilidades, contas a receber e outros activos de curto prazo	227 835 552	212 418 000
	1 828 066 000	1 664 249 000

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a reconciliação entre o valor actual das responsabilidades projectadas com pensões não financiadas e as respectivas responsabilidades líquidas reconhecidas no balanço, era como segue:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Valor actuarial das responsabilidades não financiadas	1 529 654 000	1 350 858 000
Ganhos e (perdas) actuariais e de experiência (i)	(769 090 982)	(726 002 450)
Responsabilidades na data da transição (ii)	(26 519 596)	(29 203 596)
Responsabilidades com serviços passados	1 466 730	50 218
Responsabilidades líquidas reconhecidas no balanço	735 510 152	595 702 172

(i) Os “Ganhos e perdas actuariais e de experiência” decorrem essencialmente do facto da taxa de rendibilidade dos fundos ter sido inferior à estimada, bem como do crescimento superior ao previsto da massa salarial e das pensões. Estes custos diferidos serão reconhecidos em resultados ao longo do período médio de vida laboral dos empregados activos abrangidos pelo plano (16 anos). No exercício de 2003, o movimento ocorrido nos “Ganhos e perdas actuariais e de experiência”, foi como segue:

valores expressos em euros	
Saldo em 1 de Janeiro de 2003	(726 002 450)
Ganhos e (perdas) actuariais gerados no exercício:	
Relativo às responsabilidades	(144 596 532)
Relativo aos fundos	38 635 000
Amortizações do exercício:	
Correntes	58 114 000
Relativos ao programa de redução de efectivos	4 759 000
Saldo em 31 de Dezembro de 2003	(769 090 982)

(ii) As “Responsabilidades na data da transição” decorrem da introdução do cálculo actuarial na determinação das responsabilidades com pensões em 1 de Janeiro de 1993. Este valor está a ser reconhecido em resultados ao longo do período médio estimado de vida laboral dos empregados activos abrangidos pelo plano naquela data (18 anos). No exercício de 2003, a amortização das “Responsabilidades na data da transição” ascendeu a 2 684 000 euros, dos quais 2 550 000 euros foram registados na rubrica “Custos com o pessoal” e 134 000 euros na rubrica de “Custos extraordinários”.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, as responsabilidades líquidas com pensões reconhecidas no balanço encontram-se registadas nas seguintes rubricas:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Provisões (Nota 46)	730 837 776	589 966 365
Outros credores (Nota 51)	4 672 376	5 735 807
	735 510 152	595 702 172

Os custos com pensões de reforma, pré-reformas, reformas antecipadas e suspensão de contratos registados nos exercícios de 2003 e 2002, constantes dos relatórios do actuário independente, são como segue:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Custos com pensões de reforma:		
Custo com os serviços do exercício	20 618 000	18 236 000
Custo financeiro do exercício	182 188 000	170 428 000
Rendimento estimado dos fundos	(98 369 000)	(102 580 000)
Amortizações das responsabilidades à data de transição e com serviços passados e dos ganhos e perdas actuariais e de experiência	60 516 000	40 811 171
	164 953 000	126 895 171
Custos com pré-reformas, reformas antecipadas, suspensões de contratos e outros	268 032 000	42 930 000
	432 985 000	169 825 171

Os custos assim estimados foram registados nas demonstrações de resultados dos exercícios de 2003 e 2002, como segue:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Custos com o pessoal	166 094 118	126 895 171
Custos extraordinários	266 890 882	42 930 000
	432 985 000	169 825 171

O custo total do programa de redução do número de efectivos realizado para o exercício de 2003, foi registado em resultados extraordinários com a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Custos com reformas antecipadas	58 980 000
Custos com pré-reformas	137 167 000
Custos com suspensões de contratos e outros	71 885 000
Custo total estimado pelo actuário independente	268 032 000
Custos adicionais com saídas de 2002	7 077 591
Custos com rescisões de contratos de trabalho (Nota 45.a))	13 678 485
Anulação da provisão para reestruturação	(2 066 374)
	286 721 702

As contribuições entregues aos fundos de pensões e as prestações pagas a pré-reformados nos exercícios de 2003 e 2002, foram como segue:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Contribuições entregues aos fundos de pensões:		
Contribuições do Grupo	153 461 330	114 069 777
Contribuições dos empregados	11 032 603	10 068 543
	164 493 933	124 138 320
Prestações pagas a pré-reformados e empregados na situação de suspensão de contrato e prémios de aposentação	146 747 706	121 484 609

As contribuições da PT Comunicações para os fundos de pensões no exercício de 2003, incluem as relativas aos custos do período, bem como as contribuições extraordinárias de 67 789 508 euros que foram registadas por utilizações de provisões constituídas em exercícios anteriores (Nota 46).

As prestações pagas a pré-reformados e a empregados na situação de suspensão de contrato foram registadas como utilização directa da provisão para pensões (146 007 647 euros – Nota 46) e como redução da provisão para pensões (740 059 euros).

(b) Na Brasilcel, os custos com pensões referentes às contribuições para o Fundo de Pensões SISTEL ascenderam a 2 308 953 euros no exercício de 2003, tendo este montante sido registado em “Custos com o pessoal”. Adicionalmente, e de acordo com a Deliberação CVM n.º 371, de 13 de Dezembro de 2000, as subsidiárias da Brasilcel constituem provisões para reflectir os passivos actuariais dos seus planos de pensões. Em 31 de Dezembro de 2003, a quota parte do Grupo correspondente a 50% do valor dessas provisões e a 50% do reforço efectuado durante o exercício ascendeu a 34 468 euros (Nota 46) e a 89 974 euros, respectivamente.

59. BENEFÍCIOS DE REFORMA – CUIDADOS DE SAÚDE

(a) Conforme referido na Nota 23.1), a PT Comunicações e a PT Sistemas de Informação são responsáveis pelo financiamento dos Planos de Saúde aplicáveis aos seus empregados activos, com suspensão de contrato, pré-reformados, reformados e aposentados, bem como aos respectivos familiares elegíveis.

As responsabilidades das empresas são estimadas com base em estudos actuariais elaborados por actuários independentes, o último dos quais se reporta a 31 de Dezembro de 2003 e assenta nos seguintes principais pressupostos e bases técnicas actuariais:

Taxa anual de crescimento dos custos com saúde:	
Próximos 6 anos	3,5%
Anos seguintes	3,0%
Taxa anual de actualização	6,0%
Taxa anual de crescimento salarial	3,0%
Taxa anual de inflação	2,0%

Adicionalmente, os pressupostos demográficos considerados foram os seguintes:

Tábuas de mortalidade	
Activos e pré-reformados:	
Homens	AM (92)
Mulheres	AF (92)
Pensionistas:	
Homens	PA (90)m – deduzido de dois anos
Mulheres	PA (90)f – deduzido de dois anos
Tábua de invalidez	Swiss Reinsurance Company
Rotação de empregados	Nula

De acordo com os citados estudos actuariais, as responsabilidades reportadas a 31 de Dezembro de 2003 e 2002 eram de 688 763 000 euros e 639 229 395 euros, respectivamente, e as responsabilidades líquidas reconhecidas no balanço ascendiam a 525 101 829 euros e 471 048 790 euros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 (Nota 46).

A reconciliação entre o valor actual das responsabilidades projectadas com cuidados de saúde e as respectivas responsabilidades líquidas reconhecidas no balanço, é como segue:

	valores expressos em euros	
	2003	2002
Valor actual das responsabilidades projectadas	688 763 000	639 229 395
Ganhos e (perdas) actuariais e de experiência (i)	(120 927 369)	(112 772 283)
Responsabilidades na data da transição (ii)	(46 273 802)	(55 408 322)
Responsabilidades com serviços passados	3 540 000	–
Responsabilidades líquidas reconhecidas no balanço	525 101 829	471 048 790

(i) Os “Ganhos e perdas actuariais e de experiência” decorrem essencialmente do crescimento superior ao previsto dos custos com saúde, bem como da taxa de inflação ter sido superior à estimada. Estes custos diferidos serão reconhecidos em resultados ao longo do período médio de vida laboral dos empregados activos abrangidos pelo plano (16 anos). No exercício de 2003, os movimentos ocorridos nos “Ganhos e perdas actuariais e de experiência”, foram como segue:

	valores expressos em euros
Saldo em 1 de Janeiro de 2003	(112 772 283)
Ganhos e (perdas) actuariais gerados no exercício:	
Relativos às responsabilidades	(14 707 086)
Amortizações do exercício:	
Correntes	6 036 000
Extraordinárias	516 000
Saldo em 31 de Dezembro de 2003	(120 927 369)

(ii) As “Responsabilidades na data da transição” decorrem da introdução do cálculo actuarial na determinação das responsabilidades com benefícios de saúde em 1 de Janeiro de 1997. Este valor está a ser reconhecido em resultados ao longo do período médio estimado de vida laboral dos empregados activos abrangidos pelo plano naquela data (18 anos). Os custos relativos à amortização das “Responsabilidades na data da transição” foram reconhecidos na rubrica “Custos com pessoal” (4 617 000 euros) e na rubrica “Custos extraordinários”, na medida em que estes respeitavam aos empregados abrangidos pelo programa de redução de efectivos (4 517 520 euros).

Nos exercícios de 2003 e 2002, os custos com cuidados de saúde a prestar a partir da idade da reforma tiveram por base os valores estimados pelo actuário independente e são como segue:

	valores expressos em euros	
	2003	2002
Custo com os serviços do exercício	5 628 000	6 142 000
Custo financeiro do exercício	38 131 000	37 454 000
Amortizações das responsabilidades à data de transição e com serviços passados e dos ganhos e perdas actuariais e de experiência	10 649 000	11 814 000
	54 408 000	55 410 000
Custos com pré-reformas, reformas antecipadas, suspensões de contratos e outros	27 363 000	3 313 000
	81 771 000	58 723 000

Os custos assim estimados foram registados na demonstração de resultados dos exercícios de 2003 e 2002, como segue:

	valores expressos em euros	
	2003	2002
Custos com o pessoal	54 408 000	55 410 000
Custos extraordinários	27 363 000	3 313 000
	81 771 000	58 723 000

No exercício de 2003, as despesas correntes com reformados, registadas como utilização directa da provisão para cuidados de saúde, ascenderam a 27 717 961 euros (Nota 46).

(b) Conforme Deliberação CVM n.º 371, de 13 de Dezembro de 2000, as empresas integradas na Brasilcel constituíram provisões para reflectir os passivos actuariais dos seus cuidados de saúde. Em 31 de Dezembro de 2003, a quota-parte do Grupo correspondente a 50% do valor destas provisões e a 50% do reforço efectuado durante o exercício ascendeu a 64 922 euros (Nota 46) e a 41 134 euros, respectivamente.

60. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

Em 31 de Dezembro de 2003, encontrava-se contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivados com o intuito de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação deste tipo de instrumentos financeiros é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações, e consulta a diversas instituições intervenientes no mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pelo Grupo. O valor de mercado (fair value) destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações económico-financeiras.

Risco de taxa de juro

Durante o exercício de 2003 o Grupo Portugal Telecom cancelou diversos swaps de taxa de juro, o que resultou na simplificação da carteira de instrumentos financeiros derivados e no aumento do peso da componente de dívida a taxa fixa. Paralelamente, contratou floors de taxa de juro, de modo a beneficiar de uma eventual nova descida das taxas de juro europeias. Em 31 de Dezembro de 2003, o total da dívida da Portugal Telecom sujeita a operações de swaps e de floors de taxa de juro era, respectivamente, de 2 806 milhões de euros e de 1 000 milhões de euros, com uma maturidade média de, respectivamente, 1,97 anos e 8 meses.

Risco de taxa de juro e de taxa de câmbio

De modo a atingir os objectivos acima referidos, quer no caso do risco de taxa de juro, quer no que respeita ao risco de taxa de câmbio, existiam em 31 de Dezembro de 2003 cross currency swaps com componente cambial e de taxa de juro. Naquela data, o total da dívida sujeita a contratos desta natureza era de 75 milhões de euros de swaps de dólares americanos para euros, com uma maturidade média de 7,82 anos.

Na sequência do cancelamento da componente de taxa de juro de cross currency swaps existentes anteriormente, a Portugal Telecom mantém contratados opções cambiais e contratos forward de euros para dólares americanos. Em 31 de Dezembro de 2003, o montante líquido dos contratos desta natureza era de 200 milhões de euros, com uma maturidade média de 5,27 anos.

Foram ainda contratados forwards de euros para dólares americanos, associados a pagamentos futuros a efectuar nesta divisa. O notional destes contratos era, em 31 de Dezembro de 2003, de 12 milhões de euros, com uma maturidade média de 3 meses.

Em 31 de Dezembro de 2003, a Portugal Telecom detinha posições compradoras de opções cambiais euro/dólar americano no montante de 250 milhões de euros, com uma maturidade média de 2 meses. Na mesma data, detinha posições vendedoras sobre opções cambiais com características exactamente iguais, pelo que a exposição ao risco cambial em resultado destas posições era nula.

As empresas integradas na Vivo dispõem de instrumentos financeiros derivados com o objectivo de cobrir o risco de taxa de câmbio inerente a dívida em dólares americanos, euros e ienes. Neste sentido, em 31 de Dezembro de 2003, estas empresas possuíam: cross currency swaps de dólares americanos para reais brasileiros no montante de 1 005 milhões de dólares americanos, com uma maturidade média de 1,09 anos; cross currency swaps de euros para reais brasileiros no montante de 416 milhões de euros, com uma maturidade de 0,92 anos; e cross currency swaps de ienes para reais brasileiros no montante de 11 363 milhões de ienes, com uma maturidade média de 1,32 anos.

Em 31 de Dezembro de 2003, as empresas que compõem a Vivo possuíam ainda outros cross currency swaps de dólares americanos para reais brasileiros no montante de 694,2 milhões de dólares americanos, com uma maturidade média de 1,51 anos, instrumentos que estão parcialmente compensados pela venda de opções cambiais no montante de 300 milhões de dólares americanos, com uma maturidade de 0,73 anos; e cross currency swaps de euros para reais brasileiros no montante de 22 milhões de euros, com uma maturidade de 4 meses.

Equity derivatives

Em 31 de Dezembro de 2003 a Portugal Telecom tem contratados equity swaps e put options sobre 49 255 848 acções próprias, que visam minimizar a exposição da Empresa ao risco de variações no valor das suas acções. Atendendo à evolução da cotação das acções da Portugal Telecom, foi registada uma provisão para cobrir a diferença entre os preços de exercício destes derivados (que variam entre 6,21 e 12,12 euros por acção) e a cotação da acção PT na data destas demonstrações financeiras (Nota 46). Estes contratos têm maturidades compreendidas entre 5 meses e 1,8 anos.

Em exercícios anteriores, a Portugal Telecom contratou um equity swap sobre acções da PT Multimedia, cuja data de liquidação é 30 de Abril de 2004. Atendendo à evolução da cotação das acções da PT Multimedia, foi revertida a provisão que se encontrava constituída em 31 de Dezembro de 2002 (Nota 46).

Fair value dos instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o fair value dos instrumentos financeiros e o correspondente valor contabilístico é o seguinte:

valores expressos em milhões de euros				
	2003		2002	
	Valor contabilístico	Fair value	Valor contabilístico	Fair value
Instrumentos financeiros de cobertura de risco (i):				
Taxa de juro	(8,5)	(61,9)	1,1	(66,2)
Taxa de juro e taxa de câmbio	80,5	99,5	162,0	75,5
Total	72,0	37,6	163,1	9,3
Equity derivatives:				
Acções próprias (ii)	(24,4)	3,4	(42,6)	(40,2)
PT Multimedia	(3,9)	15,5	(68,5)	(69,1)
Total	(28,3)	18,9	(111,1)	(109,3)

(i) Determinados derivados incluídos nesta rubrica foram objecto de renegociações no exercício de 2002, tendo a Empresa recebido prémios no âmbito dessas operações. Estes prémios foram registados em proveitos diferidos e serão amortizados no período remanescente dos contratos. Em 31 de Dezembro de 2003, encontram-se por reconhecer em proveitos prémios no montante de 18 781 519 euros (Nota 53.e)).

(ii) O valor contabilístico corresponde à provisão constituída para os equity swaps (20,9 milhões de euros – Nota 46), acrescida da especialização de juros no montante de 0,3 milhões de euros e aos prémios relativos às put options que se encontram por reconhecer em resultados no montante de 3,2 milhões de euros (Nota 53.c)).

62. COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO E POR ÁREA GEOGRÁFICA

Durante o exercício de 2003 a Portugal Telecom procedeu a alterações na composição dos segmentos de negócio do Grupo, sendo de destacar:

- ▶ Definição do Negócio de Rede Fixa, incluindo a PT Comunicações e a PT Prime, que em 31 de Dezembro de 2002 eram consideradas separadamente, e a PTM.com, que até 30 de Setembro de 2002 se encontrava incluída no segmento PT Multimedia.
- ▶ Nos Negócios Móveis do Brasil, a substituição da consolidação de 100% dos resultados da TCP pela consolidação proporcional de 50% da Brasilcel, na sequência da constituição da joint venture com a Telefónica no final do exercício de 2002 (Nota Introdutória).
- ▶ Nos Negócios PT Multimedia, a exclusão dos resultados da PTM.com (que passam a integrar o Negócio de Rede Fixa, conforme acima referido).

Em 31 de Dezembro de 2003, os segmentos de negócio têm a seguinte composição:

▶ Rede Fixa	▶ Serviço fixo	▶ PT Comunicações
	▶ Dados e negócios empresariais	▶ PT Prime e Tradecom
	▶ ISP e portais	▶ PTM.com
▶ Móveis • Portugal	▶ TMN	
▶ Móveis • Brasil	▶ Vivo	
▶ PT Multimedia	▶ Televisão por subscrição e internet por cabo	▶ TV Cabo, TV Cabo Audiovisuais e Premium TV
	▶ Distribuição e exibição cinematográfica	▶ Lusomundo Audiovisuais e Lusomundo Cinemas
	▶ Media	▶ Lusomundo Media
	▶ Outras operações multimédia	▶ PTM e holdings da Lusomundo

Para efeitos comparativos, os valores dos exercícios de 2002 e 2001 foram ajustados de forma a reflectir a nova composição dos segmentos, com excepção dos Negócios Móveis Brasil, em que se apresentam 100% dos resultados da TCP.

O resultado líquido, activo líquido e investimento em imobilizado corpóreo, incorpóreo e financeiro (“Capex”) dos principais segmentos de negócio do Grupo apresentam a seguinte composição nos exercícios de 2003, 2002 e 2001:

a) Negócios de Rede Fixa

valores expressos em euros

	2003	2002	2001
Prestações de serviços – clientes externos	2 100 343 626	2 238 851 506	2 368 448 395
Prestações de serviços – intragrupo	149 583 768	167 112 101	127 504 665
Vendas – clientes externos	36 752 930	34 784 878	42 968 962
Vendas – intragrupo	225 361	329 109	169 606
Proveitos suplementares – clientes externos	31 475 772	21 717 328	24 681 381
Proveitos suplementares – intragrupo	18 635 609	23 991 662	22 692 666
Outros proveitos operacionais	37 018 310	65 034 938	124 652 668
Total de proveitos operacionais	2 374 035 376	2 551 821 522	2 711 118 343
Custo das existências vendidas e consumidas	(90 044 220)	(95 543 707)	(149 952 394)
Custos de telecomunicações	(428 914 406)	(496 813 900)	(553 007 026)
Outros subcontratos	(173 185 661)	(172 948 951)	(191 175 143)
Conservação e reparação	(68 946 592)	(77 687 173)	(73 407 502)
Publicidade e propaganda	(26 598 019)	(29 238 089)	(38 032 218)
Trabalhos especializados	(39 714 788)	(59 454 976)	(59 720 438)
Outros fornecimentos e serviços	(89 268 580)	(86 295 043)	(86 306 803)
Custos com pessoal	(534 580 080)	(531 792 491)	(495 343 273)
Amortizações	(408 191 079)	(440 373 232)	(429 029 948)
Provisões	(23 177 930)	(24 836 989)	(21 112 153)
Impostos	(7 420 457)	(9 040 063)	(9 615 287)
Outros custos e perdas operacionais	(4 354 210)	(20 249 454)	(18 181 623)
Total de custos operacionais	(1 894 396 022)	(2 044 274 068)	(2 124 883 808)
Resultado operacional	479 639 354	507 547 454	586 234 535
Custos financeiros	(67 324 979)	(52 713 208)	(51 089 375)
Proveitos financeiros	11 890 237	21 969 307	29 228 921
Resultado antes de itens extraordinários, impostos e interesses minoritários	424 204 612	476 803 553	564 374 081
Resultados extraordinários	(256 868 403)	10 825 103	(112 440 630)
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	167 336 209	487 628 656	451 933 451
Imposto sobre o rendimento	(138 077 093)	(165 787 790)	(195 962 395)
Interesses minoritários	(63 774)	(23 055)	(58 478)
Resultado líquido do exercício	29 195 342	321 817 811	255 912 578

Os resultados deste segmento de negócio incorporam 311 263 761 euros, 49 313 318 euros e 183 878 000 euros relativos aos encargos suportados com os programas de redução de efectivos implementados em 2003, 2002 e 2001, respectivamente, que foram registados em resultados extraordinários.

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado do segmento, sem consideração da parte imputável a accionistas minoritários, a qual nos exercícios de 2003, 2002 e 2001 ascende, respectivamente, a 187 013 euros e a valores negativos de 11 919 979 euros e 10 397 291 euros. Os interesses minoritários constantes da demonstração deste segmento de negócio representam a parte do resultado líquido do segmento que respeita aos accionistas minoritários em empresas participadas.

O Capex deste segmento de negócio nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003, 2002 e 2001 ascendeu a aproximadamente 165,3 milhões de euros, 604,6 milhões de euros (incluindo 348,4 milhões de euros relativos à aquisição da propriedade da rede básica) e 398,9 milhões de euros, respectivamente. O activo líquido deste segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 ascendeu a aproximadamente 3 957,5 milhões de euros e 4 165,5 milhões de euros, respectivamente.

b) Negócios móveis • Portugal

valores expressos em euros

	2003	2002	2001
Prestações de serviços – clientes externos	1 202 395 212	1 132 889 769	1 007 903 832
Prestações de serviços – intragrupo	170 853 927	199 947 958	211 397 993
Vendas – clientes externos	133 519 224	134 263 557	163 976 262
Vendas – intragrupo	5 001 030	8 155 430	11 097 491
Proveitos suplementares – clientes externos	11 294 915	15 166 507	11 881 296
Proveitos suplementares – intragrupo	205 775	536 133	579 233
Outros proveitos operacionais	4 448 129	5 244 247	5 410 865
Total de proveitos operacionais	1 527 718 212	1 496 203 601	1 412 246 972
Custo das existências vendidas e consumidas	(154 750 584)	(167 988 386)	(223 612 344)
Custos de telecomunicações	(295 485 140)	(325 280 447)	(302 055 172)
Outros subcontratos	(2 577 400)	(3 226 971)	(1 750 296)
Conservação e reparação	(35 601 169)	(37 561 886)	(34 884 275)
Publicidade e propaganda	(26 260 516)	(20 058 815)	(19 414 697)
Trabalhos especializados	(60 814 055)	(50 626 781)	(46 958 185)
Outros fornecimentos e serviços	(147 382 755)	(140 558 608)	(143 329 303)
Custos com pessoal	(59 188 048)	(48 655 295)	(44 293 443)
Amortizações	(182 723 230)	(175 923 133)	(142 549 981)
Provisões	(38 612 267)	(46 980 802)	(36 557 178)
Impostos	(30 612 242)	(29 765 093)	(25 974 889)
Outros custos e perdas operacionais	(2 873 076)	(3 027 742)	(4 395 026)
Total de custos operacionais	(1 036 880 482)	(1 049 653 959)	(1 025 774 789)
Resultado operacional	490 837 730	446 549 642	386 472 183
Custos financeiros	(19 938 321)	(13 672 072)	(14 939 930)
Proveitos financeiros	4 377 768	4 102 883	1 274 115
Resultado antes de itens extraordinários e impostos	475 277 177	436 980 453	372 806 368
Resultados extraordinários	2 775 756	(49 461 999)	44 146 570
Resultado antes de impostos	478 052 933	387 518 454	416 952 938
Imposto sobre o rendimento	(159 786 969)	(127 753 625)	(145 784 759)
Resultado líquido do exercício	318 265 964	259 764 829	271 168 179

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 foram excluídos do resultado líquido as perdas em filiais e associadas no montante de 23 909 620 euros e os juros suportados pela TMN com empréstimos obtidos para financiamento da aquisição da PT Móveis, líquido do respectivo impacto fiscal, no montante de 65 463 204 euros.

O Capex deste segmento de negócio nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003, 2002 e 2001 ascendeu a aproximadamente 168,5 milhões de euros, 282,7 milhões de euros e 283,1 milhões de euros, respectivamente. O activo líquido deste segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 ascende a aproximadamente 1 335,6 milhões de euros e 1 488,4 milhões de euros, respectivamente.

c) Negócios móveis • Brasil

valores expressos em euros

	2003	2002	2001
Prestações de serviços – clientes externos	1 093 778 637	1 048 632 419	1 178 724 559
Prestações de serviços – intragrupo	24 134	438 283	609 195
Vendas – clientes externos	267 735 126	168 989 855	222 449 971
Proveitos suplementares – clientes externos	42 862 197	–	1 427 365
Total de proveitos operacionais	1 404 400 094	1 218 060 557	1 403 211 090
Custo das existências vendidas e consumidas	(293 220 874)	(197 576 814)	(267 892 375)
Custos de telecomunicações	(114 184 193)	(109 159 918)	(165 431 117)
Outros subcontratos	(56 426 429)	(23 382 966)	(37 890 814)
Conservação e reparação	(891 058)	(1 890 071)	(3 773 292)
Publicidade e propaganda	(50 479 600)	(28 810 396)	(45 972 065)
Trabalhos especializados	(30 670 232)	(91 561 626)	(115 524 263)
Outros fornecimentos e serviços	(165 055 985)	(110 733 777)	(140 787 947)
Custos com pessoal	(76 393 687)	(61 238 837)	(60 740 113)
Amortizações	(254 003 543)	(236 719 658)	(281 833 892)
Provisões	(33 374 798)	(35 616 626)	(70 856 655)
Impostos	(63 994 642)	(36 132 042)	(34 295 478)
Outros custos e perdas operacionais	(1 379 353)	(391 165)	(1 040 693)
Total de custos operacionais	(1 140 074 394)	(933 213 896)	(1 226 038 704)
Resultado operacional	264 325 700	284 846 661	177 172 386
Custos financeiros	(272 304 012)	(310 497 086)	(631 019 407)
Proveitos financeiros	152 176 165	45 334 793	69 757 274
Resultado antes de itens extraordinários, impostos e interesses minoritários	144 197 853	19 684 368	(384 089 747)
Resultados extraordinários	(17 178 072)	(5 095 657)	(140 930 636)
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	127 019 781	14 588 711	(525 020 383)
Imposto sobre o rendimento	(85 374 043)	(48 856 903)	5 993 881
Interesses minoritários	(51 527 882)	–	–
Resultado líquido do exercício	(9 882 144)	(34 268 192)	(519 026 502)

Em 31 de Dezembro de 2003, o resultado líquido evidenciado corresponde a 50% do resultado da Brasilcel. Nos exercícios de 2002 e 2001, o resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado do segmento, sem consideração da parte imputável a accionistas minoritários, a qual ascende a um valor negativo de 23 313 734 euros e 305 011 853 euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2003, o Capex e o activo líquido correspondentes a 50% da Vivo ascenderam a aproximadamente 164,6 milhões de euros e 3 742,4 milhões de euros, respectivamente. No exercício de 2002 e 2001, o Capex da TCP ascendeu a 88,2 milhões de euros e 457,9 milhões de euros, respectivamente, e o activo líquido em 31 de Dezembro de 2002 a 3 092,4 milhões de euros.

d) PT Multimedia

valores expressos em euros

	2003	2002	2001
Prestações de serviços – clientes externos	544 078 099	475 996 704	405 590 327
Prestações de serviços – intragrupo	786 529	856 400	460 134
Vendas – clientes externos	139 397 732	146 075 228	163 930 901
Vendas – intragrupo	57 584	–	228
Proveitos suplementares – clientes externos	11 920 163	12 258 839	5 409 727
Proveitos suplementares – intragrupo	49 362	221 499	42 167
Outros proveitos operacionais	1 312 591	3 402 929	7 132 313
Total de proveitos operacionais	697 602 060	638 811 599	582 565 797
Custo das existências vendidas e consumidas	(78 732 934)	(89 650 807)	(110 396 879)
Custos de telecomunicações	(18 703 916)	(18 331 949)	(17 126 327)
Outros subcontratos	(229 513 925)	(209 780 219)	(170 890 689)
Conservação e reparação	(4 532 791)	(5 220 757)	(4 185 126)
Publicidade e propaganda	(30 217 909)	(27 764 974)	(32 447 451)
Trabalhos especializados	(35 978 472)	(32 190 738)	(28 903 967)
Outros fornecimentos e serviços	(58 643 495)	(70 258 260)	(60 631 300)
Custos com pessoal	(86 134 295)	(87 452 098)	(89 650 435)
Amortizações	(70 411 763)	(72 879 187)	(57 870 139)
Provisões	(20 575 122)	(11 670 178)	(6 713 019)
Impostos	(2 736 534)	(2 993 622)	(2 558 292)
Outros custos e perdas operacionais	(2 289 560)	(1 273 740)	(952 826)
Total de custos operacionais	(638 470 716)	(629 466 529)	(582 326 450)
Resultado operacional	59 131 344	9 345 070	239 347
Custos financeiros	(32 944 310)	(55 737 200)	(81 856 462)
Proveitos financeiros	8 121 311	3 924 680	5 412 009
Resultado antes de itens extraordinários, impostos e interesses minoritários	34 308 345	(42 467 450)	(76 205 106)
Resultados extraordinários	(59 986 563)	(15 930 295)	(14 207 427)
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	(25 678 218)	(58 397 745)	(90 412 533)
Imposto sobre o rendimento	55 833 269	3 941 209	(2 493 928)
Interesses minoritários	948 063	2 388 427	(405 478)
Resultado líquido do exercício	31 103 114	(52 068 109)	(93 311 939)

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado do segmento, sem consideração da parte imputável a accionistas minoritários, a qual nos exercícios de 2003, 2002 e 2001 ascende a 13 201 157 euros e a valores negativos de 22 659 354 euros e de 32 043 687 euros, respectivamente. Os interesses minoritários constantes da demonstração deste segmento de negócio representam a parte do resultado líquido do segmento que respeita aos accionistas minoritários em empresas participadas pela PT Multimedia.

O resultado líquido do exercício deste segmento de negócio foi negativamente afectado pelo registo de custos extraordinários relativos à reestruturação das suas actividades, que originaram o registo de provisões para fazer face à perspectivada descontinuação da comercialização de certos serviços e da digitalização da rede. Este efeito foi atenuado pelo consequente impacto fiscal. Adicionalmente, o resultado líquido foi ainda positivamente afectado pelo reconhecimento inicial de impostos diferidos activos referentes a prejuízos fiscais reportáveis.

O Capex deste segmento de negócio nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003, 2002 e 2001 ascendeu a aproximadamente 57,4 milhões de euros, 78,9 milhões de euros e 120,1 milhões de euros, respectivamente. O activo líquido deste segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 ascende a aproximadamente 900,7 milhões de euros e 867,7 milhões de euros, respectivamente.

e) Reconciliação dos segmentos reportáveis

Em 31 de Dezembro de 2003, 2002 e 2001, a reconciliação do total dos proveitos operacionais por segmento com o total dos proveitos operacionais consolidados era como segue:

valores expressos em euros			
	2003	2002	2001
Proveitos operacionais:			
Relativos aos segmentos reportados	6 003 755 742	5 904 897 279	6 109 142 202
Relativos a outros segmentos	446 368 559	401 619 544	369 383 440
Eliminação das operações intragrupo	(507 870 203)	(552 422 662)	(512 789 243)
	5 942 254 098	5 754 094 161	5 965 736 399

Em 31 de Dezembro de 2003, 2002 e 2001, a reconciliação do resultado líquido do exercício por segmento com o resultado consolidado líquido do exercício era como segue:

valores expressos em euros			
	2003	2002	2001
Resultado líquido relativo aos segmentos reportados	368 682 276	495 246 339	(85 257 684)
Resultado líquido relativo aos outros segmentos	5 410 560	18 089 271	68 263 528
Outros itens não reportados nos segmentos:			
Itens extraordinários	24 065 880	15 441 694	351 558 963
Despesas suportadas com empréstimos a nível corporativo	(165 325 475)	(178 756 678)	(225 727 267)
Ganhos/(perdas) cambiais com instrumentos derivados	(17 303 832)	147 846 301	(94 239 222)
Amortização do goodwill	(36 761 366)	(94 651 546)	(112 041 994)
Ganhos/(perdas) em empresas associadas	(11 792 027)	(57 690 389)	(56 344 837)
Redução/(aumento) de provisões para equity swaps	82 498 690	(26 830 171)	(78 162 700)
Efeito da alteração da taxa de imposto	(56 118 907)	–	100 115 341
Impacto fiscal	60 267 671	14 467 910	91 773 500
Interesses minoritários sobre os segmentos reportados	(13 388 170)	57 893 067	347 452 831
	240 235 300	391 055 798	307 390 459

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a reconciliação do activo líquido por segmentos e o total do activo líquido consolidado é como segue:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Activos líquidos relativos aos segmentos reportados	9 947 546 169	9 614 052 597
Activos líquidos relativos aos outros segmentos	2 694 094 182	3 270 332 782
Goodwill	529 986 996	510 146 481
Investimentos financeiros	386 187 913	331 594 720
	13 557 815 260	13 726 126 580

63. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

Em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo Portugal Telecom tem diversos processos judiciais em curso, sendo o mais relevante o processo movido pela DECO referente aos novos preços para o serviço fixo de telefone introduzidos em 1998, que seguidamente se descreve.

A introdução pela Portugal Telecom, S.A. a partir de Fevereiro de 1998 dos novos preços para o serviço fixo de telefone, aprovados pelo ICP, suscitou por parte da DECO a apresentação de diversas acções judiciais, das quais a mais relevante do ponto de vista financeiro consiste na acção inibitória, apresentada em Setembro de 1999, na qual se pediu que o ICP se abstivesse de aprovar a proposta de preços para 1999 e que a Portugal Telecom, S.A. fosse impedida de a aplicar.

Em primeira instância, o Tribunal concluiu pela ilegalidade do novo tarifário e condenou a PT Comunicações (que sucedeu à Portugal Telecom, S.A. como ré nesta acção) a restituir aos assinantes os valores cobrados em 1999 a título de taxa de activação e a publicitar essa decisão. A PT Comunicações recorreu para o Tribunal da Relação, que manteve a decisão do Tribunal de primeira instância, tendo posteriormente apresentado recurso para o Supremo Tribunal de Justiça.

Em Outubro de 2003, a PT Comunicações foi notificada do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, que negou provimento ao recurso. Em 31 de Dezembro de 2003, a PT Comunicações registou uma especialização de custos no valor de 1 138 333 euros correspondente às reclamações apresentadas até àquela data. Embora reconhecendo que poderão existir responsabilidades acrescidas, a PT Comunicações não procedeu ao registo das mesmas, dada a impossibilidade prática de as estimar com aceitável grau de fiabilidade.

64. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

A Demonstração de Resultados por Funções (“DRF”) foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 20, havendo os seguintes aspectos a salientar:

- a) A rubrica “Vendas e prestações de serviços” da DRF não coincide com o somatório das rubricas “Vendas” e “Prestações de serviços” da Demonstração de Resultados por Naturezas (“DRN”), dado terem sido incluídas naquela rubrica as “Correcções favoráveis de exercícios anteriores” relativas a vendas e prestações de serviços, classificadas na rubrica “Proveitos e ganhos extraordinários” na DRN.
- b) Na rubrica “Outros proveitos e ganhos operacionais” da DRF encontram-se considerados, para além dos montantes provenientes da rubrica com a mesma designação da DRN, valores classificados na rubrica “Proveitos suplementares” na DRN e, ainda, valores registados em “Outros ganhos não especificados” e “Outras correcções de exercícios anteriores”, classificados na rubrica “Proveitos e ganhos extraordinários” na DRN.
- c) Na rubrica “Outros custos e perdas operacionais” da DRF foram englobados valores contabilizados em diversas contas de custos da DRN, inclusive algumas contas de custos extraordinários; deduzem a estes custos, os proveitos registados na rubrica “Subsídios à exploração” e em “Outros proveitos e ganhos extraordinários” na DRN.
- d) Determinadas naturezas de custos, nomeadamente, electricidade, água, rendas e alugueres, seguros, conservação e reparação, limpeza, higiene e conforto, vigilância e segurança, combustíveis, aluguer de viaturas, publicidade e pessoal, foram agrupadas e repartidas por várias áreas de actividade, de acordo com critérios definidos pelo Grupo.
- e) A rubrica “Custo líquido de financiamento” da DRF distingue-se dos resultados financeiros apresentados na DRN, uma vez que não inclui os “Ganhos e perdas em empresas associadas e outras não consolidadas”, e os “Rendimentos de Participações de Capital”.

f) A rubrica “Ganhos/perdas em filiais e associadas” da DRF inclui as seguintes naturezas de proveitos e custos registadas na DRN em resultados financeiros e em resultados extraordinários:

	valores expressos em euros
Ganhos em filiais e associadas	
Ganhos relativos a empresas associadas e outras (Nota 44 e))	25 498 389
Ganhos em participações de capital (Nota 44)	1 292 259
Ganhos decorrentes da alienação de participações de capital	1 680 439
	28 471 087
Perdas em filiais e associadas	
Amortização do goodwill e do valor atribuído às licenças de banda A (Nota 44 c))	(110 612 770)
Perdas relativas a empresas associadas e outras (Nota 44b))	(44 655 064)
Menos-valias na alienação de outros investimentos financeiros	(921 011)
Provisões para partes de capital (Nota 44 c))	(738 481)
	(156 927 326)
Ganhos e perdas em filiais e associadas não consolidadas, líquidos	(128 456 239)

g) A rubrica “Resultados não usuais ou não frequentes” da DRF inclui custos com pensões e cuidados de saúde a prestar a partir da idade de reforma, relacionados com as pré-reformas e com as reformas antecipadas ocorridas durante o exercício de 2003, bem como com encargos com reestruturação, tendo a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Pensões	265 726 047
Saúde	36 006 485
Rescisões de contratos de trabalho	13 678 485
Reestruturação	30 916
	315 441 933

h) A rubrica “Impostos sobre os resultados correntes” da DRF para o exercício de 2003, tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Estimativa de imposto sobre o rendimento na DRN	377 268 779
Insuficiência de estimativa de imposto	2 159 290
Excesso de estimativa de impostos	(1 541 440)
	377 886 629

65. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração de Fluxos de Caixa foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 14, havendo os seguintes aspectos a salientar:

a) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica “Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento”, inclui um montante de 201 212 554 euros relativo aos pagamentos por conta efectuados em 2002, que em resultado dos prejuízos fiscais existentes no consolidado fiscal da Portugal Telecom, foram reembolsados na íntegra pelo Estado Português em 2003.

b) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 a rubrica “Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias” refere-se essencialmente ao pagamento efectuado pela PT Comunicações de um montante de 127 780 786 euros de contribuição extraordinária para os fundos de pensões PT/CGA, Marconi e TLP.

c) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 a rubrica “Recebimentos provenientes de imobilizações corpóreas” refere-se essencialmente às alienações de imobilizado realizadas pela PT Comunicações.

d) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 a rubrica “Recebimentos provenientes de dividendos”, tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
CTM	18 224 223
Páginas Amarelas	5 385 910
BES	1 205 400
Outras	1 409 582
	26 225 115

e) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica “Outros recebimentos de actividades de investimento”, inclui 792 milhões de reais brasileiros, equivalentes a 113 678 316 euros, relativos ao reembolso das debentures adquiridas pela TCO e emitidas pelo seu anterior accionista e inclui 75 624 701 euros referentes à liquidação de instrumentos financeiros derivados da Global Telecom.

f) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica “Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros”, tem a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Aquisição/Constituição de partes de capital	
TCO	286 231 456
PT Prime	39 196 440
PT Multimedia	27 414 780
Warner Lusomundo	19 000 000
Lusomundo Media	9 000 000
Banco BEST	4 080 000
Premium TV	1 000 000
Outras	32 163
	385 954 839
Prestações suplementares concedidas	
Sportinvest	4 642 013
Sport TV	2 000 000
Outras	1 763 426
	8 405 439
Empréstimos concedidos	
Sportinvest	5 295 500
TPT	2 438 818
Outros	1 285 696
	9 020 014
Aumento de capital na Marconi France	500 000
	403 880 292

i) A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquelas datas, são como segue:

	valores expressos em euros		
	2003	2002	2001
Numerário	28 049 854	7 540 373	4 269 190
Depósitos bancários	230 853 653	345 862 930	513 177 067
Outros títulos negociáveis	734 526 838	683 462 041	600 496 303
Outras aplicações de tesouraria	1 537 661 222	1 239 642 551	173 530 398
Disponibilidades constantes do balanço	2 531 091 567	2 276 507 895	1 291 472 958
Descobertos bancários (Nota 34)	(2 545 597)	(8 465 072)	(66 422 727)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 528 545 970	2 268 042 823	1 225 050 231

O saldo de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2002 difere do saldo inicial que consta da demonstração de fluxos de caixa de 31 de Dezembro de 2003, em virtude do perímetro de consolidação ter sido alterado, como segue:

valores expressos em euros	
Saldo em 31 de Dezembro de 2002	2 268 042 823
Alteração no perímetro de consolidação	29 757 472
Saldo de caixa e seus equivalentes em 1 de Janeiro de 2003	2 297 800 295

g) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica “Recebimentos provenientes de empréstimos obtidos” refere-se essencialmente a papel comercial e outros empréstimos bancários.

h) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica “Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos” refere-se essencialmente a papel comercial e outros empréstimos bancários.

66. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de Dezembro de 2003, ocorreram os seguintes eventos subsequentes:

- ▶ Foi cancelada a operação de incorporação de acções da TCO pela TCP, na sequência da emissão de uma opinião da CVM de que esta operação não estava totalmente de acordo com a legislação em vigor. Embora as administrações da TCP e TCO discordem dos argumentos e da conclusão constantes na decisão da CVM, consideraram que a decisão da CVM torna, na prática, incerta a implementação da incorporação das acções, conforme proposta originalmente, pelos potenciais entraves que possam vir a ser causados por terceiros, pelo que, tendo em conta o melhor interesse dos seus accionistas, cancelaram esta operação.
- ▶ Foi anunciado pela Portugal Telecom que o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral Anual de Accionistas, convocada para o dia 2 de Abril de 2004, a redução do capital social da Portugal Telecom até 125 428 500 euros. Tal redução, inserida no âmbito do programa de share buyback que envolve a compra de acções próprias representativas de até 10% do capital social, deverá ser efectuada pela extinção de até 125 428 500 acções próprias, e implicará a aprovação da correspondente alteração dos estatutos da PT.

I. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			Directamente 2003	Efectiva 2003	Efectiva 2002
Portugal Telecom (empresa-mãe) (Nota Introdutória)	Lisboa	Gestão de participações sociais.			
Açormedia – Comunicação Multimédia e Edição de Publicações, S.A.	Ponta Delgada	Edição de publicações, comunicação audiovisual, actividades editoriais multimédia e edição de livros.	Lusomundo Media (90%)	44,23%	38,10%
Cabo TV Açoreana, S.A.	Ponta Delgada	Distribuição do sinal de televisão por cabo e satélite na Região Autónoma dos Açores.	TV Cabo Portugal (83,82%)	48,24%	47,34%
Cabo TV Madeirense, S.A.	Funchal	Distribuição do sinal de televisão por cabo e satélite na Região Autónoma da Madeira.	TV Cabo Portugal (69%)	39,71%	38,97%
Cabo Verde Telecom, S.A. ("Cabo Verde Telecom")	Praia	Exploração de serviços de telecomunicações.	PT Ventures (40%)	40,00%	40,00%
Clipanúncios – Serviços de Gestão de Informação, S.A.	Lisboa	Gestão electrónica de anúncios e implementação de serviços de comércio electrónico.	Lusomundo Media (100%)	49,15%	42,36%
CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A.R.L.	São Tomé	Exploração do serviço público de telecomunicações.	PT Comunicações (51%)	51,00%	51,00%
Diário de Notícias, S.A. ("Diário de Notícias") ^(a)	Lisboa	Edição de publicações jornalísticas.	–	–	42,34%
Directel – Listas Telefónicas Internacionais, Lda. ("Directel")	Lisboa	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações internacionais.	PT Ventures (100%)	100,00%	100,00%
Directel Cabo Verde – Serviços de Comunicação, Lda.	Praia	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins.	Directel (60%) Cabo Verde Telecom (40%)	76,00%	76,00%
Directel Macau – Listas Telefónicas, Lda.	Macau	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins.	Directel (75%) PT Ásia (5%)	80,00%	80,00%
Directel Uganda – Telephone Directories, Limited ^(b)	Uganda	Publicação de listas telefónicas.	–	–	90,00%
Editorial Notícias, Lda. ("Editorial Notícias") ^(c)	Lisboa	Exercício da actividade editorial sob qualquer forma ou modalidade e respectiva comercialização.	–	–	42,34%
EJV – Plataforma de Comércio Electrónico, S.A. ("EJV") ^(d)	Lisboa	Criação e gestão de plataformas de comércio electrónico de bens e serviços.	–	–	100%
Elta – Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda.	Luanda	Publicação de listas telefónicas.	Directel (55%)	55,00%	55,00%
Empracine – Empresa Promotora de Actividades Cinematográficas, Lda. ^(d)	Lisboa	Exibição cinematográfica.	–	–	56,40%
Empresa Gráfica Funchalense, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de tipografia, litografia, plastificação, gravura, encadernação, fotocomposição e offset.	Lusomundo Serviços (50%)	28,78%	28,24%
Foliver – Serviços de Telecomunicações e Transferência de Informação, S.A. ^(d)	Lisboa	Produção e edição multimédia de informação relativa ao mercado do vinho.	–	–	74,88%
Global Notícias Publicações, S.A. ^(a)	Porto	Edição de publicações jornalísticas.	Lusomundo Media (99,72%)	49,01%	42,19%
Grafilme – Sociedade Impressora de Legendas, Lda.	Lisboa	Prestação de serviços de legendagem audiovisual.	Lusomundo Audiovisuais (55,56%)	31,98%	31,37%
Infonet Portugal – Serviços de Valor Acrescentado, Lda.	Lisboa	Comercialização de produtos e serviços de valor acrescentado na área da informação e comunicação por computador, através do acesso à rede mundial Infontet.	PT Prime (90%)	90,00%	78,75%
Janela Digital – Informativo e Telecomunicações, Lda. ("Janela Digital") ^(d)	Caldas da Rainha	Desenvolvimento de tecnologias de informação para mediadores imobiliários.	–	–	50,00%
Jornal do Fundão Editora, Lda.	Fundão	Edição de publicações jornalísticas.	Lusomundo Media (51,34%)	25,24%	21,74%
PTM.com Participações ^(d)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	–	–	100,00%
Kenya Postel Directories, Ltd.	Nairobi	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras publicações.	Directel (55%)	55,00%	57,00%
LTM – Listas Telefónicas de Moçambique, Lda.	Maputo	Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificadas de telecomunicações.	Directel (50%)	50,00%	50,00%
Lusocine – Sociedade Exibidora de Filmes, Lda. ("Lusocine") ^(d)	Vila Real de Santo António	Exibição cinematográfica.	–	–	46,73%

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente 2003	Efectiva 2003	Efectiva 2002
Lusomundo SGPS ^(e)	Lisboa	Gestão de participações sociais.	—	—	56,47%
Lusomundo Audiovisuais, S.A.	Lisboa	Importação, distribuição, exploração, comércio e produção de produtos audiovisuais.	PT Multimedia (100%)	57,56%	56,47%
Lusomundo Serviços, SGPS, SA	Lisboa	Gestão de participações sociais.	PT Multimedia (100%)	57,56%	56,47%
Lusomundo – Sociedade Investimentos Imobiliários, SGPS, S.A. ("Lusomundo SII") ^(d)	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	—	—	56,40%
Lusomundo Cinemas, S.A.	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	PT Multimedia (100%)	57,56%	56,47%
Lusomundo Editores, S.A.	Lisboa	Distribuição cinematográfica.	PT Multimedia (100%)	57,56%	56,47%
Lusomundo España, SL	Madrid	Gestão de participações sociais, no âmbito de investimentos em Espanha.	PT Multimedia (100%)	57,56%	56,47%
Lusomundo Imobiliária 2, S.A. ^(d)	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	—	—	56,29%
Lusomundo Media, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Lusomundo Serviços (74,97%) PT SGPS (5,94%)	49,09%	42,34%
Lusomundo Moçambique, Lda.	Maputo	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo Cinemas (100%)	57,56%	56,47%
Lusomundo.net – Comércio Electrónico e Informática, Lda.	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações e multimédia.	Lusomundo Serviços (100%)	57,56%	56,47%
Mascom Wireless Botswana (Proprietary) Limited ("Mascom")	Botswana	Prestação de serviços de telecomunicações móveis.	PT Móveis (50,01%)	50,01%	50,01%
Megamedia ^(f)	Lisboa	Serviços de consultoria, desenvolvimento, produção e comercialização de soluções de tecnologia de informação em sistemas interactivos, especialmente em comércio electrónico e multimédia.	—	—	95,00%
Mobitel, S.A. ("Mobitel")	São Paulo	Prestação de serviços de telecomunicações, de transmissão de dados e informações.	PT Brasil (56,96%)	56,96%	56,96%
Motormédia – Comércio, Publicidade e Serviços Multimédia, S.A. ("Motormédia") ^(d)	Lisboa	Produção e edição multimédia de informação relativa ao mercado e desporto automóveis.	—	—	74,90%
Notícias Direct – Distribuição ao Domicílio, Lda.	Lisboa	Distribuição ao domicílio de publicações e outros bens e serviços.	Lusomundo Serviços (100%)	57,56%	56,47%
Oficina do Livro – Sociedade Editorial, Lda. ("Oficina do Livro") ^(c)	Lisboa	Edição, distribuição de livros e outras publicações.	—	—	21,59%
Platoforma – Empresa de Trabalho Temporário, Lda. ("Platoforma")	Lisboa	Cedência temporária de pessoal para utilização de terceiros e selecção, orientação e formação profissional.	PT Contact (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Ásia, Lda. ("PT Ásia")	Macau	Promoções e marketing de produtos e serviços de telecomunicações.	Portugal Telecom (95,92%) PT Comunicações (4,04%)	99,96%	99,96%
Portugal Telecom Brasil, S.A. ("PT Brasil")	São Paulo	Elaboração de projectos, estudos e pareceres sobre questões técnicas, financeiras ou comerciais, nas áreas das comunicações e de informação.	Portugal Telecom (99,95%) PT Comunicações (0,05%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Europa, S.P.R.L. ^(g)	Bruxelas	Consultoria de gestão, técnica e comercial no domínio das comunicações, no que respeita aos mercados europeus e assuntos comunitários.	—	—	98,67%
Portugal Telecom Inovação Brasil, Ltda.	São Paulo	Desenvolvimento de actividade nas áreas de tecnologias de informação e telecomunicações.	PT Inovação (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Internacional Finance B.V.	Amesterdão	Obtenção de fundos no mercado internacional.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Ventures (ex-PT Internacional SGPS, S.A.)	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos investimentos internacionais.	Portugal Telecom 100%	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Inovação, S.A. ("PT Inovação")	Aveiro	Inovação, investigação, desenvolvimento e integração de serviços e soluções em telecomunicações, serviços de engenharia e formação em telecomunicações.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Premium TV Portugal, S.A.	Lisboa	Lançamento, promoção e desenvolvimento de televisão por assinatura, multimédia e licenciamento de programação para televisão.	PT Conteúdos (100%)	57,56%	30,50%
Pressmundo – Editora de Publicações, S.A. ("Pressmundo") ^(a)	Lisboa	Edição de publicações, incluindo edições electrónicas.	—	—	41,79%

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente 2003	Efectiva 2003	Efectiva 2002
PrimeSys ^(f)	São Paulo	Prestação de serviços nas áreas de tecnologia de informação e telecomunicações.	–	–	100,00%
PrimeSys, Soluções Empresariais, S.A. – ex-BUS ("PrimeSys Soluções Empresariais")	São Paulo	Prestação de serviços nas áreas de tecnologia de informação e telecomunicações.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%
PT Sistemas de Informação, S.A.	Oeiras	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	Portugal Telecom (99,8%) PT Comunicações (0,1%) TMN (0,1%)	100,00%	95,00%
PT Comunicações	Lisboa	Estabelecimento, gestão e exploração de infra-estruturas de telecomunicações e prestação do serviço público de telecomunicações e do serviço de teledifusão.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, S.A. ^(h)	Lisboa	Prestação de serviços de consultoria e negociação relacionados com processos de aquisição de bens e serviços.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	–
PT Corporate, S.A. ⁽ⁱ⁾	Lisboa	Prestação integrada de todos os serviços disponibilizados pelo Grupo, ao nível das telecomunicações fixas, móveis e tecnologias de informação.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	–
PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. ("PT Contact")	Lisboa	Produção, promoção e comercialização de sistemas de informação, incluindo produtos e serviços de informação e sua assistência técnica.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
PT Conteúdos, SGPS, S.A. ("PT Conteúdos") ^(f)	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios de conteúdos multimédia.	–	–	56,48%
PT Conteúdos – Actividade de Televisão e de Produção de Conteúdos, S.A. ⁽ⁱ⁾	Lisboa	Actividade de televisão, designadamente, produção e comercialização de programas e exploração de publicidade.	PT Multimedia (100%)	57,56%	56,48%
PT Meios – Serviços de Publicidade e Marketing, S.A.	Lisboa	Compra, venda e permuta de espaço publicitário, prestação de serviços de consultoria e análise de projectos de investimento publicitário ou de marketing.	Portugal Telecom (100%)	100%	100%
PT Móveis, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios móveis.	TMN (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimedia.com Brasil, Ltda. ("PTM.com Brasil")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%
PTM.com	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios Internet.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações, estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações, e actividades no âmbito das tecnologias de informação e respectivos conteúdos.	Portugal Telecom (100%)	100%	87,50%
PT Prime Tradecom – Soluções Empresariais de Comércio Electrónico, S.A. ("Tradecom")	Lisboa	Prestação de serviços de desenvolvimento e consultoria no âmbito do comércio electrónico, conteúdos e tecnologias de informação.	Tradecom SGPS (66%)	66,00%	66,00%
PT Prime, SGPS, S.A. ("PT Prime SGPS")	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios do mercado empresarial e de grandes clientes.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT PRO, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A. ^(k)	Lisboa	Prestação de serviços de assessoria empresarial, administração e gestão empresarial.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimedia	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios multimédia.	Portugal Telecom (57,56%)	57,56%	56,48%
Publicações Prodiário, S.A. ("Publicações Prodiário") ^(a)	Lisboa	Edição de publicações periódicas ou unitárias.	–	–	42,34%
Rádio Notícias – Produções e Publicidade, S.A. ("Rádio Notícias")	Lisboa	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários.	Lusomundo Media (67,71%) Global Notícias (15%)	40,63%	35,00%
Rádio Press – Comunicação e Radiodifusão, Lda.	Porto	Radiodifusão, edições e comercialização discográficas e quaisquer outros suportes audiovisuais.	Rádio Notícias (100%)	40,63%	35,00%
RJN – Rádio Jornal do Norte, Lda.	Porto	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários.	Rádio Notícias (100%)	40,63%	35,00%
Saber e Lazer – Informática e Comunicação, S.A. ("Saber e Lazer")	Lisboa	Gestão de informação e elaboração de produtos informáticos.	PT Multimedia.com (100%)	100,00%	100,00%
Simarc ^(d)	Lisboa	Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis.	–	–	100,00%
Someios – Edições e Publicidade, Lda. ("Someios") ^(a)	Porto	Exercício de actividades promocionais e de publicidade e distribuição de publicações.	–	–	40,40%

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente 2003	Efectiva 2003	Efectiva 2002
Sportstat – Informação Desportiva Independente, S.A. ^(d)	Lisboa	Recolha, tratamento, consultoria, formação, publicações, comercialização e exploração de informação e dados estatísticos sobre desporto.	–	–	99,98%
Superemprego – Sistemas de Informação para Gestão de Recursos Humanos, S.A. ^(d)	Lisboa	Produção e disponibilização de informação sobre oferta e procura de emprego.	–	–	63,75%
TDC – Tecnologia das Comunicações, Lda. ^(f)	Lisboa	Prestação de serviços e cooperação no domínio das telecomunicações e postal, bem como a transferência das respectivas tecnologias.	–	–	100,00%
Telemática – Consultores de Telecomunicações e Informática, Lda.	Lisboa	Fornecimento de material informático, formadores e instalações.	PT Contact (100%)	100,00%	100,00%
Telepac II – Comunicações Interactivas, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços, desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços de telecomunicações, sistemas de informação e multimédia.	PT Multimedia.com (100%)	100,00%	100,00%
TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Tradecom, SGPS, S.A. ("Tradecom SGPS")	Lisboa	Gestão de participações sociais.	PT Prime SGPS (100%)	100,00%	100,00%
TSF – Rádio Jornal de Lisboa, Lda.	Lisboa	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários.	Rádio Notícias (100%)	40,63%	35,00%
TV Cabo Interactiva, S.A. ("TV Cabo Interactiva") ^(f)	Lisboa	Televisão interactiva.	–	–	56,48%
TV Cabo Portugal, S.A. ("TV Cabo Portugal")	Lisboa	Distribuição de televisão por cabo e satélite, concepção, realização, produção e difusão de emissões de programas de televisão, exploração de serviços de telecomunicações.	PT Multimedia (100%)	57,56%	56,48%
TV Cabo Porto, S.A. ^(f) TV Cabo Lisboa, S.A. ^(f) TV Cabo Guadiana, S.A. ^(f) TV Cabo Sado, S.A. ^(f) TV Cabo Douro, S.A. ^(f) TV Cabo Mondego, S.A. ^(f) TV Cabo Tejo, S.A. ^(f)	Porto Lisboa Faro Almada Braga Coimbra Lisboa	Distribuição de televisão por cabo e satélite, exploração e prestação de serviços de telecomunicações.	–	–	56,48%
VoxPop – Música Interactiva, S.A. ("VoxPop") ^(d)	Lisboa	Prestação de serviços e estabelecimento, desenvolvimento e exploração de um canal interactivo dedicado à música e à comercialização de artigos relacionados.	–	–	74,90%
Warner Lusomundo Sociedade Ibérica de Cinemas, Lda.	Lisboa	Exploração de espectáculos e divertimentos públicos.	Lusomundo Cinemas (100%)	57,56%	28,24%

(a) Em 30 de Dezembro de 2003 a empresa do Jornal de Notícias, S.A. incorporou as empresas Diário de Notícias, Pressmundo, Publicações Prodiário e Someios, tendo alterado a sua designação social para Global Notícias Publicações, S.A.

(b) Em Janeiro de 2003, esta empresa cessou a actividade.

(c) Em Dezembro de 2003, a Lusomundo Media alienou a totalidade da sua participação na Editorial Notícias e, por via desta alienação, indirectamente a sua participação de 51% na Oficina do Livro.

(d) Em 31 de Dezembro de 2003 estas empresas não foram consolidadas pelo método integral por se considerar que as mesmas não alterariam de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom.

(e) Empresa liquidada em Dezembro de 2003.

(f) No âmbito da reorganização do Grupo estas empresas foram objecto de fusão por incorporação em diversas empresas do Grupo.

(g) Empresa excluída da consolidação por se encontrar em processo de liquidação.

(h) Empresa constituída em 29 de Maio de 2003.

(i) Empresa constituída 23 de Junho de 2003.

(j) Em Dezembro de 2003 foi alterada a denominação de "TV Cabo Audiovisuais, SA" para a actual.

(k) Em 11 de Dezembro de 2003, foi alterada a denominação de "PT Serviços, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A." para a actual.

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de integração global, com base no estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho (maioria de direitos de voto), com excepção da Cabo Verde Telecom, a qual foi consolidada com base na alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º daquele diploma (influência dominante com base em acordos parasociais ou em outros contratos).

II. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			Directamente 2003	Efectiva 2003	Efectiva 2002
Academia Global, Ltda. ("Academia Global Brasil")	São Paulo	Desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços de base tecnológica, nas áreas de educação e formação profissional.	PT Multimedia.com Brasil (100%)	100,00%	100,00%
Canal 20 TV, S.A. ^(a)	Madrid	Distribuição de produtos televisivos.	PT Multimedia (50%)	28,78%	28,24%
Cine Esplanada Ideal Olhanense, Lda. ^(a)	Olhão	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	PT Multimedia (100%)	57,56%	56,47%
Cinerg – Sociedade Madeirense de Cinemas, Lda. ^(a)	Funchal	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo SII (100%)	57,48%	56,40%
Contact Cabo Verde – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. ^(b)	Praia	Gestão de call e contact center.	PT Contact (100%)	100,00%	–
DirectMedia Ásia ^(a)	Hong Kong	Publicação de directórios B2B e similares, em suporte de papel e/ou electrónico.	Directel (99%) PT Ásia (1%)	100,00%	100,00%
Directel Uganda – Telephone Directories, Limited ^(c)	Uganda	Publicação de listas telefónicas.	Directel (99%)	90,00%	–
EJV – Plataforma de Comércio Electrónico, S.A. ("EJV") ^(a)	Lisboa	Criação e gestão de plataformas de comércio electrónico de bens e serviços.	PT Multimedia.com (100,00%)	100%	–
Empracine – Empresa Promotora de Actividades Cinematográficas, Lda. ("Empracine") ^(a)	Lisboa	Exibição cinematográfica.	Lusomundo SII (100%)	57,48%	–
Empresa Cine Mourense, Lda. ^(a)	Moura	Exibição cinematográfica.	PT Multimedia (99,46%)	57,25%	56,17%
Empresa de Recreios Artísticos, Lda. ("Empresa de Recreios Artísticos") ^(a)	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo SII (87,90%) PT Multimedia (4,03%)	52,85%	51,85%
Empresa Teatro Sá da Bandeira, Lda. ^(a)	Santarém	Exploração de espectáculos públicos.	PT Multimedia (60%)	34,53%	33,88%
Foliver – Serviços de Telecomunicações e Transferência de Informação, S.A. ^(a)	Lisboa	Produção e edição multimédia de informação relativa ao mercado do vinho.	PT Multimedia.com (74,88%)	74,88%	–
Grande Reportagem – Sociedade Editora, Lda. ^(a)	Lisboa	Edição, produção, distribuição, venda, importação e exportação de publicações periódicas ou não periódicas.	Lusomundo Media (100%)	49,15%	42,34%
Guiné Telecom – Companhia de Telecomunicações da Guiné-Bissau, S.A.R.L. ("Guiné Telecom") ^(d)	Bissau	Prestação de serviço público de telecomunicações.	PT Comunicações (51,14%)	51,14%	51,14%
GSF – Gestão e Serviços Financeiros ^(a)	Lisboa	Prestação de serviços financeiros, gestão de investimentos e realização de estudos económico-financeiros.	Lusomundo SII (100%)	57,48%	56,40%
Hotel Vídeo – Prestação de Serviços, Lda. ^(a)	Lisboa	Instalação e exploração de sistemas para difusão de obras videográficas em hotéis e similares.	PT Multimedia (60%)	34,53%	33,88%
Janela Digital – Informativo e Telecomunicações, Lda. ("Janela Digital") ^(a)	Caldas da Rainha	Desenvolvimento de tecnologias de informação para mediadores imobiliários.	PT Multimedia.com (50%)	50,00%	–
Lusocine – Sociedade Exibidora de Filmes, Lda. ("Lusocine") ^(a)	Vila Real de Santo António	Exibição cinematográfica.	PT Multimedia (100%)	57,56%	–
Lusomundo – Sociedade Investimentos Imobiliários, SGPS, S.A. ("Lusomundo SII") ^(a)	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	PT Multimedia (99,87%)	57,48%	–
Lusomundo Imobiliária 2, S.A. ^(a)	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	Lusomundo SII (99,80%)	57,37%	–
Marconi France Telecommunications SAS ("Marconi France") ^(a)	Paris	Prestação de serviços de telecomunicações.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Marconi Luxembourg Telecommunications, S.A.R.L. ("Marconi Luxembourg") ^(c)	Luxemburgo	Prestação de serviços de telecomunicações.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Marconi Sprint – Serviços de Comunicação, Lda. ^(c)	Lisboa	Comercialização de serviços de telecomunicações de transmissão de dados e voz.	PT Ventures (51%)	51,00%	51,00%
Marconi Suisse Telecommunications, S.A.R.L. ("Marconi Suisse") ^(a)	Lausanne	Prestação de serviços de telecomunicações.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Motormédia – Comércio, Publicidade e Serviços Multimédia, S.A. ("Motormédia") ^(a)	Lisboa	Produção e edição multimédia de informação relativa ao mercado e desporto automóveis.	PT Multimedia.com (74,90%)	74,90%	–

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente 2003	Efectiva 2003	Efectiva 2002
Portugal Telecom Europa, S.P.R.L. ("PT Europa") ^(c)	Bruxelas	Consultoria de gestão, técnica e comercial no domínio das comunicações, no que respeita aos mercados europeus e assuntos comunitários.	Portugal Telecom (98,67%)	98,67%	–
Portugal Telecom Argentina, S.A. ^(d)	Buenos Aires	Prestação de serviços de telecomunicações.	Portugal Telecom (10,01%) PTI (40%)	50,01%	50,01%
Portugal Telecom North América, Inc. ^(d)	Washington	Promoção e marketing de produtos, elaboração de projectos, estudos e pareceres e desenvolvimento de projectos de investimento, no âmbito das telecomunicações.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PTM.com Participações ^(a)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	PT Multimedia.com (100%)	100,00%	–
PT Multimedia – Serviços de Apoio à Gestão, S.A. ^(a)	Lisboa	Prestação de serviços de apoio à gestão.	PT Multimedia (100%)	57,56%	56,48%
PT Acessos de Internet Wifi, S.A. ^(f)	Lisboa	Prestação de serviço de acesso à Internet sem fios.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	–
Rádio Canal Aberto ^(a)	Ponta Delgada	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários.	Açormedia (76%) Rádio Comercial Açores (4%)	35,39%	30,48%
Rádio Comercial dos Açores, Lda. ^(a)	Ponta Delgada	Radiodifusão e comunicação.	Açormedia (100%)	44,23%	38,10%
Regiforum – Empreendimentos Comerciais e Culturais, Lda. ("Regiforum") ^(g)	Lisboa	Exploração do espaço Forum Telecom, detendo, para isso, um contrato de cessão de exploração do mesmo, com a Portugal Telecom.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Simarc – Promoções Imobiliárias, S.A. ("Simarc") ^(g)	Lisboa	Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	–
Sociedade Teatral Bejense, S.A. ^(a)	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo SII (84,8%)	48,74%	47,83%
Sportstat – Informação Desportiva Independente, S.A. ^(a)	Lisboa	Recolha, tratamento, consultoria, formação, publicações, comercialização e exploração de informação e dados estatísticos sobre desporto.	PT Multimedia.com (99,98%)	99,98%	–
Sport Notícias – Organizações Desportivas, Lda. ^(a)	Porto	Organização de provas desportivas.	Global Notícias (100%)	49,01%	42,20%
Superemprego – Sistemas de Informação para Gestão de Recursos Humanos, S.A. ("Superemprego") ^(a)	Lisboa	Produção e disponibilização de informação sobre oferta e procura de emprego.	PT Multimedia.com (63,75%)	63,75%	–
A Tentativa (Empresa Cinematográfica), S.A. ^(a)	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo SII (81,77%)	47,00%	46,13%
Teat Flower Trading, Ltd. ^(a)	Ilha British Virgin	International Business Trading Company.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Techlab – Electrónico, Lda. ^(d)	São Paulo	Exploração do serviço móvel aeronáutico.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%
Timor Telecom	Timor	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor.	TPT (50,10%)	39,16%	38,15%
TPT – Telecomunicações Públicas de Timor, S.A. ^(a)	Timor	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimédia e tecnologias de informação.	PT Ventures (75,16%) Harrii (17,90%) PT Ásia (0,98%)	78,15%	76,14%
VoxPop – Música Interactiva, S.A. ("VoxPop") ^(a)	Lisboa	Prestação de serviços e estabelecimento, desenvolvimento e exploração de um canal interactivo dedicado à música e à comercialização de artigos relacionados.	PT Multimedia.com (74,90%)	74,90%	–

(a) Empresas excluídas da consolidação dado serem imateriais para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação económica e financeira e resultados consolidados (n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho).

(b) Empresa constituída no decorrer de 2003.

(c) Empresa em processo de liquidação.

(d) Esta empresa encontra-se sem actividade.

(e) Esta empresa foi excluída da consolidação a partir de 1998, dadas as alterações na conjuntura política ocorridas na Guiné-Bissau, tendo sido constituída uma provisão, correspondente à totalidade do valor do investimento financeiro.

(f) Empresa constituída em 17 de Novembro de 2003.

(g) Esta empresa não foi consolidada pelo método integral, mas antes pelo método da equivalência patrimonial, já que a sua actividade é distinta da prosseguida pelo Grupo (n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91).

III. EMPRESAS ASSOCIADAS

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			Directamente 2003	Efectiva 2003	Efectiva 2002
24 Horas INC	Newark	Edição de publicações.	Global Notícias (51%)	24,99%	21,59%
Banco 1.net	São Paulo	Prestação de serviços financeiros através da Internet.	PT Multimedia.com Brasil (31,50%)	31,50%	31,50%
Banco Best	Lisboa	Prestação de serviços financeiros através da Internet.	PT Multimedia.com (34%)	34,00%	34,00%
CTM	Macau	Prestação de serviços de telecomunicações públicas.	PT Comunicações (3%) PT Ventures (25%)	28,00%	28,00%
Distodo – Distribuição e Logística, Lda.	Lisboa	Armazenamento, distribuição e venda de fonogramas e videogramas.	Lusomundo Serviços (50%)	28,78%	–
Diverfun – Centros de Recreio, Lda. ("Diverfun")	Lisboa	Instalação e gestão de centros de recreio.	PT Multimedia (50%)	28,78%	28,24%
Empresa do Diário de Notícias, Lda. (Funchal)	Funchal	Produção e comercialização de publicações.	Lusomundo Media SGPS (40%)	19,66%	16,93%
Hungaro Digitel KFT ("HDT")	Budapeste	Prestação de serviços de comunicações de empresa.	PT Ventures (44,62%)	44,62%	44,62%
Idealyze	São Paulo	Produção e comercialização de conteúdos para Internet.	PT Multimedia.com (33,33%)	33,33%	33,33%
Infordesporto – Informática e Desporto, S.A. ("Infordesporto")	Lisboa	Desenvolvimento de soluções informáticas para o desporto e recolha e tratamento de dados estatísticos e de informação.	Sportinveste Multimédia (100%)	50,00%	50,00%
Lisboa TV	Lisboa	Actividade de televisão, designadamente, produção e comercialização de programas e exploração de publicidade.	PT Conteúdos (40%)	23,02%	22,59%
Lusa	Lisboa	Agência noticiosa.	Lusomundo Serviços (23,35%)	13,44%	13,19%
Médi Télécom, S.A. ("Médi Télécom")	Casablanca	Exploração do serviço móvel celular.	PT Móveis (32,18%)	32,18%	31,34%
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de certificação electrónica.	PT Prime (20%)	20,00%	17,50%
Multitel – Serviços de Telecomunicações, Lda. ("Multitel")	Luanda	Exploração e prestação de serviços de comunicação de dados e outros serviços de comunicação digital de informação.	PT Ventures (35%)	35,00%	50,00%
Mundifun – Centros de Recreio, Lda.	Lisboa	Instalação e gestão de centros de recreio.	Diverfun (66,66%)	19,19%	18,82%
Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A.	Porto	Prestação de serviços de produção gráfica e edição de publicações.	Global Notícias (38,46%)	18,85%	16,22%
Octal TV, S.A. ("Octal")	Lisboa	Desenvolvimento, comercialização, formação e consultoria em sistemas para televisão interactiva e de banda larga.	PT Multimedia (20%)	11,51%	11,30%
Páginas Amarelas, S.A. ("Páginas Amarelas")	Lisboa	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras.	Portugal Telecom (24,88%) PT Prime (0,125%)	25,00%	24,98%
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ("Previsão")	Lisboa	Gestão de fundos de pensões.	Portugal Telecom (31,56%)	31,56%	31,56%
SGPICE	Lisboa	Oferta de um conjunto completo de informação, produtos e serviços através da Internet.	PT Comunicações (11,11%) PT Multimedia (11,11%) Tradecom SGPS (11,11%)	28,61%	28,50%
Sport TV Portugal, S.A. ("Sport TV")	Lisboa	Concepção, produção, realização e comercialização de programas desportivos para teledifusão, aquisição e revenda de direitos de transmissão televisiva de programas desportivos, exploração de publicidade.	PT Conteúdos (33,33%)	19,18%	18,83%
Sportinveste Multimédia, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (50%)	50,00%	50,00%
Tele Larm Portugal – Transmissão de Sinais, S.A. ("Tele Larm")	Lisboa	Exploração de serviços de transmissão e supervisão de alarmes, telemedida, telecontrolo e troca de dados.	PT Prime (50%)	50,00%	43,75%
Teledata de Moçambique, Lda. ("Teledata")	Maputo	Exploração e comercialização do serviço público de telecomunicações de dados e outros serviços telemáticos.	PT Ventures (50%)	50,00%	50,00%
Telesat – Satellite Communications, Limited ("Telesat")	Macau	Operação de estações terrenas de satélite, comercialização de serviços de redes privadas de telecomunicações.	PT Ventures (18,52%) PT Ásia (3,7%) Cosmos Televisão para Satélite (33,30%)	24,44%	24,44%
Tradecom International N.V.	Roterdão	Desenvolvimento de negócio electrónico via Internet na América Latina	Tradecom SGPS (20%)	20,00%	20,00%
TV Cabo Macau, S.A.	Macau	Distribuição de sinais de televisão e áudio, instalação e operação de um sistema de telecomunicações público e prestação de serviços de vídeo.	PT Ventures (35%) PT Ásia (40%)	74,98%	74,98%

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente 2003	Efectiva 2003	Efectiva 2002
TV Lab – Serviços e Equipamentos Interactivos, S.A. ("TV Lab")	Lisboa	Desenvolvimento de soluções para televisão digital interactiva.	PT Multimedia.com (50%)	50,00%	50,00%
Unitel	Luanda	Exploração do serviço móvel celular.	PT Ventures (25%)	25,00%	25,00%
UOL, Inc. ("UOL")	São Paulo	Prestação de serviços de ISP, produção e disponibilização de conteúdos para Internet	PTM.com Brasil (28,42%) PTM.com Participações (0,48%)	28,9%	9,57%
Vasp – Sociedade de Transporte e Distribuições, Lda. ("Vasp")	Sintra	Distribuição e comercialização de publicações jornalísticas e editoriais de qualquer natureza.	Lusomundo Serviços (33,33%) PT Multimedia (0,01%)	19,19%	18,82%
Warner Cines de España, S.A.	Madrid	Exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo España (33,33%)	19,19%	18,82%
Web-Lab	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (36,26%)	36,26%	36,26%
Wisdown Tele Vision – Serviços e Produtos de Televisão, Lda. ("WT Vision")	Lisboa	Desenvolvimento de serviços e produtos relacionados com as novas tecnologias aplicadas no mercado televisivo.	PT Multimedia.com (50%)	50,00%	50,00%

As empresas associadas acima referidas estão registadas de acordo com o método da equivalência patrimonial.

IV. PARTICIPAÇÕES MATERIALMENTE IRRELEVANTES EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			Directamente 2003	Efectiva 2003	Efectiva 2002
Centro Publicitário, Lda.	Lisboa	Exploração de espaços publicitários.	PT Multimedia (30%)	17,26%	16,94%
Cineasso – Cinemas Associados, Lda. ^(a)	Lisboa	Exploração de espaços públicos para realização de espectáculos.	–	–	10,35%
Companhia de Pesca e Comércio de Angola, S.A.R.L.	Luanda	Sem actividade.	PT Multimedia (15,78%)	9,08%	8,91%
Filmes Mundáfrica, S.A.R.L.	Luanda	Sem actividade.	PT Multimedia (23,91%)	13,76%	13,50%
Gesgráfica – Projectos Gráficos, Lda.	Porto	Prestação de serviços de produção gráfica.	Empresa de Recreios Artísticos (20%)	10,57%	3,39%
Hipormédica – Material de Cirurgia e Medicina, Lda.	Lisboa	Distribuição de material hospitalar, ortopédico, farmacêutico e óptico.	PT Multimedia (40%)	23,02%	22,59%
NP – Notícias de Portugal, CRL ("Notícias de Portugal")	Lisboa	Prestação de serviços de informação noticiosa.	Global Notícias (13,8%) Açormedia (3,45%) TSF (3,45%) Portugal Telecom (3,33%) PT Comunicações (3,33%)	16,35%	–
Senda Investments B.V. ^(a)	Amsterdão	Gestão de participações sociais.	–	–	50%
Socofil – Sociedade Comercial de Armazenamento e Expedição de Filmes, Lda.	Lisboa	Distribuição, exibição, importação e exportação de produtos cinematográficos e organização e exploração de espectáculos.	PT Multimedia (45%)	25,90%	25,41%
Subtel – Sociedade Portuguesa de Cabos Submarinos Telefónicos, Lda. ^(b)	Lisboa	Estudo, instalação e gestão do sistema de telecomunicações por cabo submarino.	PT Comunicações (50%)	50,00%	50,00%
Turismo da Samba (Tusal), S.A.R.L.	Luanda	Sem actividade.	PT Multimedia (7,25%)	4,17%	16,94%

(a) Empresa liquidada no decorrer de 2003.

(b) Empresa em fase de liquidação.

V. EMPRESAS CONSOLIDADAS PROPORCIONALMENTE

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			Directamente 2003	Efectiva 2003	Efectiva 2002
Brasilcel ^(a)	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	PT Móveis (50,00%)	50,0%	50,0%
Celular CRT Participações, S.A. ^(b)	Porto Alegre	Exploração do serviço móvel.	Brasilcel (25%) TBS Celular Participações (26,59%)	25,3%	24,2%
Distodo – Distribuição e Logística, Lda. ^(c)	Lisboa	Armazenamento, distribuição e venda de fonogramas e videogramas.	–	–	27,02%
Global Telecom, S.A. ^(b)	Coritiba	Exploração do serviço móvel celular.	Telesp Celular Participações (100%)	32,56%	32,56%
Iberoleste Participações, S.A. ^(d)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,0%	50,0%
Intertelecom, Ltda. ^(e)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,0%	50,0%
Investnews, S.A. ^(c)	São Paulo	Serviços de informação económico-financeira via Internet.	–	–	50,0%
Portelcom Fixa, S.A. ("Portelcom Fixa") ^(e)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,0%	50,0%
Portelcom Participações, S.A. ^(e)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (60,15%) Ptelecom Brasil (25,59%) Intertelecom (14,26%)	50,0%	50,0%
Ptelecom Brasil, S.A. ^(e)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,0%	50,0%
Sudeste Celular Participações, S.A. ^(d)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (89,5%)	44,8%	44,8%
Tagilo Participações, Ltda. ^(d)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,0%	50,0%
TBS Celular Participações, S.A. ^(b)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (73,27%) Portelcom Fixa (22,99%)	48,1%	48,1%
Telesp Celular, S.A. ^(e)	São Paulo	Exploração do serviço móvel celular.	Telesp Celular Participações (100%)	32,56%	32,56%
Telesp Celular Participações, S.A. ^(e)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (57,26%) Portelcom Participações, S.A. (7,86%)	32,56%	32,56%
Tele Centro Oeste ^(f)	Brasília	Exploração do serviço móvel celular.	Telesp Celular Participações (29,31%)	9,50%	–
Tele Leste Celular Participações, S.A. ^(d)	Baía	Exploração do serviço móvel.	Iberoleste (21,9%) Brasilcel (3,38%) Tagilo (2,42%)	13,9%	13,9%
Tele Sudeste Celular Participações, S.A. ^(d)	Rio de Janeiro	Exploração do serviço móvel.	Brasilcel (53,57%) Sudeste Celular (22,01%) Tagilo (10,61%)	41,9%	41,8%

(a) Durante o exercício de 2003 esta empresa e todas as empresas acima referidas, por si participadas, directa ou indirectamente, foram consolidadas pelo método proporcional, uma vez que o Grupo detém uma participação de 50% no capital da Brasilcel, sendo a gestão partilhada com o Grupo Telefónica. Por este facto, é entendimento que, nas actuais condições, o método de consolidação proporcional é aquele que melhor se adequa à realidade económica e financeira subjacente.

(b) Durante o exercício de 2002 os resultados desta empresa foram consolidados pelo método da equivalência patrimonial.

(c) Em 31 de Dezembro de 2003 estas empresas não foram consolidadas pelo método proporcional, por se considerar que as mesmas não alterariam de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom.

(d) Durante o exercício de 2002 os resultados desta empresa não foram consolidados uma vez que apenas passaram a ser participadas pela Portugal Telecom a partir de 27 de Dezembro de 2002.

(e) Durante o exercício de 2002 os resultados desta empresa foram consolidados pelo método integral uma vez que a constituição da Brasilcel apenas ocorreu em 27 de Dezembro de 2002 e esta empresa já era detida anteriormente pela Portugal Telecom.

(f) Esta empresa foi adquirida durante o exercício de 2003 (Nota Introdutória).

VI. PARTICIPAÇÕES NÃO INFERIORES A 10% EM EMPRESAS NÃO REFERIDAS NAS NOTAS ANTERIORES

Em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002, para além das participações referidas nas notas anteriores, o Grupo detinha directa e indirectamente as seguintes participações financeiras:

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			Directamente 2003	Efectiva 2003	Efectiva 2002
Caixanet – Telemática e Comunicações, S.A. ("Caixanet")	Lisboa	Concepção, implementação e exploração de soluções nos domínios das tecnologias de informação aplicadas a canais de distribuição de produtos financeiros e de seguros.	PT Prime (10%) PT Multimedia (5%) PT SI (5%)	17,87%	16,20%
DCSI – Dados, Computadores e Soluções Informáticas, Lda.	Lisboa	Exploração de centros de processamento e base de dados.	–	–	11,00%
HarII – Sociedade para o Desenvolvimento de Timor Lorosae, SGPS, S.A.	Timor	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (11,26%)	11,26%	11,26%
Talentum – Sociedade de Consultoria de Gestão, S.A.	Lisboa	Estudos, consultoria de gestão, prestação de serviços especializados, formação e representação de terceiros.	–	–	10,00%
Vortal – Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A.	Lisboa	Desenvolvimento de aplicações informáticas, consultadoria e serviços de Internet, no âmbito do sector da construção.	Tradecom (13,75%)	9,08%	9,08%

Estas empresas estão registadas ao custo de aquisição deduzido de uma provisão para perdas estimadas, quando aplicável.

VII. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO GRUPO

Durante o exercício de 2003, verificaram-se as seguintes alterações de relevo na composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação:

a) Aquisições

Em 16 de Janeiro de 2003, a Vivo, através da TCP, celebrou um acordo para a aquisição faseada da totalidade do capital da TCO, estando em 31 de Dezembro de 2003 concluídas as seguintes fases: (i) aquisição de 61,1% do capital votante pelo montante de 1 529 milhões de reais; e (ii) oferta pública de aquisição de acções ordinárias da TCO, na qual foram adquiridos mais 25,5% do capital votante da TCO pelo montante de 539 milhões de reais (Nota Introdutória).

No exercício de 2003 foram adquiridas em bolsa acções da PT Multimedia, correspondentes a 1,08% do capital desta empresa participada. Em 31 de Dezembro de 2003, a Portugal Telecom detém 90 304 850 acções da PT Multimedia, que corresponde a 57,56% do respectivo capital. Estas aquisições geraram um goodwill adicional de 15 463 331 euros.

Em Outubro de 2003, a Portugal Telecom adquiriu 12,5% do capital social da PT Prime à SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. por um montante de 39 196 440 euros, tendo passado a deter a totalidade do capital da PT Prime. Esta aquisição gerou um goodwill de 33 817 393 euros.

No segundo semestre de 2003, a Portugal Telecom adquiriu 5,94% do capital da Lusomundo Media por um montante de 9 000 000 de euros, tendo gerado um goodwill de 8 465 045 euros.

b) Constituições

Em 23 de Junho de 2003 foi constituída a PT Corporate, com um capital social de 200 000 euros, integralmente subscrito pela Portugal Telecom. Esta empresa terá como funções disponibilizar de uma forma integrada todos os serviços do Grupo, ao nível das telecomunicações fixas, móveis, e tecnologias de informação prestados aos 48 clientes de topo da Portugal Telecom.

Em 29 de Maio de 2003 foi constituída a PT Compras, com um capital social de 50 000 euros, integralmente subscrito pela Portugal Telecom. Esta empresa presta serviços de consultoria e negociação relacionados com processos de aquisição de bens e serviços.

c) Aumentos de capital

Em 7 de Fevereiro de 2003 foi realizado um aumento de capital no Banco Best no valor de 12 000 000 de euros, tendo o capital social passado de 43 000 000 de euros para 55 000 000 de euros. A PTM.com subscreveu e realizou em numerário um montante de 4 080 000 euros, tendo mantido a sua percentagem de participação que se situa em 34% do Banco Best. Durante o quarto trimestre de 2003, a Médi Télécom realizou um aumento de capital no montante de 499 999 900 dirhams,

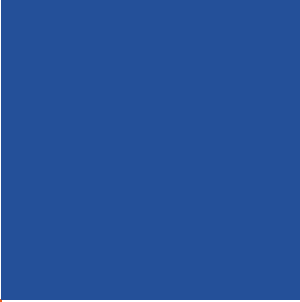
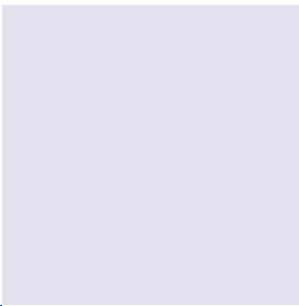
pela emissão de 4 999 999 acções de 100 dirhams cada. A PT Móveis subscreveu e realizou em numerário um montante de 230 861 200 dirhams (equivalente a aproximadamente 21,2 milhões de euros), tendo passado a deter uma participação de 32,18% no capital da Médi Télécom.

f) Outras situações

Em 14 de Fevereiro de 2003, a PT lançou a sua nova plataforma de serviços partilhados (PT PRO), que será responsável pela junção e optimização de diversos processos de back office do Grupo PT que permitirão reduzir os custos nessas áreas. A PT PRO permitirá igualmente a uniformização dos procedimentos administrativos e contabilísticos do Grupo, aumentando o nível de controlo interno e a redução de custos através da obtenção de economias de escala.

Em 7 de Julho de 2003, a Portugal Telecom assinou um acordo com a empresa Citizens para a venda da sua participação de 50,01% na Mascom Wireless por um valor global de 250 milhões de pulas do Botswana (aproximadamente 40,5 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2003), a qual está sujeita a aprovação pelas autoridades regulatórias do Botswana. A partir da data em que esta venda se tornar efectiva (a ocorrer previsivelmente em 2004), a Mascom Wireless deixará de ser consolidada nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom.

No exercício de 2003, a PT Multimedia iniciou um processo de reestruturação dos negócios anteriormente desenvolvidos pela Lusomundo – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS, S.A. (“Lusomundo SGPS”) através das suas empresas participadas. Como parte desse processo, a PT Multimedia adquiriu à Lusomundo a totalidade do capital que esta detinha na Lusomundo Serviços, SGPS, S.A. (“Lusomundo Serviços”), na Lusomundo Audiovisuais, S.A. (“Lusomundo Audiovisuais”) e na Lusomundo Cinemas, S.A. (“Lusomundo Cinemas”). A Lusomundo Serviços detém diversas participações em negócios de media e relacionados, nomeadamente uma participação de 74,9% na Lusomundo Media, SGPS, S.A. (“Lusomundo Media”), que desenvolve negócios de media, incluindo a edição e distribuição de jornais e revistas de grande circulação. A Lusomundo Audiovisuais e a Lusomundo Cinemas, bem como as suas empresas participadas, desenvolvem a sua actividade na área dos audiovisuais, que integra a edição e venda de DVDs e jogos de vídeo, a exploração de cinemas e a distribuição de filmes. Estas empresas são líderes nos mercados de audiovisual e de imprensa escrita em Portugal.



Documentos de Certificação de Contas

150	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
151	Certificação Legal das Contas Consolidadas
152	Relatórios de Auditoria
154	Extracto da Acta da Assembleia Geral



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Administração e Accionistas da Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Na sequência da eleição, na Assembleia Geral de 4 de Abril de 2003, do novo Conselho Fiscal da Portugal Telecom, SGPS, S.A. para o triénio 2003/2005, e em conformidade com o que se encontra legal e estatutariamente previsto, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas da Portugal Telecom, SGPS, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

No desempenho das nossas funções reunimos mensalmente e acompanhámos a evolução da actividade do Grupo Portugal Telecom, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos Serviços todas as informações e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz sublinhar. Procedemos, também, ao acompanhamento regular do desenvolvimento e das conclusões dos trabalhos da Auditoria Interna Corporativa e dos Auditores Externos do Grupo PT, tendo ainda reunido com a Comissão de Auditoria do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal examinou o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2003, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa e respectivos Anexos, para o exercício findo naquela data. Este nosso exame foi suportado do ponto de vista técnico pela Certificação Legal das Contas Consolidadas anexa ao presente, bem como pelos Relatórios dos Auditores Externos do Grupo PT, sem reservas.

Verificámos, ainda, que o perímetro de consolidação foi definido pela Portugal Telecom, SGPS, S.A., como empresa consolidante, nos termos do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, e que foram seguidas as normas de consolidação de contas constantes do Anexo I deste Decreto-Lei.

A este respeito, salientamos que as Notas 1, 5 e 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas explicitam em mapas de suporte, respectivamente, as empresas do Grupo que foram incluídas na consolidação pelo método integral e pelo método propor-

cional e as empresas associadas incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, tal como estabelecido na Diretriz Contabilística n.º 9. A Nota 2 do mencionado Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas explicita, em mapa detalhado, as empresas excluídas da consolidação, bem como os motivos da sua exclusão.

Analisámos também o Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada, que apresenta como sua parte integrante o relatório sobre o Governo da Sociedade em cumprimento do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários n.º 7/2001.

Destacamos que o ano de 2003 foi caracterizado pelo prosseguimento e intensificação dos esforços de contenção e controlo dos custos e dos investimentos, de simplificação da estrutura e de reestruturação e racionalização do universo empresarial do Grupo, nomeadamente dos negócios na área da multimédia e da telefonia fixa, numa envolvente muito concorrencial e num quadro macroeconómico desfavorável, tendo o Grupo PT continuado a revelar grande dinamismo e a manter uma posição de liderança na generalidade dos sectores de actividade e dos mercados em que opera.

Dando cumprimento às exigências regulamentares, quer nacionais quer internacionais e nestas, nomeadamente, no âmbito da lei Sarbanes-Oxley Act, a Empresa prosseguiu com determinação a implementação dum projecto de Controlo Interno, nas principais empresas participadas, que visa garantir a fiabilidade da informação financeira, garantir a adequação e eficiência das operações e minimizar a ocorrência de fraudes.

Salientamos também que o Grupo PT implementou em 2003 um modelo de certificações em cascata, com o propósito de assegurar que a informação sujeita a divulgação é completa e fiável, de modo a proporcionar uma base de confiança nas relações com o exterior.

Referimos ainda que, em matéria do controlo de riscos, a PT SGPS e participadas desenvolvem estratégias de gestão de risco para implementação de sistemas de controlo que visem a redução do risco para patamares, enquadrados numa política conservadora. O resultado consolidado líquido do exercício

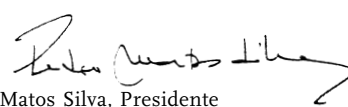
foi de cerca de 240,2 milhões de euros o que representa uma redução de 38,6 milhões de euros face ao ano anterior. Para esta situação, contribuíram desfavoravelmente, os custos extraordinários associados ao programa de redução de efectivos, no montante de 314 milhões de euros, em particular na área da telefonia fixa, e o ajustamento contabilístico dos impostos diferidos, no valor de 142 milhões de euros, decorrente da redução da taxa de IRC de 33% para 27,5%, em vigor a partir do início de 2004, conforme explicado em detalhe no Relatório de Gestão.


Face ao exposto, é nossa convicção que as Demonstrações Financeiras Consolidadas acima referidas e o Relatório Consolidado de Gestão do Conselho de Administração, satisfazem os requisitos legais e estatutários aplicáveis, pelo que deverão ser aprovados.


Desejamos, ainda, expressar ao Conselho de Administração, à Comissão de Auditoria que a integra e aos Serviços o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram no exercício das nossas funções de fiscalização e pela forma como foi conduzida a gestão dos negócios.

Lisboa, 9 de Março de 2004

O Conselho Fiscal


Pedro Matos Silva, Presidente


Gonçalo Vaz Gago da Câmara
de Medeiros Botelho, Vogal


Ascensão, Gomes, Cruz & Associado
– SROC, Vogal
Representada por Mário João de Matos Gomes

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2003 da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias (“Portugal Telecom”), as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2003 (que evidencia um total de balanço de 13 557 815 260 euros e um total de capital próprio de 2 940 826 925 euros, incluindo um resultado consolidado líquido do exercício de 240 235 301 euros), as Demonstrações Consolidadas de Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu (a) a verificação de que as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação foram apropriadamente examinadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (b) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial, (c) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (d) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (e) a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.


Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentaram de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias em 31 de Dezembro de 2003, e o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

7. As demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2002 e as demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e por funções do exercício de 2001, apresentadas para efeitos comparativos, foram igualmente objecto do nosso exame e as nossas correspondentes Certificações Legais das Contas, foram datadas, respectivamente, de 5 de Março de 2003 e de 13 de Março de 2002; esta última contém uma reserva e ambas contêm ênfases que não são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2003.

Lisboa, 5 de Março de 2004



Ascensão, Gomes, Cruz & Associado – S.R.O.C.,
representada por Mário João de Matos Gomes,
R.O.C.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

DELOITTE

Aos Accionistas e ao Conselho de Administração de Portugal Telecom, SGPS, S.A.

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom") e suas subsidiárias, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Portugal Telecom, SGPS, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2003, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4. As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002 e as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós auditadas e as nossas opiniões sobre as mesmas, foram expressas nos respectivos relatórios datados de 3 de Março de 2003 e 13 de Março de 2002. Esta última contém uma reserva e ambas contêm ênfases que não são aplicáveis às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003.

Lisboa, 3 de Março de 2004



Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 de Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom") e suas subsidiárias, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003, que evidencia um total de 13 557 815 260 euros e capitais próprios de 2 940 826 925 euros incluindo um resultado líquido de 240 235 301 euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Portugal Telecom: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Portugal Telecom, SGPS, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2003, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002 e as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e as nossas opiniões sobre as mesmas, foram expressas nos respectivos relatórios datados de 3 de Março de 2003 e 13 de Março de 2002. Esta última contém uma reserva e ambas contêm ênfases que não são aplicáveis às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003.

Lisboa, 3 de Março de 2004



Freire, Loureiro & Associados, SROC S.A.
representada por Carlos Pereira Freire

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL

Realizada em 2 de Abril de 2004

... “Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou à votação do ponto dois da Ordem de Trabalhos “Deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas consolidadas relativos ao exercício de 2003” ...

... “Realizada a votação, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral proclamou haverem o relatório de gestão, balanço e contas consolidados relativos ao exercício do ano de dois mil e três sido aprovados, por maioria.” ...

Anexos

Relatório
de Governo
da Sociedade

SUMÁRIO

I. EVOLUÇÃO E SÍNTESE	156
1. Contexto internacional	156
2. Evolução interna recente	157
3. Apreciação de síntese	158
3.1. Qualidade da envolvente normativa	158
3.2. Estrutura e influência accionista	160
3.3. Relacionamento com accionistas	161
3.4. Qualidade e transparência da informação	161
3.5. Estrutura e funcionamento do órgão de administração	162
II. RELATÓRIO SOBRE AS PRÁTICAS LIGADAS AO GOVERNO DA SOCIEDADE	163
0. Declaração sobre adopção de recomendações da CMVM	163
1. Divulgação de informação	167
1.1. Estrutura organizativa do Grupo	167
1.2. Comissões internas específicas	169
1.3. Procedimentos internos de controlo de risco ...	171
1.4. Evolução da cotação das acções	171
1.5. Política de distribuição de dividendos e programa de share buyback	172
1.6. Planos de atribuição de acções e planos de atribuição de opções de aquisição de acções	173
1.7. Negócios com membros do órgão de administração e fiscalização ou titulares de participações qualificadas	175
1.8. Gabinete de relação com investidores	176
1.9. Composição da comissão de vencimentos	176
1.10. Montante das remunerações pagas anualmente a auditor e entidades relacionadas	177
2. Exercício de direito de voto e representação de accionistas	178
2.1. Exercício do direito de voto	178
2.2. Voto por correspondência	178
2.3. Voto por meios electrónicos	178
2.4. Prazo de bloqueio das acções para a participação na Assembleia Geral	178
2.5. Prazo para recepção da declaração de voto por correspondência	178
2.6. Direitos de voto por acção	178
3. Regras societárias	179
3.1. Códigos de conduta	179
3.2. Procedimentos de controlo do risco	180
3.3. Medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição	182
4. Órgão de administração	183
4.1. Caracterização do órgão de administração	183
4.2. Comissão Executiva	188
4.3. Funcionamento do órgão de administração	189
4.4. Política de remuneração do órgão de administração	190
4.5. Remuneração auferida pelos membros do órgão de administração	190

I. EVOLUÇÃO E SÍNTESE

1. Contexto internacional

1.1. As questões relativas ao governo societário – na definição clássica mais depurada, embora sujeita a múltiplas variações, o sistema pelo qual as sociedades são controladas e dirigidas – têm estado, nas últimas duas décadas, crescentemente no centro das atenções e reflexão dos meios empresariais e financeiros internacionais, com especial intensidade em momentos em que, como no início da década de 80 ou no final da década de 90, a exsurgência de fenómenos negativos de grande dimensão e impacto público tem conduzido a uma redobrada procura de aperfeiçoamento ou substituição de mecanismos existentes, ou até ensaio evolutivo de novas soluções.

O ano de 2002, no rescaldo de casos conhecidos que abalaram a confiança e integridade dos mercados financeiros nos EUA, registou nesse país – com importantes reflexos internacionais – uma tentativa de resposta rápida e enérgica.

Assim, no dia 30 de Julho de 2002, o Presidente dos Estados Unidos da América aprovou (signed into law) uma lei (Sarbanes-Oxley Act) que, visando solucionar as causas que estiveram na origem de escândalos financeiros e corporativos nos EUA, tem profundas implicações nas sociedades com títulos admitidos à cotação em bolsas de valores nos EUA, nomeadamente no que se refere à obrigação de certificação pelos Chief Executive Officers (CEO) e Chief Financial Officers (CFO) de relatórios periódicos; a disclosures financeiros adicionais que passaram a ser exigidos às sociedades; a novas e acrescidas responsabilidades dos Audit Committees e à relação de sociedades com os auditores externos com vista a acautelar questões de independência.

Para além da sua importância e influência internacional, o Sarbanes-Oxley Act (ao contrário de outras disposições sobre esta matéria emitidas nos EUA, nomeadamente as regras sobre certificação de relatórios periódicos pelos CEOs e CFOs, emitidas pela SEC em Junho de 2002, e as regras sobre corporate governance emitidas pela Bolsa de Nova York), sendo também extensivo a empresas não americanas com acções admitidas à cotação em bolsas de valores nos EUA (foreign private issuers), é, por isso, directamente aplicável ao Grupo PT.

1.2. Nesta sequência, o reexame das questões relativas ao governo societário esteve especialmente na ordem do dia no decorrer do ano de 2003.

No Reino Unido, onde havia sido produzido, em 1982, um dos marcos pioneiros nesta matéria, o Cadbury Report, este movimento veio a dar origem, na sequência de debates e evolução contínuos e de múltiplos outros documentos e reflexões (designadamente os relatórios Higgs e Hampel, ambos de 2003), ao Combined Code on Corporate Governance, cuja versão final foi aprovada e divulgada em Julho de 2003.

No âmbito da Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (OECD), cujos Principles of Corporate Governance, originalmente produzidos em 1999, exerceram influência ímpar à escala mundial, 2003 foi também o ano de conclusão do projecto de revisão desses Principles, colocado à discussão pública em Janeiro de 2004.

No que respeita à União Europeia, foi igualmente em 2003, que, reflectindo sobre um amplo estudo comparativo concluído em 2002 e sobre o relatório que encomendou ao High Level Group of Company Law Experts (o normalmente chamado Relatório Winter II, de 4 de Novembro de 2002), a União Europeia publicou o seu Action Plan sobre direito das sociedades e governo societário de sociedades cotadas, significativamente intitulado Action Plan for Modernising Company Law and Enhancing Corporate Governance, datado de 21 de Maio de 2003.

E foi ainda nos finais de 2003 que, na esteira de todo este movimento, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), após processo de consulta pública com invulgar participação, decidiu promover a revisão dos seus textos fundamentais em matéria de governo societário, o Regulamento 7/2001 (alterado pelo Regulamento 11/2003, de 2 de Dezembro de 2003) e as Recomendações sobre o Governo das Sociedades Cotadas, ambos alterados e publicados em nova versão em Novembro de 2003.

2. Evolução interna recente

2.1. Este contexto de interesse, reflexão e evolução em sede de governo das sociedades faz parte integrante do ambiente cultural de criação e desenvolvimento da PT, que, embora herdeira da riqueza das tradições, cultura e valores das empresas que a antecederam, foi constituída em 1994 com traços de modernidade próprios da viragem do século.

Deste modo, e especialmente na sua vertente interna, o modelo de governo societário da PT surgiu já, desde o início, influenciado e alinhado com as melhores práticas internacionais e tem vindo a registar uma evolução tranquila de ajustamento e aperfeiçoamento constantes, sem movimentos espectaculares ou de ruptura.

Serão, ainda assim, de assinalar marcos importantes, sobretudo nos exercícios de 2002 e 2003.

2.2. De facto, e conforme ficou assinalado no relatório de grupo do respectivo exercício, o ano de 2002 foi marcado pela introdução na PT de um novo modelo de governo, com filosofia assente essencialmente em preocupações de eficácia, simplicidade e transparência.

Visou-se, com este novo modelo, tornar a Comissão Executiva da PT mais operacional, reforçando a sua intervenção nas decisões chave, bem como envolver os quadros das segundas linhas no debate das questões críticas e garantir o envolvimento do Conselho de Administração no acompanhamento e supervisão orientadora das questões estratégicas.

Neste âmbito, os accionistas da PT aprovaram, em Assembleia Geral de 23 de Abril de 2002, uma importante alteração estatutária, que veio permitir que o Presidente do Conselho de Administração possa ser diferente do Presidente da Comissão Executiva, assegurando uma melhor separação entre as funções de supervisão e controlo e as tarefas de gestão corrente. A referida alteração permitiu ainda que todos os membros da Comissão Executiva, incluindo o seu Presidente, sejam escolhidos pelo Conselho de Administração, de entre os seus membros.

Ainda no âmbito do novo modelo de governance, em 27 de Junho de 2002, o Conselho de Administração tomou a decisão de criação de importantes comissões internas, nomeadamente a Comissão de Estratégia, a Comissão de Avaliação e Compensação, a Comissão de Governo Societário (cuja reestruturação foi decidida em 2003) e a Comissão de Auditoria, encontrando-se a descrição de cada uma delas no ponto IV (Órgão de Administração) deste capítulo.

O ano de 2002 foi igualmente marcado pela aprovação e divulgação do Código de Ética do Grupo PT, que veio codificar e explicitar as normas de conduta e os valores que deverão servir de orientação a todos os colaboradores do Grupo, encontrando-se um resumo do seu conteúdo no capítulo II 3.1 do presente relatório.

Por outro lado, tendo em conta as significativas implicações para o Grupo PT decorrentes da aprovação do Sarbanes-Oxley Act e das regras subsequentemente emitidas pela SEC, foi constituída, também logo em 2002, uma comissão com as seguintes tarefas:

- ▶ Redefinição das funções da Comissão de Auditoria.
- ▶ Identificação do perfil adequado para os membros da Comissão de Auditoria, face ao estabelecido pelo Sarbanes-Oxley Act.
- ▶ Definição do relacionamento entre a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, face ao estabelecido na legislação portuguesa e no Sarbanes-Oxley Act.
- ▶ Implicações no relacionamento com os auditores externos.
- ▶ Definição das medidas a tomar pelo Grupo ao nível do sistema de controlo interno.

2.3. No exercício de 2003, estas medidas de reestruturação e desenvolvimento do modelo de governo societário, lançadas durante o exercício de 2002, foram prosseguidas e aperfeiçoadas, sendo de destacar os aspectos seguintes:

- ▶ Aprovação de estatutos e regras para o funcionamento da Comissão de Auditoria, já compatibilizadas com as regras a que o Grupo PT estará sujeito pelo facto de ter valores cotados na New York Stock Exchange (NYSE), embora estes sejam apenas aplicáveis a partir de 2005.
- ▶ Realização de reuniões com a Comissão de Auditoria de pré-aprovação de serviços vedados aos Auditores Externos, de acordo com regras emitidas pela Securities and Exchange Commission (SEC), de modo a garantir a necessária independência de todas as prestações de serviços a realizar por aquela entidade ou entidades relacionadas.
- ▶ Reorganização geral da estrutura e organigrama funcional de gestão do Grupo PT, conforme descrito no ponto II 1.1 deste relatório.

3. Apreciação de síntese

Para uma apreciação de síntese do modelo e prática de governo societário vigentes no Grupo PT alguns aspectos justificarão alusão autonomizada.

3.1. Qualidade da envolvente normativa

É universalmente reconhecido que uma das condições cimeiras para a existência de um correcto sistema de governo societário reside no grau de desenvolvimento, solidez, fiabilidade e sofisticação do sistema jurídico aplicável à sociedade, com particular relevo para o direito societário e direito dos valores mobiliários.

Portugal dispõe, neste particular, de um sistema jurídico moderno e evoluído.

Após a adesão do país à actual União Europeia, ocorrida em 1986, o direito societário português sofreu, aliás, profunda e sistemática reformulação, com adopção e transposição das principais directivas que modelam a constituição e funcionamento das sociedades comerciais, os direitos e protecção dos interesses dos sócios, credores e titulares de outros interesses.

Na verdade, o Código das Sociedades Comerciais, aprovado em 1987 e objecto de várias ulteriores actualizações e revisões, bem como a respectiva legislação complementar, incorporaram e introduziram no direito interno português as directivas comunitárias fundamentais em matéria de direito das sociedades, harmonizando e articulando os seus princípios com a já desenvolvida tradição jurídica interna anterior, e imprimindo nesta as necessárias evoluções.

No que mais de perto se relaciona com o governo societário, e entre múltiplos outros que directamente decorrem ou são regidos pelo direito societário português, importará salientar os aspectos seguintes:

- ▶ O processo de formação do capital social e veracidade e realidade deste é estritamente regulado, com verificação obrigatória por revisor oficial de contas independente, quer das entradas em bens diferentes de numerário quer da aquisição de bens a accionistas, sendo as mesmas regras extensíveis aos aumentos de capital.
- ▶ A protecção dos accionistas e titulares de valores convertíveis em acções contra diluição do valor patrimonial e influência corporativa é assegurada por um direito legal de preferência em aumentos de capital em numerário e pela reserva de decisão deste aos accionistas, salvo delegação (limitada no tempo e no objecto) no órgão de administração.

- ▶ O direito patrimonial dos accionistas à repartição periódica de resultados é tutelado por imposição de percentagens mínimas de distribuição obrigatória (50%), cuja derrogação é sujeita a maiorias muito qualificadas.
- ▶ O processo de convocação e funcionamento de assembleias gerais é apertadamente regulamentado, assegurando antecedência mínima de convocação, ampla divulgação e publicação desta, direito de minorias (5% do capital social) de requerer a convocação de assembleia ou de inserir pontos na agenda, e a consagração de um órgão autónomo eleito pelos accionistas, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com poderes próprios de convocação e condução do funcionamento da assembleia.
- ▶ O dever do órgão de administração de relatar anualmente a gestão está sujeito a regras de conteúdo obrigatório.
- ▶ As normas de acesso à informação por accionistas incluem o direito individual de colocação de questões e solicitação de informações em assembleia geral, e o direito de minorias requererem informação escrita ou mesmo inquérito judicial à actualização da sociedade.
- ▶ Encontra-se assegurado o direito individual de qualquer accionista de solicitar judicialmente, a anulação ou declaração de invalidade de qualquer deliberação da assembleia geral por razões de legalidade, bem como o de requerer preventivamente a respectiva suspensão.
- ▶ A legislação societária assegura, desde 1987, às sociedades anónimas a livre opção (opção que o acima referido relatório Winter II recomendou, no final de 2002, fosse extensiva a todos os países comunitários) entre um modelo dualista de administração, de tipo germânico com órgão de supervisão e órgão de gestão, e um modelo monista de órgão de administração único.
- ▶ No modelo monista de órgão de administração único, é prevista a possibilidade de constituição de comissão executiva (bem como a separação de funções entre a presidência do órgão de administração e a da comissão executiva), de modo a mais claramente distinguir a função geral de supervisão e controlo e a função de administração e gestão que, nesta estrutura monista, coexistem no seio do mesmo órgão.
- ▶ Nas sociedades anónimas o poder de designação dos membros do órgão de administração pertence em exclusivo aos accionistas, não sendo admitidas outras formas de designação e podendo certas minorias designar membros do órgão de administração.

- ▶ A fixação da remuneração dos membros do órgão de administração é também direito exclusivo dos accionistas, que podem exercê-lo directamente, avocá-lo a qualquer momento ou delegá-lo em comissões (que, a existir, são compostas exclusivamente por accionistas).
- ▶ A auditoria e compliance com as normas legais estão cometidas a um órgão independente próprio eleito pelos accionistas (o Conselho Fiscal, na estrutura monista) com vastos poderes que incluem o direito próprio de assistir às reuniões do órgão de administração, e no qual as minorias accionistas têm também direito de designação de membros.
- ▶ Uma disciplina rigorosa de informação e prevenção de conflitos de interesses inclui o dever de publicação de participações sociais e transacções sobre acções dos membros do órgão de administração e pessoas relacionadas, o dever de notificação de participações significativas e a proibição de participações e voto em matérias onde exista interesse pessoal.
- ▶ Uma norma muito ampla sobre os deveres gerais dos administradores (artigo 64.º do Código das Sociedades Comerciais) vincula-os à prossecução diligente dos interesses da sociedade tendo em conta os interesses de outros stakeholders como os credores sociais e trabalhadores.

Este contexto normativo fornecido pelo direito das sociedades português é reforçado, no que toca às sociedades com valores admitidos à cotação em mercados regulamentados e, em geral, com capital aberto ao investimento público (sociedades abertas) por uma malha desenvolvida de preceitos constantes do Código de Valores Mobiliários e legislação conexas, destacando-se – entre muitos outros – o dever permanente de informação e disclosure público e imediato de quaisquer factos relevantes, o dever de publicação de participações qualificadas, a disciplina de informação periódica, a tutela penal do insider trading e abuso e manipulação do mercado e o controlo de aquisições de valores próprios, entre muitos outros aspectos.

Não surpreende, assim, que a CMVM, ao publicar as suas actuais “Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas” tenha começado por reconhecer o carácter residual e complementar destas, decorrente da sua expressa “convicção de que o sistema jurídico nacional se encontra suficientemente apetrechado com soluções que, sem empregarem esta designação [de corporate governance], já dão resposta aos problemas ligados a esta temática”.

Para além, porém, de tudo isto, acresce ainda, no caso do Grupo PT, a aplicabilidade directa de todo o conjunto de disposições a que a PT está sujeita segundo a legislação dos EUA como foreign private issuer com valores admitidos à cotação na New York Stock Exchange, incluindo no que concerne às normas e regulamentos emitidos pela Securities and Exchange Commission.

Da conjugação dos aspectos de corporate governance que directamente se estribam na envolvente normativa ou nela assentam com os desenvolvimentos próprios que o Grupo PT vem aperfeiçoando e pondo em prática destacam-se alguns aspectos centrais, a que seguidamente se faz alusão sumária.

3.2. Estrutura e influência accionista

▶ A PT é, quer na escala do seu mercado de origem quer também internacionalmente, uma empresa de dimensão relevante, representando a maior capitalização bolsista da Euro-next Lisbon (11,4 mil milhões de euros em 23 de Fevereiro de 2004) e tendo as suas acções, representadas sob a forma de American Depositary Receipts (ADR), admitidas à cotação na Bolsa de Nova Iorque. Os ADR constituem certificados representativos de acções emitidas por sociedades com sede fora dos Estados Unidos da América (Foreign Issuers) mas depositadas junto de um intermediário financeiro deste país. Os ADR conferem aos seus titulares o direito ao pagamento de dividendos nos mesmos termos que os títulos originais. Cada certificado de ADR representa um certo número de ADS (American Depositary Shares), os quais, por sua vez, correspondem aos instrumentos efectivamente transaccionados em mercado, emitidos pelo depositário, no âmbito do contrato de depósito respectivo. No caso da PT, cada ADS representa uma acção ordinária.

▶ A estrutura accionista da PT é caracterizada por acentuada dispersão, não havendo nenhum accionista com mais de 10% do capital social, e existindo apenas sete accionistas que controlam participações superiores a 2% desse capital, existindo um peso significativo de accionistas institucionais nacionais e internacionais, conforme se vê nos seguintes quadros de participações qualificadas e distribuição geográfica (reportados a 31 de Dezembro de 2003):

Instituição	N.º de acções	% capital
Grupo Banco Espírito Santo	122 274 074	9,7%
Brandes Investment Partners	67 279 052	5,4%
Capital Group Companies	63 193 870	5,0%
Telefónica	60 264 787	4,8%
Grupo Caixa Geral de Depósitos	58 654 731	4,7%
Grupo Banco Português de Investimento	35 742 724	2,8%
Cinveste	28 662 500	2,3%
Telexpress*	23 000 000	1,8%

* Participação ao abrigo do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais.

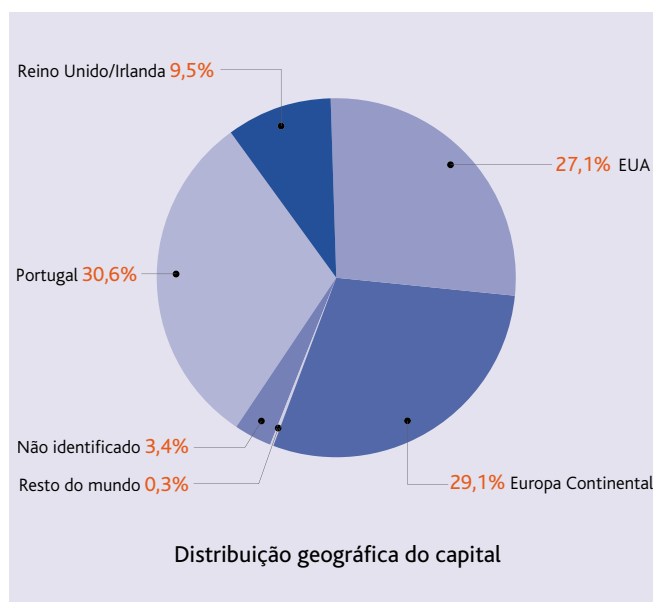
▶ A influência de qualquer um destes accionistas na sociedade é balanceada e proporcionada, sendo a presença de elementos com eles relacionados no órgão de administração muito limitada, num órgão presentemente com um total de 23 membros, todos sem funções executivas, e não existindo factores que apontem para qualquer tendencial concentração de posições accionistas ou exercício desproporcionado de influência por parte de algum grupo accionista.

▶ O segmento executivo do órgão de administração da Empresa é exclusivamente profissional, não detendo posições significativas no capital social, e não existindo relacionamentos externos dos administradores executivos com accionistas relevantes susceptíveis de influenciar o controlo accionista, conforme descrito no ponto II 1.7 deste relatório.

▶ As participações cruzadas detidas pela sociedade em accionistas seus são muito reduzidas, circunscrevendo-se àquelas que resultam de acordos de parceria estratégica com três dos accionistas, de harmonia com o descrito no ponto II 1.7 deste relatório.

▶ A participação do único accionista que detém algum tipo de poder de veto, o Estado Português, sendo muito reduzida quantitativamente (500 acções), representa em si mesmo um factor de ligação e proximidade a um dos mais importantes centros de relacionamento da actividade da Empresa, pelo que se traduz num elemento positivo para o interesse dos accionistas, não existindo sinal algum de que possa vir a ocasionar actos divergentes dos melhores interesses e do valor accionista. O poder de veto deste accionista é, aliás, limitado, essencialmente de natureza protectora, e não incidente sobre matéria de gestão, conforme se descreve no ponto II 3.3 deste relatório.

▶ No que concerne às minorias accionistas, a protecção contra a diluição do valor das suas posições é assegurada pela forte envolvente legislativa e regulatória acima assinalada, bem como pela presença e supervisão activa no órgão de administração da PT de um expressivo número de administradores independentes.



3.3. Relacionamento com accionistas

- ▶ Tal como imposto pela lei societária, a realização das assembleias gerais é publicitada com 30 dias de antecedência, no jornal oficial e imprensa diária, sendo a convocatória também afixada no website da Empresa.
- ▶ O conteúdo de todas as propostas a apresentar pelo órgão de administração é colocado à disposição dos accionistas pelo menos 15 dias antes da realização da assembleia, sendo igualmente disponibilizado no website da sociedade.
- ▶ Ainda no website da Empresa são publicadas informações e explicações sobre a agenda de trabalhos e os modos de participação dos accionistas em assembleia geral, directamente, por meio de representante, ou mediante voto por correspondência, bem como divulgação e apoio pela Direcção de Relação com os Investidores.
- ▶ Não há diferenciação entre o voto em assembleia geral exercido presencialmente, por representante ou por correspondência.
- ▶ Todos os accionistas habilitados a participar na assembleia geral gozam do direito de aí intervir, apresentar propostas e colocar questões ao órgão de administração.
- ▶ Não há classes diferentes de acções ordinárias.
- ▶ Todas as acções ordinárias têm igual poder de voto (sendo, porém, a contagem de votos limitada a 10% do capital social, com o correspondente acréscimo do poder de voto das minorias).
- ▶ As acções da Categoria A, detidas na totalidade pelo Estado Português, conferem direito de veto em determinadas matérias, mas que é limitado e essencialmente de natureza protectora, conforme descrito no ponto II 3.3 deste relatório.

- ▶ Existe uma política de dividendos clara, que é explicitada nos estatutos em termos de percentagem mínima e é publicamente anunciada com antecedência pela administração da sociedade.
- ▶ O direito dos accionistas de eleger os administradores e fixar as respectivas remunerações (ou de eleger a comissão que proceda à sua fixação) exerce-se por maioria simples, não estando sujeito a maiorias agravadas ou outras dificuldades de exercício.
- ▶ Os titulares de American Depositary Receipts (ADR) ou de interesses em contas de valores mobiliários globais podem expressar o seu voto através de indicação do sentido de voto ao respectivo representante, o qual é autorizado a segregar os votos e a votar em sentidos diversos de acordo com as instruções recebidas dos titulares beneficiários.
- ▶ As minorias accionistas podem proceder à convocação de assembleias, aditar a agenda e eleger membros para o órgão de administração, nos termos da lei e dos estatutos da sociedade.

3.4. Qualidade e transparência da informação

- ▶ A sociedade publica anualmente relatório de gestão e contas detalhadas, divulgando, além da informação anual, desenvolvida informação trimestral, ambas conformes com as regras da lei societária, das leis de mercado de capitais nacionais e das normas aplicáveis às sociedades estrangeiras com valores cotados na New York Stock Exchange.
- ▶ A sociedade divulga imediata e publicamente informação sobre factos relevantes ocorridos em relação à sua actividade ou títulos, à qual os accionistas podem aceder no website da sociedade.
- ▶ A Direcção de Relação com os Investidores assiste no rápido e cómodo acesso dos accionistas a documentação societária para além da sua divulgação no website.
- ▶ Os auditores externos são entidades independentes e internacionalmente reputadas, sendo a sua acção estreitamente acompanhada e supervisionada pela Comissão de Auditoria.
- ▶ Os honorários pagos à firma de auditores externos ou sociedades relacionadas para actividades de consultoria e serviços diversos dos de auditoria são divulgados publicamente no relatório de governo societário sendo inferiores aos pagos a outros consultores.
- ▶ A PT não concede aos auditores externos qualquer protecção indemnizatória.

3.5. Estrutura e funcionamento do órgão de administração

- ▶ O Conselho de Administração é um órgão de dimensão significativa, actualmente composto por 23 membros, cuja operacionalidade é no entanto assegurada pelo modelo de governo societário adaptado.
- ▶ Mais de 4/5 dos membros do órgão de administração são não executivos, sendo o segmento executivo composto por 5 membros.
- ▶ Não se verificam, relativamente aos administradores, factores relevantes de ausência de independência e associação a interesses específicos enumerados no regulamento da CMVM n.º 11/2003, sendo mais de um terço dos membros do órgão de administração independentes sem relacionamento com as estruturas accionista ou de gestão.
- ▶ O Conselho de Administração avalia continuamente a independência dos seus membros, monitorizando a eventual existência de outros quaisquer factores que possam representar associação a interesses específicos.
- ▶ As funções do Presidente do Conselho de Administração (Chairman) e do Presidente da Comissão Executiva (Chief Executive Officer) são exercidas por pessoas diferentes, sendo o Chairman um elemento totalmente independente.

- ▶ Foram constituídas, por iniciativa do Conselho de Administração, Comissões de Auditoria e de Estratégia integradas por administradores maioritariamente não executivos.
- ▶ A Comissão de Vencimentos, directamente eleita pelos accionistas, é também composta maioritariamente por personalidades independentes, não integrando qualquer administrador executivo.
- ▶ Não há influência dos administradores executivos no processo de fixação das remunerações pela Comissão de Vencimentos, a qual pode fazer recurso a assessores externos especializados.
- ▶ O Secretário da Sociedade reporta, quanto ao exercício das funções legais inerentes ao cargo, ao Presidente do Conselho de Administração não executivo e participa nas reuniões de todas as comissões internas, nomeadamente na Comissão de Governo Societário, proporcionando a ligação da função de governo societário com a estrutura da sociedade.
- ▶ Os estatutos da sociedade, bem como a regulamentação interna do Conselho de Administração, em articulação com o disposto na lei, identificam claramente uma lista de matérias reservadas ao Conselho de Administração e não delegadas por este na Comissão Executiva.
- ▶ Existe envolvimento de todo o Conselho de Administração e, em particular, dos administradores não executivos, no estabelecimento, em articulação com a Comissão Executiva, da estratégia de médio e longo prazo do Grupo.
- ▶ A remuneração dos administradores não executivos é inteiramente em numerário, não existindo quaisquer componentes de opção sobre acções ou remuneração variável.
- ▶ A política de estabelecimento de remunerações, incluindo as formas de alinhamento com o interesse accionista, é objecto de divulgação pública, constando do relatório e contas anual e do relatório de governo societário.

II. RELATÓRIO SOBRE AS PRÁTICAS LIGADAS AO GOVERNO DA SOCIEDADE

0. Declaração sobre adopção das recomendações da CMVM

Estabelece o modelo anexo ao Regulamento n.º 11/2003 da CMVM que o relatório sobre as práticas ligadas ao governo da sociedade deve começar por proceder à indicação discriminada das recomendações da CMVM sobre governo das sociedades adoptadas e não adoptadas, estabelecendo que se entende, para este efeito, como não adoptadas, as recomendações que não sejam seguidas na íntegra, e ainda que a não adopção de recomendações deve ser devidamente explicada.

Deste modo, e em cumprimento desta norma regulamentar, seguidamente se discrimina individualizadamente o grau de adopção de cada uma destas recomendações da CMVM, transcrevendo o respectivo texto no início de cada secção (em itálico), para facilidade de acompanhamento.

(I) Divulgação de informação

1. *A sociedade deve assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade criar um gabinete de apoio ao investidor.*

A sociedade adopta integralmente esta recomendação.

Com efeito, a PT criou e mantém desde Março de 1995 uma Direcção de Relação com os Investidores, cuja descrição se contém no ponto II 1.8 deste relatório. Conforme se vê dessa descrição, a Direcção de Relação com os Investidores contribui de forma activa para assegurar o princípio da igualdade dos accionistas, orientando também a sua acção pela prevenção de assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

Esta Direcção elabora regularmente press releases, apresentações e comunicados sobre os resultados trimestrais, semestrais e anuais, bem como sobre quaisquer factos relevantes que ocorram na actividade do Grupo, prestando igualmente todo e qualquer tipo de esclarecimentos à comunidade financeira – accionistas, investidores (institucionais e retalho) e analistas – bem como apoio e assistência a todos os accionistas no exercício dos respectivos direitos.

(II) Exercício do direito de voto e representação de accionistas

2. *Não deve ser restringido o exercício activo do direito de voto, quer directamente, nomeadamente por correspondência, quer por representação. Considera-se, para este efeito, como restrição do exercício activo do direito de voto:*

- a) *A imposição de uma antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral superior a 5 dias úteis;*
- b) *Qualquer restrição estatutária do voto por correspondência;*
- c) *A imposição de um prazo de antecedência superior a 5 dias úteis para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência;*
- d) *A não existência de boletins de voto à disposição dos accionistas para o exercício do voto por correspondência.*

A sociedade adopta esta recomendação, com excepção da alínea c).

Na verdade:

- (i) Não existem quaisquer restrições estatutárias ao voto por correspondência, o qual pode, pois, nos termos legais disciplinados no Código dos Valores Mobiliários, abranger todos os pontos e deliberações da agenda das assembleias gerais.
- (ii) Não existe imposição de um prazo de antecedência superior a 5 dias úteis para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência.
- (iii) Existem boletins de voto à disposição dos accionistas para o exercício do voto por correspondência, e essa disponibilidade é reforçada pela publicitação do apoio, colaboração logística e esclarecimento que a Direcção de Relação com Investidores está permanentemente disponível para prestar aos accionistas que pretendam exercer o voto por correspondência.

(III) Regras societárias

3. *A sociedade deve criar um sistema interno de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.*

Esta recomendação é integralmente adoptada.

Conforme se descreve nos capítulos II 1.3 e II 3.2 deste relatório, a PT adoptou um sistema desenvolvido, articulado e eficiente de controlo interno, com o objectivo de detectar e mitigar os riscos inerentes à sua actividade, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.

4. *As medidas que sejam adoptadas para impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Consideram-se nomeadamente contrárias a estes interesses as cláusulas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.*

Esta recomendação é também inteiramente adoptada.

De facto, não se encontram previstas nos estatutos da sociedade, nem foram por outro modo tomadas, quaisquer medidas que impeçam o êxito de ofertas públicas de aquisição, e, designadamente, não existem quaisquer cláusulas defensivas cujo efeito provoque uma erosão automática no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração. Em certos tipos de contratos, como os de financiamento, emissão de títulos de dívida, instrumentos financeiros derivados e contratos de cooperação duradoura interempresas, existem cláusulas usuais de alteração de controlo destinadas à protecção de contrapartes em termos conformes com as práticas internacionais, as quais, no entanto, nem revestem carácter defensivo nem provocam erosão automática do património da sociedade.

(IV) Órgão de administração

5. *O órgão de administração deve ser composto por uma pluralidade de membros que exerçam uma orientação efectiva em relação à gestão da sociedade e aos seus responsáveis.*

Também esta recomendação é inteiramente adoptada.

Conforme se descreve no ponto 4.1 deste relatório, o órgão de administração da sociedade é composto por uma pluralidade de membros que exercem uma orientação efectiva em relação à gestão da sociedade e aos seus responsáveis, proporcionando o modelo de governo adoptado e as regras regimentais internas do órgão de administração, especialmente através da separação de funções executivas e não executivas mas também através da distinção dos cargos de Chairman e Chief Executive Officer, as condições necessárias para que as funções de controlo e supervisão e a função de administração e gestão do órgão de administração se articulem convenientemente e sejam asseguradas com simultaneidade e eficácia.

6. *O órgão de administração deve incluir pelo menos um membro que não esteja associado a grupos de interesses específicos, por forma a maximizar a prossecução dos interesses da sociedade.*

Esta recomendação é, igualmente, adoptada na íntegra.

Com vista a maximizar a prossecução dos interesses da sociedade, o órgão de administração é fundamentalmente constituído por membros não associados a grupos de interesses específicos, conforme se descreve no capítulo II 4.1 deste relatório. O Conselho de Administração, aliás, não se limita a aferir, em relação a cada um dos seus membros, a verificação das circunstâncias qualificativas específicas listadas no Regulamento 11/2003 como índices de ausência de independência, antes também – em linha com as melhores práticas internacionais e de harmonia também com as referidas normas regulamentares – avalia ainda em permanência, em relação a todos os membros, a eventualidade da existência de quaisquer outros factores susceptíveis de representar associação a grupos de interesses específicos, de modo a manter um juízo actualizado e fundamentado sobre a independência de cada um dos seus membros.

7. *O órgão de administração deve criar comissões de controlo internas com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários.*

A sociedade adopta esta recomendação, estando em reestruturação a Comissão de Governo Societário, cujas atribuições genéricas incluem a avaliação de estrutura e governo societários, competindo-lhe apoiar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva e designadamente estudar, preparar e aconselhar o Conselho de Administração na adopção e revisão de normas e procedimentos internos relativos ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de princípios e práticas de conduta e de governo societário, incluindo no que concerne ao funcionamento e relacionamento interno do próprio Conselho, sua articulação e relacionamento com a estrutura de gestão, os accionistas, outros stakeholders e mercado e à prevenção de conflitos de interesses e disciplina de informação.

8. *A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada por forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade e deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais.*

A primeira parte desta recomendação é observada na íntegra.

Na verdade, e de harmonia com a descrição que se efectua no capítulo II 4.4 deste relatório, a remuneração dos membros do órgão de administração, que inclui uma componente fixa e outra variável, é cuidadosamente estruturada por forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade e é objecto de divulgação anual completa e adequada, com discriminação das remunerações dos administradores executivos e não executivos.

Apenas se não entende dever seguir a parte final da recomendação, no que respeita à discriminação individualizada, que a sociedade considera não corresponder à mais correcta visão e enquadramento desta matéria.

A PT considera, com efeito, que é importante a divulgação aos accionistas de informação sobre o valor global das remunerações pagas aos membros do órgão de administração, e, em especial, à equipa de gestão da Empresa corporizada na sua Comissão Executiva, pelo que divulga esta informação no ponto II 4.4 deste relatório.

Uma vez, porém, que os órgãos de administração das sociedades comerciais se regem pelos princípios de colegialidade e de solidariedade (que se traduz, entre outros aspectos, na imposição legal de responsabilidade solidária) crê-se não fazer igual sentido discriminar as remunerações pagas individualmente a cada um dos membros dos órgãos de administração.

Conforme, aliás, estudos internacionais recentes têm reconhecido, as vantagens apontadas à divulgação individualizada, e em geral, ao acréscimo de disclosure têm uma contrapartida na susceptibilidade de custos também acrescidos, sendo salientado que, além dos riscos de vulnerabilidade e permeabilidade do debate sobre remunerações à influência de considerações de outra índole (v.g., políticas, sociais e de exposição mediática) que os desvirtuam, a divulgação pública das remunerações individualizadas dos membros dos órgãos sociais, comporta o risco, à luz dos interesses dos accionistas, de retirar flexibilidade e eficácia quer ao Conselho de Administração na constituição da equipa de gestão mais adequada, quer à linearidade e conformidade ao interesse social do próprio processo de fixação das remunerações, podendo, entre outros aspectos, enviesar a apreciação de certas formas de remuneração em confronto com outras.

Deste modo, a PT, discordando e não adoptando a divulgação individualizada das remunerações dos membros dos órgãos sociais, mantém a posição de considerar que a análise por parte dos accionistas ao desempenho da administração da Empresa deve ser feita colegialmente, como um todo, competindo ao Presidente do Conselho de Administração, em primeiro lugar, bem como ao Presidente da Comissão Executiva, analisar os desempenhos individuais de cada administrador, assim como a adequação da sua remuneração individual.

De resto, conforme refere expressamente a CMVM, a larga maioria das entidades que no processo de consulta pública se pronunciaram sobre esta matéria, manifestaram-se discordando da proposta da CMVM que veio a resultar na recomendação em apreço.

9. *Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.*

No sistema de lei portuguesa, a fixação das remunerações dos órgãos sociais é prerrogativa exclusiva dos accionistas, que a podem exercer em permanência a qualquer momento, directamente, ou por avocação, ou escolher tê-la delegada em comissão que, a existir, tem obrigatoriamente que ser integrada apenas por accionistas.

Esta última opção está neste momento em vigor na sociedade, sendo a comissão, eleita pelos accionistas em assembleia geral, que se encontra em funções composta maioritariamente por personalidades independentes do órgão de administração, sendo uma delas o Presidente da Mesa da Assembleia Geral e não a integrando qualquer administrador executivo.

10. *A proposta submetida à assembleia geral relativamente à aprovação de planos de atribuição de acções e/ou de opções de aquisição de acções a membros do órgão de administração e/ou a trabalhadores deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. O regulamento do plano, se já estiver disponível, deve acompanhar a proposta.*

Esta recomendação é inteiramente adoptada pela sociedade.

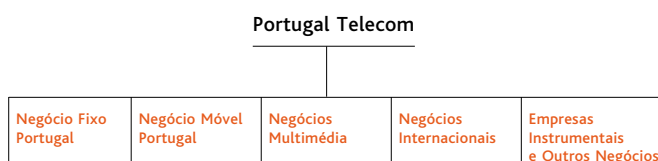
Todas as propostas de aprovação de planos de atribuição de acções ou opções de aquisição de acções a membros do órgão de administração e ou a trabalhadores que têm sido submetidas à assembleia geral têm sempre contido todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano, que, inclui, quando disponível, o respectivo regulamento.

1. Divulgação de informação

1.1. Estrutura organizativa do Grupo

Organigramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos e departamentos da sociedade no quadro do processo de decisão empresarial.

De acordo com a alteração de estrutura realizada no dia 29 de Janeiro de 2004, o Grupo PT encontra-se estruturado por linhas de negócio, correspondentes a 5 grandes núcleos: Negócio Fixo em Portugal, Negócio Móvel em Portugal, Negócios Multimédia, Negócios Internacionais que incluem a Vivo (a Joint Venture com a Telefónica Móviles para negócios móveis no Brasil) e finalmente as Empresas Instrumentais. As Unidades de Negócio são coordenadas pela holding do Grupo, liderada pela sua Comissão Executiva, com o apoio do centro corporativo. O reporte das empresas participadas é funcional e não hierárquico, sendo possível desta forma uma articulação efectiva.



As principais alterações na estrutura organizacional do Grupo PT prendem-se com a criação do núcleo de Negócios Internacionais, abrangendo actividades no exterior que anteriormente estavam alocados aos núcleos Negócio Fixo e Negócio Móvel. Esta alteração visa sobretudo enfocar as actividades das empresas do Grupo no serviço ao cliente e simultaneamente reforçar a supervisão e coordenação dos negócios fora do território nacional.

Esta reestruturação provocou mudanças a vários níveis. A nível nacional, a nova orientação estratégica consuma-se em quatro vectores:

- ▶ Na gestão de redes, o Grupo tem por objectivo avançar de forma decisiva na captura de sinergias operacionais entre empresas.
- ▶ No segmento “Pessoal”, continuação de uma aposta inequívoca no negócio móvel que se assumirá cada vez mais como o meio principal de oferta de serviços de voz e dados personalizados para o indivíduo.
- ▶ No segmento “Residencial e SoHo” (Small offices, Home offices), avançar no sentido de um maior enfoque no desenvolvimento da oferta de voz, banda larga e vídeo.
- ▶ No segmento “Empresarial”, apostar cada vez mais na emergência de ofertas de soluções integradas empresariais (voz e dados; fixo, móvel e sistemas).

A nível internacional, a nova orientação estratégica consubstancia-se num papel ainda mais activo do Grupo no desenvolvimento da posição dos mercados móveis de eleição, nomeadamente no Brasil, onde os principais desafios da Vivo consistem na manutenção de uma liderança de mercado rentável e na concretização do potencial de melhorias resultante da integração operacional, e na continuação de exploração de oportunidades de crescimento no Norte de África, África Lusófona e outras geografias.

As designadas empresas instrumentais continuam orientadas para processos transversais ao Grupo PT: empresas do Grupo e para o Grupo, passando a PT Meios a estar integrada na PT Compras, num processo idêntico ao da integração da PT Ventures e PT Brasil na PT Investimentos Internacionais.

A Portugal Telecom, enquanto holding do Grupo PT, é responsável pela definição de políticas e pela normalização e harmonização de processos, que permitam garantir a execução das orientações estratégicas definidas pelos órgãos de gestão.

Assim, cada linha de negócio funciona segundo princípios de autonomia de gestão, orientados por uma política comum, sob a coordenação de um Sistema de Planeamento e Controlo Corporativo.

O Centro Corporativo está orientado para a coordenação dos diversos negócios, reportando à Comissão Executiva da Portugal Telecom, e sendo composto pelas seguintes Direcções, apresentadas por ordem de reporte:

Conselho de Administração

Comissão Executiva > Secretaria-Geral

CENTRO CORPORATIVO

Miguel Horta e Costa
Presidente da Comissão Executiva

- ▶ Regulação e Concorrência
- ▶ Comunicação
- ▶ Auditoria Interna
- ▶ Relações Institucionais
- ▶ Análise de Qualidade e Satisfação do Cliente
- ▶ Segurança

Zeinal Bava
Administrador Executivo

- ▶ Reporte e Consolidação
- ▶ Finanças
- ▶ Relação com Investidores

Carlos Vasconcellos Cruz
Administrador Executivo

- ▶ Activos Humanos
- ▶ Gestão de Formação e do Conhecimento

Paulo Fernandes
Administrador Executivo

- ▶ Planeamento
- ▶ Controlo de Gestão
- ▶ Desenvolvimento de Negócios

Luís Sousa de Macedo
Secretário-Geral

- ▶ Jurídica

Sumarizam-se seguidamente as unidades e as respectivas competências do Centro Corporativo:

- ▶ Secretaria-Geral – assegurar o apoio administrativo ao Conselho de Administração da PT e restantes órgãos sociais e garantir a sua comunicação com os diversos órgãos da Empresa e instituições exteriores.
- ▶ Regulação e Concorrência – acompanhar e influenciar o ambiente regulatório de forma a maximizar os negócios da PT e a explorar novas oportunidades, num contexto competitivo.
- ▶ Comunicação – articular e coordenar a comunicação dentro do Grupo PT, no sentido da criação de um espírito de pertença motivador que se assuma como alavanca de criação de valor.
- ▶ Auditoria Interna – assegurar a avaliação da eficiência e eficácia dos sistemas de controlo interno das empresas da PT.
- ▶ Relações Institucionais – responsabilidade corporativa das relações com todos os organismos, com vista à melhoria da relação comercial e imagem do Grupo PT junto de clientes institucionais, através da avaliação das solicitações recebidas e sensibilidade local relativamente à concorrência.
- ▶ Análise de Qualidade e Satisfação do Cliente – desenvolver e executar um sistema de gestão que permita analisar de uma forma contínua os níveis de satisfação dos clientes do Grupo PT, bem como a qualidade dos serviços prestados.
- ▶ Segurança – planear, organizar, dirigir, controlar e inspecionar as actividades de segurança no Grupo PT.
- ▶ Reporte e Consolidação – assegurar um eficaz e eficiente processo de reporting financeiro do Grupo PT, bem como garantir o controlo interno em termos operacionais e financeiros da performance de todo o Grupo.
- ▶ Finanças – organizar e acompanhar as operações de mercado de capitais de dívida, gerir a exposição cambial e otimizar a utilização dos recursos financeiros do Grupo PT.
- ▶ Relação com Investidores – assegurar o adequado relacionamento com a comunidade financeira (investidores, accionistas, analistas e entidades reguladoras do mercado), nomeadamente através da prestação de informação financeira e empresarial da PT e da organização de conferências e reuniões individuais com investidores financeiros, de forma a maximizar o valor accionista.

▶ Activos Humanos – atrair, motivar, desenvolver e reter os melhores profissionais e garantir a existência de capacidades para desempenhar os postos críticos.

▶ Gestão de Formação e do Conhecimento – garantir a optimização do conhecimento, das competências e do saber dentro do Grupo PT, através de uma gestão adequada da formação dos seus colaboradores.

▶ Planeamento – assessorar a Comissão Executiva no estabelecimento dos objectivos estratégicos para as unidades de negócio do Grupo PT, bem como conduzir o processo de planeamento e orçamentação.

▶ Controlo de Gestão – controlo do desempenho dos negócios e do cumprimento do plano, contribuindo para o desenvolvimento e adequação do sistema de objectivos e incentivos do Grupo PT, monitorizando e assegurando o correcto desenvolvimento das iniciativas estratégicas e/ou estruturantes e reportando a situação dos negócios ao Conselho de Administração do Grupo PT.

▶ Desenvolvimento de Negócios – esta equipa visa apoiar a Comissão Executiva na tomada de decisões estratégicas de elevado impacto na performance e na configuração do Grupo, nomeadamente através da execução de projectos transversais e estruturantes, bem como direccionar, apoiar e promover o desenvolvimento dos negócios do Grupo Portugal Telecom.

▶ Jurídica – assegurar o apoio jurídico às operações da PT.

As competências presentes no Centro Corporativo pretendem representar as necessidades funcionais do Grupo PT e das suas empresas participadas, sendo o reporte das empresas participadas funcional e não hierárquico, estabelecendo-se assim uma articulação efectiva.

1.2. Comissões internas específicas

Lista das comissões específicas criadas na sociedade (por exemplo, comissão de ética e comissão de avaliação de estrutura e governo societários) com indicação da sua composição, incluindo indicação dos administradores considerados, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º, como independentes que as integram, e das suas atribuições.

Tem-se progressivamente gerado consenso internacional sobre a importância – no plano da eficiência de controlo, acréscimo de valor para os accionistas e responsabilidade social corporativa – de instituição de estruturas especializadas no seio das quais se agilize a prossecução de objectivos sociais específicos, em cuja estruturação, porém, se deve ter em conta a protecção contra objectivos reais divergentes (como a mera resposta a pressões sociais exógenas, a prossecução de estratégias corporativas não proclamadas e a influência de pressões societárias internas) e, bem assim, um princípio de equilibrada concentração e não que, sem cair em diluição de competências, possa efectivamente minimizar os custos de controlo e supervisão.

Estes princípios e preocupações têm norteado o Grupo PT na decisão ponderada sobre instituição de comissões internas específicas.

Na data deste relatório, as comissões existentes no Grupo PT incluem:

Comissões Internas	Funções	Composição
(1) Comissão de Vencimentos	Fixar as remunerações dos órgãos sociais.	Armando Marques Guedes Augusto Athayde João Mello Franco
(2) Comissão de Estratégia	Tem por missão debater, analisar e apresentar recomendações sobre o Plano Estratégico do Grupo; pronunciar-se sobre o impacto e a eficácia do Plano Estratégico e das grandes decisões estratégicas tomadas, propondo eventuais ajustes; estudar e preparar, com vista a futuro debate em reunião de Conselho de Administração, matérias sugeridas pelo PCA e/ou PCE, relativas a questões estratégicas que surjam ao longo do ano.	Ernâni Rodrigues Lopes Miguel Horta e Costa Zeinal Bava Carlos Vasconcellos Cruz Iriarte Esteves Paulo Fernandes Joaquim Goes Carlos Oliveira Cruz António Viana Baptista Fernando Ulrich Patrick Monteiro de Barros
(3) Comissão de Auditoria	Assistir o Conselho de Administração e a sua Comissão Executiva, na supervisão da qualidade e integridade da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas da sociedade, a habilitação e independência dos Auditores Externos da sociedade, a qualidade, integridade, e eficácia do sistema de controlo interno da sociedade, a execução das funções desempenhadas pelos auditores externos da sociedade e do Departamento de Auditoria Interna Corporativa e o cumprimento das disposições legais e regulamentares, recomendações e orientações emitidas pelas entidades competentes. Assegurar a definição e ou implementação de políticas que visem o cumprimento das leis e regulamentos nacionais e internacionais a que a sociedade se encontra obrigada.	João Mello Franco Nuno Silvério Marques Thomaz Paes de Vasconcellos

(1) Reúne sempre que necessário.

(2) Reúne trimestralmente.

(3) Reúne pelo menos uma vez em cada dois meses, e sempre que necessário.

Adicionalmente, foi criado o Conselho Consultivo que tem por funções analisar, conjuntamente com a Comissão Executiva, áreas com especial relevância para a PT, nomeadamente os assuntos relativos a regulação e concorrência, investimentos internacionais, fusões, aquisições e alienações. O Conselho Consultivo é presidido pelo Inspector-Geral Estanislau Mata Costa e ainda pelas seguintes personalidades: Manuel Pinto Barbosa, Diogo Lucena, Aníbal Santos, José Manuel Neves Adelino, José Manuel Tribolet, João Confraria Jorge, Luís Todo Bom e Luís Filipe Nazaré.

Os administradores independentes que integram cada uma das comissões estão indicados no quadro incluído no ponto II 4.1 deste relatório.

Para além destas, e conforme acima referido, está presentemente em processo de reestruturação a Comissão de Governo Societário.

A Comissão de Estratégia tem como principais funções (1) debater, analisar e apresentar recomendações sobre o Plano Estratégico do Grupo; (2) pronunciar-se sobre o impacto e a eficácia do Plano Estratégico e das grandes decisões estratégicas tomadas, propondo eventuais ajustes; (3) estudar e preparar, com vista a futuro debate em reunião de Conselho de Administração, matérias sugeridas pelo Presidente do Conselho de Administração e/ou Presidente da Comissão Executiva, relativas a questões estratégicas que surjam ao longo de cada exercício.

A Comissão de Auditoria, constituída no seio do Conselho de Administração, em linha com as exigências da legislação dos mercados dos Estados Unidos da América em que os títulos da PT se encontram cotados, tem como principais funções assistir o Conselho de Administração e a sua Comissão Executiva (1) na supervisão da qualidade e integridade da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas da sociedade, (2) na análise da habilitação e independência dos Auditores Externos, (3) na avaliação da qualidade, integridade, e eficácia do sistema de controlo interno, e (4) na supervisão dos trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos e pela Auditoria Interna Corporativa.

Adicionalmente – e na linha do acima mencionado princípio de concentração de estruturas – a Comissão de Auditoria agrega funções de compliance, cabendo-lhe assegurar o cumprimento pela sociedade das disposições legais e regulamentares e das recomendações e orientações emitidas pelas entidades competentes, assegurando a definição e ou execução de políticas que visem o cumprimento das leis e regulamentos nacionais e internacionais a que a sociedade se encontra obrigada.

A criação da Comissão de Auditoria constituiu um passo importante para o reforço dos valores, atitudes e padrões de comportamento assentes no cumprimento de critérios éticos exigentes, criando uma base sólida de seriedade e confiança na relação com o exterior, os quais foram também consignados e dados a conhecer a toda a organização através do Código de Ética do Grupo PT.

A Comissão de Vencimentos, eleita directamente pelos accionistas, tem por função fixar as remunerações dos órgãos sociais da Portugal Telecom, de harmonia com as prescrições legais.

1.3. Procedimentos internos de controlo de risco

Descrição do sistema de controlo de riscos implementado na sociedade.

A gestão de riscos é assegurada pela Portugal Telecom e empresas participadas, as quais, com base numa identificação e priorização prévia de riscos críticos, desenvolvem estratégias de gestão de risco com vista a implementarem os controlos considerados adequados e que garantam a redução do risco para um nível aceitável.

As estratégias de gestão de riscos adoptadas visam garantir que:

- ▶ Os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas permitem responder às expectativas dos órgãos de gestão, accionistas e público em geral.
- ▶ Os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas estão de acordo com todas as leis e regulamentos aplicáveis.
- ▶ A informação financeira e operacional é completa, fiável, segura e reportada periódica e atempadamente.
- ▶ Os recursos do Grupo PT são usados de forma eficiente e racional.
- ▶ O valor accionista é maximizado.
- ▶ A gestão operacional tomou as medidas necessárias para corrigir aspectos reportados anteriormente.

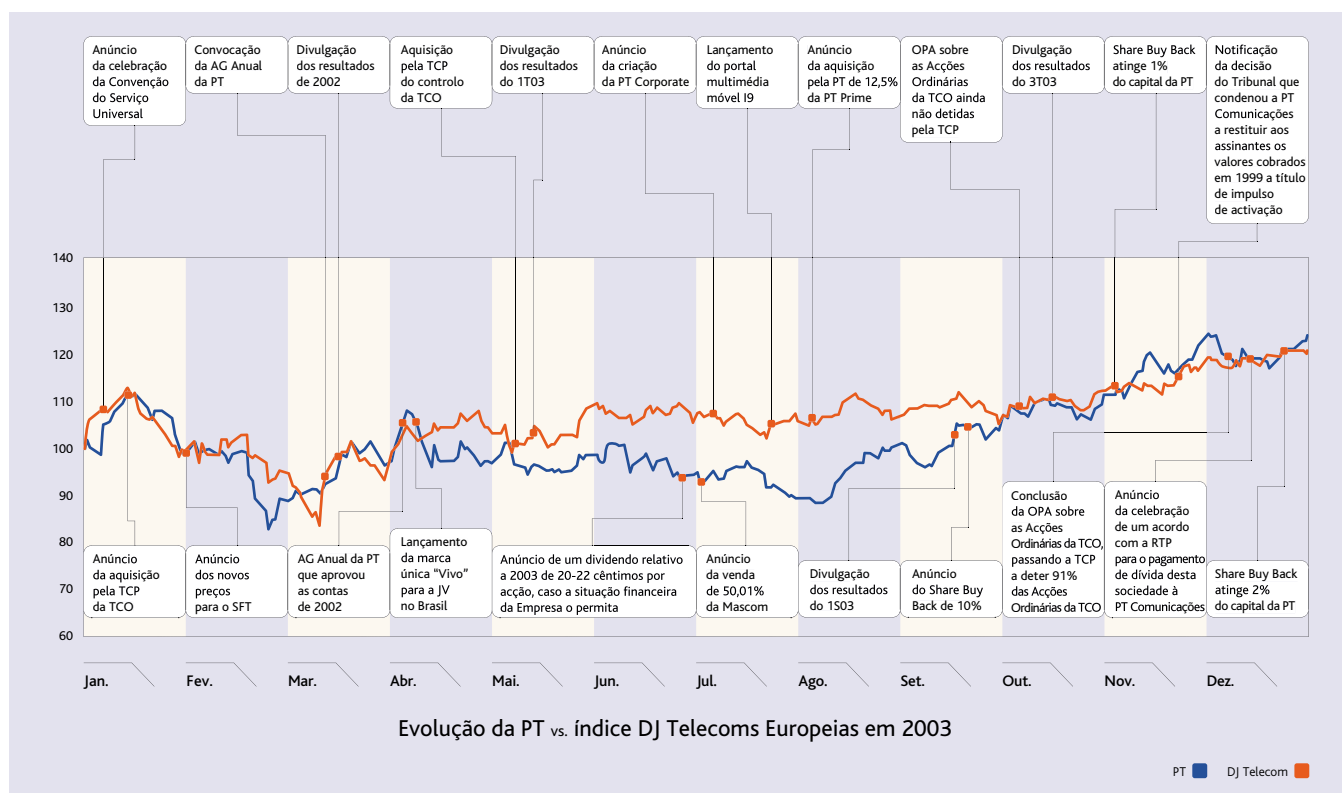
1.4. Evolução da cotação das acções

Descrição da evolução da cotação das acções do emitente tendo em conta designadamente:

- a) A emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções;
- b) O anúncio de resultados;
- c) O pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.

No gráfico da página seguinte apresenta-se a evolução da cotação das acções da PT ao longo de 2003, identificando-se sumariamente os factos mais relevantes da actividade da Empresa durante o exercício.

O sector das telecomunicações apresentou uma performance favorável no ano de 2003 tendo registado uma subida de 18,9%. Na Euronext, os índices PSI Geral, PSI 20 e Euronext 100 observaram em 2003 acréscimos de 17,4%, 15,8% e 12,7%, respectivamente, e as acções da PT registaram uma subida de 21,8%, em overperformance face ao sector, tendo fechado o ano a 7,98 euros.



1.5. Política de distribuição de dividendos e programa de share buyback

Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos exercícios.

a) Política de distribuição de dividendos

O Conselho de Administração da Portugal Telecom tem uma política de distribuição de dividendos que considera as oportunidades de negócio do Grupo, as expectativas dos investidores e as necessidades de financiamento por capitais próprios tendo em consideração o custo e oportunidade do capital.

A proposta de distribuição de dividendos é da exclusiva responsabilidade do Conselho de Administração da PT, subordinada à observância da legislação portuguesa e aos estatutos da sociedade. De acordo com os estatutos da sociedade, pelo menos 40% dos resultados distribuíveis da PT* deverão ser distribuídos aos accionistas sobre a forma de dividendos, sem prejuízo de a assembleia geral, por maioria qualificada de dois terços dos votos expressos, poder deliberar no sentido da redução do dividendo ou mesmo da sua não distribuição. A maioria dos votos correspondentes às acções de categoria A é necessária para deliberar a distribuição de dividendos que excedam 40% dos resultados líquidos distribuíveis.

Os valores dos dividendos brutos por acção referentes aos últimos três exercícios foram como segue:

valores expressos em euros	
2002	0,16
2001	0,10
2000	—**

* Calculados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, após dedução de prejuízos transitados, e dotação de 5%, para a reserva legal até esta atingir 20% do capital social.

** Não atribuído, em conexão com atribuição gratuita de acções.

b) Programa de share buyback

A PT anunciou um significativo programa de share buyback cuja execução, através de redução de capital, foi proposta à assembleia geral de accionistas de 2004, e cuja estrutura preserva e respeita um princípio de neutralidade, não apenas no que respeita a quaisquer interferências na estrutura accionista, como quanto a impactos sobre as condições de preço e regras de funcionamento de mercado e observa integralmente as recomendações da CMVM nesta matéria, sendo de salientar as orientações seguintes:

a) Abstenção de aquisição em momentos sensíveis de negociação, nomeadamente na abertura e fecho de sessão de bolsa e em momentos próximos da divulgação de resultados ou de outros factos relevantes.

b) Contrapartida financeira obedecendo aos parâmetros aprovados pela assembleia geral, ou seja, limite mínimo e máximo de 15% relativamente à cotação mais baixa e média, respectivamente, nas cinco sessões imediatamente anteriores à data de aquisição ou constituição do direito de aquisição das acções, sem prejuízo dos instrumentos financeiros contratados, dos termos de emissão de títulos convertíveis ou permutáveis, ou de contratos celebrados com relação a tais conversões ou permutas.

c) Possibilidade de recurso a instrumentos derivados, designadamente para agilizar ou completar o programa de share buyback, desde que com aquisição originária em bolsa aos accionistas.

1.6. Planos de atribuição de acções e planos de atribuição de opções de aquisição de acções

Descrição das principais características dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adopção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de acções, critérios relativos ao preço das acções e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das acções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e/ou o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e/ou modificação do plano. Indicação:

- a) Do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções atribuídas e do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções exercitáveis, por referência ao princípio e ao fim do ano.
- b) Do número de opções atribuídas, exercitáveis e extintas durante o ano.
- c) Da apreciação em assembleia geral das características dos planos adoptados ou vigentes no exercício em causa.

No Grupo PT foram instituídos o Plano de Opção de Compra de Acções da PT e o Plano de Incentivos da PT, aprovados em Abril de 1998 e Setembro de 1999, respectivamente, antes já existentes mas cujas linhas gerais se enumeram a seguir.

► Plano de Opção de Compra de Acções da PT

Em 21 de Abril de 1998, a Assembleia Geral Anual da PT aprovou a criação de um Plano de Incentivos para Administradores e quadros da PT e de empresas participadas, constituído por opções de compra de acções da PT.

Este plano tinha como objectivos essenciais a fidelização dos quadros-chave e o incentivo ao seu desempenho a médio e longo prazo, consistindo, essencialmente, na atribuição de direitos de aquisição de acções representativas do capital social da PT, de forma faseada durante um período de cinco anos, mediante o cumprimento de determinadas performances a definir pelo Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2003 existiram 127 participantes neste Plano, que se destina a titulares dos órgãos de administração e quadros da PT e de outras empresas do Grupo, sendo a condição de participante neste plano estabelecida de acordo com os critérios fixados previamente pelo Conselho de Administração.

O número de acções necessárias para fazer face ao número de opções atribuídas no final do plano era de 1 310 660.

Este plano extinguiu-se, nos seus próprios termos, durante o ano de 2003.

▶ Plano de Incentivos da PT

Em 27 de Setembro de 1999, a Assembleia Geral Extraordinária da PT aprovou a criação e implementação de um plano de incentivos que abrangia titulares do Conselho de Administração e quadros superiores de empresas do Grupo.

Este plano visava a vinculação de gestores chave e o incentivo à melhoria contínua da performance individual e empresarial, consistindo essencialmente na atribuição não onerosa de acções, com base na avaliação positiva da performance individual, e de opções de aquisição de acções, no final de cada um dos três anos de mandato.

O plano destinava-se aos membros do Conselho de Administração da PT e aos Executivos Elegíveis (membros de Comissões Executivas de empresas do Grupo) que o Conselho de Administração ou o seu Presidente (PCA) entendessem considerar, ao PCA/PCE de sociedades cotadas em bolsa e nas quais a PT detivesse directa ou indirectamente uma participação social superior a 50%, ou o respectivo controlo de gestão. Excepcionalmente, e com a devida fundamentação, o PCA poderia atribuir acções e opções ao abrigo deste plano a quem não fosse Executivo Elegível. O número de participantes do Plano de Incentivos no final da vigência do plano era de 22 elementos.

Competia ao Conselho de Administração da PT ou ao seu Presidente, bem como à Comissão de Acompanhamento do Plano de Incentivos, nomeadamente no caso do Presidente, deliberar sobre a atribuição de acções e de opções, nos termos do respectivo regulamento, por iniciativa própria ou sob proposta dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo. A atribuição de acções e de opções foi efectuada uma única vez.

Dependente da avaliação positiva da performance individual, a PT atribuía ao participante, no final de cada um dos três anos de mandato, um dado número de acções a título não oneroso, cujo modo de determinação era arbitrado com a celebração do contrato e fixado, caso a caso, pelo PCA, dentro dos limites estabelecidos pela Comissão de Acompanhamento. Durante o ano de 2003 foram atribuídas 707 552 acções.

O plano extinguiu-se, nos seus próprios termos, durante o ano de 2003.

▶ Outros incentivos envolvendo a atribuição de acções

Durante o exercício de 2003, tendo por base uma decisão do Conselho de Administração, a Comissão Executiva da PT decidiu atribuir a todos os colaboradores do Grupo o direito de receber 50 acções, nas seguintes condições:

▶ Estarem ao serviço do Grupo PT há mais de seis meses em 1 de Janeiro de 2003.

▶ Fazerem chegar aos serviços de Recursos Humanos no fim do período de fidelização (30 de Maio de 2003) uma declaração de aceitação desta atribuição.

Adicionalmente, a Comissão Executiva decidiu que serão atribuídas cinco acções suplementares a cada colaborador que detiver as 50 acções atribuídas gratuitamente durante um ano, a contar da data em que essas acções foram atribuídas.

Esta atribuição gratuita de acções aos trabalhadores respeitou o regime fiscal aplicável.

1.7. Negócios com membros do órgão de administração e fiscalização ou titulares de participações qualificadas

Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro lado, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade.

Não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar significativas em termos económicos por quaisquer das partes envolvidas, entre a sociedade e membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.

A sociedade celebra regularmente operações e contratos de natureza financeira com diversas instituições de crédito que são titulares de participações qualificadas no seu capital, as quais são, porém, realizadas nos termos normais de mercado para operações similares.

Com duas destas instituições financeiras, o Banco Espírito Santo (BES) e a Caixa Geral de Depósitos (CGD), a PT celebrou, em Abril de 2000, um acordo de parceria estratégica para desenvolvimento de iniciativas no âmbito da chamada “nova economia”, na sequência do qual o BES aumentou a sua participação accionista na PT para 6% e a PT adquiriu 3% do capital social daquela instituição financeira.

Com o accionista Telefónica, o Grupo PT celebrou em 1997 um acordo de cooperação duradoura em investimentos internacionais, focado em particular na América Latina e no negócio de comunicações móveis, na sequência do qual as duas sociedades adquiriram participações recíprocas de capital e membros do respectivo órgão executivo vieram a ser designados para integrar em funções não executivas o órgão de administração da contraparte.

Na sequência deste acordo, foi celebrado, em 23 de Janeiro de 2001, um pacto estratégico para criação de uma joint venture, a qual se veio a concretizar em 17 de Outubro de 2002, quando as duas operadoras de telecomunicações constituíram a Brasilcel NV, com sede na Holanda, detida em 50% por cada uma das partes e gerida conjuntamente por igual número de membros designados por cada uma delas, para integração da totalidade dos activos detidos por ambas nos negócios móveis no Brasil, os quais foram efectivamente transferidos para a nova sociedade em 27 de Dezembro do mesmo ano, por duas subsidiárias de ambas as partes, respectivamente, a PT Móveis e a Telefónica Móviles.

Este acordo prevê que, em caso de alteração do controlo sobre qualquer uma das partes, a outra terá o direito de lhe vender a participação na joint venture por valor determinado por avaliação independente, tendo ainda a PT o direito, em caso de diluição da sua posição accionista abaixo de certo limiar, de decidir a venda da sua participação à contraparte, igualmente por valor determinado por terceiro.

Esta joint venture permitiu obter importantes sinergias, através das economias de escala decorrentes da sua dimensão, da aplicação das melhores práticas de ambos os grupos e do aproveitamento conjunto da posição de liderança comercial da Portugal Telecom e Telefónica Móviles no Brasil.

1.8. Gabinete de relação com investidores

Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar com alusão a:

- a) Funções do Gabinete;
- b) Tipo de informação disponibilizada pelo Gabinete;
- c) Vias de acesso ao Gabinete;
- d) Sítio da sociedade na Internet.

Identificação do Representante para as Relações com o Mercado.

Em Março de 1995 foi criada a Direcção de Relação com Investidores, com o objectivo de assegurar o adequado relacionamento com os accionistas, investidores e analistas, bem como com os mercados financeiros em geral e, em particular, com as Bolsas de Valores onde está cotada a PT e respectivas entidades reguladoras: a CMVM e a SEC.

Esta Direcção elabora regularmente press releases, apresentações e comunicados sobre os resultados trimestrais, semestrais e anuais, bem como sobre quaisquer factos relevantes que ocorram. Presta igualmente todo e qualquer tipo de esclarecimentos à comunidade financeira em geral – accionistas, investidores (institucionais e retalho) e analistas, assistindo e apoiando também os accionistas no exercício dos seus direitos. É a seguinte a identificação e contactos do representante para as relações com o mercado:

Morada	Avenida Fontes Pereira de Melo, 40-8.º, 1069-300 Lisboa • Portugal
Contactos	Nuno Prego
Telefone	+(351) 21 500 1701
Fax	+(351) 21 355 6623
E-mail	nuno.prego@telecom.pt
Site	www.telecom.pt

1.9. Composição da comissão de vencimentos

Indicação da composição da comissão de remunerações ou órgão equivalente, quando exista, identificando os respectivos membros que sejam também membros do órgão de administração, bem como os seus cônjuges, parentes e afins em linha recta até ao terceiro grau, inclusive.

A comissão de vencimentos é composta pelos seguintes membros: Armando Marques Guedes (Presidente da Mesa da Assembleia Geral), Augusto Athayde, João Mello Franco (administrador não executivo).

A proposta e escolha dos membros que integram a comissão de vencimentos tem subjacente cuidadosa ponderação, tendo em vista a garantia de isenção e melhor prossecução dos interesses da sociedade, razão pela qual, salvo o referido administrador não executivo, nenhum dos membros designados presta qualquer outro tipo de serviços ao Grupo PT, ou tem qualquer ligação familiar com membro do órgão de administração por via de casamento, parentesco ou afinidade em linha recta até ao terceiro grau, assegurando-se por este meio a estrita observância dos critérios de independência de harmonia com a recomendação da CMVM.

A sociedade proporciona aos membros da comissão de vencimentos permanente acesso, a expensas da sociedade, a consultores externos especializados em diversas áreas que a comissão necessite.

1.10. Montante das remunerações pagas anualmente a auditor e entidades relacionadas

Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e/ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:

- Serviços de revisão legal de contas.
- Outros serviços de garantia de fiabilidade.
- Serviços de consultoria fiscal.
- Outros serviços que não de revisão legal de contas.

Se o auditor prestar algum dos serviços descritos nas alíneas c) e d), deve ser feita uma descrição dos meios de salvaguarda da independência do auditor.

Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio de 2002.

Durante os exercícios de 2002 e 2003, as remunerações dos auditores externos do Grupo PT foram como segue (sem IVA):

valores expressos em euros				
	2002	%	2003	%
Serviços de revisão legal de contas e auditoria	1 001 421	14%	893 900	19%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	848 426	12%	503 535	11%
Serviços de consultoria fiscal	1 076 164	15%	818 504	18%
Outros serviços que não da revisão legal de contas e auditoria	4 035 906	58%	2 445 741	52%
Total	6 961 917	100%	4 661 680	100%

Em 2002, os outros serviços que não de revisão legal de contas e auditoria incluem essencialmente (i) 1 884 645 euros referentes a um projecto de implementação de um centro de serviços partilhados no Grupo PT, (ii) 380 000 euros referentes à implementação de sistemas de configuração de produtos e de ofertas na TMN, (iii) 348 221 euros referentes a um projecto de certificação de qualidade na PT Comunicações, e (iv) 320 000 euros referentes a um projecto de CRM na TMN.

Em 2003, os outros serviços que não de revisão legal de contas e auditoria incluem essencialmente (i) 1 008 801 euros referentes a um projecto de revenue assurance na PT Comunicações, e (ii) 796 377 euros referentes a um projecto de CRM na TMN.

De forma a salvaguardar a independência dos auditores externos, o Conselho de Administração do Grupo PT constituiu a Comissão de Auditoria, a qual de acordo com o seu regulamento é responsável pela nomeação e contratação dos auditores externos, a cessação das suas funções e a pré-aprovação dos serviços a contratar quer sejam ou não relativos à auditoria. A Comissão de Auditoria é ainda responsável pela avaliação da independência e desempenho dos auditores.

A avaliação de independência referida supra, resulta da aplicação da regra emitida pela SEC, a 26 de Março de 2003, que define os onze serviços vedados aos Auditores Externos para prestar. Deste modo, para todos os serviços que não sejam de auditoria, a sociedade realiza uma análise de conflitos de interesses entre a prestação de serviços potencial e o trabalho de auditoria realizado pelos Auditores Externos. Baseado nessa análise, a Comissão de Auditoria procede à emissão de um parecer, referindo a existência ou não existência de conflitos de interesses para a proposta de prestação de serviços a obter. Esta análise é sempre feita anteriormente à consulta ao mercado de modo a que a actividade de negociação com os fornecedores seleccionados decorra de modo eficiente e sem quaisquer impedimentos.

As remunerações pagas a empresas relacionadas com os auditores externos são significativamente inferiores às pagas a outros consultores externos.

2. Exercício de direito de voto e representação de accionistas

2.1. Exercício do direito de voto

Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, nomeadamente que afastem o exercício do direito de voto por correspondência.

Os accionistas habilitados podem participar directamente ou fazer-se representar na Assembleia Geral, desde que o representante seja membro do Conselho de Administração, ou cônjuge, ascendente ou descendente do accionista, ou por outro accionista, sendo suficiente como instrumento de representação uma carta, com assinatura, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

São postas à disposição dos accionistas, na sede social e em prazo não inferior aos quinze dias antecedentes à reunião, as propostas a submeter pelo Conselho de Administração à assembleia geral, os relatórios que legalmente as devem acompanhar e demais elementos de informação preparatória, divulgando-se igualmente o seu conteúdo no website da sociedade.

Ainda relativamente a esta matéria, com vista a facilitar o acesso às referidas informações, especialmente aos accionistas estrangeiros, a Direcção de Relação com Investidores procede, quando solicitado, ao envio das mesmas por correio, fax ou correio electrónico.

Não existem restrições relativas ao voto por correspondência, que é, assim, susceptível de incidir sobre todas as matérias constantes da agenda das assembleias gerais.

2.2. Voto por correspondência

Existência de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Os accionistas com direito a voto poderão, de acordo com o artigo 22.º do Código dos Valores Mobiliários, exercê-lo por correspondência, através de declaração onde manifestem, de forma inequívoca, o sentido do seu voto em relação a cada um dos pontos da ordem de trabalhos da assembleia. Para o efeito, existem boletins de voto à disposição dos accionistas na sede da sociedade, podendo também ser-lhe facultados por correio electrónico, ou ainda ser por eles obtidos através do website da sociedade.

2.3. Voto por meios electrónicos

Possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos.

Conforme acima referido, existe na sociedade a possibilidade de utilização de meios electrónicos para facilitar o exercício do voto por correspondência.

No que respeita ao exercício directo do voto por meios electrónicos, a Comissão Executiva já instruiu os serviços para preparar as condições operacionais necessárias, tendo também decidido promover proposta em próxima assembleia geral de accionistas da alteração estatutária correspondente, logo que as indispensáveis condições de segurança, fiabilidade e operacionalidade estejam garantidas.

Para além disto, a PT foi pioneira na adopção de meios electrónicos para escrutínio e apuramento de resultados nas assembleias gerais, que continua a adoptar.

2.4. Prazo de bloqueio das acções para a participação na Assembleia Geral

Antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia geral.

Apenas os accionistas com direito de voto podem estar presentes na Assembleia Geral. Para tal, os actuais estatutos exigem a comprovação, até quinze dias antes da respectiva reunião, da inscrição das acções em conta de valores mobiliários escriturais, devendo as acções permanecer inscritas ou registadas em nome do accionista, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral.

2.5. Prazo para recepção da declaração de voto por correspondência

Exigência de prazo que medeie entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da assembleia geral.

As declarações de voto, acompanhadas dos elementos que as devem acompanhar, deverão ser inseridas em envelope fechado, endereçado ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, apresentadas em mão na sede da sociedade, ou aí recebidas, através de correio registado, até cinco dias úteis antes da data da assembleia geral. Este prazo corresponde à recomendação da CMVM nesta matéria.

2.6. Direitos de voto por acção

Número de acções a que corresponde um voto.

A cada 500 euros de capital, isto é, a cada 500 acções, corresponde um voto.

Aos detentores de American Depositary Shares (ADS), representando cada ADS uma acção ordinária, são conferidos os mesmos direitos que aos detentores de acções ordinárias, a exercer por intermédio do respectivo representante.

Os accionistas detentores de um montante de capital que não atinja os 500 euros poderão agrupar-se de forma a, em conjunto e fazendo-se representar por um dos agrupados, reunirem entre si o montante necessário ao exercício do direito de voto.

3. Regras societárias

3.1. Códigos de conduta

Referência sobre a existência dos códigos de conduta dos órgãos da sociedade ou de outros regulamentos internos, assim como descrição sumária ou indicação sobre a forma de acesso, pelos investidores, aos referidos códigos de conduta ou regulamentos internos.

O Código de Ética, aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de Dezembro de 2001, e divulgado por todas as empresas do Grupo em 2002, aplica-se a todos os seus colaboradores, independentemente do seu vínculo laboral, de modo a garantir um conjunto de padrões éticos comuns a todas as empresas do Grupo.

Com o Código pretende-se explicitar e formalizar padrões de comportamento alinhados com os princípios e valores do Grupo, fomentar junto dos colaboradores a sua partilha e a adopção dos comportamentos consentâneos, e consolidar as bases que sustentam as relações crescentes de confiança entre trabalhadores, outros colaboradores, accionistas, clientes e fornecedores da PT, sendo de salientar os aspectos seguintes:

- ▶ O Código destaca desde logo a importância da observância de um princípio de lealdade para com as empresas do Grupo, devendo os colaboradores empenhar-se na salvaguarda do seu prestígio e no cumprimento escrupuloso das normas legais e regulamentares aplicáveis à actividade do Grupo. Salienta-se designadamente a relevância da sujeição de todos os colaboradores ao sigilo profissional, em particular nas matérias a que os colaboradores têm acesso no exercício das suas funções e que não devam ser do conhecimento geral.
- ▶ Impende ainda sobre os colaboradores do Grupo, segundo o Código de Ética, um dever de declarar quaisquer situações de facto que possam pôr em causa a sua independência e isenção em processos de decisão, nomeadamente por envolverem directa ou indirectamente organizações com quem tenham colaborado ou pessoas a que estejam ligados por laços de parentesco ou afinidade. Os colaboradores devem também abster-se de exercer quaisquer funções em entidades fora do Grupo cujos objectivos possam colidir ou interferir com os objectivos das empresas do Grupo.
- ▶ É salientada pelo Código de Ética a importância da observância das responsabilidades atribuídas aos colaboradores, nomeadamente quanto ao cumprimento dos limites de tolerância ao risco definidos para o Grupo e objectivos orçamentais e a prossecução prioritária dos objectivos da Empresa, referindo-se designadamente, a imposição de uma utilização eficiente dos recursos e um dever de conservação do património da Empresa e de obtenção de sinergias dentro do Grupo.

- ▶ O Código de Ética estabelece que as empresas e os seus colaboradores devem assegurar o cumprimento escrupuloso das condições acordadas quanto à qualidade dos produtos, serviços ou garantias assegurados, devendo ser honrados integralmente todos os compromissos assumidos. As empresas do Grupo devem também sensibilizar os seus fornecedores e prestadores de serviços para o cumprimento de princípios éticos alinhados com os princípios e valores do Grupo Portugal Telecom, nomeadamente no que se refere à confidencialidade da informação e conflitos de interesses que se possam verificar sempre que os fornecedores ou prestadores de serviços estejam ligados a empresas concorrentes.
- ▶ No âmbito das relações comerciais com terceiros, o Código salienta a necessidade de respeitar as regras e critérios de mercado, não viabilizando a concorrência desleal através de acordos de partilha ou de fixação de preços, e respeitando os direitos de propriedade, tanto material como intelectual.
- ▶ A protecção dos interesses dos accionistas assume também particular importância, estando as empresas do Grupo designadamente adstritas a garantir a protecção dos interesses dos accionistas minoritários, através de mecanismos como a inclusão nos órgãos sociais de representantes destes accionistas, a salvaguarda e facilitação do direito de voto destes accionistas nas Assembleias Gerais e o cumprimento, pelas sociedades do Grupo, do dever de informação, de modo a assegurar que todos os accionistas têm um tratamento justo e igualitário.
- ▶ Ainda no contexto dos mercados de capitais, os colaboradores que estejam na posse de informação relevante que ainda não tenha sido tornada pública e que seja susceptível de poder influenciar as cotações bolsistas, não podem executar quaisquer transacções de valores mobiliários de empresas do Grupo, de parceiros estratégicos ou de empresas envolvidas em transacções ou relações com o Grupo, nem divulgar essa informação a terceiros.
- ▶ Finalmente, impõe-se um dever de prestar às autoridades de supervisão e fiscalização toda a colaboração possível, satisfazendo as solicitações que forem exigidas e não adoptando qualquer comportamento que possa impedir o exercício das competências de supervisão pelas autoridades reguladoras. O texto integral do Código de Ética do Grupo Portugal Telecom encontra-se disponível para consulta no website oficial da Empresa (www.telecom.pt) e pode ser disponibilizado através da Direcção de Relação com Investidores.

3.2. Procedimentos de controlo do risco

Descrição dos procedimentos internos adoptados, se for o caso, para o controlo do risco na actividade da sociedade, designadamente existência de unidades orgânicas dedicadas à auditoria interna e/ou à gestão de riscos.

A gestão dos riscos de negócio assume cada vez maior importância, atendendo ao contexto de globalização e elevado dinamismo que hoje em dia caracteriza o meio em que se desenvolvem as actividades das várias áreas de negócio da PT.

A gestão de riscos é assegurada pelas diversas Unidades do Centro Corporativo, Unidades de Negócio e Unidades de Serviço, as quais com base numa identificação e priorização prévia de riscos críticos desenvolvem estratégias de gestão de risco com vista a implementarem os controlos considerados adequados e que garantam a redução do risco para um nível aceitável.

Atendendo a que a gestão de riscos de negócio é uma responsabilidade de todos os colaboradores, a PT tem vindo a desenvolver metodologias com vista a criar uma “risk-awareness culture” que estabeleça uma linguagem comum para identificar, priorizar, avaliar e controlar os riscos críticos de negócio.

Os negócios do Grupo são afectados por um grande número de factores de risco, uns fora do controlo da gestão, e outros que devem ser geridos pró-activamente, de forma a influenciar positivamente o desempenho do Grupo. Estes afectam as operações, as receitas, os resultados, os activos, a liquidez e os recursos do Grupo e, consequentemente, o valor accionista da Empresa.

Os riscos de negócio são avaliados tendo em conta a probabilidade e impacto da sua ocorrência nos negócios do Grupo. Essa avaliação é feita pelas Comissões Executivas e Direcções das empresas do Grupo PT.

Os principais factores de risco inerentes aos negócios do Grupo são:

- ▶ **Concorrência:** potencial redução das receitas do serviço fixo em resultado do progressivo efeito de substituição Fixo-móvel, bem como pelo aumento da concorrência de outros operadores de rede fixa. A gestão deste risco é uma preocupação constante da Comissão Executiva da PT e suas empresas participadas na procura de novos e melhores produtos e serviços que se revelem inovadores e representem valor face aos da concorrência, que permitam consolidar, junto do cliente final, a imagem do Grupo PT como líder e pioneiro no mercado de telecomunicações.
- ▶ **Evolução tecnológica:** necessidade de investimentos em negócios cada vez mais concorrenciais e com uma história recente de mudanças tecnológicas muito rápidas. A gestão do risco de evolução tecnológica está, a nível corporativo, sob responsabilidade do departamento de “Desenvolvimento Tecnológico” da PT. Paralelamente, a nível operacional, o Grupo PT detém a PT Inovação, empresa direccionada para o desenvolvimento tecnológico dos negócios do Grupo, ao nível da investigação aplicada, serviços de engenharia e de desenvolvimento de soluções e serviços inovadores, quer no mercado doméstico, quer no mercado internacional.
- ▶ **Regulação:** assegurar o acompanhamento das alterações regulatórias, dadas as ameaças e oportunidades que representam para a posição competitiva do Grupo PT nos negócios em que este está inserido. A gestão do risco de regulação está entregue à Direcção de Regulação e Concorrência da PT, que deverá estar a par de novas regulações aplicáveis ao sector, com impacto para o Grupo PT, emitidas por entidades nacionais e internacionais.
- ▶ **Fiscal:** evolução de legislação fiscal e eventuais interpretações da aplicação da regulamentação fiscal e para-fiscal de formas diversas. A gestão deste risco está entregue à Direcção de Reporte e Consolidação da PT, que acompanha toda a regulamentação fiscal e aproveitamento de oportunidades de planeamento fiscal. Poderá este departamento ser apoiado por consultoria fiscal sempre que os temas em análise possam ser mais críticos e, por isso, carecerem de uma interpretação de uma entidade independente.

- ▶ Não obtenção/retenção de talentos: assegurar a capacidade de dispor das pessoas com as capacidades correctas, devidamente motivadas, nos lugares certos. A gestão deste risco está a cargo da Direcção de Activos Humanos da PT, que identifica os elementos chave do Grupo PT para depois utilizar as estratégias de retenção adequadas aos segmentos que definiu para a sua gestão.
- ▶ Parcerias estratégicas: assegurar alianças, joint ventures, ou outro tipo de relações eficientes e eficazes que afectem de modo positivo a capacidade de competir. A Comissão Executiva da PT e das restantes empresas participadas têm assumido papel central na gestão deste risco, potenciando as oportunidades existentes.
- ▶ Mercados financeiros: alteração dos rendimentos esperados de investimentos efectuados no exterior, em resultado de alteração de diversas variáveis, nomeadamente taxa de juro e taxa de câmbio. A gestão do risco de mercados financeiros é assegurada pela Direcção de Finanças. O Grupo PT contrata um conjunto de instrumentos financeiros derivados, com o intuito de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e taxa de câmbio. A contratação de investimentos financeiros é efectuada após a análise cuidada dos riscos, benefícios inerentes a este tipo de operações e consulta a diversas instituições intervenientes neste mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pela Empresa. O Fair Value destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações económico-financeiras. De modo a dar resposta às exigências regulatórias a que se encontra sujeita, quer em termos nacionais, quer em termos internacionais, a PT tem vindo a desenvolver um projecto de Controlo Interno que visa essencialmente garantir a conformidade com os objectivos, políticas e procedimentos estabelecidos, garantir a fiabilidade da informação financeira, garantir a eficácia e a eficiência das operações e minimizar a ocorrência de fraude.

Este projecto, alinhado com as melhores práticas internacionais e com as disposições do Sarbanes-Oxley Act, tem vindo a ser executado nas principais empresas participadas, estando determinada a sua implantação em todas as empresas do Grupo PT. O programa prevê não só a introdução de procedimentos de Controlo Interno como também a sua revisão, verificação e melhoria contínua. Trimestralmente, são avaliados os procedimentos e controlos de divulgação de informação (disclosure controls and procedures) no que respeita à sua adequação, eficiência e operacionalidade.

Em 2003, o Grupo PT implantou um modelo de certificações em cascata, que tem como objectivo garantir uma responsabilização dos principais intervenientes no processo de Reporting Financeiro e assenta em Certificações Anuais, Management Questionnaires e declarações de responsabilidade, preparadas com base em templates corporativos e com periodicidades anuais, mensais e trimestrais, respectivamente. As referidas certificações visam responsabilizar os principais participantes no processo de divulgação de informação, incluindo CEO e CFO, de que toda a informação financeira e não financeira relevante foi reportada ao Centro Corporativo e se encontra correcta.

O Grupo PT dispõe de meios, nomeadamente departamentos de auditoria interna, cujas funções servem de garante à execução das políticas e procedimentos definidos pela Comissão Executiva.

3.3 Medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição

Indicação das medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição, devendo descrever-se sumariamente pelo menos as seguintes: limites ao exercício dos direitos de voto, restrições à transmissibilidade de acções, direitos especiais de algum accionista e acordos parassociais, se conhecidos pela sociedade.

A PT não adoptou medidas de defesa contra ofertas públicas de aquisição. Descrevem-se no entanto seguidamente as medidas existentes que, sendo susceptíveis de ter incidência neste âmbito, correspondem à enumeração do Regulamento da CMVM n.º 11/2003.

De acordo com o artigo 13.º dos estatutos da sociedade, não serão contados os votos emitidos por um accionista titular de acções ordinárias, por si ou através de representante, em nome próprio ou como representante de outro accionista, que excedam dez por cento da totalidade do capital.

Esta disposição, que traduz intrinsecamente – e surgiu historicamente em diversos países da Europa – como medida de ampliação da democracia accionista (reduzindo o poder de voto dos maiores accionistas e ampliando correspondentemente o poder de voto das minorias) é também normalmente relacionada como susceptível de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição, sendo certo, porém, que ao possível efeito de diminuição da frequência de ofertas públicas (uma vez que a obtenção de controlo requer patamares mais elevados de participação accionista) não deve deixar de ser contraposto o efeito de incentivo à melhoria das condições de atractividade das ofertas públicas, já que só níveis mais elevados de adesão pelos destinatários permitem alcançar limiares de controlo.

Por outro lado, para além das acções ordinárias, o capital social da PT está também representado por 500 acções de categoria A, as quais são detidas pelo Estado e conferem direitos especiais, resultantes do estabelecido no artigo 14.º, n.º 2, e no artigo 19.º, n.º 2, dos estatutos da sociedade.

Nos termos destas disposições, as matérias que se indicam a seguir não podem ser aprovadas em assembleia geral contra a maioria dos votos correspondentes às acções de categoria A:

- ▶ Eleição da Mesa da Assembleia Geral e dos membros do Conselho Fiscal.
 - ▶ Aplicação de resultados do exercício, sendo, no entanto apenas aplicável em relação à aprovação de dividendos em percentagem superior ao mínimo de 40% dos lucros distribuíveis, fixado na alínea b) do artigo 30.º dos estatutos.
 - ▶ Quaisquer alterações dos estatutos e aumentos de capital, bem como a limitação ou supressão de direitos de preferência e a fixação, nos termos do artigo 4.º, n.os 3 e 4, dos estatutos, de parâmetros para aumentos de capital a deliberar pelo Conselho de Administração.
 - ▶ Emissão de obrigações ou outros valores mobiliários, a fixação do valor daquelas que o Conselho de Administração pode autorizar, nos termos do artigo 8.º, n.º 3, dos estatutos, bem como sobre a limitação ou supressão do direito de preferência na emissão de obrigações convertíveis em acções e a fixação, nos termos do artigo 8.º, n.os 3 e 4, dos estatutos, de parâmetros para emissões a aprovar pelo Conselho de Administração de obrigações desta natureza.
 - ▶ Autorização para criar e manter em qualquer ponto do território nacional, ou fora dele, agências, delegações ou qualquer outra forma de representação, bem como a autorização para deslocar a sua sede dentro do concelho de Lisboa ou para concelho limítrofe.
 - ▶ Autorização da Assembleia Geral para que os accionistas que exerçam, directa ou indirectamente, actividade concorrente com a actividade desenvolvida pelas sociedades em relação de domínio com a PT sejam titulares de acções ordinárias representativas de mais de dez por cento do capital social da Empresa.
 - ▶ Aprovação dos objectivos gerais e os princípios fundamentais das políticas da Empresa.
 - ▶ Definição dos princípios gerais de política de participações em sociedades, nos termos do artigo 3.º, n.º 2, dos estatutos, e deliberar sobre as respectivas aquisições e alienações, nos casos em que aqueles princípios as condicionem à prévia autorização da Assembleia Geral.
 - ▶ Eleição de um terço do número total de administradores, que compreenderá o Presidente do Conselho de Administração.
- Não existem limites à transmissibilidade de acções, e a sociedade não tem conhecimento de quaisquer acordos parassociais.

4. Órgão de administração

4.1. Caracterização do órgão de administração

Caracterização do órgão de administração, designadamente no que respeita a:

- a) Identidade de membros que compõem o órgão de administração, distinguindo-se os membros executivos dos não executivos, e os membros independentes dos não independentes;
- b) Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

O Conselho de Administração da PT é composto por um número ímpar de membros, entre 15 a 23, que são eleitos por maioria dos votos emitidos. O quorum para a reunião do Conselho de Administração consiste numa maioria simples de administradores, possuindo os membros iguais direitos de voto e sendo todas as deliberações do Conselho de Administração tomadas por maioria de votos. O Presidente goza de voto de qualidade, em caso de empate.

O mandato dos administradores é de três anos, sendo o ano de eleição considerado como um ano civil completo, e não existindo restrição quanto à reeleição de administradores.

Actualmente, o Conselho de Administração da PT é composto por 23 administradores, encontrando-se a respectiva composição descrita adiante.

Todos os membros do Conselho de Administração foram eleitos em nome individual por proposta conjunta apresentada por accionistas privados e pelo Estado na Assembleia Geral de 4 de Abril de 2003, sem indicação de qualquer tipo de representação. O Conselho é constituído por profissionais com larga experiência, nomeadamente nas telecomunicações e no sector financeiro.

De acordo com o critério estabelecido no Regulamento n.º 11/2003 da CMVM, um administrador não é considerado independente se estiver associado a grupos de interesses específicos na sociedade. Para este efeito, o n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento enumera as situações de administradores que:

- a) Sejam membros do órgão de administração de sociedade que exerça domínio sobre a sociedade, nos termos do Código dos Valores Mobiliários.
- b) Sejam titulares de participação qualificada igual ou superior a 10% do capital social ou dos direitos de voto da sociedade, ou de idêntica percentagem em sociedade que sobre aquela exerça domínio, nos termos do disposto no Código dos Valores Mobiliários.

c) Exerçam funções de administração ou tenham vínculo contratual com empresa concorrente.

d) Aufiram qualquer remuneração da sociedade, ou de outras sociedades que com aquela estejam em relação de domínio ou de grupo, excepto a retribuição pelo exercício das funções de administração.

e) Sejam cônjuges, parentes e afins em linha recta até ao terceiro grau inclusive, das pessoas referidas nas alíneas anteriores.

Para além das circunstâncias acima enunciadas, nos termos do Regulamento, o órgão de administração deve ainda ajuizar, em termos fundamentados, da independência dos seus membros perante outras circunstâncias concretas a eles atinentes, isto é, de outros tipos de associação a grupos de interesse específicos.

Os actuais Administradores do Grupo PT, eleitos em Assembleia Geral de 4 de Abril de 2003 por um triénio, são os seguintes:

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: **Ernâni Rodrigues Lopes**

PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA: **Miguel Horta e Costa**

ADMINISTRADORES EXECUTIVOS: **Zeinal Bava | Carlos Vasconcellos Cruz | Iriarte Esteves | Paulo Fernandes**

ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS: **Joaquim Goes | Henrique Granadeiro | Carlos Oliveira Cruz | Jorge Tomé | Fernando Ulrich | Fernando Abril | António Viana Baptista | Pedro Malan | Luís de Mello Champalimaud | Patrick Monteiro de Barros | Jorge Bleck | Carlos Blanco de Morais | João Mello Franco | Gerald McGowan | Peter Golob | Nuno Silvério Marques | Thomaz Paes de Vasconcellos**

À luz dos critérios específicos de ausência de independência enumerados no n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 11/2003, todos os membros do Conselho de Administração da PT serão de considerar independentes, com os seguintes pressupostos:

(i) Considerar-se, para este efeito, no que respeita à vinculação contratual com empresas concorrentes, a inexistência de vínculos decorrentes de funções de administração em concorrente significativo no território nacional.

(ii) Na qualificação de relações familiares com pessoas exercendo funções remuneradas no Grupo, ser adoptado o padrão uniformizador de não se excederem limiares relevantes de remuneração a que o Grupo PT está sujeito noutras ordens jurídicas (designadamente o limiar aplicável nos termos das normas da New York Stock Exchange, que não é excedido nas duas situações existentes).

No que concerne à aferição de outras situações de associação a interesses específicos, o juízo do Conselho de Administração defronta, antes de mais, a fluidez conceptual em torno das muito diversas definições de administradores independentes que têm sido propostas internacionalmente, com múltiplas dúvidas e hesitações noutras ordens jurídicas que igualmente afectam o Grupo PT (como mostram os muitos meses de debate e sucessivas reformulações que precederam a aprovação pela SEC, em Novembro de 2003, dos critérios propostos em 2002 pela NYSE e NASDAQ).

Por outro lado, a este respeito, a PT não se enquadra inteiramente em nenhuma das situações dicotómicas referidas, em termos gerais, pela CMVM no documento de apreciação da consulta pública do Regulamento 11/2003, ao referir que “o conceito de administrador independente tanto se adapta às sociedades com grande dispersão accionista, onde releva a independência perante a gestão, como às sociedades com estrutura de controlo caracterizada por grandes blocos accionistas, em que releva a independência perante os accionistas de referência”.

Assim, o Conselho de Administração, muito embora não tendo concluído, relativamente a nenhum dos seus membros – que, como se disse, foram eleitos individualmente em lista conjunta – pela ausência das condições essenciais de autonomia de determinação e critério subjacentes ao conceito de independência, considerou, a benefício de maior transparência, de enumerar seguidamente (i) as situações de detenção directa de participações qualificadas (iguais ou superiores a 2% do capital) ou exercício de funções de administração com accionistas detentores de participações qualificadas, (ii) a integração na estrutura de gestão, e (iii) a existência de relações familiares relevantes com trabalhadores remunerados da sociedade.

Num sentido lato de associação a interesses específicos, os administradores referidos em (i) com participações ou poder de representação de accionistas qualificados poderão ser considerados não independentes.

A indicação de relacionamento e distribuição por comissões existentes dos administradores da sociedade à data da elaboração do presente relatório são graficamente ilustradas pelo seguinte quadro:

ADMINISTRADORES DA PORTUGAL TELECOM

	Comissão Executiva	Comissão de Estratégia	Comissão de Auditoria	Relacionamento de administradores			
				(1)	(2)	(3)	(4)
Ernâni Rodrigues Lopes Presidente do Conselho de Administração		⊙		⊙			
Miguel Horta e Costa Presidente da Comissão Executiva	⊙	⊙				⊙	
Zeinal Bava	⊙	⊙				⊙	
Carlos Vasconcellos Cruz	⊙	⊙				⊙	
Iriarte Esteves	⊙	⊙				⊙	⊙
Paulo Fernandes	⊙	⊙				⊙	
Joaquim Goes		⊙			⊙		
Henrique Granadeiro				⊙			
Carlos Oliveira Cruz		⊙			⊙		
Jorge Tomé					⊙		
Fernando Ulrich		⊙			⊙		
Fernando Abrill					⊙		
António Viana Baptista		⊙			⊙		
Pedro Malan				⊙			
Luís de Mello Champalimaud				⊙			
Patrick Monteiro de Barros		⊙		⊙			
Jorge Bleck				⊙			
Carlos Blanco de Moraes				⊙			
João Mello Franco			⊙	⊙			⊙
Gerald McGowan				⊙			
Peter Golob				⊙			
Nuno Silvério Marques			⊙	⊙			
Thomaz Paes de Vasconcellos			⊙	⊙			

(1) Independência total de relacionamento; (2) Detenção de participações qualificadas ou exercício de funções de administração em accionistas detentores de participações qualificadas;

(3) Integração na estrutura de gestão; (4) Relação familiar relevante com colaboradores remunerados da sociedade ou do Grupo (embora inferior ao limite da NYSE).

As funções desempenhadas em outras sociedades
por cada um dos administradores indicam-se a seguir:

ERNÂNI RODRIGUES LOPES

Funções desempenhadas em outras sociedades

Sócio-Gerente de SaeR – Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco, Lda.
Sócio-Gerente da Ernâni R. Lopes & Associados, Lda.
Presidente do Conselho de Administração da SESC – Sociedade de Estudos Superiores de Contabilidade, S.A.

MIGUEL HORTA E COSTA

Funções desempenhadas em outras sociedades do Grupo PT

Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da PT Comunicações, S.A.
Presidente do Conselho de Administração de PT Multimedia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração de PT Móveis – Serviços de Telecomunicações, SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração de TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.
Presidente do Conselho de Administração de PT Ventures, SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração de PT Sistemas de Informação, S.A.
Presidente do Conselho de Administração de PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, S.A.
Presidente do Conselho de Administração de PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.
Presidente do Conselho de Administração de PT Investimentos Internacionais, S.A. (a criar).
Presidente do Conselho de Administração de Portugal Telecom Brasil, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Fundação Portugal Telecom.

Funções desempenhadas em outras sociedades

Administrador de Telefónica, S.A.

ZEINAL BAVA

Funções desempenhadas em outras sociedades do Grupo PT

Vice-Presidente do Conselho de Administração de PT Comunicações, S.A.
Presidente da Comissão Executiva de PT Multimedia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração de PT PRO – Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A.
Administrador de PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, S.A.
Administrador de PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.
Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva de Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
Presidente da Comissão Executiva da TV Cabo.
Administrador de Páginas Amarelas, S.A.
Administrador de BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.
Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom Brasil, S.A.
Membro do Conselho de Administração da Brasilcel, N.V.
Membro do Conselho de Administração de Telesp Celular Participações, S.A.
Membro do Conselho de Administração de Tele Sudeste Participações, S.A.
Membro do Conselho de Administração da Tele Leste Celular Participações, S.A.
Membro do Conselho de Administração da Celular CRT Participações, S.A.
Membro do Conselho de Administração de Tele Centro Oeste Celular Participações, S.A.
Administrador da Fundação Portugal Telecom.

CARLOS VASCONCELLOS CRUZ

Funções desempenhadas em outras sociedades do Grupo PT

Administrador de PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, S.A.
Administrador de PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.
Presidente do Conselho de Administração de PT Acessos de Internet WI-FI, S.A.
Presidente da Comissão Executiva de PT Prime, SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração de PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.
Presidente do Conselho de Administração de PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A.
Presidente do Conselho de Administração de PT Multimedia.com, Serviços de Acessos à Internet, SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração de Telepac II – Comunicações Interactivas, S.A.
Presidente do Conselho de Administração de Saber e Lazer – Informática e Comunicações, S.A.
Administrador de Páginas Amarelas, S.A.
Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom Brasil, S.A.
Membro do Conselho de Administração da Brasilcel, N.V.
Membro do Conselho de Administração de Telesp Celular Participações, S.A.
Membro do Conselho de Administração de Tele Sudeste Participações, S.A.
Membro do Conselho de Administração da Tele Leste Celular Participações, S.A.
Membro do Conselho de Administração da Celular CRT Participações, S.A.
Membro do Conselho de Administração de Tele Centro Oeste Celular Participações, S.A.
Administrador da Fundação Portugal Telecom.

IRIARTE ESTEVES

Funções desempenhadas em outras sociedades do Grupo PT

Vice-Presidente da Comissão Executiva de PT Comunicações, S.A.
Presidente da Comissão Executiva de TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.
Presidente da Comissão Executiva de PT Móveis – Serviços de Telecomunicações, SGPS, S.A.
Administrador de PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, S.A.
Administrador de PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.
Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom Brasil, S.A.
Membro do Conselho de Administração da Brasilcel, N.V.
Membro do Conselho de Administração de Telesp Celular Participações, S.A.
Membro do Conselho de Administração de Tele Sudeste Participações, S.A.
Membro do Conselho de Administração da Tele Leste Celular Participações, S.A.
Membro do Conselho de Administração da Celular CRT Participações, S.A.
Membro do Conselho de Administração de Tele Centro Oeste Celular Participações, S.A.
Administrador da Fundação Portugal Telecom.

PAULO FERNANDES

Funções desempenhadas em outras sociedades do Grupo PT

Presidente da Comissão Executiva de PT Sistemas de Informação, S.A.
Vice-Presidente do Conselho de Administração de PT Ventures, S.A.
Administrador de PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, S.A.
Administrador de PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.
Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom Brasil, S.A.
Administrador da Fundação Portugal Telecom.

JOAQUIM GOES**Funções desempenhadas****em outras sociedades do Grupo PT**

Administrador de BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.
 Administrador de PT Multimedia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.

Funções desempenhadas em outras sociedades

Administrador de Banco Espírito Santo, S.A.
 Administrador de ES Tech Ventures, SGPS, S.A.
 Administrador de Crediflash – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A.
 Administrador de ESDATA – Espírito Santo Data, SGPS, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração de E.S. Interaction, Sistemas de Informação Interactivos, S.A.
 Administrador de Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, S.A.

HENRIQUE GRANADEIRO**Funções desempenhadas****em outras sociedades do Grupo PT**

Administrador de PT Multimedia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.
 Presidente da Comissão Executiva da Lusomundo Media, SGPS, S.A., e empresas participadas: Diário de Notícias, Jornal de Notícias, TSF, Jornal do Fundão, Açoreana Ocidental e DN da Madeira.

Funções desempenhadas em outras sociedades

Presidente do Conselho Fiscal de Seguros e Pensões Gere, SGPS, S.A. (Grupo BCP) e em empresas participadas (Império-Bonança, Ocidental, Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, Correctorgeste, Luso Atlântico e Seguro Directo Gere).
 Presidente do Conselho de Administração de Marmetal – Mármore e Materiais de Construção, S.A.
 Membro do Conselho Estratégico do Banco Finantia.
 Presidente do Conselho de Administração da Magrimar – Mármore e Granitos, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração de Aleluia – Cerâmica Comércio e Indústria, S.A.
 Administrador da Fundação Eugénio de Almeida.

CARLOS OLIVEIRA CRUZ**Funções desempenhadas****em outras sociedades**

Vice-Presidente do Conselho de Administração de Caixa Geral de Depósitos, S.A.
 Vice-Presidente do Conselho de Administração de Caixa – Banco de Investimento, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração de Caixa Brasil, SGPS, S.A.
 Administrador de Caixa – Participações, S.A.
 Administrador de Gerbanca, SGPS, S.A.
 Administrador de Unibanco Holdings, S.A.

JORGE TOMÉ**Funções desempenhadas em outras sociedades**

Vogal do Conselho de Administração de Caixa – Banco de Investimento, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração de Trem II – Aluguer de Material Circulante.
 Vogal do Conselho de Administração de Caixa Gestão de Patrimónios, S.A.

FERNANDO ULRICH**Funções desempenhadas****em outras sociedades do Grupo PT**

Administrador de PT Multimedia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.

Funções desempenhadas em outras sociedades

Vice-Presidente da Comissão Executiva e do Conselho de Administração de Banco BPI, S.A.
 Vice-Presidente do Conselho de Administração de Banco Português de Investimento, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração de BPI Fundos – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração de BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração de BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.
 Vice-Presidente do Conselho de Administração de Banco de Fomento, S.A.R.L. (Moçambique).
 Vice-Presidente do Conselho de Administração de Banco de Fomento, S.A.R.L. (Angola).
 Administrador de BPI Capital Finance Limited.
 Presidente do Conselho de Administração de BPI Global Investment Fund Management Company, S.A.
 Administrador de Banco BPI Cayman Limited.
 Administrador de Inter-Risco – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração de Solo, SGPS, S.A.
 Administrador de BPI Madeira, SGPS, Unipessoal, S.A.
 Administrador de Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.
 Administrador de Impresa, SGPS, S.A.

FERNANDO ABRIL

Funções desempenhadas em outras sociedades do Grupo PT
 Administrador de Telecomunicações de São Paulo, S.A.
Funções desempenhadas em outras sociedades
 Administrador-Delegado de Telefónica, S.A.

ANTÓNIO VIANA BAPTISTA

Funções desempenhadas em outras sociedades do Grupo PT
 Conselheiro de Brasilcel N.V.
 Conselheiro de Tele Sudeste Celular Participações, S.A.
 Conselheiro de Telesp Celular, S.A.
 Conselheiro de TBS Participações, S.A.
 Conselheiro de Tele Leste Celular Participações, S.A.
 Conselheiro de Iberoleste Participações, S.A.
 Conselheiro de Celular CRT Participações, S.A.
 Conselheiro de Sudestecel Participações, S.A.
 Conselheiro de Tele Centro Oeste Celular Participações, S.A.
 Conselheiro de Telecomunicações de São Paulo – Telesp, S.A.
Funções desempenhadas em outras sociedades
 Presidente (Chairman & CEO) do Conselho de Telefónica Móveis, S.A.
 Presidente de Telefónica Móveis España, S.A.
 Conselheiro de Telefónica, S.A.
 Conselheiro de Administração de Telefónica de España, S.A.
 Conselheiro de Telefónica DataCorp, S.A.
 Conselheiro de Telefónica Internacional, S.A.
 Representante de Telefónica Data no Conselho de Terra Networks, S.A.
 Conselheiro de Telefónica Data Brasil Holding, S.A.
 Conselheiro da Companhia de Telecomunicações de Chile – CTC.
 Conselheiro de Telefónica Larga Distancia, Inc.
 Conselheiro de Telefónica da Argentina, S.A.
 Conselheiro de Telefónica del Perú, S.A.A.

PEDRO MALAN

Funções desempenhadas em outras sociedades
 Vice-Presidente do Conselho de Administração de Unibanco.
 Presidente do Conselho de Administração da Globex-Ponto Frio.
 Membro do Conselho Consultivo da Alcoa Alumínio, S.A.

LUÍS DE MELLO CHAMPALIMAUD

Não desempenha outras funções noutras sociedades

PATRICK MONTEIRO DE BARROS

Funções desempenhadas em outras sociedades
 Administrador não executivo da Espírito Santo Control Holding.
 Administrador não executivo da Espírito Santo International Holding.
 Administrador não executivo da Espírito Santo Financial Group.
 Administrador não executivo da Espírito Santo Resources.
 Presidente do Conselho de Administração da Argus Resources (UK).
 Presidente do Conselho de Administração da Telexpress Investments.
 Administrador-Delegado da Fundação Monteiro de Barros.

JORGE BLECK

Funções desempenhadas em outras sociedades
 Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Crédito Predial Português.
 Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Santander – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário.
 Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banco Santander de Negócios Portugal.
 Vogal do Conselho de Administração da Foggia, SGPS.

CARLOS BLANCO DE MORAIS

Funções desempenhadas em outras sociedades
 Administrador da Fundação D. Pedro IV.

JOÃO MELLO FRANCO

Funções desempenhadas em outras sociedades
 Administrador de José de Mello Participações, SGPS, S.A.
 Vice-Presidente do Conselho de Administração de José de Mello Imobiliária, SGPS, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração de Imopólis (SGFII), S.A.
 Presidente do Conselho de Administração de Engimais, S.A.
 Administrador de International Shipowners Reinsurance Co, S.A.

GERALD MCGOWAN

Funções desempenhadas em outras sociedades
 Administrador de Virginia Port Authority.
 Administrador de Overseas Private Investment Corporation.

PETER GOLOB

Funções desempenhadas em outras sociedades
 Consultor na área de telecomunicações.

NUNO SILVÉRIO MARQUES

Funções desempenhadas em outras sociedades
 Sócio da CIDOT, Comunicação e Imagem, Lda.

THOMAZ PAES DE VASCONCELLOS

Funções desempenhadas em outras sociedades
 Sócio-Gerente da TPV, Lda.

4.2. Comissão Executiva

Referência à eventual existência de uma Comissão Executiva ou de outras comissões com competência em matéria de gestão, identificando, designadamente, os poderes e competências atribuídos a essas comissões e a sua composição, incluindo indicação dos administradores considerados, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º, como independentes que integram essas comissões.

Nos termos dos estatutos e de harmonia com a lei societária, a gestão corrente da Empresa cabe a uma Comissão Executiva,

composta por 5 ou 7 Administradores. É necessária a maioria dos votos dos membros da Comissão Executiva para a aprovação das suas decisões, possuindo todos os membros iguais direitos de voto, e cabendo ao Presidente voto de qualidade, em caso de empate. A Comissão Executiva reúne semanalmente.

A Comissão Executiva é composta pelos seguintes administradores:

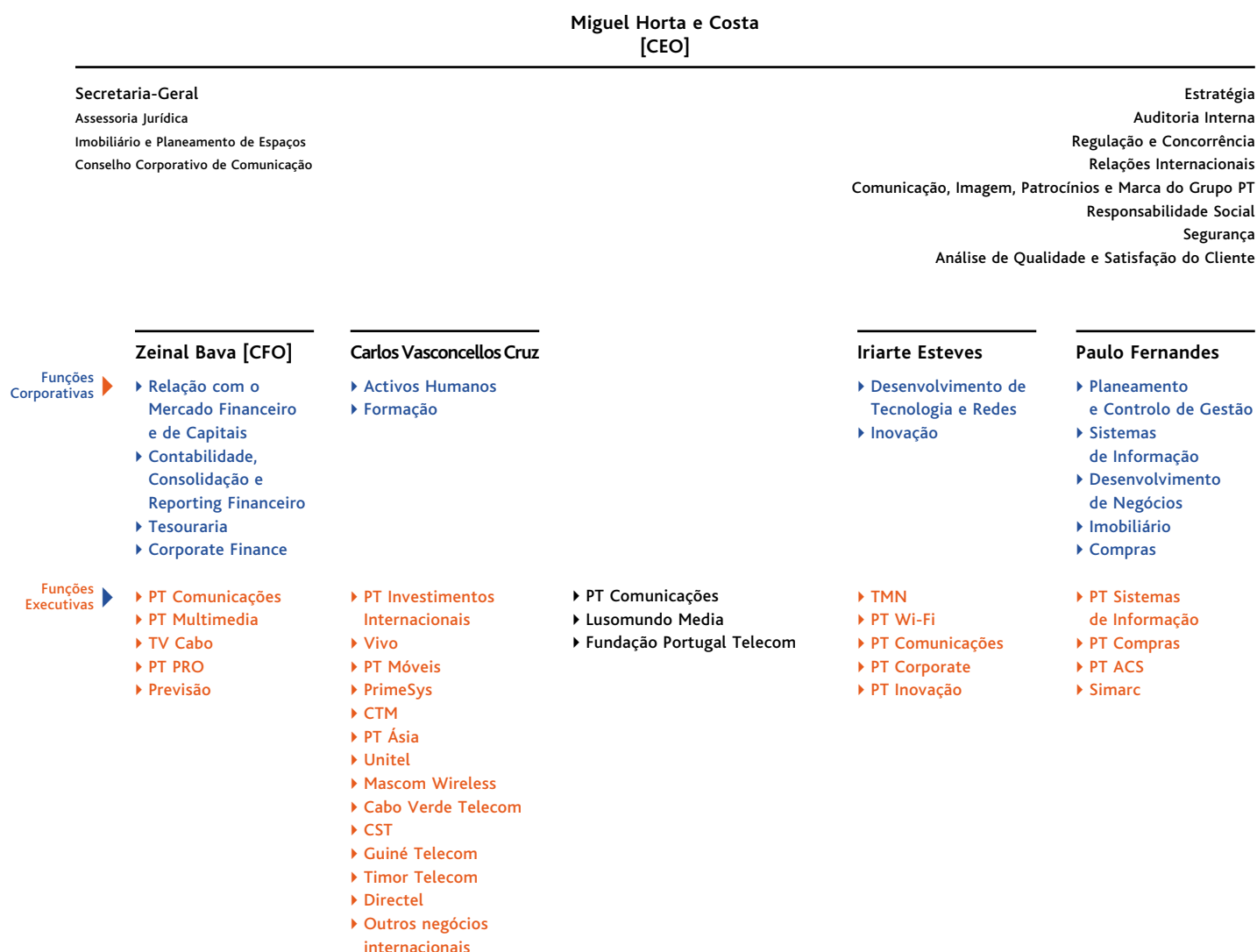
PRESIDENTE

Miguel Horta e Costa

VOGAIS

Zeinal Bava | Carlos Vasconcellos Cruz | Iriarte Esteves | Paulo Fernandes

No organigrama seguinte apresenta-se a atribuição de responsabilidades aos membros da Comissão Executiva:



4.3. Funcionamento do órgão de administração

Descrição do modo de funcionamento do órgão de administração, indicando-se nomeadamente:

A) Delimitação de competências entre o Presidente do órgão de administração e o Presidente da comissão executiva, caso exista.

As responsabilidades de dirigir o Conselho de Administração e assumir a gestão executiva do Grupo são distintas. Nos termos dos estatutos e normas de funcionamento do Conselho de Administração, o Presidente da Comissão Executiva é o líder da equipa de gestão do Grupo, e como tal é responsável pela gestão operacional e pela performance do Grupo. Por seu lado, ao Presidente do Conselho de Administração, de acordo com os estatutos, compete designadamente:

- ▶ Representar a sociedade em juízo e fora dele.
- ▶ Coordenar a actividade do Conselho de Administração e proceder à distribuição de matérias pelos Administradores, quando a isso aconselhem as conveniências da gestão.
- ▶ Convocar e dirigir as reuniões do Conselho.
- ▶ Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração.

B) Lista de matérias vedadas à comissão executiva.

O Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva a gestão corrente da Empresa, atribuindo-lhe, sem prejuízo da faculdade de poder avocar qualquer das competências delegadas, todos os poderes para o efeito necessários, com excepção dos relativos às matérias seguidamente enumeradas:

- ▶ Cooptação de administradores.
- ▶ Pedido de convocação de Assembleias Gerais.
- ▶ Relatórios e contas anuais, a submeter à aprovação da Assembleia Geral.
- ▶ Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade, cuja competência é reservada ao Conselho de Administração, sem prejuízo do disposto na alínea h) do artigo 15.º dos estatutos da PT.
- ▶ Mudança de sede da sociedade.
- ▶ Projectos de cisão, fusão e transformação da sociedade, a propor à Assembleia Geral, bem como aquisições, alienações, fusões, cisões e acordos de parceria estratégica que envolvam sociedades do Grupo PT, sempre que, nestes casos, tais operações não consubstanciem meras reestruturações internas do grupo PT enquadradas nos objectivos gerais e princípios fundamentais aprovados pela Assembleia Geral.

▶ Projectos de aumentos de capital da sociedade a propor à Assembleia Geral.

▶ Alterações estatutárias a propor à Assembleia Geral.

▶ Definição dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas do Grupo PT a submeter à aprovação da Assembleia Geral, nomeadamente a definição dos sectores de investimento e desinvestimento, da política de expansão geográfica dos seus negócios e das opções estratégicas relativas à tecnologia a adoptar, desenvolvimento das redes e prestação de serviços.

▶ Extensões ou reduções importantes da actividade da sociedade e modificações importantes na organização da Empresa.

▶ Planos de actividades, orçamentos e planos de investimentos anuais.

▶ Definição do montante a propor anualmente à Assembleia Geral para a emissão de obrigações ou outros valores mobiliários que possam vir a ser posteriormente deliberados pela Comissão Executiva.

C) Informação aos membros do órgão de administração relativamente às matérias tratadas e decisões tomadas pela comissão executiva, caso exista.

Sob coordenação do Presidente da Comissão Executiva, é dado regular e sistemático conhecimento ao Conselho de Administração das matérias discutidas, bem como das decisões tomadas pela Comissão Executiva.

D) Lista de incompatibilidades definida internamente pelo órgão de administração e número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, caso existam.

Sem prejuízo das incompatibilidades que resultam da lei e das normas internas, designadamente do Código de Ética referido no ponto II 3.1 deste relatório, não foram elaboradas, na sociedade, listas específicas de incompatibilidades nem limites máximos de acumulação de cargos.

E) Número de reuniões do órgão de administração durante o exercício em causa.

Ordinariamente, o Conselho de Administração reúne-se mensalmente, em datas fixadas pelo seu Presidente, podendo no entanto reunir extraordinariamente nos termos previstos nos estatutos da Empresa. Em 2003 tiveram lugar 14 reuniões do Conselho de Administração.

4.4. Política de remuneração do órgão de administração

Descrição da política de remuneração, incluindo designadamente os meios de alinhamento dos interesses dos administradores com o interesse da sociedade.

A remuneração variável dos Administradores, que inclui fundamentalmente prémios, está dependente da performance do Grupo, bem como da evolução da cotação das acções. De referir que na remuneração variável está incluída a atribuição não onerosa de acções prevista no Plano de Incentivos já descrito anteriormente.

A Portugal Telecom procura alinhar os interesses da gestão com os interesses da sociedade, sendo que para tal, a remuneração variável dos Administradores está dependente da sua performance, da capacidade de atingir determinados objectivos que concorrem para os objectivos estratégicos do Grupo.

Assim, na determinação do valor da componente variável dos membros da Comissão Executiva da Portugal Telecom considerou-se a evolução de macro indicadores associados nomeadamente ao EBITDA, à Dívida Líquida e ao Capex, para além da análise de outras importantes metas estabelecidas no âmbito das principais empresas do Grupo.

4.5. Remuneração auferida pelos membros do órgão de administração

Indicação da remuneração, individual ou colectiva, entendida em sentido amplo de forma a incluir, designadamente, prémios de desempenho, auferida, no exercício em causa, pelos membros do órgão de administração, distinguindo os administradores executivos dos não executivos e distinguindo a parte fixa e a parte variável da remuneração. No cálculo da remuneração auferida pelos administradores da sociedade devem ser incluídos os montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.

Em 2003, as remunerações fixas e variáveis auferidas pelos administradores executivos e não executivos foram as seguintes:

valores expressos em milhares de euros			
	Remuneração fixa	Remuneração variável	Total
Administradores executivos	2 995	3 455	6 450
Administradores não executivos	1 645	983	2 628
	4 640	4 438	9 078

As remunerações variáveis dos administradores não executivos no exercício de 2003 incluem o pagamento de prémios a alguns administradores que terminaram as suas funções no final do seu mandato em Abril de 2003.

Anexos

Outras Informações

192	Dados Operacionais por Negócio
194	Gestão da PT
196	Informação aos Accionistas

Dados Operacionais • Rede Fixa

RETALHO E WHOLESALE	2003	2002	Δ %
Acessos (mil)	4 225	4 196	0,7
PSTN/RDIS (mil)	4 037	4 143	(2,6)
Penetração por 100 habitantes (n.º)	41,2	41,9	(1,8)
Taxa de penetração RDIS (%)	20,1	19,9	0,2 p.p.
ADSL (mil)	188,1	52,7	256,9
ADSL [retalho] (mil)	160,9	43,3	271,4
Desmontagens líquidas ⁽¹⁾ (mil)	28,9	(108,7)	n.s.
Subscritores activos Dial-up (mil)	111,3	155,0	(28,2)
Tráfego total [incluindo Wholesale] (milhões minutos)	18 255	20 065	(9,0)
Tráfego de voz	12 680	13 309	(4,7)
Retalho	7 947	8 235	(3,5)
Wholesale	10 308	11 830	(12,9)
Internet	5 023	6 581	(23,7)
Tráfego total originado (milhões minutos)	14 563	16 340	(10,9)
Tráfego originado por acesso dia (minutos)	9,8	10,6	(7,9)
Tráfego nacional Fixo-Fixo (milhões minutos)	5 841	6 479	(9,8)
Tráfego nacional Fixo-Fixo por acesso dia (minutos)	3,9	4,2	(6,8)
Tráfego Dial-up (milhões de horas)	23,5	33,3	(29,6)
Variação média dos preços [Cabaz de Preços] (%)	(1,2)	(0,2)	(1,0 p.p.)
Instalação	0,0	0,0	0,0 p.p.
Assinatura	3,3	0,5	2,8 p.p.
Tráfego local	0,4	0,0	0,4 p.p.
Tráfego regional	(9,5)	(1,9)	(7,6 p.p.)
Tráfego nacional	(13,1)	(1,6)	(11,5 p.p.)
Tráfego internacional	0,0	(0,4)	0,4 p.p.
Variação média de preços do tráfego de interligação (%)	(20,1)	(17,0)	(3,1 p.p.)
Originação	(19,2)	(19,2)	(0,0 p.p.)
Terminação	(21,5)	(17,3)	(4,2 p.p.)
Trânsito	(5,7)	(18,9)	13,2 p.p.
ARPU ⁽²⁾ (euros)	34,1	35,1	(3,0)
Voz	31,6	33,3	(5,0)
Dados	2,5	1,8	38,9
Percentagem de chamadas completadas (%)	99,90	99,89	0,0 p.p.
Avarias por 100 acessos (n.º)	10,1	10,2	(0,0 p.p.)
Portal Sapo [Dezembro] (milhões)			
Page views por mês	227,6	190,3	19,6
Visitantes únicos por mês	2,8	2,3	19,5
DADOS E SOLUÇÕES EMPRESARIAIS			
Acessos para comunicação de dados (mil)	37,8	35,7	6,0
Frame relay	12,7	10,8	18,0
Banda larga	2,4	0,8	196,2
Capacidade vendida de internet empresarial (Mbps)	2 459	847	190,4
Circuitos alugados a clientes finais			
Número de circuitos (mil)	18,9	20,4	(7,0)
Capacidade [equivalente a 64 kbps] (mil)	122,4	109,7	11,6
Digitais (%)	92,7	91,2	1,6 p.p.

(1) Inclui ADSL.

(2) Inclui ADSL e Internet dial-up.

Dados Operacionais • TMN

	2003	2002	Δ %
Total de clientes TMN (mil)	4 887	4 426	10,4
Terminais WAP	1 528	831	84,0
Terminais GPRS	609	114	n.s.
Novos clientes TMN (mil)	461	521	(11,6)
Churn total (%)	23,5	25,3	(1,8 p.p.)
Dados [em % das Receitas] (%)	8,6	7,4	1,2 p.p.
ARPU [Average Revenue Per User] (euros)	25,2	27,1	(6,9)
Facturado ao cliente (euros)	18,4	19,0	(3,0)
Interligação (euros)	6,8	8,1	(16,2)
MOU [Minutes Of Use] (minutos)	123,1	130,5	(5,7)
ARPM [Average Revenue Per Minute] (cêntimos euro)	20,5	20,8	(1,4)
SARC [Subscriber Acquisition and Retention Costs] (euros)	57,3	65,0	(11,8)
CCPU [Cash Cost Per User] (euros)	12,1	13,5	(10,7)
ARPU menos CCPU (euros)	13,1	13,6	(3,2)

Dados Operacionais • PT Multimedia

	2003	2002	Δ %
TV POR SUBSCRIÇÃO			
Total das casas passadas (mil)	2 472	2 390	3,4
Com bidireccionalidade	2 221	2 048	8,4
Clientes do serviço básico ⁽¹⁾⁽²⁾ (mil)	1 442	1 307	10,3
Cabo	1 094	1 017	7,6
DTH	348	290	20,0
Novos clientes (mil)	134	147	(9,1)
Churn (%)	15,1	16,3	(1,2 p.p.)
Clientes Premium ⁽²⁾ (mil)	1 099	916	20,0
Taxa de penetração [Cabo] (%)	48,6	46,9	1,7 p.p.
Rácio pay to basic ⁽³⁾ (%)	76,2	70,1	6,1 p.p.
Acessos Internet [Netcabo] (mil)	230	140	64,3
ARPU total (euros)	23,8	21,5	10,6
TV por subscrição	20,0	19,0	5,3
Internet por cabo	28,5	31,3	(8,9)
MEDIA E AUDIOVISUAIS			
Bilhetes vendidos em Portugal (milhões)	8,0	8,1	(1,5)
Total de circulação média diária ⁽⁴⁾ (mil)			
Jornal de Notícias	102,7	105,7	(2,9)
Diário de Notícias	47,1	51,6	(8,7)
24 Horas	47,2	37,3	26,5

(1) Os números apresentados referem-se ao número total de clientes do serviço básico da TV Cabo. Saliente-se que a TV Cabo oferece vários pacotes básicos, com um número variável de canais.

(2) Os números apresentados incluem produtos em regime de promoção temporária (p.e. promoções do tipo "Try and Buy").

(3) Clientes premium de cabo e satélite/clientes totais.

(4) Fonte: APTC até Setembro de 2003 e PT Multimedia de Outubro a Dezembro de 2003.

Conselho de Administração

Portugal Telecom

Presidente

Ernâni Rodrigues Lopes

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

Miguel Horta e Costa

Administradores Executivos

Zeinal Bava

Carlos Vasconcellos Cruz

Iriarte Esteves

Paulo Fernandes

Administradores não Executivos

Joaquim Goes

Henrique Granadeiro

Carlos Oliveira Cruz

Jorge Tomé

Fernando Ulrich

Fernando Abril

António Viana Baptista

Pedro Malan

Luís de Mello Champalimaud

Patrick Monteiro de Barros

Jorge Bleck

Carlos Blanco de Moraes

João Mello Franco

Gerald McGowan

Peter Golob

Nuno Silvério Marques

Thomaz Paes de Vasconcellos

CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO

Principais Empresas do Grupo

PT Comunicações

Presidente
Miguel Horta e Costa

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente
Miguel Horta e Costa

Vice-Presidentes
Zeinal Bava
Iriarte Esteves

Administradores Executivos
José Pedro Pereira da Costa
David Lopes
José Graça Bau
Alfredo Baptista
Manuel Rosa da Silva
Carlos Duarte

Administradores não Executivos
Álvaro dos Santos Amaro
Rui Corte-Real de Albuquerque
João da Fonseca Calixto
Jaime Roque de Pinho D'Almeida

TMN

Presidente
Miguel Horta e Costa

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente
Iriarte Esteves

Administradores Executivos
António Soares
António Gomes de Azevedo
Maria da Graça Galvão
Pedro Brandão Rodrigues
Luís Ribeiro
Eduardo Correia de Matos

Administradores não Executivos
João Goulart de Bettencourt
Manuel Frexes
Vitor Pereira Dias

Vivo

Presidente
Félix Pablo Ivorra Cano

DIRECTORIA

Presidente
Francisco Padinha

Directores Executivos
Fernando Abella García
Luís Avelar
Guilherme Porterla Santos
Paulo César Teixeira
Carlos de La Rosa
Javier Rodrigues

Administradores não Executivos
Zeinal Bava
Iriarte Esteves
Carlos Vasconcellos Cruz
António Viana Baptista
Ignacio Aller Mallo
Carlos David Maroto Sobrado
Harry Dirk Hilbert Moraal
Theo Spijkerman
Hendrik Justus Wirix
Ursula Maria Daelman-Geerdink
Robertus Gerardus Maria Verhoef
Ernesto Lopez Mozo
Robertus Hendrikus Lukas de Groot
Alexander Daniel de Vreeze
Fernando Xavier Ferreira
Eduardo Correia de Matos
Pedro Brandão Rodrigues
Paul Josef Schmitz
Benjamin de Koe

PT Multimédia

Presidente
Miguel Horta e Costa

Vice-Presidente
Zeinal Bava

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente
Zeinal Bava

Administradores Executivos
Luís Pacheco de Melo
Pedro Leitão
Duarte Calheiros
José Biosa e Gala

Administradores não Executivos
José Egreja
Manuel Espírito Santo Silva
Fernando Ulrich
José Pedro Alenquer
Joaquim Goes
Joaquim Ferreira de Oliveira
Henrique Granadeiro
Luís Bordallo da Silva
Carlos Barbosa

TV Cabo Portugal

Presidente
Zeinal Bava

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente
Zeinal Bava

Administradores Executivos
José Pedro Salas Pires
António Caria
Luís Leal Victor
José Egreja

Administradores não Executivos
Luís Pacheco de Melo
José Antunes João

PT PRO

Presidente
Zeinal Bava

Vice-Presidente
Miguel Moreira

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente
Miguel Moreira

Administradores Executivos
Fernando Marques
Nuno Cetra

Administradores não Executivos
José Pedro Pereira da Costa
Maria da Graça Galvão
Luís Pacheco de Melo
Francisco Nunes
Manuel Rosa da Silva

PT Sistemas de Informação

Presidente
Miguel Horta e Costa

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente
Paulo Fernandes

Administradores Executivos
Maria José Alves
Sérgio Carvalho
Eduardo Branco
Nuno Pedro

Administradores não Executivos
Luís Sousa de Macedo
Alfredo Baptista
Miguel Chambel
António Gomes de Azevedo
Álvaro Roquette
José Pedro Salas Pires
Miguel Moreira
Luís Avelar
José Pedro Alves Machado

PT Compras

Presidente
Miguel Horta e Costa

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente
José Pedro Alves Machado

Administradores Executivos
Gonçalo Pinto Coelho
Maria Clara Janeira
Carlos Sousa
João Norton dos Reis

Administradores não Executivos
Zeinal Bava
Carlos Vasconcellos Cruz
Iriarte Esteves
Paulo Fernandes
Francisco Nunes

PT Inovação

Presidente
Norberto Fernandes

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente
Paulo Nordeste

Administradores Executivos
José Nina de Andrade
Artur Campos Calado

Administrador não Executivo
Lusitana Gerales da Fonseca

PT Contact

Presidente
Álvaro Roquette

Administradores não Executivos
José Pedro Pereira da Costa
Armindo Ribeiro

INFORMAÇÃO AOS ACCIONISTAS

Negociação das acções e ADR

As acções da PT estão cotadas na Euronext (código: PTCO.IN) e na Bolsa de Nova Iorque, sob a forma de ADR – American Depositary Receipts (código: PT). Um ADR é equivalente a uma acção ordinária.

Em 31 de Dezembro de 2003, o capital social da Empresa encontrava-se representado por 1 254 285 000 acções com o valor nominal de 1 euro cada, estando cotadas em Bolsa 1 254 284 500 acções. Na mesma data, o número de ADR registados ascendia a 57 807 626.

Informação bolsista

	2003	2002
Em 31 de Dezembro		
Capital Social (mil euros)	1 254 285	1 254 285
Número de Acções	1 254 285 000	1 254 285 000
Cotação (euros)	7,98	6,55
Capitalização Bolsista (mil euros)	10 009 194	8 215 567
Dividendo Bruto por Acção ⁽¹⁾ (euros)	0,22	0,16
Dividend Yield ⁽²⁾	2,8%	2,4%
Resultado Líquido (mil euros)	235 173	391 113
Pay-out Ratio	117,3%	51,3%
Cotações/Transacções		
Cotação Máxima (euros)	8,08	9,53
Cotação Mínima (euros)	5,55	4,39
Transacções em Volume (mil acções)	1 245 120	1 170 670
Transacções em Valor (mil euros)	8 171 479	8 369 079
Quota de Mercado na Euronext Lisbon	43%	40%
Variação Anual		
PSI 20	15,8%	(25,6%)
PSI Geral	17,4%	(20,7%)
DJ Stoxx Telecoms Europeias	18,9%	(38,8%)
Acção PT	21,8%	(25,1%)

(1) Em 2003: conforme proposta a apresentar em Assembleia Geral.

(2) Relativamente à cotação do final do ano.

Informações

Os accionistas, investidores, analistas e demais interessados devem enviar os seus pedidos de informações e esclarecimentos (Relatórios e Contas Anuais e Semestrais, Form 20-F, Press-releases, etc.) para o seguinte contacto ou endereço:

Portugal Telecom

Nuno Prego, Director de Relação com Investidores
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069-300 Lisboa
Tel.: + (351) 21 500 1701
Fax: + (351) 21 355 6623
e-mail: nuno.prego@telecom.pt

Os detentores de ADR podem também solicitar directamente informações e esclarecimentos ao banco depositário dos ADR da PT em Nova Iorque:

The Bank of New York

ADR Division
101 Barclay Street, 22nd Floor
New York, NY 10286, USA
Tel./Fax: 1 212 815 4693/1 212 815 3050

Página da Internet

Todas as publicações e comunicações, bem como informações sobre os produtos, serviços e negócios da Empresa, estão disponíveis na página da Internet da PT no seguinte endereço: www.telecom.pt

Calendário Financeiro 2004

- 4 MAR** Divulgação dos Resultados do exercício de 2003
- 2 ABR** Assembleia Geral Anual de Accionistas
- 29 ABR** Divulgação dos Resultados do Primeiro Trimestre de 2004
- JUN** Filing do Form 20F com a SEC e NYSE
- SET** Divulgação dos Resultados do Primeiro Semestre de 2004
- 29 OUT** Divulgação dos Resultados dos Primeiros Nove Meses de 2004

Sede Social: Portugal Telecom, SGPS, S.A. ▶ Avenida Fontes Pereira de Melo, 40 • 1069-300 Lisboa - Portugal ▶ Tel.: +(351) 21 500 2000

